

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE ARTES E LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS**

**SERAFIM DA SILVA NETO:
ENTRE A CONSTITUIÇÃO E A CIRCULAÇÃO DO
CONHECIMENTO LINGUÍSTICO**

TESE DE DOUTORADO

Caroline Mallmann Schneiders

Santa Maria, RS, Brasil

2014

**SERAFIM DA SILVA NETO:
ENTRE A CONSTITUIÇÃO E A CIRCULAÇÃO DO
CONHECIMENTO LINGUÍSTICO**

Caroline Mallmann Schneiders

Tese apresentada ao Curso de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Letras, Área de Concentração em Estudos Linguísticos, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do grau de **Doutor em Letras**.

Orientadora: Prof^a. Dr. Amanda Eloina Scherer

Santa Maria, RS, Brasil

2014

Ficha catalográfica elaborada através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Central da UFSM, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Schneiders, Caroline Mallmann

Serafim da Silva Neto: entre a constituição e a circulação do conhecimento linguístico / Caroline Mallmann Schneiders.-2014.

218 p. ; 30cm

Orientador: Amanda Eloina Scherer

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Artes e Letras, Programa de Pós-Graduação em Letras, RS, 2014

1. Linguística 2. História das Ideias Linguísticas 3. Análise de Discurso I. Scherer, Amanda Eloina II. Título.

**Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Artes e Letras
Programa de Pós-Graduação em Letras**

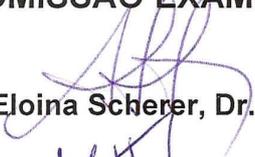
**A Comissão Examinadora, abaixo assinada,
aprova a Tese de Doutorado**

**SERAFIM DA SILVA NETO:
ENTRE A CONSTITUIÇÃO E A CIRCULAÇÃO DO CONHECIMENTO
LINGUÍSTICO**

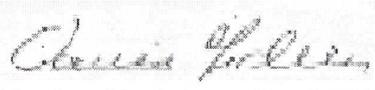
elaborada por
Caroline Mallmann Schneiders

como requisito parcial para obtenção do grau de
Doutor em Letras

COMISSÃO EXAMINADORA:


Amanda Eloina Scherer, Dr. (Presidente/UFSM)


José Horta Nunes, Dr. (UNICAMP)


Vanise Medeiros, Dr. (UFF)


Verli Fátima Petri da Silveira, Dr. (UFSM)


Larissa Montagner Cervo, Dr. (UFSM)

Santa Maria, 28 de abril de 2014.

Dedicatória

Dedico esta tese aos meus pais,
Ari José Schneiders e Beatriz Mallmann Schneiders,
dois exemplos, batalhadores, que ensinaram
a mim e a meus irmãos, desde pequenos,
o valor precioso do estudo.

Agradecimentos

Agradeço, primeiramente, a minha família que, mesmo distante, sempre se fez presente neste percurso, muitas vezes, solitário da constituição e elaboração da tese. Aos meus pais, pelo carinho, incentivo e apoio dado em todos os momentos, suporte esse fundamental para mim e para a concretização dos meus objetivos.

Aos meus irmãos, pela amizade e companheirismo.

Agradeço afetosamente à professora Amanda Scherer, pela possibilidade dada a mim de tê-la como minha orientadora!

Obrigada pelo acolhimento (lá desde a graduação), o qual foi essencial para o caminho que venho trilhando. Obrigada pelas orientações, pela aprendizagem, pela compreensão e por mostrar que sempre é preciso ‘ousar’.

Agradeço aos professores do PPGL, em especial, às professoras Verli e Graziela, pelas contribuições e troca de conhecimentos proporcionadas ao longo deste processo de doutoramento.

*Agradeço à professora Irène Fenoglio, pela co-orientação durante o período do meu estágio sanduíche junto ao Institut des Textes et Manuscrits Modernes (ITEM), na École Normale Supérieure (ENS-Paris).
Obrigada pelo acolhimento e pela aprendizagem.*

Agradeço aos colegas do Laboratório Corpus, pela amizade e convivência acadêmica-científica nesse espaço ímpar caracterizado pelo trabalho coletivo e em equipe.

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Letras, por todo o auxílio durante o meu percurso acadêmico.

Agradeço em especial ao Jandir, pelo carinho sempre demonstrado.

Agradeço à Capes pelas bolsas concedidas, as quais foram fundamentais para o desenvolvimento desta tese e amadurecimento acadêmico.

Agradeço aos amigos e, principalmente, ao Gilnei, por tornar este percurso mais leve.

Obrigada por acreditarem e torcerem por mim!

“Todo investigador, por mais original que seja a sua obra, está preso ao seu tempo e às idéias em voga na época da sua formação universitária. Os eruditos mais ainda do que os artistas, estão indissolúvelmente ligados aos seus mestres, cujos métodos por vêzes renovam, mas cujas idéias absorvem, desenvolvem ou submetem a uma crítica rigorosa e fecunda. Enfim, é certo que todo estudioso está muito dependente das doutrinas que aprendeu na sua mocidade...”

(Serafim da Silva Neto, 1960, p. 19)

RESUMO

Tese de Doutorado
Programa de Pós-Graduação em Letras
Universidade Federal de Santa Maria

SERAFIM DA SILVA NETO: ENTRE A CONSTITUIÇÃO E A CIRCULAÇÃO DO CONHECIMENTO LINGÜÍSTICO

AUTORA: CAROLINE MALLMANN SCHNEIDERS
ORIENTADORA: AMANDA ELOINA SCHERER
Santa Maria, 28 de abril de 2014.

Na presente tese, analisamos como o domínio de memória da Linguística é retomado e articulado na constituição discursiva, enfatizando os ecos e as ressonâncias de significação dos já ditos inscritos em determinada produção do conhecimento. Buscamos compreender como o processo discursivo é afetado historicamente, a partir da maneira como os saberes da Linguística, via citação do **Cours de linguistique générale**, estão atravessados e linearizados no fio do discurso. Com isso, visamos à articulação de saberes da Linguística que pertencem a outra conjuntura sócio-histórica e ideológica e retornam encadeando-se na formulação discursiva enquanto um efeito do interdiscurso sobre si mesmo, ou seja, pelo funcionamento do discurso-transverso. Para tanto, delimitamos como recorte temporal a década de 50, do século XX, em função de ser um momento fecundo em estudos relacionados à língua portuguesa e em pesquisas linguísticas que se iniciam junto ao meio acadêmico, e mobilizamos como arquivo de pesquisa algumas das obras de Serafim da Silva Neto, um autor expressivo da época. As obras que compõe o nosso arquivo são: **Introdução ao Estudo da Língua Portuguesa no Brasil** (1950); **Manual de Filologia Portuguesa** (1952); **Introdução ao Estudo da Filologia Portuguesa** (1956); **História do Latim Vulgar** (1957); **Língua, Cultura e Civilização** (1960). Já o *corpus* de análise é constituído por recortes discursivos dessas obras, cujo critério de escolha foi a referência a duas dicotomias essenciais do postulado saussuriano: língua vs. fala e sincronia vs. diacronia. O procedimento analítico mobilizado constitui-se pelo movimento entre a citação, a paráfrase discursiva e o discurso-transverso. Partimos das citações do **Cours**, as quais nos permitem analisar o funcionamento da paráfrase discursiva, que, por sua vez, possibilita a instauração do efeito do discurso-transverso na constituição discursiva, visto que, pela paráfrase discursiva, explicitamos o atravessamento e a articulação de saberes outros na horizontalidade do discurso por meio da repetição/reformulação e/ou das ressonâncias de significação. Esse gesto analítico proposto dá a base para nossa tese, colocando em evidência o funcionamento do discurso-transverso, o qual nos interessa de modo particular por possibilitar a reflexão sobre as filiações históricas e de sentidos inscritas na produção do conhecimento linguístico que analisamos. Nossa pesquisa filia-se à História das Ideias Linguísticas vinculada ao aparato teórico-metodológico da Análise de Discurso de orientação pecheuxtiana, tal como ambas vêm se realizando no Brasil, nos últimos tempos.

PALAVRAS-CHAVE: Serafim da Silva Neto. Linguística. Filologia. Discurso-transverso. Paráfrase discursiva. Citação.

ABSTRACT

Doctoral Dissertation
Ph.D Program in Languages
Federal University at Santa Maria, RS, Brazil

SERAFIM DA SILVA NETO: BETWEEN THE CONSTITUTION AND THE CIRCULATION OF LINGUISTIC KNOWLEDGE

AUTHOR: CAROLINE MALLMANN SCHNEIDERS
SUPERVISING PROFESSOR: AMANDA ELOINA SCHERER
Santa Maria, April, 28th 2014.

In this dissertation, we analyze how the memory domain of Linguistics is resumed and articulated in the discursive constitution, emphasizing the echoes and the signification soundings of the already said registered in the line of discourse. We aim to understand the way how the discursive process is historically determined, besides the way how certain notions of Linguistics, present in the **Cours de linguistique générale**, are repeated and/or modified as they are resumed in another socio-historical and ideological conjuncture. From this, we aim the crossing of linguistic knowledge which belong to other conjunctures and return chaining in the discursive formulation as an effect of interdiscourse on itself, that is, by the functioning of the transverse-discourse. For this, we delimited as temporal snip, the fifties, from XX century, once it was a fruitful moment in studies related to the Portuguese language and in linguistic researches which begin in the academic environment and we mobilized as file search some works by Serafim da Silva Neto: **Introdução ao Estudo da Língua Portuguesa no Brasil** (1950); **Manual de Filologia Portuguesa** (1952); **Introdução ao Estudo da Filologia Portuguesa** (1956); **História do Latim Vulgar** (1957); **Língua, Cultura e Civilização** (1960). The *corpus* of analysis is composed by discursive passages from these works, whose choice criterion was the reference to two essential Saussure's dichotomies: language vs. speech and synchrony vs. diachronic. The mobilized analytical procedure is constituted by the moving among quote, the discursive paraphrase and the transverse-discourse. We begin from **Course's** quote which allows us to analyze the discursive paraphrase's functioning, that, on the other hand, enables the effect instauration of the transverse-discourse in the discursive constitution, since, through the discursive paraphrase; we demonstrate the crossing and the articulation of other knowledge in the discourse horizontality by the repetition/reformulation and/or the signification soundings. This proposed analytical motion gives the basis to our thesis, giving light to the functioning of the transverse-discourse, which concern us, in a particular way, by allowing the reflection about the historical and sense filiations inscribed in the production of linguistic knowledge that we analyzed. Our research is affiliated to the History of Linguistic Ideas linked to the theoretical and methodological apparatus of Discourse Analysis of Pecheuxian orientation, as both are being carried out in Brazil, in the last times.

Key-words: Serafim da Silva Neto. Linguistics. Philology. Transverse-Discourse. Discursive Paraphrase. Quote.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Relação com a dicotomia Língua vs. Fala	131
Quadro 2 - Relação com a dicotomia Sincronia vs. Diacronia	161

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
PARTE I	
SEM MEMÓRIA E SEM PROJETO NÃO HÁ SABER: constituição, formulação e circulação do conhecimento linguístico	22
1.1. A (re)produção das ideias científicas: o olhar retrospectivo e projetivo em torno do discurso científico	22
1.2. Filiação: uma questão de legitimação e institucionalização	31
1.3. A constituição do sujeito na prática científica.....	41
1.3.1 A forma-sujeito e as possíveis modalidades de subjetivação	49
PARTE II	
RETOMAR NÃO É REPETIR. REPETIR NÃO É REPRODUZIR: o funcionamento da citação, paráfrase e discurso-transverso	57
2.1 O funcionamento da citação	57
2.2 O funcionamento da paráfrase	63
2.3 O processo de filiação da prática científica via discurso-transverso.....	71
PARTE III	
DO ARQUIVO AO CORPUS: constituição dos procedimentos analíticos	84
3.1 A produção do conhecimento sobre a linguagem e a conjuntura sócio-histórica e ideológica da década de 1950.	84
3.2 Da constituição do arquivo e do <i>corpus</i> de análise: gestos de interpretação iniciais.....	95
3.3 Do desdobramento do arquivo ao <i>corpus</i> de análise: situando os recortes discursivos.....	110
PARTE IV	
ENTRE O ECOAR E O RESSOAR: o processo de produção do conhecimento e dos efeitos de sentido	127
4.1 O processo de constituição do sujeito e dos sentidos e sua relação com a dicotomia <i>Langue vs. Parole</i>	127
4.2 O processo de constituição do sujeito e dos sentidos e sua relação com a dicotomia Sincronia vs. Diacronia.....	159
CONSIDERAÇÕES FINAIS	180
Referências bibliográficas.....	190
ANEXOS	198

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa de tese é fruto dos nossos estudos em História das Ideias Linguísticas (HIL) que vimos realizando desde a Iniciação Científica¹. Durante a Iniciação Científica, enfatizamos, principalmente, a questão disciplinar da Linguística no sul, analisando programas da disciplina de Linguística do currículo de Letras da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI - Campus Santo Ângelo - visando a destacar, nesses dados histórico-discursivos, a historicidade constitutiva e os seus efeitos de sentido.

Esse estudo nos possibilitou compreender quais saberes e dizeres eram postos em circulação por meio da constituição dos programas da disciplina de Linguística. Para tanto, lançamos nosso olhar para as referências bibliográficas dos programas, a fim de observar a repetibilidade dos nomes e das obras referenciadas. A partir disso, verificamos a presença de um nome que nos inquietou, por não ser um estudioso comumente citado quando tratamos do domínio da Linguística, a saber: Serafim da Silva Neto. O estranhamento causado devido a sua referência em programas da disciplina de Linguística é, talvez, pelo fato do pouco conhecimento que tínhamos, à época, de quem era esse estudioso e qual a sua importância para os estudos linguísticos brasileiros.

Tal inquietação e estranhamento nos instigaram a pesquisar sobre esse nome, Serafim da Silva Neto, bem como a adentrar as obras citadas nos programas com vistas a conhecer a temática das mesmas. As obras mobilizadas nessa aproximação inicial com a produção do autor foram: **Introdução ao Estudo da Língua Portuguesa no Brasil**, 1ª edição, de 1950, e **Introdução ao Estudo da Filologia Portuguesa**, 1ª edição, de 1956².

¹ Durante a Iniciação Científica tivemos como auxílio financeiro a bolsa de pesquisa PIBIC/CNPq-UFSM, inserindo-nos em dois projetos de pesquisa sob a orientação da Prof.^a Dr. Amanda E. Scherer: *Linguística no sul: estudo das ideias e organização da memória dos anos 80 a 2000*. (Período: 03/2007 a 07/2008 - Registro GAP: 019213), e *História e memória: o imaginário sobre a língua do/no Brasil* (Período: 08/2008 a 02/2009 - Registro GAP: 022876).

² Nos títulos de obras e nas citações anteriores ao estabelecimento do Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, manteremos a ortografia original.

Com a leitura inicial realizada, vislumbramos algumas das questões desenvolvidas pelo autor junto à conjuntura dos anos de 1950, como: questões sobre a unidade e diversidade da língua portuguesa, questões sobre a história da língua portuguesa do Brasil e colocações sobre estudiosos vinculados ao disciplinar da Linguística num momento em que se verificavam embates quanto a sua institucionalização acadêmica no contexto brasileiro.

A partir daí, observamos uma série de considerações que nos interessaram, fazendo com que a nossa pesquisa de dissertação se realizasse. O que mais nos chamou a atenção, num primeiro momento, foi justamente o que propomos como questão de pesquisa para a dissertação³, a saber, compreender como o discurso científico dos anos de 1950 inscreve, em sua constituição discursiva, uma determinada temporalidade e faz funcionar uma memória discursiva sobre os saberes do domínio da Linguística. Tendo em vista tal objetivo, enfatizamos como e para que o discurso científico em torno do português do Brasil apresenta uma articulação com saberes de diferentes domínios, e analisamos, em especial, o funcionamento do atravessamento dos saberes da Linguística pela mobilização da noção de discurso-transverso (PÊCHEUX, 2009 [1975]).

Esse estudo - sobre o atravessamento de saberes do campo disciplinar da Linguística em obras em que se tem um estudo em torno do português do Brasil e que se inscrevem no campo disciplinar da perspectiva que predominava na época, a Filologia - permitiu-nos refletir sobre outras questões que se fazem importantes para a HIL no Brasil, bem como para a constituição e formulação do discurso científico desse período. Essas outras questões que vieram à tona, a partir de nossa dissertação, levaram-nos a propor o projeto de tese.

Primeiramente, o que nos instigou a permanecer com a produção científica de Serafim da Silva Neto e analisá-la foi a sua expressividade e importância para o desenvolvimento dos estudos sobre a língua portuguesa junto aos anos de 1940 e 1950, os quais, à época, estavam embasados, sobretudo, no viés da Filologia, a qual se colocava como o domínio de saber dominante, no Brasil, até a primeira metade do século XX. Tendo isso em vista e o que desenvolvemos em nossa dissertação, o que nos levou a propor a presente tese foi o fato de observarmos, nas

³ SCHNEIDERS, C. M. **Atravessamento de saberes nos estudos sobre a linguagem no/do Brasil dos anos 50**, 2011. 115f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2011.

obras analisadas de Serafim da Silva Neto, uma constante referência aos pressupostos dos estudos da linguagem do final do século XIX e início do século XX, fazendo ressoar as ideias que estavam em circulação e que nortearam a produção do **Cours de linguistique générale**, de Ferdinand de Saussure.

Tal observação nos incitou a realizar a leitura de outras obras do autor, a partir da qual nos chamou a atenção a intensa citação do **Cours**, bem como de estudiosos importantes dessa conjuntura, permitindo-nos dizer que o discurso filológico, em questão, é atravessado por saberes que se relacionam à constituição da Linguística enquanto ciência. O primeiro contato com um arquivo mais amplo acerca da produção científica de Serafim da Silva Neto, referente à década de 50 do século XX, projetou nosso olhar e nossa inquietação para a compreensão do modo como o processo discursivo é determinado historicamente, pois, ao se referenciar e fazer ressoar as condições de produção envolvidas no período em que se desenvolveu a ciência Linguística, é possível explicitar a tomada de posição do sujeito do discurso frente a esse domínio de memória e o efeito de sustentação junto à formulação do discurso (ORLANDI, 2004; AUROUX, 2008; CHISS & PUECH, 1997).

Considerando a determinação histórica compreendida por meio de nossa leitura sobre as obras de Serafim da Silva Neto, o interesse que norteia a presente tese vincula-se ao que propomos em nossa dissertação, que é compreender a articulação entre os saberes da Filologia e os da Linguística; no entanto, o diferencial que trazemos para essa reflexão é o fato de nos determos, especificamente, no modo como os saberes da Linguística, via citação do **Cours de linguistique générale**, estão atravessados e linearizados no fio do discurso.

Ou seja, em nossa tese, analisamos como o domínio de memória da Linguística, via **Cours**, entendido enquanto um discurso/texto fundador (CHISS & PUECH, 1995; ORLANDI, 1993) é retomado e articulado na constituição discursiva, enfatizando os ecos e as ressonâncias de significação dos já ditos inscritos na formulação discursiva. Com isso, buscamos observar o atravessamento de saberes da Linguística que pertencem a outras conjunturas e retornam encadeando-se no fio do discurso enquanto um efeito do interdiscurso sobre si mesmo, ou seja, pelo funcionamento do discurso-transverso (PÊCHEUX, 2009; COURTINE, 2009).

Tendo isso em vista, compreendemos o modo como o processo discursivo é determinado historicamente, além da maneira como os saberes da Linguística que estão presentes no **Cours** se repetem e/ou se modificam ao serem retomados em outra conjuntura sócio-histórica e ideológica. Observar o que se repete e o que se modifica tornou-se fundamental na discussão proposta por permitir explicitar os sentidos que se estabilizam e os que se alteram em torno dos saberes retomados.

No desenvolvimento analítico, o que dá a base para a presente pesquisa e que procuramos ressaltar de maneira especial é a noção de discurso-transverso, a qual nos possibilita refletir sobre as filiações históricas e de sentidos inscritas na constituição de determinada produção do conhecimento linguístico. O recorte temporal delimitado recai sobre a década de 50 do século XX, em função de ser um momento fecundo em estudos relacionados à língua portuguesa e em pesquisas linguísticas que se iniciam junto ao meio acadêmico, bem como por referir-se a um período que antecede a obrigatoriedade da Linguística enquanto disciplina nos cursos de Letras.

No entanto, como destacado anteriormente e diante da diversidade de saberes em circulação junto aos estudos dos anos de 1950, iremos priorizar nossa reflexão sobre o domínio da Linguística e sobre a maneira como este se lineariza no discurso sobre a língua portuguesa do Brasil, articulando-se aos saberes da Filologia. Privilegiamos os saberes da Linguística por ser um domínio que passa a ter um maior reconhecimento na década em questão e por vincular-se a um lugar de memória, qual seja, o **Cours de linguistique générale**, configurado como um discurso fundador. Entendemos que tal reconhecimento contribui para que, na década seguinte, mais precisamente em 1962, esse domínio de saber se institucionalize como disciplina.

Como já mencionado, selecionamos as obras da década de 1950, de Serafim da Silva Neto, em razão da sua importância no que tange aos estudos sobre a língua portuguesa do Brasil. Diante da vasta produção do estudioso e da temática das suas obras, analisamos e delimitamos quais delas se configuram como as mais pertinentes ao nosso interesse de pesquisa. O primeiro critério de escolha estabelecido envolve o tema das obras, privilegiando as que tratam da língua portuguesa por um viés histórico, calcadas, pois, na perspectiva filológica, excluindo as que tratam de textos medievais portugueses, cujo enfoque recai em um estudo

crítico sobre as fontes manuscritas da literatura medieval portuguesa. Após essa primeira delimitação, adentramos as obras para observar como o postulado saussuriano é retomado e a partir de quais noções, isto é, observar qual o recorte que se faz desse domínio de memória e é colocado em circulação.

Desse modo, o arquivo com o qual trabalhamos é formado pelas seguintes obras⁴:

- **Introdução ao Estudo da Língua Portuguesa no Brasil** (1ª edição, 1950);
- **Manual de Filologia Portuguesa** (1ª edição, 1952);
- **Introdução ao Estudo da Filologia Portuguesa** (1ª edição, 1956);
- **História do Latim Vulgar** (1ª edição, 1957);
- **Língua, Cultura e Civilização** (1ª edição, 1960).

Já o *corpus* de análise é constituído por recortes discursivos (RDs) das obras que compõe o arquivo de pesquisa. Seleccionamos RDs que entendemos serem relevantes para o desenvolvimento de nossa tese, tendo como critério para delimitá-los a regularidade com que certos saberes do postulado saussuriano são citados nas obras do nosso arquivo. Diante disso, delimitamos recortes em que comparece a citação das noções presentes no **Cours**, mas levando em conta as que são retomadas em todas as obras, quais sejam: a dicotomia língua vs. fala e a dicotomia sincronia vs. diacronia.

O procedimento analítico de nossa pesquisa parte, especialmente, de três noções: citação, paráfrase discursiva e discurso-transverso. Enfatizamos a citação e a paráfrase discursiva, pois entendemos ser necessário esse movimento entre as noções para chegarmos ao efeito do discurso-transverso sobre o processo discursivo. Assim, partimos das citações referentes ao postulado saussuriano, compreendendo que a citação permite-nos analisar o funcionamento da paráfrase discursiva, a qual, por sua vez, possibilita a instauração do efeito do discurso-

⁴ O arquivo é composto pela 1ª edição das obras seleccionadas.

transverso na constituição discursiva, visto que, pela paráfrase discursiva, explicitamos o atravessamento e a articulação de saberes outros na horizontalidade do discurso por meio da repetição/reformulação e/ou das ressonâncias de significação.

Através desse dispositivo teórico-metodológico, destacamos como o processo discursivo constitui-se por meio da articulação de saberes, além das filiações de sentidos estabelecidas pela retomada de determinado domínio de memória. Por meio do domínio de memória que ressoa no discurso, refletimos sobre a determinação histórica constitutiva do *corpus* de análise e sobre a maneira como os já ditos são retomados e se inscrevem no fio do discurso, permitindo-nos compreender não só a constituição de uma determinada prática científica, mas também a inscrição do sujeito no processo discursivo.

Nossa pesquisa filia-se à História das Ideias Linguísticas (HIL) e vincula-se aos pressupostos teórico-metodológicos da Análise de Discurso (AD) de orientação pecheuxtiana, tal como ambas vêm se realizando no Brasil. Diante de tal filiação, mobilizamos noções pertencentes ao aparato teórico da AD para constituir os procedimentos analíticos utilizados na análise do *corpus* discursivo. É importante ressaltar que as noções da perspectiva discursiva se entrelaçam como um todo, mas enfatizamos, em nossa proposta de tese, principalmente, aquelas que mantêm uma estrita relação com a dimensão interdiscursiva.

A presente pesquisa organiza-se em quatro partes que estão subdivididas por seções. As partes foram propostas com o objetivo de melhor delimitar o desenvolvimento da tese. Na **Parte I**, nossa reflexão situa-se na relação da produção do conhecimento com a história, destacando questões relevantes para compreender a determinação ideológica e histórica de dada prática científica. Além disso, centramos nosso olhar na questão da filiação, considerando-a vinculada ao processo de legitimação e institucionalização, bem como na noção de sujeito, uma vez que, quando tratamos da constituição de dado processo discursivo, devemos levar em consideração igualmente a constituição do sujeito e dos sentidos.

Na **Parte II**, destacamos as noções mais significativas para o percurso analítico desenvolvido, a saber: citação, paráfrase discursiva e discurso-transverso. Interessa-nos, especialmente, a noção de discurso-transverso, porém, em nossa tese, para compreendê-la foi necessário destacar esse movimento entre as três

noções. Nessa parte, dedicamos uma seção para cada noção, enfatizando o modo como a entendemos e buscando traçar um fio condutor entre elas, fio este que conduz nossas análises. Resumidamente, entendemos que a citação incide na formulação do discurso possibilitando o funcionamento da paráfrase discursiva, e esta, por sua vez, permite o efeito do discurso-transverso sobre o discurso, a partir do qual explicitamos o atravessamento e a articulação de dizeres outros, pertencentes a outras conjunturas, na horizontalidade do discurso.

A **Parte III** destina-se a enfatizar aspectos metodológicos de nossa pesquisa. Primeiramente, destacamos algumas considerações acerca do contexto sócio-histórico e ideológico que envolve as condições de produção dos estudos sobre a língua portuguesa dos anos de 1950, visto que nosso arquivo e *corpus* de análise estão imersos nessa conjuntura. Após, refletimos sobre a noção de arquivo e a maneira como estabelecemos o arquivo da presente pesquisa. Ao delimitarmos nosso arquivo, realizamos uma síntese das obras mobilizadas a fim de destacar os recortes discursivos selecionados e explicitar o desdobramento do arquivo de pesquisa ao *corpus* analítico, o qual é perpassado por gestos de interpretação.

Na **Parte IV**, empreendemos uma reflexão analítica acerca do *corpus* de análise, enfatizando os recortes discursivos a partir de dois eixos: (i) dicotomia língua vs. fala, e (ii) dicotomia sincronia vs. diacronia, analisando-os com o olhar voltado ao funcionamento das noções teórico-metodológicas destacadas, sobretudo, na **Parte II**. Com isso, enfatizamos a maneira como discursos outros articulam-se no fio do discurso, linearizando o domínio de memória da Linguística junto aos saberes da Filologia, os quais predominam nos estudos sobre a língua portuguesa do Brasil, nos anos de 1950.

Tendo isso em vista, nossas análises nos permitiram compreender que, na produção do conhecimento, irrompe um discurso *de* que ora é presentificado por formas marcadas e não marcadas (heterogeneidade mostrada), ora por ressonâncias de significação (heterogeneidade constitutiva), as quais visam à diluição da determinação do discurso, como se o mesmo fosse homogêneo e não determinado por filiações históricas e de sentidos. Ao desconstruirmos esse caráter homogêneo do discurso, enfatizando as ressonâncias de significação estabelecidas entre discursos situados em diferentes condições sócio-históricas e ideológicas, entendemos o funcionamento do discurso-transverso, que nos possibilita considerar,

a partir de nossa leitura teórico-analítica, que as obras de Serafim da Silva Neto são constituídas por um discurso *sobre* a Linguística que se materializa pela citação do **Cours** e por sua relação com a Filologia.

PARTE I

**SEM MEMÓRIA E SEM
PROJETO NÃO HÁ SABER:
Constituição, formulação e circulação
do conhecimento linguístico**

PARTE I

SEM MEMÓRIA E SEM PROJETO NÃO HÁ SABER*: constituição, formulação e circulação do conhecimento linguístico

“...é impossível pensar a ciência sem o sujeito e sem a história do conhecimento, porque ambos são constitutivos de nossa emancipação intelectual. História nenhuma se faz sem sujeito, porque o sujeito na sua ‘ponte’ vem produzindo a história e sendo produzido por ela” (SCHERER, 2008, p. 140).

1.1. A (re)produção das ideias científicas: o olhar retrospectivo e projetivo em torno do discurso científico

Ao refletir sobre a prática científica, devemos considerá-la enquanto uma prática discursiva, segundo destaca Pêcheux (2009 [1975]), uma vez que “está inscrita no complexo contraditório-desigual-sobredeterminado das *formações discursivas*⁵ que caracteriza a instância ideológica em condições históricas dadas” (ibid., p. 197, grifos do autor). Nesse sentido, em um estudo que visa ao discurso científico, mais precisamente ao discurso científico sobre a linguagem, é fundamental estabelecer em que condições este é produzido e em que momento sócio-histórico, uma vez que são fatores determinantes para a sua constituição e compreensão.

A determinação histórica é constitutiva da produção do conhecimento, possibilitando a observação da temporalidade e da exterioridade inscritas em dado

* Título que faz referência à citação de Auroux: “sem memória e sem projeto, simplesmente não há saber” (1992, p. 11).

⁵ A noção de Formação Discursiva, tal como propõe Pêcheux (2009 [1975]), está definida na seção 1.3. Para o autor, “essas formações discursivas mantêm entre si relações de determinação dissimétricas [...] de modo que elas são o lugar de um *trabalho de reconfiguração* que constitui, segundo o caso, um trabalho de recobrimento-reprodução-reinscrição ou um trabalho politicamente e/ou cientificamente produtivo” (ibid., p. 197, grifos do autor).

processo discursivo⁶. Por meio da determinação histórica, explicita-se o funcionamento das condições de produção, além dos saberes/dizeres que estão em circulação em certa conjuntura sócio-histórica e ideológica, os quais permitem estabelecer as filiações de sentidos do discurso.

Quando consideramos a determinação que constitui toda prática discursiva, estaremos atentando ao modo como a história inscreve-se na língua e produz efeitos de sentidos. A história, a partir da perspectiva em que nos situamos, não se define como uma simples cronologia de acontecimentos, como a evolução dos fatos, refere-se à filiação de sentidos, ao modo como os fatos são analisados e interpretados (ORLANDI, 1996). A história, segundo Orlandi (1990, p. 35), “está ligada a práticas e não ao tempo em si. Ela se organiza tendo como parâmetro as relações de poder e de sentidos, e não a cronologia: não é o tempo cronológico que organiza a história, mas a relação com o poder (a política)”.

A história não é considerada como algo exterior ao discurso, é parte de sua constituição, configurando uma temporalidade que é interna a ele e possibilitando a historicização de determinados saberes/dizeres (AUROUX, 2008; PUECH, 2006). Para Auroux (2006), fazendo referência ao domínio da história das ciências, não se pode verificar uma temporalidade extrínseca, mas sim uma temporalidade que é interna a tal domínio, constituindo-o e produzindo efeitos de sentido. A temporalidade torna-se, portanto, uma característica interna e essencial às ciências, instaurando o funcionamento do horizonte de projeção e de retrospectão.

No entender do autor (idem, 1992, p. 11), “todo conhecimento é uma realidade histórica”, vinculado a um horizonte de retrospectão e de projeção, sendo o horizonte de retrospectão fundamental para compreendermos a historicidade e a memória que afeta e configura a prática científica. Tal horizonte estrutura-se de diferentes modos, apontando para o fato de que o conhecimento está em relação ao tempo e que não existe conhecimento instantâneo (idem, 2008). Ao considerar que as práticas científicas são afetadas por um conjunto de conhecimentos anteriores, que configuram determinado horizonte de retrospectão, Auroux propõe o conceito de ‘historicidade da ciência’, visto que “as práticas científicas, independentemente de

⁶ Segundo Pêcheux (2009 [1975], p. 82), “todo processo discursivo se inscreve numa relação ideológica de classes” e possui como base a língua, sendo, portanto, linguístico e ideológico.

sua fixação de datas e de seus modos de historicização, pertencem à história” (2008, p. 148).

Em nossa reflexão, o horizonte de retrospectão não só permite observar a determinação histórica de dada prática científica, como também organizar e compreender o domínio de saber que a constitui. Para nós, apoiados em Foucault (2010 [1969]), quando tratamos de um domínio de saber, entendemos este como um “conjunto de elementos, formados de maneira regular por uma prática discursiva e indispensáveis à constituição de uma ciência apesar de não se destinarem necessariamente a lhe dar lugar” (p. 204). Consideramos importante a prática discursiva na configuração do saber, uma vez que, segundo o autor, a condição de sua existência é inscrever-se em uma prática discursiva definida, e esta, por sua vez, podendo ser determinada pelo próprio saber que configura. A prática discursiva, nesse viés, é tratada como “um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço, que definiram em uma dada época e para uma determinada área social, econômica, geográfica ou lingüística, as condições de exercício da função enunciativa” (ibid., p. 133).

Nesse sentido, o saber configura-se quando vinculado ao domínio da ciência, através da qual se pode compreender o seu funcionamento (FOUCAULT, 2010 [1969]). As ciências, do ponto de vista foucaultiano, resultam de uma formação discursiva⁷, integrando-as, e estão sob o jugo da ideologia. É pela influência da ideologia que o discurso científico tem a “sua existência como prática discursiva e seu funcionamento entre outras práticas” (ibid., p. 207). Por meio do funcionamento ideológico de determinada ciência, observa-se a sua relação com a formação discursiva, possibilitando “estudar não as contradições formais de suas proposições, mas o sistema de formação de seus objetos, tipos de enunciação, conceitos e escolhas teóricas. É retomá-la como prática entre outras práticas” (ibid., p. 208).

Enfatizamos essas questões referentes ao saber e à ciência, pelos estudos de Foucault, para reiterar a importância da determinação histórica no que tange à prática científica. Ou seja, a referida prática faz parte da história e cabe a nós, por

⁷ A *formação discursiva*, para Foucault (2010 [1969], p. 43), instaura-se na medida em que “se puder descrever, entre um certo número de números de enunciados, semelhante sistema de dispersão, e no caso em que entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações)”.

meio de gestos de interpretação⁸, explicitar como ela se historiciza em certas condições e conjuntura sócio-histórica. O modo de historicização, retomando Auroux (2008, p. 152), “depende largamente da constituição e da estrutura do horizonte de retrospectão na sua relação com o funcionamento do domínio de objetos”.

Junto à reflexão que vimos tratando acerca do domínio da ciência, cabe destacar algumas considerações a respeito da disciplinarização dos estudos da linguagem a partir do que destacam Chiss & Puech (1999), uma vez que o processo de disciplinarização articula-se à prática científica, sendo igualmente afetado histórica e ideologicamente. Chiss & Puech (1999), em seus estudos, apontam para a importância do olhar retrospectivo, a partir do qual se pode estabelecer, pelo(s) lugar(es) de memória que ele atesta, o modo como determinado campo de saber apresenta uma ‘consciência disciplinar’. Segundo os autores, um campo de saber instaura-se na medida em que configura um efeito integrador, e este efeito resulta do fato de o saber ser entendido como uma unidade articulada, pela qual se pode verificar a construção de um campo homogêneo, constituído por uma ontologia que se apresenta de modo mais ou menos implícito.

A configuração de uma disciplina vincula-se, para os autores, ao horizonte de retrospectão, pois, por meio da memória que é colocada em funcionamento, pode-se entender uma temporalidade que é própria à disciplina e, assim, compreender os saberes que organizam a memória disciplinar de determinado domínio de saber. Tal reflexão está ligada, de certo modo, ao que Auroux (2008, p. 156) propõe, destacando que “uma disciplina sem história e sem reprodução não pode ser uma ciência”. Chiss & Puech (1999), partindo do horizonte estabelecido por Auroux (2008), ressaltam que a temporalidade interna ao domínio disciplinar decorre tanto da sua relação com o passado quanto com o futuro. A retrospectão permite a relação com a memória, apresentando uma função legitimadora; já a projeção apresenta uma relação com o devir, tendo, por conseguinte, uma função instauradora. Pelo horizonte de retrospectão e projeção, podemos observar o que Chiss & Puech (1999) denominam de ‘horizonte disciplinar’.

⁸ Por gesto de interpretação, Orlandi (2004, p. 84) entende como “um ato simbólico de intervenção no mundo”. Trata-se de “uma prática discursiva. Lingüístico-histórica. Ideológica. Com suas conseqüências. Com feito, pode-se considerar que a interpretação é um gesto, ou seja, ela intervém no real do sentido”.

Além da temporalidade que envolve a constituição do disciplinar, Chiss & Puech (1995) destacam a importância da institucionalização. Fazendo referência ao processo de disciplinarização e institucionalização da Linguística, os autores consideram que

L'institutionnalisation de la discipline semble donc résulter d'un double mouvement relativement contradictoire. D'une part, la science du langage est socialement utile: elle permet la conservation de langues appelées à disparaître, reconstruit celles qui ont déjà disparu, prend pour objet les activités linguistiques qui constituent la plus grande partie de notre vie sociale, doit permettre d'accomplir des progrès indispensables dans le domaine de l'enseignement des langues, etc. De l'autre, aucun des résultats qu'elle propose n'est directement accessible au sens commun: ni la réalité du changement linguistique continué, ni la dignité des langues sans écriture, ni la secondarité de l'écriture par rapport à la langue parlée... ne sont des "truisms". La disciplinarisation de la science (son institutionnalisation visible) est donc à la fois un *devoir* et une *stratégie* quasi défensive⁹ (CHISS & PUECH, 1995, p. 108, grifos dos autores).

Compreendemos, assim, que pensar o disciplinar é também pensar o processo de institucionalização, por meio do qual certo domínio ganha visibilidade e se tem a disciplinarização de determinados saberes em condições sócio-históricas e ideológicas específicas. Para os autores (1995), o disciplinar pode estar ancorado em três grandes modalidades referentes à representação da unidade e das fundações da disciplina: (i) a filiação empírica, pela qual se busca a continuidade, seja de uma tradição nacional, seja de uma escola de pensamento, etc; (ii) a divisão, ou demarcação disciplinar, seja em relação ao tempo ou sincronicamente, a qual permite à disciplina estar calcada em certa parte do real e em certa família de disciplinas; e (iii) a refundação conceitual, onde a figura do antecessor não é mais considerada como predecessor empírico, mas como um fundador que legitima uma refundação por reapropriação/reação. Essa última modalidade, para os autores, possibilita entender que a disciplina está situada na ordem da legitimação, mais

⁹ Tradução nossa: "A institucionalização da disciplina parece, pois, resultar de um duplo movimento relativamente contraditório. De um lado, a ciência da linguagem é socialmente útil: ela permite a conservação das línguas chamadas a desaparecer; reconstrói aquelas que já estão desaparecidas; coloca como objeto as atividades linguísticas que constituem a maior parte de nossa vida social; e deve permitir os progressos indispensáveis no domínio de ensino das línguas, etc. De outro lado, nenhum dos resultados que ela propõe é diretamente acessível ao senso comum: nem a realidade da mudança linguística continuada; nem a dignidade das línguas sem escritura; nem a secundariedade da escritura em relação à língua falada... não são 'truismos'. A disciplinarização da ciência (sua institucionalização visível) é, pois, ao mesmo tempo, um *dever* e uma *estratégia* quase defensiva".

próxima da definição do objeto e, na maior parte do tempo, do horizonte de projeção da disciplina, no que deveria/poderia ser (CHISS & PUECH, 1995, p. 106).

Embora não tratamos especificamente da questão disciplinar em nossa pesquisa, torna-se necessária essa reflexão, pois visamos, sobretudo, a explicitar como o campo de saber da Linguística articula-se ao campo da Filologia pela retomada do **Cours de linguistique générale**. Isto é, a questão disciplinar perpassa pela pesquisa desenvolvida, interessando-nos, em especial, a temporalidade que lhe é constitutiva, a partir da qual se pode observar que a disciplina inscreve-se tanto no nível da invenção como da transmissão (CHISS & PUECH, 1999).

Para Chiss & Puech (1999), quando se adota um ponto de vista disciplinar, há uma maior atenção no que diz respeito às considerações que envolvem o objeto da ciência, como seria o caso, por exemplo, em torno do objeto língua, permitindo analisar, por estratificações e delimitações, o modo como o discurso está em relação a outros discursos precedentes, adjacentes, distintos, mas que, no entanto, não são estranhos à(s) disciplina(s) em questão. Diante disso, os autores consideram que as representações disciplinares estão associadas ao processo de constituição dos conhecimentos e é a disciplinarização que organiza a relação entre o nível da continuidade e da descoberta, bem como a herança na perspectiva da inovação (idem, 1995, p. 122).

Pela relação com a temporalidade, é possível verificar que há um *continuum* de discursos disciplinares, como apontam Chiss & Puech (1999, p. 10). Contudo, é importante ressaltar que tal continuidade refere-se à articulação de determinado domínio de saber com o horizonte de retrospectão. Além disso, toda retomada de saberes não implica necessariamente a retomada dos mesmos sentidos, e é a partir desse pressuposto que podemos pensar a questão da (re)fundação proposta por Chiss & Puech (1995). Para os autores, do ponto de vista disciplinar, “la nouveauté n'est mesurable que sur le fond d'une compacité qui est celle de la discipline même: la fondation est nécessairement une re-fondation”¹⁰ (ibid., p. 107).

Tal processo que envolve o disciplinar é decorrente, portanto, de sua relação com a temporalidade, com o horizonte de retrospectão, que estabelece qual domínio de memória constitui determinado campo de saber e permite compreender

¹⁰ Tradução nossa: “a novidade é somente mensurável sobre o fundo de uma compacidade que é aquela da disciplina em si: a fundação é necessariamente uma re-fundação”.

que “la discipline est moins un état de fait qu’un processus toujours déjà commencé et recommencé”¹¹ (idem, 1999, p. 19). Para tanto, Chiss & Puech (1995) destacam a necessidade da figura do predecessor para a constituição de um campo disciplinar, figura esta que,

dans l'ordre empirique de la succession, se confond donc avec celle du «précurseur»/fondateur, pour donner lieu à une appréhension unifiée, homogène du champ de la discipline saisie dans la variété de ses domaines, de ses branches et de ses intérêts¹² (CHISS & PUECH, 1995, p. 112).

No caso da constituição disciplinar da Linguística, os autores, após uma retomada de diversos estudos de grandes linguistas do século XX acerca da contribuição do saussurianismo, destacam o **Cours de linguistique générale**, de Ferdinand de Saussure, como sendo um ‘texto fundador’ capaz de fornecer uma referência retrospectiva que configura um domínio de memória, por estabelecer relações de gêneses, de filiações, de continuidade e descontinuidade, assim como um domínio de pesquisas¹³.

O destaque para essa discussão em torno do disciplinar reitera o fato de o discurso manter uma dupla relação com a história, sendo “histórico, porque se produz em condições determinadas e projeta-se no ‘futuro’, mas também é histórico porque cria tradição, passado, e influencia novos acontecimentos” (ORLANDI, 1990, p. 35). Essas questões indicam que compreender a relação entre discurso e história é imprescindível em um estudo inserido na perspectiva discursiva e da HIL, pois podemos explicitar o funcionamento do discurso pelas determinações históricas que o constituem, compreendendo, conseqüentemente, a temporalidade inscrita no processo discursivo.

Pela temporalidade constitutiva do discurso, em nosso caso, do discurso científico referente aos estudos sobre a língua portuguesa nos anos de 1950, estabelece-se outra noção igualmente importante para a produção do discurso, a

¹¹ Tradução nossa: “a disciplina é menos um estado de coisas que um processo sempre já começado e recomeçado”.

¹² Tradução nossa: “(...) na ordem empírica da sucessão, confunde-se com aquela do ‘precursor’/fundador, por dar lugar a uma apreensão unificada, homogênea do campo da disciplina colocada na variedade de seus domínios, de seus ramos e de seus interesses”.

¹³ Tal domínio refere-se às pesquisas atuais que envolvem o discurso saussuriano, sobretudo, a partir de seus manuscritos.

saber: a exterioridade. Esta, por sua vez, torna possível a relação discursiva real/realidade, sendo que é a partir do real que são estabelecidas “determinações históricas que constituem as condições de produção materiais e a realidade imaginária dos sujeitos com essas determinações” (ORLANDI, 2004, p. 39). Desse modo, a noção de exterioridade afeta o discurso, além de apontar para os diferentes efeitos de sentido que o constituem, uma vez que não se trata de uma exterioridade empírica, trata-se de uma exterioridade discursiva e constitutiva¹⁴ (ORLANDI, 1996; 2005a).

A relação da produção discursiva com a exterioridade torna-se essencial devido ao fato de nos permitir observar o que pode e deve, ou não, ser dito em certas condições de produção. Isso nos leva a considerar que as condições de produção também se configuram como essenciais tanto para definir o modo como se entende determinado domínio de saber quanto para delimitar o que quer que se recorte, para ser colocado em circulação e divulgação.

De acordo com o que assinala Orlandi (2004, p. 70), a exterioridade constitutiva instaura-se “porque a história se inscreve na língua”, fazendo com que esta signifique. É por meio dessa relação entre a exterioridade e o discurso que podemos observar como este produz sentidos, além do modo como é afetado por outros discursos, ou seja, observar o efeito do já dito, do interdiscurso na formulação discursiva. Para Orlandi (2004, p. 55), quando buscamos “compreender como a matéria textual produz sentidos”, estamos trabalhando com a historicidade do texto. Na perspectiva discursiva, a noção de historicidade relaciona-se com a noção de história, com o fora, mas considerando que este exterior afeta e inscreve-se no fio do discurso.

Segundo a autora, quando tratamos dessa relação entre história e historicidade, não devemos partir da história para o texto, mas considerar o texto enquanto uma materialidade histórica que produz sentidos. Nessa abordagem, as noções de história e de historicidade são distintas, contudo, precisamos levar em conta que há uma “ligação entre a história lá fora e a historicidade do texto (a trama de sentidos nele), mas ela não é nem direta, nem automática, nem causa e efeito, e nem se dá termo-a-termo” (ibid., p. 55).

¹⁴ Orlandi (1996), retomando os estudos de Pêcheux, considera que “a exterioridade é o interdiscurso, definido em sua objetividade material contraditória” (p. 31).

A noção de historicidade é significativa no percurso da presente tese, pois permite a reflexão acerca da memória e da filiação de sentidos constitutivas da produção do conhecimento em análise, apontando para a relação estabelecida tanto com a exterioridade quanto com a temporalidade inscrita no processo discursivo. Para compreender o funcionamento da historicidade na materialidade discursiva¹⁵, podemos atentar à noção de interdiscurso¹⁶, a qual remete à relação que o dizer/discurso possui com a ordem do repetível, do já dito para que produza efeitos de sentido. É o interdiscurso que está na base do processo de constituição do discurso, relacionando-se, especialmente, com a memória afetada pelo esquecimento e com os saberes/dizeres já ditos, os quais possibilitam a formulação discursiva (ibid.).

No entanto, é preciso levar em consideração que a relação do discurso com a memória discursiva é regulada pelas condições de produção, ou seja, decorre da conjuntura em que o discurso está imerso. Nesse sentido, entendemos que a produção do conhecimento configura-se enquanto uma prática social, sendo o contexto sócio-histórico e ideológico determinante para a sua produção, afetando as condições de produção do discurso. Pêcheux (2009 [1975]) destaca que a produção do conhecimento científico é resultante de um processo histórico determinado, enfatizando que as ‘ideias científicas’ não se desvinculam da história, são afetadas historicamente e estão em relação à(s) ideologia(s) de certa conjuntura.

Diante disso, é possível observar que a produção do conhecimento também é marcada por movimentos, deslizamentos e deslocamentos, uma vez que o discurso científico pode estar afetado pelos diferentes domínios de saber que estão em circulação em dado momento histórico. Isso, no entender de Pêcheux, ocorre “sob a forma de *relações de desigualdade-subordinação que determinam os ‘interesses’ teóricos em luta numa determinada conjuntura dada*”, fazendo com que a tal produção seja afetada pelo que esse autor chama de “*condições ideológicas da*

¹⁵ A materialidade discursiva é entendida nesse estudo a partir de Pêcheux, considerando que tal noção “remete às condições verbais de existência dos objetos (científicos, estéticos, ideológicos...) em uma conjuntura histórica dada” (2011 [1984], p. 153).

¹⁶ A noção de interdiscurso está desenvolvida na seção 1.3.

*reprodução/transformação das relações de produção*¹⁷ (ibid., p. 173, grifos do autor).

Essas condições ideológicas a que Pêcheux se refere afetam tanto a instauração de uma prática científica quanto o seu desenvolvimento e vinculam-se a uma questão fundamental: a de que toda produção do conhecimento insere-se em uma dada época histórica, com determinadas formações discursivas, que representam, em sua materialidade, dadas formações ideológicas¹⁸. Segundo o autor (ibid.), a prática científica não é indiferente à conjuntura em que se inscreve, é condicionada por uma série de fatores que a afetam e a configuram.

A partir dessa reflexão em torno da determinação histórica, cabe pontuar que a relação com o passado não abrange a totalidade, mas, sobretudo, filiações estabelecidas ao longo da história que configuram o horizonte de retrospectão de dado domínio de saber, e, por conseguinte, identificar a memória aí constitutiva. Além disso, tal relação com o passado está integrada aos saberes atuais, ou seja, aos saberes pertencentes à conjuntura sócio-histórica e ideológica em que a prática científica insere-se.

Tendo em vista as considerações que vimos apresentando sobre a relação da produção do conhecimento com a história, na seção seguinte, continuamos com esse norte, contudo, priorizando a questão da filiação histórica e de sentidos, que, para nós, vincula-se à legitimação e à institucionalização.

1.2. Filiação: uma questão de legitimação e institucionalização

Além da determinação das condições históricas na constituição das práticas científicas, Guimarães (2004) considera que há, também, a determinação institucional, particularizando a produção do conhecimento e a sua circulação. Para

¹⁷ Segundo Pêcheux (2009 [1975], p. 131, grifos do autor), “essas condições contraditórias são constituídas, em um momento histórico dado, e para uma formação social dada, pelo *conjunto complexo de aparelhos ideológicos de Estado* que essa formação social comporta”.

¹⁸ As noções de formação discursiva (FD) e de formações ideológicas (FIs), conforme Pêcheux as define, estão na seção 1.3.

o autor (2004, p. 15), o “conhecimento é produzido por práticas específicas de profissionais específicos¹⁹”, os quais, “para produzirem conhecimento, se acham individualizados pelas instituições a que estão vinculados” (ibid., p. 16). Devido à determinação histórica e das relações institucionais de individuação tanto do sujeito como da própria produção do conhecimento, o autor considera que o sujeito da ciência²⁰ não se situa fora da história nem das relações institucionais a que o mesmo se vincula e que o individualizam. Por esse viés, a produção do conhecimento é uma “prática histórica, materialmente determinada”, constituída por sujeitos situados “ideologicamente em condições históricas específicas” (ibid., p. 16).

A questão institucional, além de particularizar a produção do conhecimento e sua circulação, tem um efeito legitimador, pois são pelas relações institucionais que determinados saberes são legitimados e colocados em circulação. Ou seja, institucionalizam-se certos saberes e sentidos, segundo as condições sócio-históricas e ideológicas. A ‘instituição’, referendando Lagazzi-Rodrigues (2007) por um viés materialista, trata-se de uma organização discursiva que se origina de processos e percursos de institucionalização dos sentidos. A autora considera a relação existente entre legitimidade e instituição como um modo de visualizar os processos de identificação do sujeito, por meio dos quais se tem o reconhecimento produzido pela ideologia, o que, para a autora, é um efeito fundante.

Junto a esses fatores que afetam a produção do conhecimento, devemos considerar ainda que tal produção sempre é constituída por um ‘discurso do sujeito da ciência’. Porém, este sujeito tende a estar ‘presente por sua ausência’, configurando, ao processo de conhecimento, um processo que visa a neutralizar a presença do sujeito (PÊCHEUX, 2009 [1975], p. 182). Isso é decorrente do efeito de objetividade que se pretende com o discurso científico; no entanto, o mesmo sempre está vinculado a alguma ideologia, a partir da qual o indivíduo constitui-se enquanto sujeito e assume determinada posição.

A inscrição do sujeito no discurso torna-se fundamental tanto para a produção do conhecimento quanto para a sua legitimação, pois, por tal inscrição, compreende-

¹⁹ “Profissionais específicos”, sob o ponto de vista de Guimarães (2004), não é entendido enquanto um indivíduo bio-psico-social, mas como um sujeito constituído por um processo histórico e ideológico.

²⁰ A noção de sujeito da ciência, tal como estamos considerando, está explicitada na seção 1.3.1, quando tratamos da constituição e dos desdobramentos do sujeito.

se a relação que o discurso mantém com a conjuntura sócio-histórica e ideológica. Para tanto, consideramos necessário observar o funcionamento da atualização de dizeres que já estão postos no domínio do interdiscurso, visto que é pelo retorno dos já ditos que se lineariza, na constituição da prática científica, certa memória discursiva²¹. A memória discursiva, quando pensamos na prática científica, não se trata somente de uma retomada de saberes, mas da (re)produção de saberes referentes a um determinado domínio de saber situado num tempo e espaço específicos.

Tal entendimento é resultante do fato de que, para que se possam verificar deslocamentos/movimentos em certo domínio de saber, a repetição é essencial, visto que é por meio da reprodução que pequenas mudanças/diferenças podem ser observadas. Podemos relacionar a questão da (re)produção com a reflexão acerca da transmissão de saberes proposta por Chiss & Puech (1995, 1999) em seus estudos sobre a emergência disciplinar da Linguística, nos quais consideram o **Cours de linguistique générale**²² como um ‘texto fundador’, como já destacado na seção anterior.

Chiss & Puech (ibid.) tratam o **Cours** como um texto fundador, uma vez que

Saussure a fonctionné comme «carrefour» dans un champ plus largement différencié encore. En effet, les lectures de «l'événement discursif» qu'a été l'édition du C.L.G. ont contribué à élaborer la mémoire et l'horizon disciplinaire des sciences du langage. Mais on sait bien qu'au-delà de la communauté savante, c'est aussi dans la transmission pédagogique et dans le domaine des «idées générales» et des transferts de connaissances que s'opère cette élaboration²³ (CHISS & PUECH, 1994, p. 42).

²¹ Em nossa tese, não entendemos o interdiscurso como sinônimo de memória discursiva, tal como é possível observar, em alguns momentos, em Orlandi (2004, 2001a), mas sim como noções distintas que estão estreitamente vinculadas, pois, para nós, a memória discursiva se constitui pelos saberes do interdiscurso. Este, por sua vez, abrange todos os dizeres já ditos, que estão na ordem do esquecimento, e retornam para que o dizer signifique. É através desse retorno que compreendemos a memória discursiva, a qual não se vincula ao todo do interdiscurso, mas aos dizeres que retornam e são constitutivos do fio do discurso.

²² Doravante **Cours**.

²³ Tradução nossa: “Saussure funcionou como um ‘cruzamento’ em um campo ainda mais amplamente diferenciado. Com efeito, as leituras de ‘acontecimento discursivo’ que teve a edição do C.L.G. contribuíram para elaborar a memória e o horizonte disciplinar das ciências da linguagem. Mas sabemos bem que, para além da comunidade científica, é também na transmissão pedagógica e no domínio das ‘ideias gerais’ e das transferências de conhecimentos que se opera essa elaboração”.

Ressaltamos essa reflexão dos autores, considerando o **Cours** enquanto um texto fundador, devido ao nosso interesse de pesquisa, que é compreender o processo discursivo em torno da maneira como os saberes da Linguística, via **Cours**, linearizam-se na formulação discursiva de nosso *corpus* analítico. Tendo em vista esse domínio de memória, ou, ainda, ‘texto fundador’, partimos das citações do **Cours** presentes nos recortes discursivos mobilizados para o desenvolvimento analítico, a fim de compreender que efeitos o encaixe da citação produz na linearidade do discurso, considerando o funcionamento da paráfrase discursiva. Por meio deste funcionamento, visamos a explicitar o processo de articulação dos saberes da Linguística junto à constituição discursiva, articulação essa que nos permite refletir sobre a maneira como o processo discursivo é afetado por uma ‘formulação origem’²⁴, no caso o **Cours**, que se atravessa e se lineariza no fio do discurso.

A partir do que postulam Chiss & Puech (1994) e de nossa questão de pesquisa, entendemos que o **Cours** configura-se como um ponto de ancoragem para outros discursos, os quais, ao retomar tal postulado, constituem-se tendo em vista certa filiação de sentidos²⁵. Dessa forma, consideramos, em nossa reflexão, que as retomadas de determinados saberes não se configuram apenas como referências que se linearizam no discurso por meio da repetição, mas como já ditos que produzem sentidos e passam a constituir dada prática científica. Ao se reproduzirem determinados saberes em conjunturas outras, tem-se um movimento de sentidos, visto que os saberes já postos passam a estar vinculados a outras condições sócio-históricas e ideológicas.

Para nós, a retomada de saberes vincula-se ao que Auroux (2008) destaca a respeito da ‘co-presença dos conhecimentos’, considerando como “uma modalidade necessária do horizonte de retrospectão” (p. 141). Segundo o autor, não há como desconsiderar essa co-presença quando pensamos na produção de conhecimento, pois comprometeria a estrutura do horizonte de retrospectão e, em consequência, a historicidade dos conhecimentos.

²⁴ A noção de ‘formulação origem’ é retomada de Courtine (2009 [1981]) e está destacada na Parte II, seção 2.3, na página 75.

²⁵ Cabe destacar que não entramos na problemática da veracidade do que se propõe no **Cours**, nem na questão de sua constituição e publicação. Não tratamos disso, visto que o nosso *corpus* de análise data dos anos de 1950, quando ainda não haviam sido publicados os primeiros manuscritos de Saussure, bem como pelo fato de serem retomadas as considerações presentes no **Cours** em nosso *corpus*, ou seja, interessa-nos a relação com esse domínio de memória.

Quando tratamos da (re)produção de saberes constitutiva da produção do conhecimento, devemos levar em conta que, para ser legitimada, a prática científica está atrelada às relações institucionais, ao Estado e à circulação entre seus pares, ou seja, constitui-se também pela relação política e social entre os sujeitos que se filiam a determinado domínio científico. Entendemos que só há retomada de certos saberes em determinado discurso, como é o caso da presença do **Cours** em nosso arquivo de pesquisa, composto por obras pertencentes ao domínio filológico, se há condições específicas para que isso ocorra, podendo instaurar, ao mesmo tempo, deslizamentos sobre o que está posto no domínio científico em questão. A reconfiguração em torno dos saberes retomados é, para nós, uma condição necessária para a produção do conhecimento, uma vez que são esses movimentos que possibilitam a configuração do horizonte de projeção de dado domínio de saber. Isso quer dizer que “sem memória e sem projeto, simplesmente não há saber” (AUROUX, 1992, p. 11).

Deste modo, reiteramos que a produção de conhecimento constitui-se em relação a outros discursos, e o sujeito inscrito nesse processo identifica-se com determinado domínio/teoria e não com outro(a), que caracteriza, por conseguinte, a prática científica, (de)marcando sua posição teórico-ideológica. Isso aponta para a necessidade de se levar em consideração a relação existente com o outro²⁶, que é fundamental para a consolidação e (de)marcação de dado campo de saber, que se configura a partir de condições sócio-históricas e ideológicas específicas, pois a produção de conhecimento, como enfatiza Scherer, trata-se de

um trabalho permanente de demarcação de lugar, trabalho que envolve um policiamento incessante de fronteiras e uma vigilância epistemológica ímpar de domínios, a fim de que possamos manter as rédeas de nossa sujeição nos possíveis deslizamentos de sentido na constituição do campo de saber em que estamos postos (SCHERER, 2008, p. 133).

Ao inscrever-se num domínio de saber, o sujeito, ao mesmo tempo, filia-se a ele e aos sentidos colocados em funcionamento pela determinação histórica. Para Lagazzi-Rodrigues (2007, p. 13), “filiar-se a uma teoria é reconhecer-se frente a determinadas possibilidades de perguntas e de práticas científicas, em determinadas

²⁶ Esse ‘outro’ é tomado tendo em vista a relação que o dizer tem com o já dito, com o interdiscurso.

condições de produção”. Por meio da relação com os saberes que formam o campo do conhecimento a que se filia, o sujeito configura sua prática científica, a qual passa a circular, em determinadas condições, especialmente quando reconhecida e legitimada.

A circulação interessa-nos, uma vez que possibilita observar que saberes e filiações de sentidos se estabelecem em dada conjuntura e condições de produção. Pelo modo de circulação, compreendemos, como menciona Orlandi, os trajetos dos dizeres, os quais são igualmente carregados de sentidos, visto que “os sentidos são como se constituem, como se formulam e como circulam” (2005a, p. 12).

Quando nos referimos à circulação do conhecimento, também devemos levar em conta a questão da legitimação, que se liga, por sua vez, à questão institucional, ao que pode e deve ser dito, mas também àquilo que não pode e não deve ser dito em determinadas condições. Para Guimarães (2009), o modo de circulação do conhecimento está vinculado a uma determinada política científica, a qual afeta o direcionamento da prática científica de dada conjuntura. O autor enfatiza que

Falar de política científica é falar de algum tipo de controle do que se deve ou não pesquisar. Ou, dito de forma talvez mais branda, do que é mais necessário pesquisar. Assim, falar de política científica é colocar em cena uma discussão sobre a independência da ciência e do cientista. Ou, em outros termos, o que pode ser tomado como elemento que conforma a ação do cientista (GUIMARÃES, 2009, p. 8).

Cabe ressaltar que, pelo modo de circulação do conhecimento, compreende-se como um domínio de saber institucionaliza-se, além dos ‘trajetos dos dizeres’. Orlandi (2002, p. 156) entende que, “quando os autores se filiam a uma teoria e não outra, e quando fazem um recorte do objeto de conhecimento, estão produzindo uma política de ciência com conseqüências para uma política social”.

A nosso ver, a filiação em determinado domínio de saber é fundamental para que se constitua uma política de ciência, pois, a partir do momento que certos saberes passam a constituir as práticas científicas, pode-se considerar que os mesmos estão (de)marcando um lugar em certas condições de produção. Entendemos que é, sobretudo, a filiação que permite aos saberes se institucionalizar e circular em dada conjuntura sócio-histórica e ideológica, possibilitando não só a constituição de uma política de ciência, mas também uma política social. Esta, para

nós, configura-se através do reconhecimento entre seus pares, ou seja, constitui-se quando determinada prática científica está sujeita ao que Auroux (2008, p. 130) denomina de ‘comunidades de conhecimento’, cuja função é validar e legitimar os conhecimentos.

Sobre a importância dessas comunidades para a prática científica, recorreremos aos estudos de Santos²⁷ (1989), destacando que “as condições teóricas do trabalho científico [...] não só evoluem historicamente como a sua aceitação e modo de aplicação num certo momento depende do grupo de cientistas com mais autoridade no seio da comunidade científica” (p. 139). Isso quer dizer que a comunidade científica é organizada por ‘normas sociais’ que atuam sobre a produção do conhecimento, instaurando uma forma de ‘controle social’ interno à comunidade científica. Esta é, portanto, para Santos, o lugar onde ocorre a “mediação entre o conhecimento científico e a sociedade no seu todo e na sua tripla identidade sócio-econômica, jurídico-política e ideológica-cultural” (p. 145). Quando tratamos da comunidade científica, na visão do autor, devemos considerar que sua estrutura interna configura-se a partir da mediação com o social, com o exterior.

Nesse sentido, o reconhecimento coletivo é essencial tanto para o que se coloca em circulação quanto para a produção dos conhecimentos, que estão submetidas à legitimação e à validação das ‘comunidades de conhecimento’. Para nós, toda filiação teórica, o modo como se representa determinado objeto, é perpassado por uma questão ideológica e histórica. Filiar-se a certa comunidade científica é marcar-se enquanto sujeito, inscrevendo-se em uma posição ideológica, uma vez que o lugar onde o sujeito está inscrito funciona, segundo Scherer (2008, p. 133), “como um jogo de força que procura manter uma certa regularização [...], em um certo domínio”.

Para observar o processo de filiação inerente à prática científica, é preciso considerar, ao mesmo tempo, que tais filiações a que o sujeito está submetido não são lugares estáveis, visto que o sujeito constitui-se pela relação estabelecida com as condições de produção do discurso. Além disso, é importante destacar que, em razão da prática científica estar inscrita em uma dada conjuntura, a produção do

²⁷ Referenciamos os estudos propostos por Boaventura Souza Santos pelas suas contribuições acerca de questões importantes sobre a constituição da ciência.

conhecimento é determinada por uma memória discursiva que, como destacamos anteriormente, é resultante e regulada por essas condições.

As condições de produção regulam a memória discursiva, e, por meio delas, podemos compreender a determinação ideológica e histórica de dada prática científica. Podemos afirmar, então, que essa prática não ocorre ‘de forma retilínea’, e um dos fatores que corrobora para que a produção do conhecimento não se dê ‘em linha reta’ é a sua relação com a história. Essa relação indica que a produção do conhecimento está vinculada a saberes já postos, resultantes de outras conjunturas.

Consideramos que a produção do conhecimento não só se relaciona a dizeres anteriores, como também pode apresentar novos sentidos frente ao que é retomado, ou seja, romper com o que está dado. O movimento no interior de uma ciência é fruto das condições sócio-históricas e ideológicas do momento em questão, as quais permitem a constituição da prática científica, que se diferenciara do seu passado, mas que não se desvincula do que está posto, sendo o processo de produção do conhecimento o que Pêcheux (2009 [1975], p. 182) denomina de ‘corte continuado’.

Quando nos referimos à produção do conhecimento, não estamos tratando, portanto, de um discurso dissociado de suas condições de produção, nem separado da história, como destaca Pêcheux (ibid.). Para o autor, todo discurso é afetado por uma rede de já ditos, por meio dos quais o sujeito constitui-se, inscrevendo-se em dada posição ideológica decorrente dos já ditos que ressoam no discurso e que pertencem à instância do interdiscurso. Esta instância, como sabemos, determina a formulação do discurso, o nível intradiscursivo, sendo o lugar em que o dizer se lineariza, onde “a linguagem ganha vida, que a memória se atualiza, que os sentidos se decidem, que o sujeito se mostra (e se esconde)” (ORLANDI, 2005a, p. 9)²⁸.

É por meio dos já ditos inscritos na constituição do discurso que compreendemos quais saberes estão em circulação em determinada conjuntura. Essa inscrição de saberes, por meio da retomada do já dito, permite ao discurso constituir-se por um percurso que “leva a diferentes espaços e tempos, e que ao enxergarmos os materiais históricos com as lentes de estudos que também se

²⁸ Essas dimensões, a da constituição e da formulação, estão referenciadas na seção 1.3.

deram na história, estamos envolvidos nessa grande trama de sentidos em que se apresentam diferentes imaginários do objeto de saber” (NUNES, 2008, p. 119).

Tais retomadas de saberes, em dadas condições de produção, possibilitam a constituição do horizonte de retrospectão no discurso, o qual pode se estabelecer por meio de noções, conceitos etc. que remetem a diferentes épocas. Para Pêcheux (2006), trata-se das filiações históricas que se inscrevem no discurso, as quais se organizam em redes de memória, que, por sua vez, vinculam-se às ‘coisas-a-saber’. Estas, segundo o autor, devem ser “tomadas em redes de memória, dando lugar a filiações identificadoras e não a aprendizagens por interação: a transferência não é uma ‘interação’, e as filiações históricas nas quais se inscrevem os indivíduos não são ‘máquinas de aprender’” (ibid., p. 54).

Assim, todo discurso é marcado por uma filiação histórica, por uma relação com a memória, que, ao mesmo tempo, torna-se a base da produção do discurso, pois só há discurso pela relação com o já dito. Entendemos a relação do discurso com a memória discursiva como essencial para que o mesmo produza sentidos, além de ser a condição de sua existência. Segundo Courtine e Marandin (1981, p. 28), “les discours sont répétés ou plutôt il y a des répétitions qui font discours”²⁹.

Para nós, a constituição do discurso é, portanto, condicionada pela ordem da repetição, pelo nível do interdiscurso, visto que é pelo jogo com os dizeres já ditos que observamos a determinação histórica do discurso, vinculando-o a um passado e/ou projetando-o a um futuro. Nunes assinala que

Um discurso remete a outros discursos dispersos no tempo, ele pode simular um passado, reinterpretá-lo, projetá-lo para um futuro, fazendo emergir efeitos temporais de diversas ordens. Compreender a temporalidade significa atentar para as diferentes temporalidades inscritas no discurso, mostrando as relações entre elas e os efeitos de sentido que aí se produzem (NUNES, 2007, p. 376).

A reflexão de Nunes dialoga com o que enfatiza Auroux (2008) a respeito da configuração do saber, o qual se relaciona a algo anterior, mas se projeta para um futuro, ou seja, o saber é contínuo e determinado historicamente. Toda prática científica é, desse modo, constituída por uma historicidade, resultante do horizonte de retrospectão em funcionamento e inscrito no discurso científico. Pela

²⁹ Tradução nossa: “Os discursos são repetidos, ou melhor, há repetições que fazem discurso”.

historicidade constitutiva da prática científica, compreende-se a determinação histórica e ideológica que configuram a constituição discursiva, bem como a posição do sujeito que aí se instala. Ainda, podemos dizer que é por meio da posição ou tomada de posição do sujeito que se podem observar as filiações históricas e de sentidos linearizadas na formulação do discurso.

Sobre essa reflexão em torno da filiação, retomamos Chiss & Puech (1999), para os quais

proclamer des filiations ou des affiliations, c'est organiser un champ de savoir homogène par un certain agencement de la mémoire. Définir un objet propre dans ce champ homogène, c'est indexer, identifier, décrire les principaux domaines de la discipline où l'objet trouve sa place légitime. Fixer des tâches programmatiques, c'est compléter, par la dimension projective, la cohérence rétrospective et synchronique de la discipline. Le point de vue disciplinaire, par quelque côté qu'on l'envisage, nous confronte donc à la dimension temporelle (retrospection, délimitation synchronique, projection) d'une *représentation* du savoir³⁰ (CHISS & PUECH, 1999, p. 16).

As filiações históricas e de sentidos são, portanto, essenciais para um estudo que visa ao modo como discursos outros inscrevem-se no fio do discurso, como é o caso da nossa proposta de tese, permitindo explicitar os conhecimentos precedentes, que estão co-presentes e que afetam dada prática científica. Refletir sobre a questão da filiação torna-se, para nós, fundamental para compreendermos quais saberes constituem os estudos sobre a língua portuguesa dos anos de 1950 e a maneira como tais já ditos estão linearizados e articulados na horizontalidade discursiva.

³⁰ Tradução nossa: “proclamar as filiações ou as afiliações, é organizar um campo de saber homogêneo por um certo agenciamento da memória. Definir um objeto próprio nesse campo homogêneo é indexar, identificar, descrever os principais domínios da disciplina onde o objeto encontra seu lugar legítimo. Fixar as tarefas programáticas, é completar, pela dimensão projetiva, a coerência retrospectiva e sincrônica da disciplina. O ponto de vista disciplinar, por qualquer lado que consideramos, confronta-nos, pois, a uma dimensão temporal (retrospectiva, delimitação sincrônica, projeção) de uma *representação* do saber”.

1.3. A constituição do sujeito na prática científica

Nas seções anteriores, enfatizamos a importância de levarmos em consideração a articulação entre a produção do conhecimento e a exterioridade, detendo-nos, sobretudo, na conjugação entre discurso e história, a qual nos permite observar o processo de filiação constitutivo do discurso. Já nesta seção, centramos nossa reflexão na relação entre discurso e sujeito, para ressaltar que este pode estar inscrito de diferentes modos no processo discursivo.

Interessa-nos também destacar como certo discurso pode estar constituído por diferentes tomadas de posição do sujeito, para compreender os sentidos inscritos em determinado processo discursivo. Em nossas análises, por exemplo, visamos às tomadas de posição do sujeito partindo dos dizeres linearizados na formulação discursiva, ou seja, considerando os saberes inscritos na constituição do discurso. Entendemos que é necessário fazê-lo, pois, pelas tomadas de posição, é possível refletir sobre o modo como saberes pertencentes a posições distintas articulam-se no fio discursivo. Além disso, compreenderemos, por meio dessa articulação, a maneira como a prática científica dos anos de 1950 está marcada e se significa pelo funcionamento do discurso-transverso.

A partir da perspectiva em que nos inserimos, partimos da consideração de que não há discurso sem sujeito e que não há sujeito sem ideologia (ORLANDI, 2001a). O discurso é entendido enquanto efeito de sentido entre locutores, vinculado a uma forma material que é linguística e histórica, uma vez que o discurso tem como materialidade específica a língua, que, por sua vez, inscreve-se na história para significar (idem, 2004). Por esse viés, a língua não é transparente, dotada de um sentido evidente e único, ela é opaca e dotada de equívocidade.

A produção do discurso liga-se, especialmente, a duas instâncias, a saber: a interdiscursiva e a intradiscursiva³¹. Tais instâncias também são referenciadas por Courtine (2009 [1981], p. 89), ressaltando o fato de o enunciado inserir-se em uma ‘rede de formulações’, definindo-se a partir do momento em que se inscreve numa “posição de sequência horizontal ou intradiscursiva”. Com essa inscrição, o

³¹ Essas duas instâncias também estão destacadas na seção 2.3.

enunciado passa a fazer parte de uma ‘rede interdiscursiva de formulações’, uma rede que é vertical, lugar onde “um dado enunciado tomará lugar entre um conjunto de formulações extraídas de sequências discursivas levantadas de outras CP [condições de produção] do discurso, entre as quais algumas serão heterogêneas” (ibid., p. 90).

O autor considera o nível horizontal e o vertical como indissociáveis, mas pertencentes a momentos distintos, ambos constitutivos do enunciado, que, por sua vez, relaciona-se

de um lado, em uma *relação horizontal* com outras formulações no interior do intradiscurso de uma sequência discursiva; e, de outro, em uma *relação vertical* com formulações determináveis noutras sequências discursivas no interdiscurso de uma FD (COURTINE, 2009 [1981], p. 90).

Orlandi (2005a), tendo em vista tais níveis propostos por Courtine, propõe que a constituição do discurso caracteriza-se pelo eixo da verticalidade e o nível da formulação do discurso pelo eixo da horizontalidade³². Para a autora, a constituição do discurso refere-se ao lugar do interdiscurso, instância em que há a irrupção de discursos outros, já ditos, que estão na ordem da exterioridade e do esquecimento. Por meio do modo como os já ditos estão linearizados no discurso, o sujeito constitui-se, inscrevendo-se em determinada posição, posição que é determinada historicamente e ideologicamente (ORLANDI, 2005a).

O interdiscurso é fundamental para a produção dos sentidos de dado discurso e relaciona-se à memória afetada pelo esquecimento, a qual abrange os saberes já existentes, advindos, conseqüentemente, de lugares diferentes, isto é, de ideologias diferentes. Pelo interdiscurso, observamos que o processo de produção de todo discurso provém da ligação de uma rede de dizeres já ditos que “afetam o modo como o sujeito significa em uma situação discursiva dada” (ORLANDI, 2001a, p. 31), fazendo com que o discurso esteja marcado por uma memória discursiva. Esta é constitutiva do discurso, pois, para que este produza sentidos, é necessário que se vincule a algo já posto, sustente-se num já lá.

³² Neste momento enfatizaremos, sobretudo, a instância da constituição do discurso.

Nas palavras de Orlandi, o interdiscurso³³ é onde

se explicita o processo de constituição do discurso: a memória, o domínio do saber, os outros dizeres já ditos ou possíveis que garantem a formulação (presentificação) do dizer, sua sustentação. Garantia de legibilidade e de interpretação: para que nossas palavras façam um sentido é preciso que (já) signifiquem. Essa impessoalidade do sentido, sua impressão referencial, resulta do efeito de exterioridade: o sentido lá. A objetividade material contraditória (ORLANDI, 2004, p. 39).

No entanto, antes de nos aprofundarmos na questão do interdiscurso, noção que ganha relevância em nossa pesquisa, é preciso retomar a consideração anterior: a de que não há discurso sem sujeito. Para a materialização do discurso, é necessária a relação com o sujeito, que, para nossa posição discursiva, constitui-se pela interpelação ideológica. Isso quer dizer que o sujeito torna-se um efeito da ideologia, é assujeitado a ela, além de ser dotado de inconsciente, que permite a ilusão do sujeito em ser a origem do seu dizer e de controlar os sentidos (ORLANDI, 2004).

O sujeito, em razão do efeito ideológico que o constitui, assujeitando-o, configura-se como uma posição entre outras, posição que permite observar como o sujeito se significa em dada materialidade, isto é, pela posição-sujeito inscrita no discurso. Conforme Orlandi (ibid., p. 49), “esse sujeito que se define como ‘posição’ é um sujeito que se produz entre diferentes discursos, numa relação regrada com a memória do dizer (o interdiscurso), definindo-se em função de uma formação discursiva na relação com as demais”.

Toda posição-sujeito, por ser ideológica e determinada historicamente, relaciona-se a uma forma-sujeito-histórica. A forma-sujeito está vinculada ao processo de individuação do sujeito pelos aparelhos jurídico-políticos, processo este que nem sempre ocorre plenamente³⁴, visto que não há ritual sem falhas, como nos ensina Pêcheux (2009 [1975]). O que queremos destacar é a possibilidade de o sujeito resistir a essa determinação (ideologia dominante), fazendo com que se tenha o rompimento com o processo de identificação e os modos de individuação (ORLANDI, 2010).

³³ O interdiscurso, tal como Pêcheux define essa noção, está explicitado na seção 2.3.

³⁴ Aqui estamos referenciando a questão da identificação plena do sujeito, uma das modalidades de subjetivação do sujeito tal como propõe Pêcheux (2009 [1975]).

Sobre as formas-sujeito-históricas, sabemos que podem configurar-se por diferentes modos de individuação, de acordo com as condições históricas e ideológicas de dada conjuntura. Orlandi (ibid.) considera que a forma-histórica do sujeito moderno é a forma capitalista, constituindo um sujeito jurídico que tem direitos, deveres e livre circulação social. Os modos de individuação correspondentes a tal forma-histórica permitem ao sujeito ser responsável e dono de sua verdade. No entanto, o sujeito é sempre determinado pelo Estado, o qual se impõe, controlando-o e responsabilizando-o pelos seus atos.

Podemos dizer que tal determinação do sujeito aponta para o seu assujeitamento, que, para Haroche (1992, p. 178), “exprime bem esta ‘ficção’ de liberdade e de vontade do sujeito: o indivíduo é determinado, mas, para agir, ele deve ter a ilusão de ser livre mesmo quando se submete”. Essa ficção resulta no que a autora propõe como a forma sujeito-de-direito, que está ligada ao sujeito jurídico.

Haroche enfatiza que, anterior ao sujeito jurídico, havia uma outra forma-sujeito, vinculada à religião, a saber: o sujeito religioso. A constituição do sujeito jurídico resulta do enfraquecimento do sujeito religioso, quando o “aparelho religioso não é mais capaz de, por si mesmo, enquadrar o sujeito” (ibid., p. 182). Desse modo, instauram-se novas formas de controle sob o sujeito, propondo “uma subordinação menos visível e mais insidiosa, pois insiste precisamente na idéia de um sujeito livre e não determinado quanto a suas escolhas” (ibid., p. 183).

A primeira forma-sujeito, que se configura nos séculos XI, XII até o Iluminismo³⁵, é determinada pela questão religiosa, tomando o sujeito como submisso, resultado dos mecanismos da crença; já a segunda, é determinada pelo capitalismo. O interesse da autora, quando menciona essas formas, é observar a noção de determinação sobre o sujeito, em especial, no âmbito da gramática, considerando-a também como um lugar de coerção.

Orlandi (2004) também propõe uma distinção acerca da forma-sujeito-histórica, entendendo que há a forma-sujeito medieval e a forma-sujeito moderna, as quais se distinguem por se relacionarem de modo distinto com a interpretação. Ou seja, por ser histórico, o assujeitamento dessas formas não se realiza do mesmo modo, pois, no sujeito medieval, ocorre pela determinação e, no sujeito moderno,

³⁵ Cabe destacar que é com o advento do Iluminismo que a forma-sujeito religiosa enfraquece, possibilitando a instauração de outra forma-sujeito, a forma-sujeito capitalista.

ocorre pela interpelação. Para a autora (ibid., p. 89), “a determinação se exerce de fora para dentro e é religiosa; a interpelação faz intervir o direito, a lógica, a identificação”, não havendo separação entre exterioridade e interioridade. Enquanto o sujeito religioso é submisso a Deus, o sujeito moderno é submisso ao Estado, mas sob um efeito contraditório, uma vez que tem a ilusão de ser livre, quando, na verdade, continua a ser submisso.

Detemo-nos nessas considerações, porque toda tomada de posição-sujeito está ligada a um desdobramento da forma-sujeito, sendo sempre ideológica e histórica. Porém, como ressaltamos, a noção de sujeito, embora tenha uma determinação *a priori*, pode romper e/ou questionar tal assujeitamento, visto que é “historicamente capaz de se voltar contra as causas que o determinam” (PÊCHEUX, 2009 [1975], p. 274-275). Além disso, há outro ponto que contribui para que a relação entre sujeito e ideologia falhe, trata-se do fato de o sujeito não ser apenas assujeitado, mas também dotado de um inconsciente.

A noção de inconsciente é fundamental para a constituição do sujeito e dos sentidos, bem como para compreender os chamados esquecimentos nº 1 e nº 2 que Pêcheux (ibid.) propõe. O autor destaca que o esquecimento nº 1 refere-se ao fato de o sujeito-falante não poder estar fora de uma formação discursiva, em seu exterior, pois ela o determina, constituindo-o enquanto sujeito. Segundo Orlandi (2006), trata-se do esquecimento ideológico e é inconsciente, situando-se na base da constituição do sujeito e do sentido.

Já o esquecimento nº 2 vincula-se a um ‘efeito de ocultação parcial’, caracterizado por ser a “fonte da impressão de realidade do pensamento para o sujeito (‘eu sei o que eu digo’, ‘eu sei do que eu falo’)” (PÊCHEUX, 1997 [1969], p. 176). É o esquecimento através do qual “todo sujeito-falante ‘seleciona’ no interior da formação discursiva que o domina, isto é, no sistema de enunciados, formas e seqüências que nela se encontram em relação de paráfrase” (idem, 2009 [1975], p. 161). Para Orlandi (2006), esse esquecimento é da ordem da formulação, apontando para o fato de o sujeito esquecer que há outros sentidos possíveis, e que “ao longo de seu dizer vão-se formando famílias parafrásticas de tudo aquilo que ele podia dizer, mas não disse” (p. 21). Conforme a autora, refere-se a um esquecimento enunciativo, o qual produz “a impressão da realidade do pensamento, como se

houvesse uma relação termo a termo com o que digo, o que penso e a realidade a que me refiro” (ibid., p. 21).

Fazemos referência a tais esquecimentos por serem essenciais para a constituição do sujeito, permitindo-lhe a ilusão de ser o dono e a fonte de seu dizer, bem como de ser capaz de controlar os sentidos, quando, na realidade, esse processo resulta, sobretudo, do seu assujeitamento à ideologia, e da inscrição na língua e na história. A partir disso, o esquecimento, segundo Orlandi (2001a), é entendido como algo ‘estruturante’, que contribui para a constituição dos sujeitos e dos sentidos. Para a autora,

As ilusões não são “defeitos”, são uma necessidade para que a linguagem funcione nos sujeitos e na produção de sentidos. Os sujeitos “esquecem” que já foi dito – e este não é um esquecimento voluntário – para, ao se identificarem com o que dizem, se constituírem em sujeitos. É assim que suas palavras adquirem sentido, é assim que eles se significam retomando palavras já existentes como se elas se originassem neles e é assim que sentidos e sujeitos estão sempre em movimento, significando sempre de muitas e variadas maneiras. Sempre as mesmas mas, ao mesmo tempo, sempre outras (ORLANDI, 2001a, p. 36).

Além disso, tal funcionamento que permeia o discurso possibilita-nos observar os já ditos atualizados na horizontalidade do discurso, os quais remetem a uma exterioridade e marcam o lugar de inscrição do sujeito. É nesse processo que os sentidos se constituem, não podendo ser contidos nem determinados, visto que estão sempre em movimento, de acordo com as condições históricas em que o discurso está inserido. Contudo, os sentidos não podem ser qualquer um, por estarem balizados por um ‘sítio de significação’ (ORLANDI, 2005a).

O sentido, segundo Pêcheux (2009 [1975]), vincula-se às “posições ideológicas que estão em jogo no processo sócio-histórico no qual as palavras, expressões e proposições são produzidas (isto é, são reproduzidas)” (p. 146). Todo sentido constitui-se a partir de dada posição-sujeito, posição que somente pode ser apreendida quando em relação à dada conjuntura sócio-histórica e ideológica. Assim, é pelo fato de as palavras, expressões etc. poderem se relacionar com diferentes posições e, por conseguinte, com diferentes condições históricas, que há a possibilidade de os sentidos serem diferentes, isto é, o sentido está em

consonância ao lugar social que o sujeito ocupa, mais precisamente às formações ideológicas (FIs)³⁶.

A relação entre o sentido e o lugar social por meio do qual o sujeito fala, vincula-se ao que Orlandi (2001a) chama de 'relações de força', pois é de acordo com esse lugar que as palavras significam. Cabe ressaltar que tais mecanismos, quando em relação ao processo de constituição do discurso, sujeito e sentidos, referem-se às formações imaginárias. Estas nos permitem compreender que, do ponto de vista discursivo, não interessa os sujeitos físicos nem seus lugares empíricos, mas o modo como estão projetados no discurso, projeções que estabelecem as condições de produção e o modo de inscrição dos sujeitos no discurso, ou seja, a posição-sujeito.

Por essa perspectiva, sujeito e sentido constituem-se ao mesmo tempo, no processo discursivo, pela relação estabelecida com determinada formação discursiva (FD), que, por sua vez, configura-se a partir do interdiscurso (ORLANDI, 2004). O interdiscurso caracteriza-se por abarcar todo o domínio do universo do dizível. Porém, devido à impossibilidade de se relacionar com o todo desse domínio, os saberes passam a estar regionalizados no interior do interdiscurso, e cada 'região' configura uma FD em específico, indicando-nos que o interdiscurso é um espaço heterogêneo, integrando, segundo Pêcheux (2009 [1975], p. 149), "o todo complexo com dominante' das formações discursivas".

A FD, do ponto de vista discursivo³⁷, refere-se àquilo

que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado da luta de classes, determina o *que pode e deve ser dito* (articulado sob a forma de uma arenga, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa etc.) (PÊCHEUX, 2009 [1975], p. 147).

³⁶ As FIs, como Pêcheux (2009 [1975], p. 132) considera, "possuem um caráter 'regional' e comportam posições de classe: os 'objetos' ideológicos são sempre fornecidos ao mesmo tempo que a 'maneira de servir deles' - seu 'sentido', isto é, sua orientação, ou seja, os interesses de classes dos quais eles servem -, o que se pode comentar dizendo que as ideologias práticas são práticas de classes (de luta de classes) na Ideologia".

³⁷ A noção de FD, tal como propõe Pêcheux, é retomada dos estudos de Foucault; no entanto, ao deslocá-la para o campo da AD, a noção adquire funcionamentos específicos. Essa relação polêmica, por assim dizer, está desenvolvida em Courtine (2009 [1981]).

São as FDs que regulam o discurso, balizando o que pode e deve ser dito, mas também o que não pode e não deve ser dito em dada conjuntura sócio-histórica. Tal funcionamento da FD decorre em razão de se tratar de uma noção que “representa na linguagem as formações ideológicas que lhes são correspondentes” (PÊCHEUX, 2009 [1975], p. 147). Essa noção é, para nós, de suma importância, tanto para a constituição do sujeito quanto para a do sentido, já que, por meio da inscrição em determinada FD, tem-se a tomada de posição-sujeito, bem como a instauração do(s) sentido(s) do discurso/dizer.

Toda FD comporta uma forma-sujeito³⁸ que se sobressai e que é dominante frente aos saberes pertencentes a tal domínio de saber. A forma-sujeito “tende a absorver-esquecer o interdiscurso no intradiscurso, isto é, *ela simula o interdiscurso no intradiscurso*, de modo que o interdiscurso *aparece* como o puro ‘já-dito’ do intradiscurso” (PÊCHEUX, 2009 [1975], p. 154, grifos do autor).

Ainda, podemos dizer que o processo de constituição do sujeito e do discurso está calcado no interdiscurso a partir de seus elementos que são o pré-construído e o processo de sustentação. O pré-construído refere-se ao ‘sempre-já-aí da interpelação ideológica’, o que é pré-existente, anterior e exterior a toda formulação, sendo, pois, ‘a matéria-prima’ do sujeito. Já no processo de sustentação, há o atravessamento e o encadeamento dos elementos discursivos dados pelo pré-construído, permitindo-nos observar o funcionamento do discurso-transverso.

Interessam-nos esses elementos pelo fato de eles contribuírem para a compreensão do modo como o sujeito está inscrito em determinada FD, e, por conseguinte, das tomadas de posição diante de tal assujeitamento e identificação. A tomada de posição é “um efeito, na forma-sujeito, da determinação do interdiscurso como discurso-transverso, isto é, o efeito da ‘exterioridade’ do real ideológico-discursivo, na medida em que ‘se volta sobre si mesma’ para se atravessar” (ibid., p. 160).

Tendo em vista tais considerações sobre o modo como sujeito e sentido constituem-se na formulação discursiva, na subseção seguinte, destacamos, mais especificamente, os possíveis desdobramentos da forma-sujeito.

³⁸ Apesar da FD apresentar uma forma-sujeito dominante, sabemos que pode haver o desdobramento dessa noção em outras tomadas de posição, como veremos adiante.

1.3.1 A forma-sujeito e as possíveis modalidades de subjetivação

Trazemos algumas considerações sobre os desdobramentos da forma-sujeito, devido ao fato de que, quando analisamos determinado processo discursivo, devemos atentar ao modo como o sujeito está inscrito no discurso, ou seja, atentar ao modo de subjetivação pela tomada de posição do sujeito. Pêcheux (2009 [1975]), em seus estudos, observa que pode haver desdobramentos do sujeito diante da forma-sujeito constituída, resultando em distintos modos de subjetivação, os quais permitem ao sujeito diferentes tomadas de posição frente à FD em que está inscrito. Segundo o autor, o sujeito tem a possibilidade de estar vinculado a três modalidades de tomada de posição: identificação plena; contraidentificação; desidentificação.

A identificação plena é caracterizada por Pêcheux como uma “superposição *entre o sujeito da enunciação e o sujeito universal*” (ibid., p. 199, grifos do autor). Para Indursky (2002, p. 2), essa modalidade indica “uma identificação plena do sujeito do discurso com a forma-sujeito da FD que afeta o sujeito”. Tal modo de subjetivação tende a apresentar um sujeito que se identifica, que aceita e defende a determinação ideológica que lhe foi imposta, reduplicando seus saberes de modo que seja um sujeito perpassado pela ilusão de unidade (idem, 2008). Essa tomada de posição caracteriza-se pelo “discurso do ‘bom sujeito’” (PÊCHEUX, 2009 [1975]).

O bom sujeito constitui-se, como ressalta Beck (2010, p. 49), pela “inscrição em dada formação discursiva, imbricada em uma determinada formação ideológica”. Tal identificação não ocorre de modo consciente, visto que Pêcheux e Althusser consideram que a ideologia encobre seu próprio funcionamento (cf. Beck, 2010).

No entanto, Pêcheux (2006), em **O discurso: estrutura ou acontecimento**, considera essa modalidade de identificação como uma ilusão, passando a compreender que “não há identificação plenamente bem sucedida, isto é, ligação sócio-histórica que não seja afetada, de uma maneira ou de outra, por uma ‘infelicidade’ no sentido performativo do termo – isto é, no caso, por um ‘erro de pessoa’, isto é, sobre o *outro*, objeto de identificação” (p. 57, grifos do autor). Essa consideração é decorrente do fato de a ideologia, enquanto ritual, ser suscetível a

falhas, visto que está vinculada ao inconsciente quando interpela o indivíduo em sujeito (idem, 2009 [1975]).

Opondo-se ao funcionamento subjetivo do ‘bom sujeito’, Pêcheux (ibid.) propõe a possibilidade da contraidentificação do sujeito, que caracteriza o discurso do ‘mau sujeito’. Trata-se de um sujeito que se opõe à forma-sujeito, questionando-a, colocando-a em dúvida, acarretando a contraidentificação com o saber da FD que lhe é imposta (INDURSKY, 2002). Essa contraidentificação do sujeito ocorre via tomada de posição, sendo esta divergente da forma-sujeito que estrutura e rege a FD em que está inscrito.

Pela contraposição do sujeito, observamos “a instauração da diferença no saber da Formação Discursiva” (ibid., p. 2). Entendemos que se trata de uma tomada de posição que faz emergir a resistência no interior do discurso, todavia o sujeito não rompe com a estrutura que lhe foi imposta, o que se verifica são contradiscursos, os quais, porém, estão mantidos na mesma estrutura ideológica.

Podemos dizer, a partir de Beck (2010, p. 53), que na contraidentificação há “uma falha no funcionamento da ideologia dominante: as evidências questionadas pelos maus sujeitos aludem a algo de real no cerne mesmo da representação imaginária das relações/lutas de nossa formação social”. Em tal modalidade, não se pode considerar que há apenas uma reduplicação de saberes, mas sim que há o questionamento sobre eles, diferenciando-se da modalidade anterior que os toma como evidentes.

Desse modo, o sujeito não pode ser só considerado em sua unidade, pois ele é dividido, resultante dos modos como se relaciona com a forma-sujeito da FD em que está inscrito. Ou seja, a forma-sujeito, conseqüentemente, passa a ser heterogênea, podendo desdobrar-se em diversas posições sujeito. Essa alteração implica também a modificação da noção de FD que

passa a ser dotada de fronteiras suficientemente porosas, que permitem que saberes provenientes de outro lugar, de outras FD nela penetrem, aí introduzindo o diferente e/ou o divergente, que fazem com que este domínio de saber se torne heterogêneo em relação a ele mesmo (INDURSKY, 2008, p. 14).

Em contrapartida às duas modalidades anteriores, temos a desidentificação, a qual consiste, de acordo com Indursky (2002), no deslocamento da identificação do sujeito para outra FD, relacionando-se com outra forma-sujeito. Para Zandwais (2007), a modalidade que envolve o processo de desidentificação definido por Pêcheux está ancorada, principalmente, no campo da prática política, sendo um

trabalho de desarranjo-rearranjo da forma-sujeito, onde a ideologia, em uma perspectiva metafórica, funciona contra e sobre si mesma, para dar sustentação a uma prática nova, em virtude de os saberes que compreende uma determinada forma-sujeito não responderem mais à necessidade de constituição dos interesses, dos objetivos antagônicos que permeiam o modo de produção/reprodução/transformação das relações de produção (ZANDWAIS, 2007, p. 148).

Essa modalidade atesta a possibilidade de o sujeito romper com a FD em que está inscrito e migrar para outra. Como salienta Indursky (2008), é importante considerar que o sujeito, nessa migração, não fica à deriva, sem identificar-se com algum domínio de saber. No momento em que o sujeito desidentifica-se com determinado domínio de saber, ele já está inscrito em outro, passagem essa que é da ordem do inconsciente.

Tal funcionamento subjetivo é nomeado por Beck (2010) como a modalidade do 'feio'. Para Beck, quando tratamos dessa modalidade, é necessário não considerar somente a ruptura regional entre as formações discursivas antagônicas, visto que ela "não permitiria pensar na possibilidade de antagonismo à ideologia dominante – que rege o *todo complexo com dominante*" (ibid., p. 60, grifos do autor). O que se observa pela desidentificação é, portanto, um efeito contraditório, pelo fato da ideologia continua a incidir sobre o sujeito, mas contra si mesma (PÊCHEUX, 2009 [1975]).

Interessa-nos observar tais modos de identificação para compreender a relação da ideologia com o heterogêneo e a contradição. Com isso, o domínio de saber de toda FD torna-se igualmente heterogêneo, comportando igualdade, diferença e divergência, como destaca Indursky (2002). Tal heterogeneidade permite à forma-sujeito abarcar a contradição em seu interior, acarretando a possibilidade de o sujeito desdobrar-se em distintas tomadas de posição. A questão do desdobramento do sujeito é fundamental em nossa pesquisa, uma vez que, por meio

dele, observaremos a maneira como saberes outros linearizam-se no fio do discurso, e, conseqüentemente, compreender-se-á a(s) tomada(s) de posição do sujeito.

Quando se instaura uma nova posição-sujeito no interior de uma FD, fazendo com que saberes diferentes, de outros domínios, estejam em relação com os já instituídos em determinado campo de saber, tem-se o que Indursky (ibid., p. 5) entende por acontecimento enunciativo. Por meio deste acontecimento, há a fragmentação da forma-sujeito, possibilitando um novo modo de enunciar os sentidos de dada FD pela tensão e pelo estranhamento. Tal acontecimento está, a nosso ver, em consonância ao funcionamento da modalidade da contraidentificação do sujeito, distinguindo-se do que se observa no acontecimento discursivo, que se refere à ruptura dos sentidos cristalizados de dada FD.

No entender de Pêcheux (2006), o acontecimento discursivo refere-se ao ponto de encontro de uma atualidade e uma memória. No entanto, para que o acontecimento discursivo se materialize e produza sentidos, instalando-se na rede de dizeres do interdiscurso, é necessária sua discursivização. Tal funcionamento, conforme Indursky (2003, p. 107), “rompe com a ordem do repetível, instaurando um novo sentido, mas não consegue produzir o ‘esquecimento’ do sentido-outro que o precede”.

O acontecimento discursivo “trata de uma movimentação, uma deriva muito intensa dos sentidos em decorrência da qual se dá o surgimento de um novo domínio de saber” (INDURSKY, 2008, p. 21). Este acontecimento só pode ser observado quando há a ruptura com um domínio de saber já existente, configurando-se a partir de saberes que já estão postos, contudo rompendo com tal estrutura.

Por instaurar uma ruptura, o acontecimento discursivo pode estar relacionado ao funcionamento da modalidade da desidentificação do sujeito. Fazemos essa aproximação, pois tanto o acontecimento discursivo quanto a desidentificação do sujeito constituem-se pelo rompimento com a estrutura já dada. Para o primeiro, o rompimento é, sobretudo, da ordem da filiação dos sentidos, já o segundo é da ordem da estrutura ideológica em que o sujeito está inscrito. Ou seja, ambos produzem uma quebra, por assim dizer, na cadeia que vem se reproduzindo ao longo da história e da estrutura social, deslocando os sentidos e o sujeito.

Pelas modalidades de subjetivação definidas por Pêcheux, observamos a possibilidade de o sujeito movimentar-se entre os diversos saberes, e, assim, desdobrar-se em diferentes tomadas de posição. Em nossa pesquisa, por tratarmos do discurso científico em torno da língua portuguesa dos anos de 1950, faz-se necessário atentar a um modo de desdobramento em específico, o da forma-sujeito em ‘sujeito da ciência’ ou ‘sujeito do conhecimento’, tal como foi proposto por Henry (1992).

Partindo da visão do materialismo histórico, Henry destaca que a principal contribuição de Marx, no que se refere à produção do conhecimento, diz respeito à relação entre a forma-sujeito político e a forma-sujeito do conhecimento científico. O autor entende que a posição do ‘sujeito da ciência’ resulta da “posição de um sujeito histórico, assujeitado à divisão de classes” (1992, p. 128). Trata-se, pois, de um ‘efeito específico’, de um desdobramento da forma-sujeito, resultando na “forma-sujeito constitutiva de ideologias teóricas da prática científica” (ibid., p. 142). Henry enfatiza que o ‘sujeito do conhecimento’, a partir desse desdobramento, é um efeito ideológico particular, vinculado “às formas específicas da reprodução, qualificação e divisão do trabalho que determinam a produção-reprodução de uma distinção entre ideologias práticas e ideologias teóricas” (ibid., p. 143).

Henry (1992) considera, voltando-se para o ponto de vista do materialismo histórico, o ‘sujeito da ciência’ ou ‘sujeito do conhecimento’ como um efeito ideológico particular, uma vez que são as condições históricas que o definem, bem como o desdobramento da forma-sujeito frente à determinada ideologia. No entanto, o autor aponta para o fato de que, por ser um processo histórico, o processo de produção-reprodução do conhecimento configura-se como um processo sem sujeito (nem fins).

Enfatizamos tal desdobramento que Henry propõe em razão da relevância em se referendar a posição sujeito da ciência enquanto um efeito ideológico. Além disso, podemos retomar os pressupostos de Pêcheux (2009 [1975]), nos quais o autor entende o processo de produção do conhecimento como resultante de uma tomada de posição pela objetividade³⁹ científica, considerando que “todo discurso

³⁹ Essa objetividade, que é materialista, “do ponto de vista do proletariado se caracteriza discursivamente por tomadas de posição *a favor de* certas palavras, formulações ou expressões, exatamente como uma luta pela produção dos conhecimentos” (PÉCHEUX, 2009 [1975], p. 195, grifos do autor).

funciona com relação à forma-sujeito, ao passo que o processo de conhecimento é um ‘processo sem sujeito’” (p. 182).

Trata-se de um ‘processo sem sujeito’ justamente pelo fato de a produção dos conhecimentos estar encoberta pela objetividade científica. No entanto, “porque todo discurso é discurso de um sujeito” (p. 182), essa produção é igualmente (de)marcada por tomadas de posição, uma vez que não podemos considerar que há na prática científica um “desassujeitamento’, uma dessubjetivação ou um apagamento do sujeito; o sentido não ‘morre’, o sujeito não ‘desaparece’ (ibid., p. 246).

Tratar da produção dos conhecimentos, conforme Pêcheux, não é tratar de um processo destituído de sujeito, pois toda prática insere-se em uma dada conjuntura sócio-histórica que a determina. A mesma determinação incide no indivíduo para que este se constitua em sujeito do discurso. Na produção do conhecimento,

Os agentes históricos dessa produção são “interpelados”, como vimos, sob a forma específica de posições teóricas pelas quais eles tomam partido (nas quais se reconhecem) no interior de uma conjuntura dada, face a outras posições a quais eles se afrontam, e já indicamos de que maneira certos elementos discursivos intervêm nesses afrontamentos; certos índices são passíveis de marcação no *pré-construído* (afrontamentos a propósito de nomes e expressões) e nos *processos-transversos* (afrontamentos a propósito da ordem e do encadeamento entre enunciados, proposições e teoremas) (PÊCHEUX, 2009 [1975], p. 247, grifos do autor).

Para Pêcheux (2009 [1975]), o desdobramento da forma-sujeito, forma esta resultante da ideologia dominante que rege dada FD, vincula-se aos elementos que compõem o interdiscurso: o pré-construído e a articulação/efeito-transverso. O autor faz essa relação porque tais elementos estão na base da constituição do sujeito e do sentido; o primeiro pela interpelação ideológica, fornecendo “‘a realidade’ e o seu ‘sentido’ sob a forma da universalidade”; o segundo diz respeito à relação entre o sujeito e o sentido, representando “no interdiscurso aquilo que determina a dominação da forma-sujeito” (ibid., p. 198).

Entendemos que o ponto central para todo processo discursivo, científico ou não, é a conjugação existente entre sujeito e ideologia. Na reflexão que propomos, mobilizamos a noção de sujeito da ciência entendendo que a noção compreende um

desdobramento da forma-sujeito, podendo inscrever-se de diferentes modos no processo discursivo e assumir outras tomadas de posição, como vimos pelos modos de subjetivação tratados por Pêcheux.

Tendo em vista essas questões, e, especialmente, o fato de não haver sujeito sem discurso (cf. Orlandi, 2001a), consideramos necessário compreender o modo de inscrição do sujeito da ciência no processo discursivo, a qual, no estudo proposto, é materializada pela maneira como os discursos outros linearizam-se e articulam-se na formulação do discurso. Ou seja, entendemos que, ao analisar o processo discursivo por meio da linearização dos saberes da Linguística via o **Cours**, não é apenas a discursividade que se evidencia, mas também os sentidos e o sujeito que se estabelecem no fio do discurso.

PARTE II

**RETOMAR NÃO É REPETIR.
REPETIR NÃO É REPRODUZIR:
o funcionamento da citação,
paráfrase e discurso-transverso**

PARTE II

RETOMAR NÃO É REPETIR. REPETIR NÃO É REPRODUZIR*: o funcionamento da citação, paráfrase e discurso-transverso

“A interpretação se faz, assim, entre a memória institucional (arquivo) e os efeitos da memória (interdiscurso). Se no âmbito da primeira a repetição congela, no da segunda a repetição é a possibilidade mesma do sentido vir a ser outro, em que presença e ausência se trabalham, paráfrase e polissemia se delimitam no movimento da contradição entre o mesmo e o diferente. O dizer só faz sentido se a formulação se inscrever na ordem do repetível, no domínio do interdiscurso” (ORLANDI, 2004, p. 68).

2.1 O funcionamento da citação

Nesta segunda parte de nossa pesquisa, interessa-nos refletir, sobretudo, acerca da noção de discurso-transverso, pois se trata de uma noção que permite observar como uma determinada memória, advinda de outras condições sócio-históricas e ideológicas, encadeia-se no fio do discurso, linearizando saberes outros que se inscrevem no discurso pelo retorno do já dito. Para tanto, partimos de um percurso que envolve dois momentos: a citação e a paráfrase discursiva.

Nesta seção, destacamos o modo como concebemos a citação na presente pesquisa, tendo em vista, em especial, a relação entre o processo de citação e a filiação de sentidos. Ou seja, consideramos que, quando nos filiamos a saberes e/ou dizeres, retomando-os, tal filiação pode estar vinculada a um processo de citação. Este, no entanto, apresenta funcionamentos distintos conforme o ponto de vista teórico a que está associado. A partir de uma perspectiva textual, a citação, segundo

Compagnon⁴⁰ (2007, p. 22), tem uma função de extrema importância na composição da textualidade, sendo entendida enquanto um trabalho, “um lugar de reconhecimento, uma marca de leitura”, caracterizada também como um corpo estranho no texto, porque não pertence ao sujeito que escreve, este se apropria dela.

Para o autor, “a citação não tem sentido em si, porque ela só se realiza em um trabalho, que a desloca que a faz agir” (2007, p. 47). Assim, podemos dizer que a citação ativa, por assim dizer, para a atualidade, um discurso outro que já foi dito, adquirindo um sentido sempre atual de acordo com as circunstâncias envolvidas no processo de constituição do discurso.

Nesse viés, a citação configura-se como um ‘lugar de acomodação’, que “pode se repetir perpetuamente, sem diminuição de poder, como um talismã” (ibid., p. 29), vinculando-se a um trabalho de escrita e de constituição do texto, uma vez que

Reescrever, reproduzir um texto a partir de suas iscas, é organizá-las ou associá-las, fazer as ligações ou as transições que se impõem entre os elementos postos em presença um do outro: toda escrita é colagem e glosa, citação e comentário. Efetivamente, as ligações são mais difíceis no caso das citações, pois é necessário não alterar nada e inseri-las assim como elas são (COMPAGNON, 2007, p. 39).

Por essa abordagem, entendemos que se coloca como central o fato de a citação envolver uma questão intralinguística, interessando, especialmente, a forma como é organizada, reescrita e/ou reproduzida no interior do texto. Sobre esse trabalho de escrita com base na citação, trazemos a seguinte afirmação do autor:

Quando cito, extraio, mutilo, desenraizo. Há um objeto primeiro, colado diante de mim, um texto que li, que leio; e o curso de minha leitura se interrompe numa frase. Volto atrás: re-leio. A frase relida torna-se fórmula autônoma dentro do texto. A releitura a desliga do que lhe é anterior e do que lhe é posterior. O fragmento escolhido converte-se ele mesmo em texto,

* Título que faz referência a uma citação de Orlandi (2012, p. 14).

⁴⁰ Antoine Compagnon situa-se no campo da Literatura, porém, reportamo-nos ao seu livro, **O trabalho da citação**, pelo fato de nos permitir a reflexão sobre o ato em si da citação, o qual está vinculado a uma série de outras questões, como: o colar, o recortar, a escrita etc. Para refletirmos sobre a citação, partimos, portanto, de tais questões, que estão ligadas a um ponto de vista textual, para compreender o diferencial da citação quando vinculada ao ponto de vista discursivo.

não mais fragmento de texto, membro de frase ou de discurso, mas trecho escolhido, membro amputado; ainda não o enxerto, mas o órgão recortado e posto em reserva. Porque minha leitura não é monótona nem unificadora; ela faz explodir o texto, desmonta-o, dispersa-o. É por isso que, mesmo quando não sublinho alguma frase nem a transcrevo na minha caderneta, minha leitura já procede de um ato de citação que desagrega o texto e o destaca do contexto (COMPAGNON, 2007, p. 13).

Outro ponto a ser destacado, a partir da afirmação acima, é que a citação não só se relaciona ao processo de escrita, mas também é constitutiva do processo de leitura. Tal questão permite-nos considerar que o trabalho de escrita não se volta apenas para uma questão interna do texto, refere-se a uma questão subjetiva decorrente da relação do sujeito com o texto.

Pensar a leitura, não é pensá-la enquanto uma simples decodificação de determinado sistema linguístico, é pensá-la enquanto produção de sentidos. No entanto, os sentidos que emanam da leitura, segundo o ponto de vista discursivo, têm um funcionamento diferenciado, devido ao fato de serem produtos de uma prática histórica, social e ideológica (ORLANDI, 2004).

Tendo em vista esse viés da leitura, pela perspectiva da AD, a citação, por conseguinte, também tem um funcionamento diferenciado, ela está em relação ao processo discursivo, ou seja, conjuga-se a um processo linguístico e histórico, não sendo relacionada estritamente ao nível intralinguístico, mas ao ideológico e ao histórico. Desse modo, a citação constitui-se enquanto um processo determinado pelas condições de produção que produz sentidos no momento em que é posta em funcionamento no fio do discurso.

Cabe pontuar, a partir de Medeiros (2003), que a citação cria a “ilusão de objetividade do discurso, uma vez que coloca a palavra do outro como da ordem do objeto. Reifica-se a palavra do outro e com isso se supõe uma não alteração dos sentidos” (p. 203). O processo de citação vincula-se, sobretudo, a um processo de repetição, o qual, no entanto, pelo viés discursivo, não implica o engessamento dos sentidos, pois pode, igualmente, haver a instauração de sentidos outros. Ou seja, “a reprodução da cadeia significativa não implica a reprodução do sentido” (MEDEIROS, 2003, p. 205).

Sobre a questão da repetição, retomamos Orlandi (2004) que a distingue em três possibilidades: repetição empírica, repetição formal e repetição histórica. Há

essa distinção, visto que são modos diferenciados de conceber a repetição e, conseqüentemente, o sentido. No primeiro caso, trata-se de uma repetição da ordem mnemônica; no segundo, trata-se da produção de frase com base no pressuposto gramatical. Ambos os tipos de repetição estão destituídos de historicização, o que não se verifica quando se entende a repetição pela ordem histórica.

A terceira forma de repetição proposta por Orlandi (ibid., p. 70) “inscreve o dizer na ordem do repetível enquanto memória constitutiva, saber discursivo, em uma palavra: interdiscurso”. Por essa perspectiva, a autora considera que é pela história, quando esta se inscreve na língua via interdiscurso, que o dizer se materializa e se historiciza. Essa relação com o já dito é, portanto, a condição para que o dizer signifique, seja dotado de sentidos. O diferencial da repetição histórica está no fato de se configurar como um processo situado no centro da produção do conhecimento.

A repetição histórica é fundamental para a constituição do discurso, indicando que o mesmo é sempre marcado por uma memória que permite a historicização do dizer. Pensando a repetição na constituição do discurso científico, Orlandi (1997) faz uma interessante reflexão articulando a repetição ao funcionamento da citação (explícita ou marcada no discurso) ou da ‘não-citação’. A autora visa, sobretudo, a discutir sobre a não-citação do já dito, a fim de destacar a questão do silenciamento decorrente desse apagamento, bem como a problemática do meio-plágio.

Interessa-nos a discussão referendada pela autora, uma vez que a mesma ressalta que o mecanismo da citação, ou não-citação, quando tratamos do discurso científico, coloca em jogo o trabalho da história e da memória. Para Orlandi, a não-citação implica a repetição pelo apagamento, intervindo “no movimento que faz história, a trajetória dos sentidos (nega o percurso já feito) e nos processos de identificação (nega a identidade ao outro)” (1997, p. 145). Já a citação aponta para o funcionamento inverso, pois determina e marca o já dito na formulação do discurso, ou seja, não apaga os trajetos dos dizeres, a historicidade do discurso.

A citação é, para Orlandi (1997), um mecanismo estruturante para o modo como se produz ciência, visto que é pela inscrição em outros dizeres que o discurso produz sentidos, e “ao retomá-los, produzimos um deslocamento, empurramo-os para outros lugares” (p. 149). Nesse sentido, observamos que a citação tem um papel fundamental, não se referindo apenas a uma repetição de algo já posto, uma

vez que, ao citar, o sujeito instaura gestos de interpretação que possibilitam ir além daquilo que retoma. Trata-se, portanto, de um fenômeno peculiar que demarca as filiações do discurso, historicizando a produção científica, e, ao mesmo tempo, possibilita o deslocamento dos sentidos, pois retomar o já dito e linearizá-lo em outra formulação discursiva indica que a repetição não é necessariamente a reprodução dos sentidos, devido ao fato de estar articulada com outras formulações.

Pela citação, observamos que há, de certo modo, o reconhecimento do trabalho do outro, possibilitando que um determinado saber já constituído ganhe visibilidade e seja historicizado em uma nova conjuntura. Em nosso entender, o seu funcionamento, quando discursivizado, permite, portanto, o encontro com uma memória.

O processo de citação tem, segundo nossa posição discursiva, um funcionamento vinculado à legitimação científico-institucional de determinados saberes e de estudiosos que se tornam importantes para a constituição de determinado campo científico devido à representação e circulação que ganham a partir de sua retomada. Trata-se, desse modo, de “uma forma de representação que funciona legitimando-se pela afirmação” (LAGAZZI-RODRIGUES, 2007, p. 13).

No presente estudo, a citação relaciona-se, especialmente, à ordem do encaixe do pré-construído. Isso quer dizer que se trata de uma formulação outra que se encaixa no fio do discurso e aí se instala, produzindo determinados sentidos. A citação refere-se, sobretudo, à retomada de outro dizer e dos sentidos, os quais irrompem no discurso, constituindo-o.

Considerando a citação pela relação com o outro, podemos nos reportar aos estudos de Authier-Revuz (1990), mais especificamente à reflexão da autora acerca da heterogeneidade mostrada. Fazemos essa referência por entendermos a citação enquanto uma marca linguística que permite a linearização do outro no discurso, isto é, uma marca que aponta para a heterogeneidade e determinação existente na formulação discursiva.

Authier-Revuz propõe, juntamente com a noção de heterogeneidade mostrada, a noção de heterogeneidade constitutiva, as quais “representam duas ordens de realidade diferentes: a dos processos reais de constituição dum discurso [heterogeneidade constitutiva] e a dos processos não menos reais, de

representação, num discurso, de sua constituição [heterogeneidade mostrada]” (AUTHIER-REVUZ, 1990, p. 32). A primeira diz respeito à exterioridade interna ao sujeito e ao discurso, que não pode ser determinada nem representável no discurso, referindo-se ao ‘Outro do discurso’, que, para a perspectiva discursiva, é o lugar da relação entre o interdiscurso e o inconsciente. A segunda, por sua vez, refere-se ao modo como o “um - sujeito e discurso - se delimita na pluralidade dos outros” (ibid., p. 32), ou seja, como se articula o interior/exterior na formulação discursiva, articulação que aponta para a ilusão do sujeito ser origem do dizer e dos sentidos.

A citação, enquanto um efeito da heterogeneidade mostrada, pode estar no nível da forma marcada ou não-marcada (MEDEIROS, 2003), formas estas que se aproximam do que vimos anteriormente pela discussão retomada de Orlandi (1997) sobre a citação e não-citação. As formas marcadas, segundo Authier-Revuz (1990), possibilitam a construção da representação da enunciação, a qual, no entanto, constrói-se pela ilusão (do controle do dizer e dos sentidos) e pelo desconhecimento da heterogeneidade constitutiva. Já as formas não-marcadas – tais como, discurso indireto livre, ironia, ou, ainda, metáforas, jogos de palavras – apontam para uma outra forma de negociação com a heterogeneidade constitutiva, pois a relação com o outro passa a estar diluída, como se estivesse naturalizada no fio do discurso.

Authier-Revuz também considera que a tradução pode explicitar a relação com outro discurso e, conseqüentemente, a heterogeneidade do mesmo. Quando se observa a manutenção da língua do texto original, podemos dizer que há um ‘corpo estranho’, o qual marca a presença do outro no discurso. Torna-se relevante tocar nessa questão da tradução, uma vez que partimos da versão em francês do **Cours de linguistique générale**⁴¹, por não haver, à época, a tradução em português e estar presente a referência dessa materialidade no *corpus* de nossa pesquisa. Além de se vincular à citação, a tradução pode ser considerada como um tipo de paráfrase, sendo necessário considerá-la a partir destes dois processos: o de citação e o parafrástico.

Essa reflexão em torno do processo de citação, diante do interesse da presente pesquisa, é imprescindível para a compreensão do modo como os saberes da Linguística articulam-se aos estudos filológicos de 1950, sobretudo, por meio dos saberes postulados no **Cours**, partimos do funcionamento de tal processo para

⁴¹ Em nossas análises, retomamos a edição crítica preparada por Tullio de Mauro, de 1967.

observar a articulação entre o domínio da Filologia e da Linguística. Ou seja, são pelas citações do **Cours**, presentes nas obras mobilizadas, que buscamos apreender o funcionamento da retomada dos saberes da Linguística no processo discursivo.

Entendemos que tal ponto de partida - as citações - é fundamental, uma vez que, por vincular-se a um processo linguístico e histórico, produz determinados efeitos de sentido, os quais estão relacionados às condições de produção do discurso. No entanto, em nossas análises, mobilizamos, especialmente, as noções de paráfrase discursiva e de discurso-transverso, por nos permitirem analisar discursivamente como saberes outros, no caso os da Linguística, estão inscritos e linearizados na formulação discursiva via citação.

2.2 O funcionamento da paráfrase

Na seção anterior, procuramos enfatizar a questão da citação, a qual mantém uma relação, a nosso ver, tênue com o funcionamento da paráfrase discursiva⁴², noção que iremos tratar deste momento em diante. Em nossa pesquisa, destacamos a citação e a paráfrase discursiva em momentos distintos, mas entendemos que a citação permite-nos compreender a paráfrase e que um processo está vinculado ao outro. Porém, é, sobretudo, pela paráfrase que se pode observar a inscrição de um discurso outro no fio do discurso, uma vez que se conjuga, especialmente, a uma retomada via 'ressonâncias interdiscursivas de significação' (SERRANI, 1997).

Nessa reflexão, a paráfrase é concebida a partir de sua relação com as formações discursivas e, mais especificamente, com o ideológico, o que nos possibilita considerar que "retomar não é repetir. Repetir não é reproduzir" (ORLANDI, 2012, p.14). Ou seja, do ponto de vista discursivo, o funcionamento da paráfrase discursiva é um processo resultante da determinação ideológica e

⁴² 'Paráfrase discursiva' é um termo proposto por Paul Henry (1990 [1975]). É importante salientar que iremos tratar da paráfrase do ponto de vista discursivo, não enfatizando outros pontos de vista, como, por exemplo, formal, enunciativo, semântico.

histórica, além de ser, para nós, relacionado ao efeito da heterogeneidade não-marcada, pelo fato de estarem em jogo as ressonâncias e os ecos de sentidos de um discurso projetado em outro.

Além disso, partimos do pressuposto de que essa noção nos conduz ao funcionamento do discurso-transverso no processo discursivo em análise. Tal pressuposto é decorrente de que ambas as noções vinculam-se ao interdiscurso, isto é, a primeira possibilita-nos observar o modo como os já ditos ressoam na formulação do discurso, além de compreender a segunda noção, a de discurso-transverso, que se vincula ao processo de sustentação e remete à articulação e ao encadeamento de saberes já ditos no fio do discurso. Em nosso entendimento, a paráfrase discursiva propicia a observação e o entendimento do funcionamento do discurso-transverso na formulação do discurso, cuja noção produz o efeito do interdiscurso sobre si mesmo.

Para analisar o funcionamento da paráfrase discursiva, priorizamos o modo como são retomados saberes de outras conjunturas e a maneira como eles passam a estar atualizados/articulados na horizontalidade do discurso. Se levarmos em conta a proposta da presente pesquisa, tal funcionamento torna-se de grande relevância para a compreensão do processo discursivo em torno da relação entre diferentes domínios de saber, tendo em vista que, na conjuntura dos anos de 1950, há a circulação de diversos domínios junto à prática científica em torno dos estudos sobre a língua portuguesa. Por meio da paráfrase discursiva, visamos, em especial, à filiação de sentidos constitutiva do discurso, a fim de explicitar se há deslizamentos e/ou deslocamentos de sentidos no processo discursivo.

No que se refere à paráfrase discursiva, Pêcheux (2009 [1975]) propõe uma distinção para esta noção, a qual pode ser entendida como uma ‘unidade não-contraditória do sistema da língua’, ou como uma paráfrase histórico-discursiva “para marcar a inscrição necessária dos funcionamentos parafrásticos em uma *formação discursiva historicamente dada*” (p. 266, grifos do autor). Assim, interessa-nos o funcionamento dessa última concepção para observar os efeitos de sentido inscritos em determinado discurso, considerando que o funcionamento da paráfrase discursiva está em consonância às condições de produção.

A importância conferida à noção de paráfrase, no estudo empreendido, é decorrente do fato de ela ser imprescindível para a produção do sentido, sendo o

que Pêcheux (1997 [1969], p. 169) chama de ‘matriz do sentido’. Para o autor, a noção de paráfrase discursiva vincula-se, por um lado, às noções de substituição e sinonímia, e, por outro, ao de transformação. Ou seja, o sentido constitui-se em relação a dois funcionamentos: o do mesmo, que é o “da identidade, da repetição, assegurando a estabilidade da forma lógica do enunciado”; e o da alteridade, o “da diferença discursiva, da alteração do sentido induzido pelos efeitos de espelhamento e de deriva” (PÊCHEUX & LÉON, 2011 [1982], p. 172).

O que nos importa, portanto, é o funcionamento da paráfrase discursiva por ela ser constitutiva dos sentidos. Henry (1990 [1975]), a partir dessa conjugação com o sentido, considera as paráfrases discursivas como dependentes tanto das condições de produção como da interpretação. Isso quer dizer que elas resultam das diferentes FDs nas quais a produção do discurso pode estar inscrita para produzir sentido. Diante disso, buscamos observar o modo como os efeitos dessa noção constituem-se em nosso *corpus* de análise, a fim de compreender as filiações de sentidos estabelecidas no que toca à linearização dos saberes da Linguística no fio do discurso, atentando, de modo especial, ao funcionamento do discurso-transverso de determinada produção do conhecimento.

Para Henry, a paráfrase discursiva é resultante de dois modos de determinação do discurso. De um lado, é determinado pelas FIs que, como vimos na **Parte I**, projetam e configuram as FDs, e, de outro, há a determinação via autonomia relativa da língua. O autor considera que, sem essas determinações, não se poderia tratar da noção de paráfrase discursiva.

Além disso, é importante considerar que não se pode estabelecer uma relação de paráfrase discursiva entre quaisquer formulações, visto que são as condições sócio-históricas que a determinam, sendo concebida como uma noção ‘contextual’ por ser dependente das condições de produção e das FDs (HENRY, 1990 [1975], p. 59). Há também a possibilidade de uma determinada formulação/sequência estar em relação a ela própria, produzindo um efeito de ‘retomada’ e de ‘reformulação’. Tais efeitos, no entender de Henry, podem ser exemplificados pelos funcionamentos das orações relativas restritivas e explicativas.

Na presente tese, no entanto, não nos centramos especificamente no funcionamento das orações relativas e explicativas para observar os efeitos da paráfrase discursiva. Para tanto, partimos das citações (marcadas ou não-marcadas)

presentes na formulação discursiva, as quais possibilitam explicitar e refletir sobre a determinação inscrita no discurso. Determinação essa que nos indicará os efeitos da paráfrase discursiva, que podem estar vinculados à repetição do discurso outro ou à reformulação; contudo, em ambos os efeitos, o que se verifica é a produção de efeitos de sentido outros.

A paráfrase, do ponto de vista discursivo, diferencia-se do modo como é referendada por outras perspectivas, para as quais “as produções parafrásticas derivam de recursos fornecidos, via de regra, pela própria base lingüística” (ZANDWAIS, 1996, p. 16). Há essa diferenciação, pois a paráfrase discursiva é pensada a partir da “interdependência entre fatos de ordem histórico-social e o funcionamento discursivo, de modo a explicitar, através de tais relações, as condições de produção de reprodução dos sentidos” (ibid., p. 16).

Desse modo, o diferencial está no fato de que os sentidos não resultam puramente da base linguística, é necessária a determinação dos fatos externos, das condições históricas, que irrompem na discursividade enquanto ‘processos de ressonâncias de significação’ (SERRANI, 1997). Isto é, decorrem do funcionamento do interdiscurso, pelo que é anterior e exterior ao dito (pré-construído) e pelo retorno do saber ao pensamento (efeito de sustentação), permitindo a inscrição, na formulação do discurso, de uma determinada memória discursiva.

É importante considerar que tal funcionamento é balizado pelas FDs, visto que toda retomada e toda reformulação estão condicionadas por dado domínio de saber. Para Zandwais,

as funções semânticas da reprodução passam a ser identificadas, no objeto discursivo, em relação às formações ideológicas a que os enunciados remetem, de modo que: a) um mesmo item lexical pode adquirir funções valorativas distintas, se inserido em diferentes formações discursivas; b) itens lexicais com definições totalmente diferentes podem adquirir o mesmo valor semântico de uma dada formação discursiva (ZANDWAIS, 1996, p. 17).

A paráfrase discursiva é entendida, portanto, por um ponto de vista peculiar, o qual leva em conta o ideológico, não se restringindo ao nível estritamente lingüístico. Toda paráfrase discursiva é determinada ideologicamente e historicamente, inscrevendo-se em dada FD. Quando observamos o funcionamento dessa noção,

dizemos que há uma repetição com vistas à cristalização dos sentidos referentes a um discurso em específico, construindo um dado ‘imaginário de sentido’ (SERRANI, 1997).

Todavia, devemos ter claro que, para a paráfrase discursiva produzir sentidos, há a relação com os saberes próprios de uma FD. Diante disso, consideramos que a paráfrase discursiva permite a estabilização dos sentidos no interior do domínio que caracteriza dada FD, além de serem regulados por esta instância. Como salienta Courtine (2009 [1981], p. 92), todo domínio de saber (FD) constitui-se pela “existência vertical, interdiscursiva de um sistema de formação dos enunciados assegurando ao discurso a permanência estrutural de uma repetição, corresponde à existência horizontal, intradiscursiva da formulação”.

O interdiscurso, segundo Courtine e Marandin (1981), é fundamental para observar o ‘processo de reconfiguração’ a que toda FD está sujeita, tratando-se da noção que coloca em funcionamento as posições ideológicas que caracterizam determinada conjuntura sócio-histórica. Além disso, é o interdiscurso que possibilita à FD estar constituída pelos pré-construídos, elementos anteriores e exteriores, bem como redefinir-se ou transformar-se. É, ainda, por essa noção que não só a repetição se organiza, mas também os apagamentos, os esquecimentos ou mesmo a denegação.

Ou seja, para tratar do funcionamento da paráfrase discursiva enquanto matriz do sentido, devemos remeter ao que está exterior ao linguístico, mais precisamente, às condições históricas e ideológicas que permitem ao já dito, pertencente a uma FD e conjuntura sócio-histórica, ressoar em outro discurso, situado em outra FD e diferentes condições. Um discurso, quando remete a outros, pertencentes a outras condições e FD, é constituído pelo funcionamento de ‘ressonâncias de significação’, como propõe Serrani (1997).

Serrani propõe esse termo para indicar a existência de paráfrase⁴³ entre duas ou mais unidades, considerando que “para que haja paráfrase a significação é produzida por meio de um efeito de vibração semântica mútua” (1997, p. 47). Tal efeito pode estar relacionado ao fato de que a paráfrase não pretende cristalizar

⁴³ A autora, em sua reflexão, trata apenas do termo ‘paráfrase’, e não de paráfrase discursiva como vimos considerando. A paráfrase, para Serrani, é tomada enquanto “funcionamentos parafrásticos das unidades lingüísticas no discurso” (1997, p. 43).

determinados sentidos em dadas condições de produção, ela pressupõe a alteração de sentidos, por meio da repetição. Essa alteração recai tanto na significação já posta como se projeta para os sentidos que irão se instaurar.

A autora traz para o centro de seu estudo a noção de interdiscurso, entendendo que as ressonâncias de significação estabelecem-se, no interior de dado discurso, pela sua relação com o interdiscurso, a partir de uma ressonância interdiscursiva. Esta, para a autora, é fundamental para compreender como ressoam os já ditos, e, ao se estabelecer a relação entre discursos, poder observar as ressonâncias interdiscursivas de significação.

Ao considerar a paráfrase como uma ressonância de significação, Serrani (1997, p. 16) propõe que tal ressonância pode estar ligada a ‘unidades específicas’ e a ‘modos de dizer’. As ressonâncias de significação de unidades específicas dizem respeito ao funcionamento parafrástico de itens lexicais, frases nominais etc. Já as ressonâncias de significação dos modos de dizer apontam para as repetições que fazem intervir o interdiscurso num determinado dizer via ‘construções sintático-enunciativas’.

Nesse viés, a paráfrase, para a autora, vincula-se ao nível da verticalidade do discurso, lugar onde os sentidos ressoam, e materializa-se na medida em que é linearizada na horizontalidade do discurso, materialização essa que pode ocorrer de diferentes modos, por meio de diferentes mobilizações linguísticas. Tal noção é, portanto, do nível do interdiscurso, sendo concebida por Serrani (1997, p. 16, grifos do autor) como *“ressonâncias interdiscursivas de significação que tende a construir a realidade (imaginária) de um sentido”*.

Interessa-nos tratar da paráfrase, a partir de uma posição discursiva, porque são os funcionamentos parafrásticos que inscrevem dados sentidos na constituição do discurso. Cabe reiterar que, em nossa pesquisa, a paráfrase discursiva caracteriza-se como matriz dos sentidos, uma vez que “o jogo de paráfrases é que dá as distâncias (relativas) dos sentidos na relação de diferentes formações discursivas. Pelas paráfrases, os sentidos (e os sujeitos) se aproximam e se afastam. Confundem-se e se distinguem” (ORLANDI, 1990, p. 41). Dessa forma, para que os jogos de paráfrases sejam estabelecidos, também é preciso apreender as relações entre as FDs, por estabelecerem a relação entre discurso e exterioridade, que remetem, por conseguinte, ao interdiscurso, o qual permite o

retorno do já dito pela forma do pré-construído, fixando certos sentidos e, ao mesmo tempo, esfacelando a possibilidade de origem do sentido.

Orlandi (2012, p. 64), referendando Guilhaumou, Maldidier e Robin (1994), formula que “parafrasear não é reproduzir, trata-se de uma nova retomada e não de uma repetição e a novidade está em outra parte, no retorno ao arquivo”⁴⁴. Voltando-nos a Guilhaumou, Maldidier e Robin (1994, p. 92), os autores consideram que o “archive n’est pas un simple document où se puisent les référents; elle s’offre à une lecture qui découvre des dispositifs, des configurations signifiantes”⁴⁵. Ao se retornar ao arquivo⁴⁶, há a possibilidade de lançar gestos de interpretação sobre ele, e, para cada gesto, poderá ser observada uma leitura distinta. É nesse sentido que pensamos a paráfrase discursiva, não como a repetição de já ditos, visto que, quando um saber é retomado em dado discurso, verificam-se outras condições de produção, e, conseqüentemente, o vínculo a outros sentidos, contudo, que se reportam a um mesmo.

Como sabemos, é pela reprodução/repetição dos sentidos que se observa, ao mesmo tempo, a transformação, ou seja, a repetição e a transformação não estão colocadas em níveis distintos e devem ser tratadas como constitutivas do processo discursivo e dos sentidos. Desse modo, junto à noção de paráfrase, há outra categoria que se estabelece quando há o deslizamento de sentido, a saber: o ‘efeito metafórico’. Orlandi (2005b, p. 78) ressalta que “é a paráfrase (pensada em relação à configuração das formações discursivas) que está na base da noção de deriva que, por sua vez, se liga ao que é definido como efeito metafórico”. Assim, tanto a paráfrase quanto a metáfora configuram-se como importantes suportes analíticos, uma vez que

Não há dizer que, para fazer sentido, [...] não se inscreva na memória. Não há dizer que não se faça a partir da repetição. No entanto, na repetição histórica, há deslocamento, deriva, transferência, efeito metafórico. E o

⁴⁴ Orlandi reporta-se ao estudo sobre os *Efeitos do arquivo. A Análise do Discurso no lado da história*, de Guilhaumou, Maldidier e Robin.

⁴⁵ Tradução: “arquivo não é um simples documento no qual se encontram referências; ele permite uma leitura que traz à tona dispositivos e configurações significantes” (GUILHAUMOU; MALDIDIER & ROBIN, 1994, p. 164).

Referência à tradução em português do artigo citado: *Efeitos do arquivo. A Análise do Discurso no lado da história*. In: ORLANDI, E. (org.). **Gestos de Leitura**: da história no discurso, 1994.

⁴⁶ A noção de arquivo está explorada na seção seguinte.

efeito metafórico é retomada pelo esquecimento, deslize para outro lugar de sentido, novo gesto de interpretação (ORLANDI, 2003, p. 15).

O funcionamento parafrástico e o metafórico imbricam-se quando tratamos da constituição dos sentidos. Não podemos considerá-los em separado, porque a retomada é pensada em relação à história e, por conseguinte, produz história, ou seja, quando um dizer se historiciza em certa conjuntura e FD, este mesmo sempre está suscetível a deslizes, podendo constituir um outro. No momento em que um dizer faz ressoar dada memória, consideramos que ele é dotado de historicidade, pois a história inscreve-se na língua, produzindo determinados sentidos. Isso quer dizer que o 'fazer sentido' ocorre em relação a uma repetição, mas pode remeter a um deslize de sentido, uma vez que os sentidos não podem ser controlados, o que é próprio da ordem do simbólico, sendo o lugar do funcionamento da ideologia, da história, e onde se instala a possibilidade de gestos de interpretação (ORLANDI, 2004).

Orlandi (1990) afirma que o funcionamento da metáfora e da paráfrase no processo discursivo, às vezes, não é passível de distinção, ou seja, os limites entre o mesmo e o diferente são bastante tênues. A metáfora, para a autora, é a condição do uso da linguagem, possibilitando o uso de uma palavra por outra. Já a paráfrase, pela repetição, é "o uso diferente do mesmo, do outro no um" (ibid., p. 44). Tais funcionamentos tornam-se imprescindíveis para a constituição do sentido, o qual sempre está em movimento, movendo-se para outros lugares, remetendo ao que Orlandi chama da dimensão do 'sem fundo' do sentido, o qual não tem origem, é constituído por efeitos de sentido, que são determinados pelas condições históricas.

Dessa forma, para compreendermos o processo de constituição do discurso, é necessário observar a conjugação entre o mesmo e o diferente, visto que toda repetição remete a uma "mexida nas redes de filiação dos sentidos", mexida essa que só é possível a partir de um já dito, de um dizer já estabilizado (idem, 2001a, p. 36). Para Orlandi (ibid., p. 36), é entre o mesmo e o diferente, ou ainda, "entre o já dito e o a se dizer que os sujeitos e os sentidos se movimentam, fazem seus percursos, (se) significam"⁴⁷. O movimento tanto dos sujeitos quanto dos sentidos é

⁴⁷ Embora esses dois efeitos estejam conjugados, isso não impede de estudá-los em separado. Nessa pesquisa, priorizamos a questão da paráfrase, a qual, em nossas análises, poderá ou não remeter a um movimento de sentido, a um processo metafórico.

resultante dos fatos de o real da língua ser passível de falhas e de o real da história, de ruptura.

Tais funcionamentos, enquanto suportes analíticos, permitem explicitar não só a constituição dos sentidos, como também a do sujeito, uma vez que sujeito e sentido constituem-se mutuamente na produção discursiva. Em nossa reflexão, entendemos como relevantes as considerações a respeito da paráfrase discursiva em razão dessa noção ser um modo possível de analisar o funcionamento do discurso-transverso.

Além disso, observar o funcionamento da paráfrase discursiva permite-nos compreender o domínio de memória constitutivo do discurso em análise. Compreender o modo como se retoma saberes outros em determinada formulação discursiva, como é o nosso caso, compreender como os saberes da Linguística, via **Cours de linguistique générale**, estão retomados em determinada produção do conhecimento pertencente aos anos de 1950 e calcada, especialmente, no domínio da Filologia, é tratar, portanto, dos sentidos em torno dessa repetição, visto que nem toda retomada implica a repetição. Essa questão é extremamente importante quando pensamos o campo disciplinar e a filiação teórica e histórica.

2.3 O processo de filiação da prática científica via discurso-transverso

Tendo em vista o que vimos desenvolvendo, a questão central que se coloca é, pois, o processo de filiação, o qual, como já exposto, pode ser compreendido a partir do horizonte de retrospectão e domínio de memória inscritos na formulação discursiva. No entanto, entendemos que tal compreensão vincula-se ao fato de a constituição discursiva estar em relação ao interdiscurso, noção que se coloca no cerne do funcionamento da paráfrase discursiva, como observamos na seção anterior. Pelo fato de o discurso-transverso, noção que exploraremos deste momento em diante, também manter uma estrita relação com a dimensão do interdiscurso, cabe retomá-la, explorando-a mais especificamente.

Essa dimensão situa-se na base do processo discursivo e determina a dimensão intradiscursiva, que, por sua vez, está no nível da formulação do discurso, nível da horizontalidade⁴⁸. A formulação refere-se à linearização do dizer, ou seja, ao momento em que se atravessa o interdiscurso no discurso, fazendo-o funcionar linearmente, em determinado momento e em certas condições. É a partir desse funcionamento que podemos observar como o sujeito e o discurso constituem-se e como são afetados por outros dizeres e pela exterioridade.

Pêcheux (2009 [1975], p. 154) considera que o intradiscurso é “um efeito do interdiscurso sobre si mesmo, uma ‘interioridade’ inteiramente determinada como tal ‘do exterior’”. Nessa instância, o sujeito tende a linearizar o já dito, absorvendo e esquecendo o interdiscurso no intradiscurso, fazendo com que este seja o fio do discurso do sujeito, onde o dizer ganha corpo e o sentido instaura-se.

O interdiscurso, para o autor, além de abarcar o todo complexo com dominante das FDs, é também constituído, em sua estrutura, por categorias que funcionam por oposição, como o pré-construído⁴⁹ e o processo de sustentação. Esses elementos desempenham uma função essencial no que tange ao processo de constituição do discurso de uma ciência, permitindo que o discurso constitua-se por meio de “articulações e de sustentações intracientíficas” (ibid., p. 177).

Considerando essas categorias, as quais fazem parte da estrutura do interdiscurso, entendemos este tanto como uma noção que remete ao vínculo do discurso com uma ‘exterioridade-anterioridade’, com o ‘sempre-já-aí’, que configura o domínio do pré-construído, quanto como a que remete ao encadeamento de saberes constitutivos do discurso, que diz respeito ao domínio do ‘processo de sustentação’, caracterizado como ‘uma espécie de retorno do saber no pensamento’ (PÊCHEUX, 2009 [1975], p. 102).

O pré-construído indica “a separação fundamental entre o *pensamento* e o *objeto de pensamento*” (ibid., p. 93, grifos do autor). Neste domínio, o objeto de pensamento é tomado como pré-existência, permitindo ao pré-construído conferir esse seu objeto ao pensamento por meio da exterioridade e da pré-existência. Ou

⁴⁸ Pontuamos também essa questão na seção 1.3.

⁴⁹ As considerações acerca do pré-construído que Pêcheux propõe estão embasadas, sobretudo, nos estudos de P. Henry.

seja, é o pré-construído que torna o dizer possível, estando na base da constituição do discurso.

Opondo-se ao funcionamento do pré-construído, tem-se o processo de sustentação, o qual nos permite verificar o efeito da articulação de asserções, apontando para o retorno do saber no pensamento. Essa separação entre esses dois domínios possibilita a compreensão de dado processo discursivo.

Pêcheux considera que o funcionamento do processo discursivo, a partir dos elementos que integram o interdiscurso, coloca em evidência o efeito do pré-construído, que aponta para os dizeres já postos, para uma construção anterior e exterior. Para o autor, “o efeito de pré-construído” está relacionado, portanto, a uma “modalidade discursiva da discrepância” (ibid., p. 156), por meio da qual o indivíduo é interpelado em sujeito, pois é pela relação com esses lugares já dados na exterioridade que o indivíduo tem a possibilidade de se constituir enquanto sujeito. Tem-se essa constituição, uma vez que, ao se inscrever em determinada posição, há uma identificação do sujeito com determinada posição ideológica.

Nesse sentido, é devido às construções já dadas, aos já ditos, os quais estão na ordem da exterioridade, do pré-construído, cujo efeito discursivo liga-se ao ‘encaixe sintático’ (ibid., p. 89), que o discurso constitui-se pela inscrição em outros dizeres, os quais, por sua vez, apontam para determinada filiação histórica. Tal funcionamento, para nós, está vinculado ao que expomos na seção referente à citação (2.1), por considerarmos a citação em sua conjugação com o efeito do pré-construído, o que nos permite entendê-la enquanto uma construção já dada que retorna e se encaixa no discurso. A citação, para nós, produz um encaixe sintático na formulação discursiva, encaixe que indica a heterogeneidade do discurso, podendo estar marcada ou não-marcada linguisticamente no fio do discurso, pensando na discussão proposta por Authier-Revuz (1990).

Sobre tal elemento do interdiscurso, o pré-construído, Courtine (2007 [1981]) também enfatiza que se refere a um efeito discursivo ligado ao encadeamento sintático, e seu funcionamento ocorre quando um elemento do interdiscurso é atualizado e linearizado/encadeado no intradiscurso sob a forma de pré-construído. Esse funcionamento remete à questão da ilusão do sujeito de ser a origem do dizer/discurso, que referenciamos na seção 1.3. Ilusão esta que tende a simular o fato de o dizer/discurso ancorar-se numa anterioridade, num já lá.

A respeito disso, recorremos ao que propõe Henry (1990 [1975]), destacando que o pré-construído relaciona-se ao ‘efeito subjetivo de anterioridade’, efeito que faz com que uma “formulação possa parecer saturada como se sua saturação estivesse ligada a uma relação intra-seqüencial quando, na realidade, face à autonomia relativa da língua, é uma relação inter-seqüencial”⁵⁰ (p. 61). Tal efeito, para o autor, faz parte do ‘funcionamento restritivo (determinativo) da relativa’, diferenciando-se do funcionamento da explicativa.

Henry (ibid.) considera que, do ponto de vista sintático, não é possível estabelecer uma diferenciação entre esses dois funcionamentos da relativa, entendendo que isso é possível somente pelo viés discursivo. A diferenciação reside no fato de a restritiva apresentar uma relação inter-seqüência como sendo uma relação intra-seqüência, o que permite ao sujeito a ilusão de ser a origem e a fonte de seu dizer. Já na explicativa, a relação inter-seqüência permanece na relação intra-seqüência, podendo ocorrer de duas formas: a relação com o que antecede aponta para o lugar da evidência, ou a relação pode remeter ao contexto anterior da seqüência, ou seja, relaciona-se ao que é interno à seqüência.

Além do encaixe sintático que o pré-construído coloca em funcionamento, o processo discursivo, pelo interdiscurso, também está ligado ao efeito do processo de sustentação, que se articula a uma questão que nos interessa, a saber: o funcionamento do discurso-transverso. Esta categoria foi destacada em nossa dissertação e torna-se central no trabalho de tese proposto, no qual enfatizamos, especificamente, o funcionamento analítico da noção, tendo em vista o encaixe de citações e o modo como elas linearizam-se no fio do discurso, que ocorre, em nosso entendimento, via paráfrase discursiva.

O discurso-transverso, conforme Pêcheux (2009 [1975]) pontua, resulta do atravessamento de outros saberes que se colocam no interior de um determinado discurso e domínio de saber, fazendo coabitar, num mesmo espaço, saberes que advêm de outros lugares, os quais podem pertencer a FDs e FIs distintas. Ou seja, são saberes que se atravessam e se linearizam na dimensão intradiscursiva, passando a pertencer ao fio do discurso. Os saberes atravessados são constitutivos do *‘interdiscurso enquanto pré-construído’* (ibid., p. 154, grifos do autor), fazendo

⁵⁰ Por relação ‘intra-seqüência’, Henry (1990 [1975], p. 60) considera que se trata da relação que uma seqüência discursiva estabelece consigo mesma. Já a relação ‘inter-seqüência’ refere-se à relação entre seqüências discursivas distintas, seja uma relação consigo mesma, ou com outra seqüência.

parte, portanto, do conjunto dos saberes/discursos que já estão dados pela exterioridade.

Pêcheux salienta que “o funcionamento do ‘discurso-transverso’ remete àquilo que, classicamente, é designado por metonímia, enquanto relação da parte com o todo, da causa com o efeito, do sintoma com o que ele designa, etc.” (ibid., p. 153). Há esse processo metonímico no discurso-transverso, pois, quando o sujeito retoma, repete, atravessa discursos em seu discurso, tem-se apenas um recorte do todo, uma parte que não se fecha nesse recorte, fazendo ressoar o que não está presente, mas pertencente a esse todo.

O processo metonímico, tal como o entendemos, pode ser aproximado ao que expomos na seção 2.1 referente à citação, a qual se vincula a um recorte, a um fragmento. No entanto, quando tratamos da citação a partir de um ponto de vista discursivo, vinculamos o seu efeito ao da paráfrase discursiva, e o modo como lineariza-se, no fio do discurso, ao funcionamento do discurso-transverso.

O efeito discursivo do discurso-transverso foi proposto com vistas ao funcionamento das orações relativas, sobretudo, do encaixe das nominalizações no intradiscurso. Courtine (2009 [1981]) ressalta que, pelo discurso-transverso, o intradiscurso ganha coerência, sendo um efeito do interdiscurso sobre si próprio, atravessando e articulando determinados saberes de uma FD, e constituindo o sujeito e os sentidos do discurso/dizer.

Venturini (2009), em seu trabalho de tese, destaca que o funcionamento do discurso-transverso irrompe pelo “atravessamento no intradiscurso de discursos advindos de tempos e lugares outros, instaurando efeitos de sentidos contrários à homogeneidade” (p. 74). Em nosso entendimento, quando se visa a observar o atravessamento de outros discursos na horizontalidade discursiva, entende-se o modo como a constituição discursiva está marcada pela heterogeneidade.

Nessa perspectiva, Rasia (2008), em seu estudo acerca dos processos de constituição do discurso gramatical por meio de apagamentos e retornos de determinados saberes, considera que o atravessamento de discursos em uma superfície linguística, a partir de um viés que leva em conta a deslinearização ou a desintagmatização, torna possível analisar os domínios de saberes que estão na constituição de determinado objeto analítico em dadas condições de produção.

Entendemos que é, pois, pela linearização e articulação de saberes pertencentes a domínios distintos que podemos observar o efeito do discurso-transverso. Esta noção aponta também para os jogos de forças constitutivos de dado processo discursivo, bem como para a maneira como se articulam os saberes no discurso, a qual é regulada pela posição em que o sujeito se inscreve, indicando com quais saberes o sujeito se identifica e/ou se contraidentifica por meio de retomadas. A relação de identificação do sujeito a determinados saberes é essencial para compreender a filiação que se constitui e se lineariza no discurso, além da inscrição do sujeito em dada FD.

Quando se inscrevem saberes pertencentes a domínios outros no discurso, entendemos que se associam ao esquecimento nº 1 proposto por Pêcheux, caracterizando-se “pela *inacessibilidade, para o locutor-sujeito, aos processos que constituem os discursos transversos e os pré-construídos de seu próprio discurso*” (1997 [1969], p. 231, grifos do autor). Este esquecimento aponta para o assujeitamento do sujeito frente ao universo do dizível, remetendo ao fato de que o dizer/discurso sempre se constitui em relação a certa posição ideológica.

Cabe ainda destacar que é a articulação de saberes que aponta para o funcionamento do discurso-transverso, entendida como a “versão do encaixe sintático” (RASIA, 2008, p. 69), uma vez que estes saberes estão postos no nível da exterioridade, do pré-construído. Com isso, a articulação faz com que se tenha, no discurso, a remissão a dado recorte do universo do dizível, que é o interdiscurso, trazendo saberes que estão filiados a discursos específicos.

Para observar o funcionamento destes dois efeitos discursivos do interdiscurso: o pré-construído e o processo de sustentação, Courtine (2009 [1981]) entende que eles podem ser apreendidos pelo domínio de memória. Tal noção foi primeiramente proposta por Foucault (2010 [1969]) que a fundamenta como sendo o lugar que

trata dos enunciados que não são mais nem admitidos e discutidos, que não definem mais, conseqüentemente, nem um corpo de verdades nem um domínio de validade, mas em relação aos quais se estabelecem laços de filiação, gênese, transformação, continuidade e descontinuidade histórica (FOUCAULT, 2010 [1969], p. 64).

Logo, o que nos interessa é o fato de o domínio de memória estabelecer filiações de sentidos entre discursos de outras conjunturas. O domínio de memória, segundo a concepção de Courtine (2009 [1981]), considerando a organização do *corpus* discursivo, refere-se ao

interdiscurso como *instância de constituição de um discurso transverso* que regula para um sujeito enunciador, produzindo uma sdr em cp determinadas, o modo de doação dos objetos de que fala o discurso, assim como o modo de articulação desses objetos: é a partir do domínio de memória que se poderá aproximar os processos que garantem a referência dos nomes por um sujeito enunciador e autorizam, assim, a predicação e a correferencialidade (COURTINE, 2009 [1981], p. 112, grifos do autor).

Para Courtine (ibid.), o domínio de memória está em relação a uma sequência discursiva de referência (sdr); contudo, nessa pesquisa, entendemos essa noção enquanto um domínio de memória que se coloca anterior aos recortes discursivos (RDs) que constituem o *corpus* de análise de nossa pesquisa. Fizemos esse deslocamento por não tratarmos de sequências discursivas, mas de recortes, tal como definimos na parte seguinte (seção 3.2), os quais não foram selecionados aleatoriamente, e, sim, por meio de critérios específicos utilizados para realizar esse procedimento analítico.

Além disso, é importante ressaltar que, junto ao domínio de memória, constitui-se um domínio de ‘formulações-origem’ que lhe é interno. Tal domínio, na acepção de Courtine (ibid., p.112), não se refere a atribuir “um ‘começo’ ao processo discursivo, mas constitui o lugar onde se pode determinar, no desenvolvimento do processo discursivo, o surgimento de enunciados que figuram como elementos do saber próprio a uma FD”.

Por origem, entendemos que não se trata de marcar o começo, o início de determinado dizer, mas é compreender a que condições de produção e sentidos determinados saberes remetem e/ou se vinculam. Tendo isso em vista, podemos, por conseguinte, observar e explicitar a relação do processo discursivo com a memória, bem como estabelecer o funcionamento parafrástico linearizado no *corpus* de análise, explicitando como os dizeres se repetem, se reformulam e/ou se modificam ao longo da década de 1950.

Desse modo, ao observarmos os elementos constitutivos do interdiscurso, estaremos tocando na questão da memória, na memória que é atualizada e posta em circulação pelos saberes atravessados no discurso. E, para analisar o funcionamento da memória que irrompe na formulação discursiva de nosso *corpus* analítico, buscamos compreender o processo de sustentação e o funcionamento do discurso-transverso pelas ressonâncias interdiscursivas de significação presentes no discurso em análise. Tais ressonâncias inscrevem-se na horizontalidade do discurso via paráfrase discursiva e podem ser observadas, sobretudo, pela citação, pelo encaixe de outro dizer. Tratamos do discurso-transverso por esse viés devido às marcas linguísticas que os recortes discursivos apresentam, ou seja, deslocamos o modo do funcionamento do discurso-transverso, não o mobilizando da forma tal como Pêcheux propôs essa noção, que é pelo estudo das orações relativas.

Também, estamos propondo que o discurso-transverso pode remeter a duas outras noções: o discurso *de* e o discurso *sobre*. Aproximamos essas noções ao discurso-transverso, porque este, ao se atravessar e se encadear no fio do discurso, vincula-se, ao mesmo tempo, a uma memória histórica, ou seja, ao discurso *de*, que, quando atualizado, configura-se como um discurso *sobre*. Ou seja, o discurso-transverso constitui-se pelo encontro de uma atualidade (intradiscurso) com uma memória (interdiscurso).

O discurso *sobre* é, nas palavras de Orlandi (1990, p. 37), “uma das formas cruciais da institucionalização dos sentidos”, sendo um “lugar importante para organizar as diferentes vozes (dos discursos *de*)”. Não podemos pensar no discurso *de* sem levar em consideração o discurso *sobre*, são categorias indissociáveis, imbricadas na formulação discursiva para produzir efeitos de sentido.

Porém, é preciso considerar que cada categoria está investida de um funcionamento em específico: pelo discurso *de* “é possível identificar e analisar o sujeito enunciador que se identifica de alguma forma com o sujeito universal, toma uma posição e, conseqüentemente, produz seu discurso” (PETRI, 2004, p. 319); já pelo discurso *sobre*, podemos observar funcionamentos que conduzem a efeitos de sentido contraditórios, pois, na medida em que se procura recuperar uma memória, organizando os discursos *de*, “corre o risco de reduzir esta memória a um acúmulo de informações sobre o passado” (ibid., p. 29).

Venturini (2009) ressalta que o discurso *de* permite ao sujeito filiar-se à dada FD, retomando o já dito em seu discurso, isto é, é o que “sustenta o dizer, autorizando-o ou não em relação à FD” (p. 75). Já o discurso *sobre*, para a autora, constitui-se pelo discurso *de*, sustentando-se nessa memória histórica e permitindo que se tenha a institucionalização do dizer e dos sentidos, uma vez que “traz para o intradiscurso outros enunciados, que atuam como seus fundadores” (p. 79). A autora ainda ressalta que o retorno de determinados dizeres pode estar associado à “citação ou pelo funcionamento do interdiscurso, enquanto pré-construído, como efeito do discurso-transverso” (p. 75).

A partir dessas considerações, é possível entender que o discurso *de* e o discurso *sobre* estão vinculados ao funcionamento do ‘discurso fundador’. Um discurso torna-se fundador na medida em que “cria uma nova tradição, ele re-significa o que veio antes e institui aí uma memória outra. É um momento de significação importante diferenciado” (ORLANDI, 1993, p. 130). O discurso fundador instaura-se, sobretudo, pela sua relação com o já dito, pois é sustentando-se no já dito que se tem a possibilidade de movimentar os sentidos.

O discurso fundador, ao criar outra tradição, instaura outros sentidos ou, mais precisamente, outras filiações de sentidos, configurando um novo lugar de memória, ou seja,

Cria tradição de sentidos projetando-se para a frente e para trás, trazendo o novo para o efeito do permanente. Instala-se irrevogavelmente. É talvez esse efeito que o identifica como fundador: a eficácia em produzir o efeito do novo que se arraiga no entanto na memória permanente (sem limite). Produz desse modo o efeito do familiar, do evidente, do que só pode ser assim” (ORLANDI, 1993, p. 13-14).

Interessa-nos destacar a noção de discurso fundador, uma vez que, para nós, quando instaurado, podemos considerá-lo como um discurso *de*, permitindo que outros discursos se constituam, tendo como ancoragem tal filiação de sentidos e lugar de memória. A partir disso, podemos compreender a historicidade dos processos discursivos e o modo como estão constituídos em relação a outro(s) discurso(s), possibilitando a configuração de discursos *sobre*, que, por sua vez, tomam como referência um discurso *de*. A historicidade tem, portanto, um papel

fundamental, e é pela historicidade dos processos discursivos que observamos o modo de instauração de um discurso fundador, bem como de novos sentidos.

Além disso, o discurso fundador configura-se por uma relação de conflito com o processo de produção dominante de sentidos, conflito este que produz a ruptura, o movimento dos sentidos, que estabelece outra filiação de memória e um novo sítio de significância (ORLANDI, 1993). Podemos, ainda, enfatizar a importância das condições de produção para a configuração de um discurso fundador, as quais são determinantes para a produção do discurso e dos sentidos.

Tendo em vista essa compreensão, aproximamos o modo como concebemos o discurso fundador com o que destacamos, nas seções 1.1 e 1.2, a respeito do texto fundador, nos termos de Chiss & Puech (1995). No estudo empreendido, não fazemos distinção entre texto fundador e discurso fundador por entendermos que ambas as noções possuem o mesmo funcionamento, instaurando a possibilidade de filiação de sentidos e constituindo-se como um lugar de memória, como é o caso, por exemplo, do **Cours de linguistique générale**, o qual, quando em relação a outros discursos, pode ser considerado enquanto uma 'formulação-origem', no sentido dado por Courtine (2009 [1981]).

A partir de discurso/texto fundador, outros discursos, no caso, discursos *sobre*, configuram-se, tomando como ancoragem determinado domínio de memória. Este, por sua vez, coloca em funcionamento os elementos constitutivos do interdiscurso: o pré-construído e a articulação, delimitando as formulações que se atravessam no processo discursivo e que o sustentam, as quais estabelecem o horizonte de retrospectão do discurso e, por conseguinte, as formulações-origem que são retomadas de certo domínio de memória.

Diante do que vimos destacando, observamos que o processo de sustentação ou articulação no fio do discurso é resultante de uma série de fatores, dentre eles as condições de produção, contribuindo para a produção do discurso e seus efeitos de sentido. As condições de produção não remetem simplesmente ao contexto sócio-histórico e ideológico que envolve a produção do discurso, mas funcionam como constitutivas, inscrevendo-se no discurso de modo que o mesmo seja dotado de sentido. Assim,

quando falamos de condição estamos nos referindo à circunstância, a algo que resulta de determinada 'situação', algo que não nos dá liberdade de escolha: a condição que se impõe e se aceita, ela está dada, essa é a sua propriedade essencial. A condição é anterior à produção, ela determina a constituição do produto, pois interfere no processo de produção (PETRI, 2004, p. 157).

Nessa concepção, não podemos pensar o funcionamento das condições de produção sem considerar, ao mesmo tempo, o vínculo existente com a FD e seu domínio de memória. Tal vínculo estabelece o que pode e deve ser dito, e o que não pode e não deve ser dito em condições específicas, ou seja, regula e projeta a produção do discurso. No momento em que se instauram outras condições de produção, muda-se, conseqüentemente, a relação com a FD, bem como a constituição do discurso, inscrevendo o sujeito em outra posição e configurando outros efeitos de sentido. Isso também decorre do fato de que, ao mudar as condições de produção, estabelece-se outra relação com a história, colocando em funcionamento outra memória discursiva.

As condições de produção permitem ao sujeito constituir-se pela relação mantida com os saberes em circulação em determinada conjuntura. Trazendo um breve esboço das condições de produção que envolvem as obras que compõem o arquivo de pesquisa, podemos dizer que, na conjuntura dos estudos sobre a linguagem dos anos de 1950, no Brasil, os saberes em evidência nas práticas científicas eram os saberes que visavam ao estudo da língua portuguesa do Brasil sob o viés da Filologia, perspectiva esta que calcava os estudos científicos em torno da língua portuguesa do Brasil, especialmente, até os anos de 1960. No entanto, em consonância aos saberes filológicos, têm-se outros saberes que circulavam na época, constituindo a FD dessa conjuntura, como, por exemplo, os saberes da Linguística, os saberes dialetológicos e literários.

O arquivo⁵¹ de nossa pesquisa inscreve-se, pois, em uma FD composta por saberes resultantes de lugares diferentes, sendo estes lugares que permitem ao sujeito tomar dada posição, inscrevendo-se em certas filiações de sentidos. Quando pensamos na questão da filiação, pensamos, sobretudo, nas “relações intelectuais e tradições localizadas, no tempo e no espaço, e não em ‘escolas’, em ‘influências’ etc. que alimentam e desenvolvem um amplo domínio de pesquisas” (ORLANDI,

⁵¹ O arquivo de pesquisa está explicitado na parte seguinte, seção 3.2.

2005b, p. 85). No momento em que há a inscrição de uma rede de filiações de sentidos, podemos observar o modo de constituição de dada memória no discurso.

Pelo exposto nessa segunda parte, consideramos, portanto, três momentos que nos conduzem ao desenvolvimento analítico da presente pesquisa: citação, paráfrase discursiva e discurso-transverso. Primeiramente temos a citação, a qual está marcada ou é constitutiva da formulação do discurso, entendida enquanto um encaixe sintático, que, tomada pela perspectiva discursiva, vincula-se ao pré-construído. A citação, por sua vez, remete-nos à paráfrase discursiva, por meio da qual compreendemos os ecos/as ressonâncias de significação dos já ditos no fio do discurso. A paráfrase discursiva, por fim, remete ao atravessamento de saberes na horizontalidade do discurso, saberes que pertencem a outras conjunturas e retornam, encadeando-se no fio do discurso enquanto um efeito do interdiscurso sobre si mesmo, ou seja, pelo funcionamento do discurso-transverso.

Mobilizamos tais questões a fim de compreender como os saberes do domínio da Linguística se encaixa(m)/encadeia(m), linearizando-se no fio do discurso e ressoando uma memória discursiva a respeito da Linguística junto aos saberes inscritos no domínio da Filologia. Logo, nossas análises têm, sobretudo, esse fio condutor, em função de entendermos que é por meio do domínio de memória que ressoa no discurso que se poderá explicitar não só como se constitui determinada produção do conhecimento, mas também como o sujeito está inscrito no processo discursivo.

PARTE III

DO ARQUIVO AO CORPUS: constituição dos procedimentos analíticos

PARTE III

DO ARQUIVO AO CORPUS*: constituição dos procedimentos analíticos

“[...] produzir ciência é produzir conhecimento em uma certa ordem, em uma certa época, em certas condições de produção” (SCHERER, 2008, p. 133).

“[...] todo investigador, por mais original que seja a sua obra, está preso ao seu tempo e às ideias em voga na época da sua formação universitária (SILVA NETO, 1960, p. 19).

3.1 A produção do conhecimento sobre a linguagem e a conjuntura sócio-histórica e ideológica da década de 1950

Na reflexão apresentada nas partes anteriores, buscamos ressaltar a importância da determinação histórica no que diz respeito à constituição da prática científica, decorrente, sobretudo, das condições de produção que permitem a linearização, no fio do discurso, de determinado horizonte de retrospectão. Ou seja, pela determinação histórica, compreendemos a relação do discurso com o interdiscurso, que irrompe na horizontalidade discursiva, fazendo esta significar e produzir efeitos de sentido por meio da historicização de certos saberes que são retomados e atualizados em dada conjuntura.

Nesta seção nos deteremos no contexto sócio-histórico e ideológico que envolve o âmbito acadêmico da década de 1950⁵². Tal conjuntura faz parte do contexto amplo que configura as condições de produção do discurso, condições que determinam os sujeitos, a situação, e a memória que “torna possível todo dizer e que

* Título que faz referência a um subtítulo do capítulo *Effets de l'archive*, do livro **Discours et archive** (GUILHAUMOU; MALDIDIÉ; ROBIN, 1994).

⁵² Tais considerações referem-se a um recorte da retomada histórica que desenvolvemos em nossa dissertação, que visou a tratar do início da criação das universidades no contexto brasileiro, nos anos de 1930, até os anos de 1960, quando da institucionalização da Linguística.

retorna sob a forma do pré-construído, o já-dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada de palavra” (ORLANDI, 2001a, p. 31).

Para a autora, as condições de produção remetem tanto a um contexto amplo quanto a um contexto imediato. Este se refere às circunstâncias da enunciação, envolvendo o(s) sujeito(s) que assina(m), constituindo a posição-autor de tal discurso, quando, onde etc.; aquele, por sua vez, refere-se ao contexto sócio-histórico e ideológico, ou seja, à exterioridade que afeta a produção do discurso. Inicialmente, destacamos o que envolve o contexto amplo das condições de produção, o qual se torna, portanto, necessário para compreender como a exterioridade incide na constituição do discurso e produz efeitos de sentido, permitindo observar a determinação histórica do discurso.

Antes de nos voltarmos mais especificamente para a conjuntura dos anos de 1950 e para a prática científica desse período, trazemos um olhar retrospectivo, que envolve o início da criação das primeiras universidades do Brasil. Tal olhar justifica-se devido ao fato de a criação desse espaço institucional impulsionar as produções científicas desenvolvidas, à época, no Brasil (GUIMARÃES, 2004). Refletimos, especialmente, acerca da conjuntura concernente à constituição dos Cursos de Letras, enfatizando os dois principais centros de pesquisas que marcaram o desenvolvimento das pesquisas linguísticas no Brasil.

Sobre o desenvolvimento dos estudos linguísticos brasileiros, apoiamo-nos em uma série de estudiosos/linguistas que tratam da história da linguística. Dentre eles, citamos Coseriu (1976 [1968]) e seu relevante estudo acerca do desenvolvimento da Linguística latino-americana no período de 1940 a 1965. O autor ressalta que, no Brasil, os centros de pesquisas concentravam-se em cátedras e cursos universitários a partir de estudos organizados individualmente e não em institutos de pesquisas. Para esse autor, dois centros destacam-se, um localizado no Rio de Janeiro e outro em São Paulo. No entanto, na visão de Coseriu, o maior e principal centro que procurou expandir as ideias linguísticas foi o do Rio de Janeiro.

Em se tratando do centro de estudos de São Paulo, seu desenvolvimento inicia-se junto à criação do primeiro curso de Letras, nos anos de 1934, na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (USP). Já o centro de estudos do Rio de Janeiro desenvolveu-se junto à Universidade do Distrito Federal (UDF), criada em 1935. Em razão de questões políticas, a UDF acabou

fechada pela administração municipal, e, em seu lugar, foi criada, em 1939, a Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil (FIORIN, 2006).

Esses dois centros que se colocavam em evidência contaram com importantes estudiosos e, em especial, grandes filólogos. Em São Paulo, podemos destacar: Isaac Nicolau Salum; Theodoro Henrique Maurer Jr.; Francisco da Silveira Bueno; Robert Henri Aubreton; Izidoro Blikstein, dentre outros. No Rio de Janeiro, destacam-se: Manuel Said Ali; Álvaro Ferdinando Sousa da Silveira; Antenor Nascentes; Augusto Magne; Joaquim Mattoso Câmara Jr.; Sílvio Edmundo Elia; Serafim da Silva Neto; Gladstone Chaves de Melo; Ernesto Faria; Ismael da Silva Coutinho; Celso Ferreira Cunha; Antonio Houaiss, dentre outros (cf. Coseriu, 1976 [1968]; Altman, 2004a).

Cabe enfatizar que, mais tarde, nos anos de 1960, outro centro de estudos foi criado junto à Universidade de Brasília (UnB), o qual teve grande relevância por implementar os primeiros cursos de pós-graduação em Linguística. Esse centro não adquiriu a mesma dimensão que os demais, porém, de acordo com Coseriu (1976 [1968]), há outros nomes que são importantes referências para os estudos linguísticos: Aryon Dall'Igna Rodrigues, com estudos sobre as línguas indígenas; Adriano Gama Kury, com estudos sobre o português; e Nelson Rossi, com estudos sobre as línguas românicas.

Coseriu, com relação ao desenvolvimento da Linguística científica⁵³, aponta para o fato de que os estudiosos brasileiros voltavam-se para pesquisas em torno da língua portuguesa que tinham como escopo, sobretudo, o português medieval e a etimologia portuguesa. Por meio de tais pesquisas, foram propostas gramáticas históricas e histórias da língua, as quais, segundo o autor, inscrevem-se na linguística portuguesa em geral, que considera a língua portuguesa como pertencente tanto a Portugal como ao Brasil. Contudo, os estudos dialetológicos e os estudos do português contemporâneo do Brasil diferenciavam-se, pois enfatizavam a língua portuguesa vinculada somente ao território brasileiro.

Conforme destaca Mattoso Câmara (1976 [1968], p. 47), até os anos de 1940, as produções relacionadas à língua portuguesa apresentavam, principalmente, três

⁵³ Linguística científica, ou acadêmica, para Coseriu (1976 [1968]), é entendida como aquela utilizada “em cursos universitários e publicações acadêmicas com finalidades científicas e com um mínimo de base metodológica e técnica aceitável” (p. 14).

campos de interesse: (i) a história e a filologia do português, (ii) o estabelecimento de uma língua padrão para o Brasil e (iii) a dialetologia brasileira. Nesse período, os estudos predominantes eram de caráter filológico, por ser o domínio de saber que detinha um lugar reconhecido e institucional no contexto brasileiro, possuindo, portanto, “o estatuto socioprofissional e científico que legitimava o trabalho dos pesquisadores dedicados à matéria lingüística” (ALTMAN, 2004a, p. 73).

Os estudos referentes a esse domínio de saber visavam a dois enfoques principais: o estudo histórico (gramatical) do português, enfatizando a Fonética, Morfologia, Sintaxe, Lexicologia/Etimologia, e a elaboração de edições críticas de textos do português medieval, arcaico e de escritores portugueses e brasileiros, em especial, poetas (ALTMAN, 2004b). Devido a tal predominância, destinava-se à Filologia o estudo científico da língua, sendo este vinculado ao estudo gramatical, ficando a cargo dos textos literários documentarem os fatos linguísticos de interesse do filólogo.

Coseriu (1976 [1968]) também destaca que os estudos realizados no Brasil, na conjuntura da década de 1940 até 1960, caracterizavam-se, prioritariamente, por um enfoque histórico. No centro de estudos do Rio de Janeiro, além de apresentar essa abordagem histórica sobre os estudos da língua, é onde se introduz, inicialmente, a Linguística moderna no Brasil, a qual estava marcada pelos estudos linguísticos europeus. A filiação com a Linguística europeia, que vinha se firmando nesse centro de estudos, relaciona-se ao fato de que as universidades brasileiras contaram, nos primeiros anos de sua criação, com uma forte presença de professores visitantes franceses, os quais influenciaram os estudos brasileiros com as ideias trazidas da Europa. Dentre esses professores, podemos destacar o professor visitante Georges Millardet, da Universidade de Sorbonne, que lecionou na Universidade do Distrito Federal (GUIMARÃES, 2004).

É na UDF que se verifica o início dos estudos sobre a Linguística, onde ocorreu o primeiro curso, em 1938 e 1939, de Linguística, ministrado por Joaquim Mattoso Câmara Júnior, o qual foi influenciado pelos cursos de que havia participado, em 1937, com o professor visitante Georges Millardet (UCHÔA⁵⁴; ALTMAN, 2004a). A inclusão da Linguística ocorreu porque a consideravam como conhecimento essencial para os professores de língua e para os estudantes que se

⁵⁴ Disponível em: < <http://www.filologia.org.br/revista/38sup/01.html>>. Acesso em: out. 2013.

voltavam à crítica literária, ou seja, podemos dizer que seria um complemento para esses estudos (MATTOSO CÂMARA, 1976 [1968]). É, pois, inserida nesse contexto que a Linguística começa a circular no âmbito institucional junto ao centro de estudos da UDF.

Já com relação aos estudos realizados no centro de pesquisa junto à USP, voltavam-se também, conforme Guimarães (2004), à abordagem histórica, a qual embasava os estudos sobre a língua portuguesa e ligava os estudos filológicos e gramaticais. Além da orientação histórica que caracterizava, inicialmente, os estudos realizados na USP, verificava-se que a Geografia Linguística, baseada na tradição portuguesa de estudos linguísticos, começava a ser considerada (FIORIN, 2006). Segundo Fiorin, “a pesquisa lingüística realizada na cátedra de Filologia e Língua Portuguesa nos primórdios da USP segue os rumos dominantes da Lingüística Histórica, mas começa a preocupar-se com a Geografia Lingüística, seus métodos e seus objetivos” (FIORIN, 2006, p. 17).

O autor destaca que, nessa época, na USP, tem-se uma preocupação menor com relação à descrição e à explicação dos fatos sincrônicos, detendo-se na discussão e crítica de questões gramaticais, bem como na análise de alguns problemas linguísticos. Orlandi (2002), em seus estudos sobre a HIL no Brasil, enfatiza que, na USP, nos anos de 1940, havia uma forte tradição da gramática filosófica⁵⁵. Em seu quadro docente, como nome expressivo, destaca-se Silveira Bueno, o qual era estritamente contra a qualquer influência dos estudos linguísticos, considerando a Filologia como uma disciplina com a função de coordenar e de agregar conhecimentos de diferentes áreas, valendo-se de conhecimentos linguísticos, literários, retóricos, paleográficos, epigráficos, hermenêuticos etc. Os textos antigos, para ele, eram a razão de ser dos estudos filológicos, e, para estabelecê-los, era preciso conhecer profundamente a língua do tempo em que foram escritos (FIORIN, 2006).

No que tange à inserção da Linguística nesse centro, tal fato ocorreu, inicialmente, por meio das cadeiras de Língua e Literatura Grega, ministradas pelo professor visitante francês Robert Henri Aubreton, e de Filologia Românica, ministrada por Theodoro Henrique Maurer Jr. (ALTMAN, 2004a). Este, ao voltar de

⁵⁵ Orlandi enfatiza essa questão para destacar que era, em São Paulo, onde a gramática filosófica tinha sua tradição, opondo-se ao viés da gramática histórica que era enfatizada, sobretudo, no Rio de Janeiro.

seus estudos realizados em Yale (1945-1946), em 1947, procurou introduzir os preceitos da Linguística estrutural influenciado por Bloomfield, além de divulgar os estudos de Mattoso e de Saussure na cadeira de Filologia Românica (cf. *ibid.*; Fiorin, 2006).

O professor Aubreton lecionou, no Brasil, por doze anos, de 1952 a 1964, proporcionando aos seus alunos ou aos de Maurer a possibilidade de irem estudar, na França, com a ajuda de bolsas de estudos concedidas pelo governo francês. Isso fez com que novos adeptos ao pensamento linguístico europeu surgissem. Após a implantação oficial da Linguística nos cursos de Letras, Maurer optou por seguir a tradição filológica em seus estudos, deixando para os jovens estudantes que voltavam da França, denominados de 'aubretonistas', que se dedicassem à nova disciplina (ALTMAN, 2004a). No final dos anos de 1950 e início de 1960, os primeiros alunos que foram estudar na França regressaram ao Brasil, e o primeiro estudante a ir para a França estudar foi Izidoro Blikstein, formado em Letras Clássicas pela USP e especialista em Língua e Literatura Grega (cf. Altman, 2004a; Blikstein, 2009).

Embora se observe a inserção da Linguística junto aos cursos de Letras, bem como aos estudos realizados à época, foram os filólogos que, até meados de 1960, ocuparam as principais cátedras universitárias do país e fundaram os primeiros centros de pesquisa voltados a questões linguísticas, cujos estudos prevaleceram no que toca a publicações monográficas e periódicas (ALTMAN, 2004a). Tal predominância da Filologia nos estudos sobre a linguagem, segundo Coelho (1998), é devido ao

grande poder de persuasão deste 'paradigma' na tarefa de proposição e resolução de problemas durante toda a primeira metade deste século [XX], já que, mesmo conhecendo, e por vezes utilizando, conceitos e teorias 'linguísticas' na condução de suas pesquisas, os estudiosos que dominavam o cenário dos estudos sobre a linguagem no país até meados dos anos 60, reconheceram-se preferencialmente como filólogos e atuaram tendo como parâmetros os pressupostos, as teorias e os métodos produzidos pela tradição de estudos diacrônicos (COELHO, 1998, p.26).

Desse modo, mesmo com a introdução da Linguística, este domínio permaneceu por vários anos como um 'programa de investigação à parte' (ALTMAN,

2004a). A Linguística, do início da criação das universidades até 1960, institucionalizou-se aos poucos, conseguindo estabilizar-se e atingir seu reconhecimento, enquanto disciplina, junto aos cursos superiores, somente na década de 1960, mais precisamente em 1962, quando passa a ser considerada como uma disciplina obrigatória nos cursos de Letras.

Tais considerações têm como objetivo destacar que as produções linguísticas referentes aos anos de 1950 versavam, sobretudo, a questões históricas sobre a língua calcadas nos estudos filológicos. Ou seja, era a Filologia que possuía um lugar de destaque, científico, legitimando as pesquisas linguísticas realizadas. Trata-se, portanto, do domínio que predominava nas produções científicas dos estudos sobre a língua portuguesa da época, apontando para o fato de as práticas científicas serem determinadas pelo domínio de saber da Filologia.

Frente a tal predominância, Altman (2004a) ressalta que a Linguística, no Brasil, constituiu-se, inicialmente, pela sua incorporação aos estudos em torno da língua portuguesa do Brasil, enquanto uma “prática de aplicação teórica a dados do português do Brasil” (p. 102). Lagazzi-Rodrigues (2002) menciona um conjunto de nomes de autores brasileiros, tais como: Serafim da Silva Neto, Joaquim Mattoso Câmara Jr., Capistrano de Abreu, Said Ali, Antenor Nascentes, Theodoro Sampaio e Sousa da Silveira, enfatizando que os mesmos destacam-se no desenvolvimento inicial da Linguística, sendo considerados legitimados e legitimadores na relação com a reflexão linguística.

Além da relação entre a Linguística e a Filologia que se observa nos anos 50 do século XX, cabe salientar que corresponde a um período marcado por inúmeros acontecimentos, especialmente influenciados pelo governo de Juscelino Kubitschek (JK). Tais acontecimentos dizem respeito a questões que envolvem a língua nacional do Brasil, acarretando a produção e organização, pelo Estado, de políticas linguísticas que visavam, em especial, à “identidade da língua falada no Brasil como língua nacional”, além de estar em jogo a “construção de imagens da sociedade nacional” (MARIANI; MEDEIROS, 2010, p. 10).

Diante desse contexto, o âmbito das ideias linguísticas é caracterizado pela “instituição de fronteiras entre a linguística e a gramática, e entre a gramática e a literatura” (ibid. p. 11). Também, nessa década, há o estabelecimento do *Anteprojeto de simplificação e unificação da Nomenclatura Gramatical Brasileira*, marcando,

segundo Orlandi (2001b, p. 36), “uma mudança fundamental na normalização da língua no Brasil”. Contudo, o que mais nos interessa junto a esse contexto dos anos de 1950, como pontuam Mariani e Medeiros (2010), é a introdução do pensamento linguístico nos estudos que vinham sendo realizados.

Mariani e Medeiros (2010) destacam, ainda, que os anos de 1950 são caracterizados tanto pela construção de Brasília, como por outros aspectos vinculados à questão da língua. No âmbito da imprensa, essa conjuntura é afetada pela criação e reforma de jornais, pela mudança de perfil dos intelectuais que integravam os mesmos e pela implementação de suplementos literários. As autoras reforçam o fato de os anos de 1950 serem determinados por uma ‘efervescência cultural’ e por congressos que focavam o folclore, a língua falada e a dialetologia⁵⁶.

Com relação aos estudos dialetológicos, estes, a nosso ver, contribuíram para as mudanças nesse cenário onde predominava a Filologia. Esses estudos iniciaram, no Brasil, a partir do trabalho de Amadeu Amaral, com a publicação da obra: **Dialeto Caipira**, em 1920. Esta obra, segundo Guimarães (2004), é um marco na produção dialetológica do Brasil. Dentre outros que se destacam com produções visando aos estudos dialetológicos, citamos Antenor Nascentes que, em 1922, apresentou uma monografia sobre o linguajar carioca; em 1932, publicou o primeiro dicionário etimológico no/do Brasil e, também, foi quem publicou o primeiro esboço de roteiro para a elaboração de um atlas linguístico no Brasil (MATTOSO CÂMARA, 1976 [1968]).

Inicialmente, a Dialetologia, enquanto programa que buscava dados a respeito das diferentes variantes regionais do português do Brasil, foi incorporada ao programa de Filologia, o que lhe garantia legitimidade. Nos anos de 1950, mais precisamente em 1953, Serafim da Silva Neto (1955) - com o objetivo de garantir um espaço institucional e, segundo suas próprias palavras, implantar uma “mentalidade dialetológica” - fundou o *Centro de Estudos de Dialetologia Brasileira* no Museu Nacional do Rio de Janeiro e procurou difundir a dialetologia brasileira através de palestras, como em Belo Horizonte, na Universidade de Minas Gerais, e, em Porto Alegre, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. O autor ainda publicou a

⁵⁶ Ressaltamos essas considerações correspondentes ao período JK, justamente, para reforçar que os anos de 1950 mostram-se como um momento fecundo no âmbito das ideias linguísticas do contexto brasileiro. Diante dos inúmeros acontecimentos que marcam tal conjuntura, cabe salientar que iremos explorar somente o que se relaciona ao objetivo de nossa tese.

obra, em 1955, **Guia para estudos dialetológicos**, além de abordar esta orientação em várias obras sobre o estudo do português do Brasil que desenvolveu⁵⁷.

Com o fortalecimento da Dialetologia, especialmente no Rio de Janeiro, houve uma crescente preocupação na elaboração e publicação de Atlas Linguísticos e de Guias Dialetológicos. O programa da Filologia também passou a considerar entre suas tarefas “a elaboração de atlas lingüísticos brasileiros regionais, de acordo com os preceitos do método da Geografia Lingüística” (ALTMAN, 2004a, p. 75), preceitos estes também utilizados pela Dialetologia realizada por Serafim da Silva Neto e Antenor Nascentes. Segundo Altman, ambos os programas, o de Filologia e de Dialetologia, estavam, no início, unificados através da utilização da mesma tradição de pesquisa.

Os estudos dialetológicos brasileiros possuem sua tradição marcada pelos estudos europeus, sobretudo, na abordagem introduzida por Jules Gilliéron, que se baseava nos princípios da Geografia Linguística, utilizando-a como método para as pesquisas dialetológicas. O objetivo de Gilliéron era desenvolver o Atlas Linguístico da França (ALF), cuja finalidade primordial era a preservação das “variantes dialetais dos dialetos românicos da França e territórios de dialetos provençais e galoromânicos, ameaçados pelo francês” (RODRÍGUEZ, 2012, s/p.). A partir do ALF, Gilliéron visava a traçar a história linguística da França, principalmente, por meio da interpretação de materiais que se colocavam, de modo especial, em um nível lexical, partindo, portanto, de determinado estado da língua para compreender a história dos fatos linguísticos (MILLARDET, 1951). Desse modo, tais estudos eram realizados tendo em vista a perspectiva sincrônica, porém o seu objetivo era de caráter diacrônico, “pois permitiria o conhecimento de um determinado traço fonético, item lexical, etc. do ponto de vista de sua evolução diacrônica” (RODRÍGUEZ, 2012, s/p.)⁵⁸.

⁵⁷ Podemos citar outras obras de Serafim da Silva Neto que apresentam questões sobre a dialetologia, tais como: **Introdução aos Estudos da Língua Portuguesa no Brasil**, de 1956, que apresenta o capítulo *Do método na pesquisa dos falares brasileiros*, no qual destaca a vertente europeia dos estudos dialetológicos com Gilliéron e apresenta um possível questionário para traçar os falares de dado território, e **Manual de Filologia Portuguesa**, de 1952, que dedica o capítulo *Estudos de dialectologia* às pesquisas que vinham sendo desenvolvidas na época e, sobretudo, na Europa. Cabe ressaltar que a maioria das obras do autor em questão aponta para questões dialetais.

⁵⁸ As citações desse parágrafo foram retomadas do artigo *on-line* intitulado *Breve histórico da Geografia Lingüística*, de Alfredo Maceira Rodríguez. Disponível em: <<http://www.filologia.org.br/revista/artigo/4%2810%2942-53.html>>. Acesso em: ago. 2012.

Coelho (1998), em seu estudo de dissertação, destaca a relação existente entre o método da Geografia Linguística, via Dialetoлогия, e o método comparatista da Filologia. A autora ressalta que “ambos os métodos, geográfico e comparativo, e, conseqüentemente, as disciplinas diretamente relacionadas a cada um deles – Dialetoлогия e Filologia – comporiam um só quadro de trabalho e conciliariam as geralmente dissociadas sincronia e diacronia” (p. 119). Essa visão resulta do fato de, à época, o método filológico abranger tanto estudos diacrônicos como sincrônicos, sendo, por isso, que a Dialetoлогия, a partir do método da Geografia Linguística, incorporou-se junto aos estudos da Filologia, em função de serem considerados como métodos complementares.

Podemos dizer que, na conjuntura dos anos de 1950, o espaço da Dialetoлогия é demarcado, no Brasil, principalmente pela instalação do *Centro de Estudos Dialetológicos*, como já indicamos. Ainda, entendemos que esse centro de estudos pode estar relacionado à introdução da Linguística que começa a circular dentre os estudos sobre a língua portuguesa. Três anos depois, em 1958, ao lado do *Centro de Estudos Dialetológicos*, foi criado o *Setor Linguístico* por Mattoso Câmara Jr., setor este que configura o espaço físico, por assim dizer, da Linguística no Brasil, que se torna o passo inicial para, mais tarde, ter a institucionalização e legitimação acadêmica desse domínio de saber (ALTMAN, 2004a).

Com o desenvolvimento e reconhecimento do domínio da Linguística nos anos de 1950, Altman (1996) destaca que, no início dos anos de 1960, observa-se uma tensão entre esse domínio e o da Filologia, pois é um momento em que se torna necessária a ruptura entre essas duas práticas científicas no campo disciplinar dos estudos brasileiros. O linguista, nessa época, estava fortemente filiado a uma tradição ocidental que teve seu início no século XX, distanciando-se da “tradição normativa, da investigação da linguagem enquanto fenômeno biológico, da tradição do pensamento filosófico grego e, principalmente, da tradição filológica” (ALTMAN, 1996, p. 185), que era, até então, predominante no Brasil.

Tal tensão acarreta a separação entre o campo da Linguística e o da Filologia, que se reforça com a obrigatoriedade da Linguística no âmbito acadêmico brasileiro, em 1962, configurando dois campos de saberes distintos, os quais abrangiam estudiosos que se denominavam somente filólogos ou somente

linguistas. Com a disciplinarização da Linguística, o que se acentuou foi, portanto, o distanciamento entre os saberes da Linguística e os saberes da Filologia.

Cabe destacar que, para a Linguística disciplinarizar-se no Brasil, foi preciso tanto a legitimação de quem produz ciência e a faz circular entre seus pares quanto a legitimação via órgão Federal (Estado) e das Instituições. Conforme Scherer e Petri (2008), essas determinações decorrem em razão de o campo disciplinar de uma ciência ser afetado pela formação ideológica em que está inserido, afetando a história dos conceitos e a história cultural do disciplinar.

Para analisar o processo de constituição de um campo científico, devemos atentar à determinação ideológica e histórica que afeta a conjuntura em que tal campo se insere, pois “cada época tem suas convenções, valores, visões do mundo, formando um certo universo lingüístico-acadêmico, cujos elementos interdependentes mantêm entre si relações associativas e funcionais, em constante processo de mudança” (SCHERER, 2005, p. 10). Isso se torna necessário na medida em que devemos compreender e considerar, como destacam Scherer e Brum de Paula (2002), tanto a história das ideias quanto a história das instituições que ajudaram a constituir dado campo científico ou dada disciplina.

Devemos, portanto, levar em conta que a prática científica deve ser pensada sempre em relação à história, às suas condições de produção. É por isso que procuramos, nessa seção, retomar alguns dos acontecimentos respeitantes à conjuntura sócio-histórica e ideológica dos anos de 1950, uma vez que os mesmos contribuem para compreendermos a determinação histórica da prática científica em torno dos estudos sobre a língua portuguesa. Por meio de tal determinação, poderemos refletir sobre o modo como o domínio de memória da Linguística inscreve-se e configura-se na formulação de um discurso regulado pelo domínio da Filologia. Diante disso, visamos ao entendimento do processo discursivo tendo em vista a linearização dos saberes da Linguística no fio do discurso, e analisando como estes estão em articulação com os saberes da Filologia.

3.2 Da constituição do arquivo e do *corpus* de análise: gestos de interpretação iniciais

Ao lançarmos um olhar sobre o que vimos desenvolvendo, entendemos que as noções de memória e de interdiscurso tornam-se um eixo que conduz a reflexão teórica já estabelecida, bem como as considerações que seguem. Nesta seção e na seguinte, além do enfoque que seguimos, explicitamos os procedimentos metodológicos para a constituição do arquivo e do *corpus* de análise, fazendo menção às condições de produção que envolvem o contexto imediato dos estudos sobre a língua portuguesa que compõem o arquivo desta pesquisa.

O interesse que norteia a presente tese é compreender a articulação entre os saberes da Filologia e os da Linguística, e, para tal compreensão, analisamos como os saberes da Linguística, via citação do **Cours de linguistique générale**, estão atravessados e linearizados no fio do discurso, constituindo determinada prática científica referente aos estudos filológicos do Brasil, sobretudo, até a primeira metade do século XX. Isso nos instiga devido ao fato de circularem, nessa conjuntura, diferentes domínios nas produções científicas, e privilegiamos a relação com os saberes da Linguística, por adquirir um maior reconhecimento na década em questão, antecedendo a sua institucionalização enquanto disciplina obrigatória nos cursos de Letras, que ocorreu em 1962.

Tal objetivo nos colocou frente ao primeiro desafio: delimitar um arquivo de documentos relativo e pertinente à questão de pesquisa proposta, tarefa que se tornou exaustiva na medida em que as pesquisas filológicas predominaram no meio acadêmico até os anos de 1950. Diante da dispersão com que nos deparamos, propomos critérios com vistas a delimitar um arquivo de pesquisa relevante, que foram: considerar o período mais representativo no que diz respeito ao desenvolvimento das pesquisas linguísticas até os anos de 1950; e, após tal delimitação, selecionar estudos de um nome expressivo da época para os estudos em torno da língua portuguesa do Brasil.

A partir disso, pudemos delimitar a década de 50, do século XX, como sendo o recorte temporal de nossos estudos, e as obras de Serafim da Silva Neto como

nosso interesse de análise. As obras publicadas por Serafim da Silva Neto⁵⁹ durante a década de 50, do século XX, são:

- ❖ **Introdução ao Estudo da Língua Portuguêsa no Brasil** (1ª edição, 1950);
- ❖ **Diálogos de São Gregório** (1ª edição, 1950);
- ❖ **Manual de Filologia Portuguêsa** (1ª edição, 1952);
- ❖ **Guia para Estudos Dialetológicos** (1ª edição, 1955);
- ❖ **Introdução ao Estudo da Filologia Portuguêsa** (1ª edição, 1956);
- ❖ **Ensaio de Filologia Portuguêsa** (1ª edição, 1956);
- ❖ **Textos Medievais Portuguêses e seus Problemas** (1ª edição, 1956);
- ❖ **História do Latim Vulgar** (1ª edição, 1957);
- ❖ **História da Língua Portuguêsa** (1ª edição, 1957);
- ❖ **Bíblia Medieval Portuguêsa** (1ª edição, 1958);
- ❖ **Língua, Cultura e Civilização** (1ª edição, 1960);
- ❖ **A Língua Portuguesa no Brasil** (1ª edição, 1960).

Pela relação da produção do autor, observamos a diversidade temática das obras, embora todas envolvendo uma reflexão sobre a língua, seja por um estudo da história da língua, seja por um estudo filológico propriamente dito. Além dessa série de obras, Serafim da Silva Neto dirigiu a **Revista Brasileira de Filologia** (RBF), um importante periódico da época. A RBF foi criada em 1955, no Rio de Janeiro, e passou a ser considerada “a mais completa e categorizada publicação do gênero no país” (ELIA, 1975, p. 158).

Serafim da Silva Neto dirigiu a RBF até o ano de 1958, quando da publicação do volume 4 do periódico. A partir do volume 6, uma comissão foi composta para dirigi-la, possuindo como membros: Antenor Nascentes, Lima Coutinho, Mattoso

⁵⁹ Além de obras publicadas, Serafim da Silva Neto possui vários artigos, prefácios publicados nos anos de 1950. Na presente pesquisa, nos deteremos somente nas obras, trazendo algumas questões sobre a **Revista Brasileira de Filologia** devido à importância deste periódico na conjuntura em questão.

Câmara, Sívio Elia. O periódico, com a morte de Silva Neto, passou a ter menos regularidade e foi publicado somente até 1961.

Segundo Coelho (1998), a revista foi publicada pela Acadêmica, importante editora da época situada no Rio de Janeiro, e a sua configuração foi baseada nos moldes do periódico português: **Revista Portuguesa de Filologia**, dirigida pelo Manuel de Paiva Boléo. A relevância da RBF, para a época, resulta do fato de que visava aos estudos sobre o português do Brasil de forma diferenciada, procurando fazer com que os estudos de Filologia Românica progredissem.

No estudo empreendido por Coseriu (1976 [1968]) sobre o desenvolvimento da Linguística latino-americana, a RBF é considerada como o principal periódico linguístico-histórico do Brasil. Para o autor, tal periódico, se comparado aos demais periódicos do contexto latino-americano, vinculava-se mais a discussões referentes à Linguística, especialmente à Linguística Histórica do que à Filologia, dedicando também um grande espaço ao estruturalismo.

Voltando-nos às obras publicadas pelo autor, na década de 50, do século XX, verificamos que se trata de uma produção científica bastante vasta, tornando-se necessário analisar quais das obras configuram-se como as mais pertinentes ao interesse de pesquisa proposto. O primeiro critério de escolha estabelecido envolve a temática das mesmas, privilegiando as que tratam da língua portuguesa pelo viés filológico e excluindo as obras que analisam e tratam de textos arcaicos. Estas não nos interessam, uma vez que se voltam, especificamente, para um estudo crítico acerca das fontes manuscritas da literatura medieval portuguesa, tais como: **Diálogos de São Gregório** (1950), **Textos Medievais Portugêses e seus Problemas** (1956) e **Bíblia Medieval Portuguêsa** (1958), as quais, portanto, não serão tratadas como objeto de nossa reflexão.

Por meio dessa primeira delimitação, procuramos selecionar as obras que mais contribuem para a problemática da tese. Para tanto, adentramos nas obras observando a possível retomada de saberes vinculados ao domínio da Linguística, o que nos permitiu verificar uma grande citação de estudiosos que se filiam a esse domínio de saber⁶⁰, bem como a recorrência da retomada de duas dicotomias

⁶⁰ Alguns dos estudiosos citados com maior intensidade são: Mattoso, Millardet, Meillet, Bally, Vendryes, Schuchardt, Saussure, etc. A presença alguns de desses estudiosos foi tratada em nossa dissertação a partir de uma rede de filiação que propomos.

primordiais do postulado saussuriano: língua vs. fala e sincronia vs. diacronia. Por meio dessa análise prévia, mais quatro obras não foram privilegiadas para compor o arquivo de pesquisa proposto, devido à abordagem que apresentam e porque não se mostraram pertinentes. Tal delimitação é decorrente de nossa problemática central situar-se na compreensão do modo como os saberes do domínio da Linguística, via **Cours**, linearizam-se nos estudos sobre a língua portuguesa dos anos de 1950, a fim de explicitar como tais saberes estão articulados no processo discursivo e fazem ressoar uma dada memória discursiva em torno desse domínio de saber, que passa a estar articulada aos saberes inscritos no domínio da Filologia.

Tendo isso em vista, podemos explicitar como o processo discursivo é determinado historicamente, além da maneira como os saberes da Linguística se repetem e/ou se modificam ao serem retomados em outra conjuntura sócio-histórica e ideológica. Observar o que se repete e o que se modifica é fundamental na reflexão proposta, por nos permitir explicitar os sentidos que se estabilizam e que se alteram em torno dos saberes que são retomados.

Para se ter uma visão das obras que não enfatizaremos, trazemos, na sequência, mesmo que de modo geral, um breve esboço do que cada uma trata:

Guia para Estudos Dialetoológicos (1955): o objetivo de tal obra, segundo destaca o autor, é criar ‘mentalidade dialetológica’, propondo uma metodologia para os estudos dialetológicos, ou seja, trata da exposição de um roteiro a ser seguido para a obtenção de dados dialetais nas pesquisas de campo. Essa publicação resulta da necessidade de sistematização de tais estudos que já vinham sendo expostos, sobretudo, em congressos e cursos desde o início de 1950.

A Dialetoлогия, para Serafim da Silva Neto, está em consonância à Etnografia, pois seu interesse está na cultura de dado povo. A cultura é tratada enquanto herança cultural e opõe-se à civilização e, enquanto a primeira é considerada como particularista e regional, a segunda é vista como universalista e urbana. A proposta desenvolvida segue os preceitos da Geografia Linguística introduzida por Gillieron, na França, estudioso que também comandou a elaboração e a publicação do primeiro atlas linguístico daquele mesmo país.

Após essas questões iniciais, há um panorama dos falares a que o português do Brasil está vinculado. Exposto isso, trata-se do inquérito linguístico, propondo-se

o que se torna relevante considerar quando se realizam pesquisas dialetais. Por fim, enfatiza-se para que servem os atlas linguísticos e como estes podem contribuir para a produção de dicionários regionais. No final da obra, há exemplos de questionários a serem seguidos. Como o nosso interesse é analisar o modo como se linearizam outros discursos junto ao saberes da Filologia, essa obra, por priorizar questões dialetológicas, não se demonstrou relevante para tal problemática.

Ensaio de Filologia Portuguesa (1956): é uma compilação de estudos do autor sobre a Filologia Portuguesa. Na parte inicial, verifica-se um enfoque centralizado na literatura portuguesa para abordar a distinção entre língua adquirida e transmitida, além de enfatizar a questão da língua comum nas cidades. Num segundo momento, ressalta-se como a língua portuguesa instaura-se no contexto brasileiro, trazendo um capítulo intitulado *Le Portugais dans le nouveau monde*⁶¹, o qual traz à baila as particularidades e influências de Portugal no Brasil.

Dedicam-se, na obra, capítulos para referendar importantes estudiosos, bem como cânones literários. Observa-se também uma parte destinada aos estudos linguísticos, especialmente aos desenvolvidos na Rússia, apresentando questões do domínio de saber da Linguística. Por fim, destina-se um olhar para questões de etimologia e ortografia da língua portuguesa, enfatizando que a mesma pertence a dois territórios: Portugal e Brasil. Para finalizar a obra, verifica-se a presença de resenhas referentes a estudos filológicos.

Por se tratar de uma compilação de estudos do autor, enfatizando várias questões ao longo da obra, esta também não é tratada em nossa pesquisa, embora apresente uma parte destinada aos estudos linguísticos, na qual focaliza os estudos realizados na Rússia.

História da Língua Portuguesa (1957): considerada como uma obra ímpar, que visa a um estudo amplo sobre a formação e o desenvolvimento da língua portuguesa a partir dos pré-romanos. A obra, segundo Celso Cunha (1970, p. II), na apresentação de sua 2ª edição, “representa um esforço enorme para ordenar materiais dispersos por numerosas publicações, algumas raríssimas, com pesquisas e interpretações pessoais do autor”.

⁶¹ Esse capítulo está em língua francesa, pois teve sua primeira publicação na revista belga *Orbis*, tomo II, em 1953.

A obra compõe-se, portanto, da história da língua através da história dos homens que a falam ao longo dos séculos, não podendo tal estudo ser confundido com uma gramática histórica, como adverte Serafim da Silva Neto (1970, p. 9), no prefácio à 1ª edição. O autor entende que a história da língua sob tal ponto de vista leva igualmente à história política, administrativa e cultural de dada civilização. A 1ª edição da obra em questão foi publicada em fascículos, de 1952 a 1957, quando o autor finaliza a obra. Já em sua 2ª edição, que data de 1970, após a sua morte, a obra foi ampliada.

O principal objetivo desse minucioso e completo estudo é destacar a evolução da língua portuguesa e detalhar como esta se constitui e se instala no Brasil. Para Serafim da Silva Neto, a língua portuguesa é, portanto, o que une e integra Portugal e Brasil, considerando que as duas pátrias não apresentam línguas que se aproximam, ou seja, o estudo proposto não apresenta uma “aproximação cultural entre os dois povos” (ELIA, 1958, p. 240). É, sobretudo, um estudo que parte da integração entre as duas pátrias, trazendo, em especial, uma contribuição histórico-linguística para os estudos precedentes.

Embora tal estudo seja de extrema importância para as pesquisas sobre o português do Brasil e para a produção científica de Serafim da Silva Neto, não a enfatizamos em nossa reflexão analítica, porque muitas das questões que a obra apresenta são retomadas em outras reflexões e obras. Assim, ao nos determos em outras obras, poderemos igualmente observar e refletir sobre a maneira como a língua portuguesa é estudada pelo autor.

A Língua Portuguesa no Brasil (1960): refere-se a uma republicação do artigo *Le portugais dans le nouveau monde*, publicado primeiramente na revista belga *Orbis*⁶², dirigida por Sever Pop, em 1953. A obra segue as ideias expostas no artigo, porém com acréscimos. Observando o que está exposto na obra, podemos afirmar que visa a um estudo que leva em conta o modo como a língua portuguesa foi instalando-se no Brasil. Para tanto, reporta-se a um estudo minucioso de como a língua portuguesa apresenta-se em Portugal, para, assim, poder estabelecer como a língua dos colonizadores fixa-se no Brasil, em outro território, com outras línguas em circulação, como a língua indígena, primeiramente, e, mais tarde, a língua africana.

⁶² A revista *Orbis* configurou-se como um boletim internacional de documentação linguística, procurando acolher as melhores publicações linguísticas de documentação da época.

Verifica-se um detalhamento dos modos de falar, da pronúncia de diferentes locais do Brasil e de Portugal, isto é, a obra aponta para um levantamento de dados com base em questões fonéticas, fonológicas, morfológicas, de escrita e de sintaxe. Tal levantamento possibilitou ao autor concluir que, no Brasil, há uma nova composição fonética e linguística e que, na pronúncia brasileira, não há a “permanência de nenhum dos mais nítidos traços dialectais portugueses, quer do Norte, do Centro ou do Sul” de Portugal; o que se verifica, segundo o autor, é uma pronúncia ‘urbana’ (SILVA NETO, 1960, p. 16).

O estudo proposto retoma uma série de pontuações já expostas na obra **Introdução ao Estudo da Língua Portuguesa no Brasil**, de 1950; no entanto, como há uma distância temporal entre a publicação das duas obras, há retomadas que são revisadas, ou seja, há considerações que aparecem em ambas, mas com alguma alteração quando aparecem n’**A língua portuguesa no Brasil**⁶³. Pelos títulos de ambas as obras, podemos observar que elas corroboram o fato de que se está tratando da língua portuguesa no Brasil. Mattos e Silva (2004), a respeito dessas duas obras referendadas, destaca que são “os dois estudos mais aprofundados sobre questões referentes ao português brasileiro, integrados nas concepções teóricas e ideológicas próprias a seu tempo” (p. 52).

Segundo a autora, Serafim da Silva Neto sempre defendeu tal ponto de vista, que se caracterizava pela unidade e pelo conservadorismo. A unidade, conforme Serafim da Silva Neto, não é igualdade, tal questão é pensada pelo “princípio da unidade na diversidade e da diversidade na unidade” (SILVA NETO, 1960, p. 53). Nesse sentido, a obra **A Língua Portuguesa no Brasil** apresenta, especialmente, questões dialetais, viés esse que não nos interessa prioritariamente em nossa reflexão.

Por meio das delimitações propostas, que, para nós, já se colocam como gestos de interpretação, gestos resultantes do interesse de pesquisa, constituímos o arquivo de pesquisa com o qual vimos realizando nossa pesquisa, composto pelo seguinte conjunto de obras, de Serafim da Silva Neto:

⁶³ Mais considerações a respeito da comparação dessas duas obras encontram-se no artigo: *SERAFIM DA SILVA NETO E A HISTÓRIA DA LÍNGUA PORTUGUESA: O QUE MUDOU...* de Américo Venâncio Lopes Machado Filho (UFBA/PROHPOR). Disponível em: <<http://www.prohpor.ufba.br/serafim.html>>. Acesso em: jul. de 2012.

- ❖ **Introdução ao Estudo da Língua Portuguesa no Brasil** (1ª edição, 1950);
- ❖ **Manual de Filologia Portuguesa** (1ª edição, 1952);
- ❖ **Introdução ao Estudo da Filologia Portuguesa** (1ª edição, 1956);
- ❖ **História do Latim Vulgar** (1ª edição, 1957);
- ❖ **Língua, Cultura e Civilização** (1ª edição, 1960).

Tendo em vista esse arquivo, procuramos delimitar os recortes discursivos para analisar o modo de articulação do domínio de memória da Linguística nesses estudos sobre a língua portuguesa dos anos de 1950. No entanto, antes de tratarmos do *corpus* analítico, cabe realizar uma reflexão acerca do modo como a noção de arquivo é tratada no âmbito da HIL e da AD. Para tanto, enfatizamos como diferentes autores concebem essa noção e, a partir disso, destacamos como realizamos o desdobramento do arquivo de pesquisa ao *corpus* de análise.

Partindo do ponto de vista foucaultiano, a noção de arquivo está vinculada a um viés arqueológico, definido como “uma prática que faz surgir uma multiplicidade de enunciados como tantos acontecimentos regulares, como tantas coisas oferecidas ao tratamento e à manipulação” (FOUCAULT, 2010 [1969], p. 147). Essa primeira definição que trazemos aponta para um primeiro ponto a ser considerado quando da constituição de um arquivo: trata-se de um lugar em que emerge a heterogeneidade, podendo abarcar enunciados/discursos de ordens distintas. Por essa abordagem, observamos que a noção de arquivo adquire uma perspectiva mais ampla.

Nos estudos realizados e que fazem referência à noção de arquivo, a heterogeneidade pode ser entendida como algo constitutivo do arquivo, pois, mesmo visando a uma questão específica de análise em determinado estudo, é uma multiplicidade de documentos que emergem a respeito da temática de interesse. Diante disso, retomamos e embasamo-nos na noção de arquivo proposta por Pêcheux (1994 [1982], p. 57), para o qual é um “campo de documentos pertinentes e disponíveis sobre uma questão”.

Segundo Pêcheux, a constituição do arquivo está relacionada aos gestos de leitura⁶⁴, que apontam para a possibilidade de diferentes ‘maneiras de ler’, ou, ainda, diferentes maneiras de apreender e interpretar os documentos pertencentes a certo arquivo. Isso coloca em jogo o “trabalho do arquivo enquanto relação do arquivo com ele mesmo, em uma série de conjunturas, trabalho da memória histórica em perpétuo confronto consigo mesma” (PÊCHEUX, 1994 [1982], p. 57).

Por meio do ‘trabalho’ do arquivo e da memória histórica, poderemos, diante do conjunto de documentos com o qual nos deparamos, lançar gestos de interpretação em torno da discursividade que constitui o arquivo organizado referente à temática de pesquisa. Cada gesto de interpretação é sempre único, tornando-o inesgotável, na medida em que todo gesto configura um novo tratamento ao arquivo, produzindo diferentes efeitos de sentido.

É aí que se instala, para nós, o “poder do arquivo”, retomando a expressão utilizada por Roudinesco (2001). A reflexão proposta pela autora, em torno do arquivo, busca conjugar a sua relação com a psicanálise; no entanto, destaca questões fundamentais a respeito da importância do arquivo, considerando-o como a condição da história. Também, pontua a importância do acesso ao arquivo, pois tal acesso possibilita nova(s) leitura(s) acerca da história que está oficializada, bem como destaca a questão da falta e do excesso do mesmo, considerando que, se

tout est archivé, si tout est surveillé, noté, jugé, l’histoire comme création n’est plus possible: elle est alors remplacée par l’archive devenue savoir absolu, miroir de soi. Mais si rien n’est archivé, si tout est effacé ou détruit, l’histoire tend vers le fantasme ou le délire, vers la souveraineté délirante du moi, c’est-à-dire vers une archive réinventée fonctionnant comme un dogme (ROUDINESCO, 2001, p. 10)⁶⁵.

⁶⁴ Nos trabalhos de Pêcheux, observamos, especialmente, a utilização da expressão ‘gestos de leitura’, noção que é considerada por Orlandi, porém a autora também propõe a utilização de ‘gestos de interpretação’, entendendo que a leitura e a interpretação são atos simbólicos capazes de intervir no mundo, pois se constituem como uma “prática discursiva. Linguístico-histórica. Ideológica. Com suas consequências. Com efeito, pode-se considerar que a interpretação é um gesto, ou seja, ela intervém no real do sentido” (ORLANDI, 2004, p. 84).

⁶⁵ Tradução nossa: “se tudo é arquivado, se tudo é vigiado, notado, julgado, a história como criação não é mais possível: ela é, então, substituída pelo arquivo que se tornou absoluto, espelho de si. Mas se nada é arquivado, se tudo é apagado ou destruído, a história se estende em direção ao fantasma ou ao delírio, em direção à supremacia delirante do eu, quer dizer, em direção a um arquivo reinventado, funcionando como um dogma”.

Desse modo, o arquivo, para Roudinesco (2001), vincula-se à ideia de totalidade, de estabilização de sentidos e da história, além do fato de a totalidade e a estabilização estarem na ordem, sobretudo, do institucional, e isso nos permite lançar gestos de interpretação sobre o arquivo. Tais gestos são fundamentais para compreender a relação contraditória que o envolve, ou, ainda, o seu ‘poder’, que determina, mas, ao mesmo tempo, acaba sendo determinado, visto que é passível de interpretação.

A partir desse ponto de vista, retomamos uma longa passagem de Guilhaumou, Maldidier & Robin (1994) sobre o modo como entendem o arquivo, através da qual observamos não só o lugar conferido a tal noção, mas também o seu funcionamento:

L’archive n’est jamais donnée; à première lecture, son régime de fonctionnement est opaque. Toute archive, et surtout manuscrite, s’identifie par la présence d’une date, d’un non propre, du sceau d’une institution, etc., ou encore par la place qu’elle occupe dans une série. Pour nous cette identification, essentiellement institutionnelle, est insuffisante: elle ne dit pas tout, loin de là, du fonctionnement de l’archive. Notre pratique actuelle de l’analyse de discours retrouve les préoccupations des historiens des mentalités qui, en construisant des objets comme la mort, la peur, l’amour, le profane et le sacré, mettent en évidence, par la confrontation de séries archivistiques, des régimes démultipliés de production, circulation et lecture de textes. Ces historiens travaillent à la fois sur la longue durée et sur l’événement: l’institution – et le classement archivistique qu’elle impose – est toujours pour eux une cote mal taillée. C’est que l’archive n’est pas le reflet passif d’une réalité institutionnelle; elle est, dans sa matérialité et sa diversité mêmes, mise en ordre par son horizon social (GUILHAUMOU, MALDIDIER & ROBIN, 1994, p. 92)⁶⁶.

Pela citação acima, queremos enfatizar, como já mencionamos anteriormente, a questão institucional, uma vez que pensar o arquivo é pensar o institucional e o

⁶⁶Tradução de Suzi Lagazzi e José Horta Nunes: “O arquivo nunca é dado *a priori*, e em uma primeira leitura, seu funcionamento é opaco. Todo arquivo, principalmente manuscrito, é identificado pela presença de uma data, de um nome próprio, de uma chancela institucional etc., ou ainda pelo lugar que ele ocupa em uma série. Essa identificação, puramente institucional, é para nós insuficiente: ela diz pouco do funcionamento do arquivo. Nossa prática atual de análise do discurso retoma as preocupações dos historiadores de mentalidades, que na construção de objetos como a morte, o medo, o amor, o profano e o sagrado, instalam, pela confrontação de séries arquivistas, regimes múltiplos de produção, circulação e leitura de texto. Esses historiadores trabalham ao mesmo tempo sobre a longa duração e sobre o acontecimento: a instituição – e a classificação arquivista que ela impõe – sempre mantém, para eles, uma divisão problemática. Isso porque o arquivo não é o reflexo passivo de uma realidade institucional, ele é, dentro de sua materialidade e diversidade, ordenado por sua abrangência social” (1994, p.164).

Referência à tradução em português do artigo citado: *Efeitos do arquivo. A Análise do Discurso no lado da história*. In: ORLANDI, E. (org.). **Gestos de Leitura**: da história no discurso, 1994.

político, instâncias que determinam o que pode e deve ou o que não pode e não deve ser posto em circulação pelo arquivo e, especialmente, o que deste pode ou não ser lido (ROMÃO; FERREIRA; DELA-SILVA, 2011). O institucional torna-se, portanto, algo constitutivo do arquivo e tende a estabilizar determinados efeitos e a cristalizar sentidos. No entanto, como propõe Guilhaumou, Malidier & Robin (1994), o arquivo não pode ser entendido enquanto um 'reflexo passivo de uma realidade institucional', sendo, por isso, que devemos considerar a importância da leitura quando tratamos do arquivo, por meio da qual podemos lançar gestos de interpretação sobre o estabilizado, a fim de observar o trabalho da memória e da história que afetam o arquivo.

Desconstruir o pressuposto de que o arquivo é constituído por um sentido estável e verdadeiro que desconsidera a sua determinação histórica e ideológica é uma das tarefas de que nos ocupamos nas pesquisas desenvolvidas no campo da HIL e da AD. Para tanto, a leitura do arquivo consiste em uma leitura fundamentada pelo olhar do analista, olhar que permite projetar gestos de interpretação sobre a discursividade do arquivo, visto que este não apresenta apenas sentidos vinculados a uma memória institucionalizada, mas, sobretudo, efeitos de sentido, os quais podem ser compreendidos devido à articulação entre língua e história, o que torna possível os 'múltiplos gestos de leitura'. Para Pêcheux, é "esta relação entre *língua* como sistema sintático intrinsecamente passível de jogo, e a *discursividade* como inscrição de efeitos lingüísticos materiais na história, que constitui o nó central de trabalho de arquivo" (1994 [1982], p. 63, grifos do autor).

Além disso, o próprio modo como determinado arquivo é arranjado já coloca em jogo gestos de interpretação, pois, como bem destaca Petri (2000), o arquivo é resultante de uma seleção prévia das fontes e a "leitura de arquivo deve ser antes de tudo um ato político no interior de um espaço de leitura polêmico, onde se produzem e se reproduzem discursos" (p. 122). Entendemos esses gestos decorrentes tanto da determinação histórica que afeta o arquivo como também da posição ideológica do sujeito que o está produzindo e que, ao mesmo tempo, se produz/constitui no interior dessa discursividade, (de)marcando a posição sócio-histórica ideológica em que se inscreve.

O arquivo, do ponto de vista discursivo, configura-se, portanto, como um objeto linguístico e histórico, situado entre a materialidade da língua e da história,

como referenda Pêcheux (1994 [1982]). É por meio da relação entre língua e história que se constituem os gestos de interpretação, os quais partem da base linguística para observar como a língua inscreve-se na história, produzindo sentidos. Assim, a língua “é capaz de contradições, de jogo com e sobre os sentidos, porque a língua, como sabemos, tem mecanismos de resistência, não é transparente, e não o é porque se inscreve na história” (ROMÃO; FERREIRA; DELA-SILVA, 2011, p. 13).

Ainda, podemos compartilhar do que Nunes enfatiza a respeito do arquivo, o qual

não é visto como um conjunto de "dados" objetivos dos quais estaria excluída a espessura histórica, mas como uma materialidade discursiva que traz as marcas da constituição dos sentidos. O material de arquivo está sujeito à interpretação e, mais do que isso, à confrontação entre diferentes formas de interpretação e, portanto, não corresponde a um espaço de "comprovação", onde se suporia uma interpretação unívoca (NUNES, 2007, p. 374).

Ao trabalharmos com a noção de arquivo, devemos considerar a opacidade da língua e a determinação histórica que lhe afeta, o que nos permite compreender que o arquivo é constituído por uma historicidade. Tais questões são imprescindíveis para a materialidade produzir sentidos, uma vez que os “objetos já vêm, pois, significados dadas as condições verbais de sua existência. Isto é historicidade, interdiscurso, memória discursiva” (ORLANDI, 2012, p. 44).

Com relação à memória constitutiva do arquivo, ela é, segundo Orlandi (2003), da ordem do institucional, ou seja, uma memória institucionalizada, que acumula e visa a estabilizar sentidos, contrapondo-se à memória vinculada ao interdiscurso. A memória institucionalizada produz tais efeitos sobre o arquivo, uma vez que parte do pressuposto de que “o dizer é documento, atestação de sentidos, efeito de relações de forças” (ORLANDI, 2003, p. 15). O arquivo caracteriza-se por apresentar o que deve ou não ser dito, constituído por um efeito de fechamento, produzindo uma memória que

tem a forma da instituição que congela, que organiza, que distribui sentidos. O dizer nessa relação é datado. Reduz-se ao contexto, à situação de época, ao pragmático. Enquanto interdiscurso, porém, a memória é historicidade, e

a relação com a exterioridade alarga, abre para outros sentidos, dispersa, põe em movimento (ORLANDI, 2003, p. 15).

É nesse sentido que se coloca a importância dos gestos de interpretação sobre o arquivo, pois, considerando-o enquanto uma materialidade discursiva, a memória que se pretende fixar pode apresentar sentidos outros devido ao caráter opaco da língua e da relação com a história. A partir disso, compreendem-se os processos de produção dos sentidos, que, por sua vez, conjugam-se à noção de historicidade. Segundo Nunes (2007),

construir dispositivos de análise de arquivo que levem em conta a historicidade dos sentidos e que permitam compreender a pluralidade dos gestos de interpretação: para além de uma relação imediata com as instituições, esse parece ser um campo produtivo para a continuidade das práticas de leitura de arquivo que a AD promove (NUNES, 2007, p. 375).

Tratar da constituição do arquivo configura-se, para nós, como o primeiro momento dos procedimentos analíticos para o desenvolvimento de determinada pesquisa, sendo, portanto, não apenas uma categoria teórica, mas sim uma categoria teórico-metodológica. Consideramos como o primeiro momento, já que, por meio do arquivo, poderemos estabelecer o segundo momento: o da constituição do *corpus* analítico, entendido enquanto “um sistema diversificado, estratificado, disjunto, laminado, internamente contraditório, e não um reservatório homogêneo de informações ou de justaposição de homogeneidades contrastadas” (PÊCHEUX & LÉON, 2011 [1982], p. 165).

Pela concepção da noção de *corpus* destacada, observamos um ponto de contato entre tal noção e a de arquivo, qual seja: a questão da heterogeneidade, visto que ambos constituem-se por apresentar um espaço analítico heterogêneo. Junto a essas noções, na pesquisa que vimos propondo, há outra noção que deve ser considerada, a noção de recorte discursivo (RD), uma operação descritiva que permite recortar, fragmentar o objeto de pesquisa, e cada fragmento é tratado como uma unidade de análise, constituída por uma forma material.

O *corpus* delimitado é composto por recortes discursivos (RDs) das obras do arquivo de pesquisa. Selecionamos recortes que contribuem para a compreensão de

nossa questão de pesquisa, possuindo como critério de escolha o enfoque nos saberes da Linguística; contudo, devido à intensa presença de duas dicotomias do postulado saussuriano, a saber: língua vs. fala e sincronia vs. diacronia, os recortes realizaram-se em função desses dois eixos. Orlandi (1984) enfatiza que o recorte constitui-se como uma unidade discursiva, pois são fragmentos vinculados a uma 'linguagem-e-situação'. A autora ainda destaca que o(s) critério(s) de seleção dos recortes pode(m) variar "segundo os tipos de discursos, segundo a configuração das condições de produção, e mesmo o objetivo e o alcance da análise" (ibid., p. 14).

Para Orlandi (2005a), por meio do recorte, pode-se explicitar como uma forma material, tomada em sua especificidade, que é linguística e histórica, produz sentidos. Assim, consideramos cada um dos recortes em sua especificidade, todavia relacionando-os e levando em conta que não são fragmentos considerados em sua linearidade, mas que podem pertencer a espaços e tempos distintos. Essa concepção de recorte corrobora a noção de *corpus* referendada acima, apontando para um espaço analítico heterogêneo.

É em decorrência dessa peculiaridade em torno do ato de recortar que, em nossas análises, tratamos cada fragmento como um recorte discursivo (RD), ou seja, não tratamos como sequências discursivas (SDs). Para nós, não se refere apenas a uma mudança no modo de denominar, mas sim um gesto de interpretação que leva em conta o fato de cada RD ser uma unidade de análise, que, por sua vez, vincula-se a uma materialidade discursiva, inserida em determinadas condições de produção. Entendemos que a noção de RD coloca-se como mais apropriada quando de um estudo vinculado à HIL, permitindo traçar, no interior de uma heterogeneidade e multiplicidade de documentos que compõe o arquivo de pesquisa, uma ideia, mesmo que imaginária, de unidade para o *corpus de análise*, unidade que se estabelece no jogo com a heterogeneidade.

A partir dos recortes selecionados para o desenvolvimento analítico de nossa tese, procuramos compreender o funcionamento do discurso-transverso pelo modo como o discurso em análise constitui-se por meio do processo parafrástico, o qual permite a relação discursiva com outra FD e outras condições de produção. Com isso, podemos explicitar a maneira como se articulam os conceitos do postulado saussuriano no fio do discurso e observar se há a repetição ou o deslocamento dos sentidos quando da retomada dos saberes da Linguística em um discurso que está

calcado no viés da Filologia, tal como a produção científica de Serafim da Silva Neto. Partimos desse funcionamento com vistas a analisar o estabelecimento das filiações e dos sentidos nos estudos sobre a língua portuguesa nos anos de 1950, visando, sobretudo, à articulação de saberes que se linearizam na horizontalidade discursiva transversalmente.

Nesse sentido, salientamos a citação a seguir, de Orlandi, uma vez que vai ao encontro do que objetivamos compreender:

Ao invés de dar como dada, portanto, uma (história da) ciência com seus conteúdos já pressupostos, somos críticos ao conteudismo, e preferimos pensar essa história discursivamente, e, então, não é seu conteúdo mas seu funcionamento que nos interessa. Assim, não pressupomos a sua existência já-la, em um efeito de objetividade prévio, mas a consideramos em sua objetividade material contraditória, memória discursiva, em uma palavra, a observamos em sua interdiscursividade, em seus efeitos de arquivo. Podemos então apreciar o movimento da produção da ciência como algo nada linear mas, ao contrário, cheio de efeitos de preconstruídos e de implicações e consequências muito dinâmicas e, não poucas vezes, controversas (ORLANDI, 2012, p. 20-21).

Cabe ainda ressaltar que instauramos um procedimento metodológico frente à identificação das obras e dos recortes. Tal procedimento segue a ordem numérica crescente, conforme o ano de publicação das obras que compõem o arquivo de pesquisa, e os RDs de cada obra seguem a ordem alfabética. Ou seja, no desenvolvimento analítico, referimo-nos às obras e a seus respectivos RDs da seguinte forma:

- **Obra 1: Introdução ao Estudo da Língua Portuguesa no Brasil (1950);**
Recorte: RD1a; RD1b etc.
- **Obra 2: Manual de Filologia Portuguesa (1952);**
Recorte: RD2a; RD2b etc.
- **Obra 3: Introdução ao Estudo da Filologia Portuguesa (1956);**
Recorte: RD3a; RD3b etc.
- **Obra 4: História do Latim Vulgar (1957);**

Recorte: RD4a; RD4b etc.

- **Obra 5: Língua, Cultura e Civilização (1960);**

Recorte: RD5a; RD5b etc.

3.3 Do desdobramento do arquivo ao *corpus* de análise: situando os recortes discursivos

Considerando a história do conhecimento linguístico no contexto brasileiro, sabemos que se trata de uma prática realizada desde a segunda metade do século XIX, quando inicia a produção e a publicação das primeiras gramáticas referentes ao português do Brasil. A partir daí, instaura-se o período científico dos estudos da linguagem, estudos estes que se desenvolveram tendo em vista as condições sócio-históricas específicas do território brasileiro (GUIMARÃES, 2004; 2007).

Com relação ao desenvolvimento da produção do conhecimento linguístico no Brasil, ressaltamos a reflexão realizada por Guimarães (2004; 2007), em que o autor visa a estabelecer uma periodização em torno dos estudos da linguagem, levando em conta quatro momentos históricos organizados segundo os acontecimentos institucionais e políticos em sua relação com o movimento no campo dos estudos da língua portuguesa (GUIMARÃES, 2004, p. 25). O primeiro período estende-se de 1500 ao início da segunda metade do século XIX. O segundo, da segunda metade do século XIX, quando se pode falar de fato de estudos do português do Brasil, até o início da criação dos cursos de Letras, nos anos de 1930. O terceiro período refere-se ao início da criação dos cursos de Letras até os anos de 1960, momento em que a Linguística passa a ser disciplina obrigatória no currículo dos cursos de Letras e quando se tem a criação dos primeiros cursos de pós-graduação. O quarto e último período vai de meados dos anos de 1960 em diante, momento em que se abrem novas perspectivas nos estudos da linguagem.

Reportamo-nos a tal periodização devido à importância que tem o olhar retrospectivo para situar historicamente determinada prática científica, e, em nosso

caso, devido ao arquivo de pesquisa delimitado. Assim, interessa-nos, sobretudo, o terceiro período enfatizado por Guimarães, porque nesse se situa a produção acadêmica do estudioso Serafim da Silva Neto. Esse período é marcado por uma série de acontecimentos institucionais e políticos em torno dos estudos sobre a língua portuguesa e das primeiras universidades instaladas.

No entanto, é preciso considerar que a periodização estabelecida por Guimarães não é unívoca, pois há várias pesquisas que procuram demarcar os estudos da linguagem, todas a partir de determinado ponto de vista. Ou seja, quando referenciamos algum tipo de periodização, devemos considerar o fato de tal abordagem sempre representar a posição de certo autor. A prática científica delimitada pode se enquadrar de diferentes modos, dependendo da posição e dos gestos de interpretação frente aos estudos da linguagem. Para demonstrar essas diferenciações, citamos mais outros dois autores, são eles: Sílvio Elia (1975) e Eugenio Coseriu (1978 [1968]).

Sílvio Elia (1975), ao fazer menção aos estudos sobre a linguagem, considera-a a partir das gerações, isto é, pelos autores mais significativos, destacando que, dos nomes da geração de 40, quem “deve ser citado em primeiro lugar, não só pelo seu valor excepcional, mas também porque já teve a consagração do leito derradeiro é Serafim da Silva Neto” (p. 155). Silva Neto, na visão do autor, foi um dos poucos estudiosos que ajudou no avanço dos estudos sobre a realidade linguística brasileira “não só pela exata perspectiva em que se situou, mas também pelas contribuições de ordem histórica e lingüística que trouxe à questão” (ELIA, 1975, p. 158). A importância de Silva Neto, para Sílvio Elia, é inquestionável nos estudos científicos brasileiros, considerando-o como uma “personalidade extraordinária de homem de espírito e de ciência” (ELIA, 1975, p. 158).

Nos estudos de Coseriu (1976 [1968]), a tradição científica dos estudos sobre a linguagem também é pensada tendo em vista as gerações. A primeira geração refere-se aos iniciadores da tradição científica no Brasil, quais sejam: Said Ali, Sousa da Silveira, Antenor Nascentes e Augusto Magne. A segunda geração abrange o grupo de estudiosos que se envolveu “com sucesso na batalha pela lingüística científica” (1976 [1968], p. 15), e, dentre eles, podemos citar Serafim da Silva Neto, Ernesto Faria, Mattoso Câmara, Sílvio Elia, Maurer Jr., Celso Cunha etc. No entendimento de Coseriu, Serafim da Silva Neto é reconhecido como um mestre

entre os linguistas tanto de seu tempo como pelos seus precursores e procurou incessantemente expandir toda forma que envolvia os estudos linguísticos. Com isso, tornou-se o principal representante da Linguística Histórica do Brasil, garantindo uma posição de destaque na Linguística brasileira. Há também uma terceira e quarta geração, representada pelos linguistas mais jovens.

A delimitação em gerações, proposta por Coseriu, aponta para o fato de cada geração caracterizar-se por representar uma determinada conjuntura dos estudos científicos brasileiros, além das ideias que os estudiosos compartilhavam em dadas condições. Por tal perspectiva, mantém-se sempre uma continuidade nos estudos científicos brasileiros, conforme o contexto sócio-histórico e ideológico em que os estudiosos e suas práticas inserem-se.

Pensar os estudos sobre a linguagem do contexto brasileiro, a partir de gerações, torna-se relevante para nós, na medida em que possibilita tratar da questão da filiação. Isto é, permite-nos considerar que a prática científica de dado estudioso deve ser tratada em relação a um processo de filiação, processo este que nos remete ao que precede e constitui determinada prática científica. Essa questão pode ser pensada através de um princípio de ancoragem, conforme indica Paveau (2006), vinculado, por sua vez, a um “principe de recherche car je ne conçois pas de théorie sans héritage, l’invention étant toujours, peu ou prou, une réinvention”⁶⁷ (p. 13).

Tendo em vista a representatividade de Serafim da Silva Neto e os sentidos que se produzem relacionados a seu nome, decorrentes de sua importante contribuição para as pesquisas realizadas em torno da língua portuguesa, procuramos desenvolver a problemática de nossa pesquisa mobilizando a prática científica desse autor “considerado a maior expressão do período científico da Filologia no Brasil” (PENHA, 2002, p. 149). Mattoso Câmara (1976 [1968], p. 53) enfatiza que Serafim da Silva Neto⁶⁸ foi um ‘investigador de múltiplos interesses’, circulando entre as perspectivas dos estudos da linguagem e buscado as ‘modernidades’ da época, ou seja, os estudos atuais que se faziam, em especial,

⁶⁷ Tradução nossa: “princípio de pesquisa, pois eu não entendo a teoria sem herança, sendo a invenção sempre, mais ou menos, uma reinvenção”.

⁶⁸ Serafim da Silva Neto possuía uma sólida base em Linguística Geral e Filologia Românica e tinha a “mais rica e atualizada biblioteca do gênero [...] [e] assinava as principais revistas estrangeiras da especialidade” (PENHA, 2002, p. 150).

acerca da Linguística. Celso Cunha afirma, na apresentação da 2ª edição, 1970, da obra **História da língua portuguesa**, de Serafim da Silva Neto, que este se caracteriza como “o mais atualizado lingüista-filólogo que tivemos em qualquer época”.

Os estudos que desenvolveu e que se tornaram significativos à época dizem respeito, principalmente, à língua portuguesa, sob um viés filológico, e à dialetologia, ligada, por sua vez, a uma perspectiva sincrônica. Mattos e Silva (2004, p. 47) ressalta que Serafim da Silva Neto “foi o grande fomentador da necessidade de desenvolver no Brasil estudos dialetológicos de campo e foi também o primeiro historiador da língua portuguesa e do português brasileiro”.

Serafim da Silva Neto teve uma carreira curta, nasceu em 06 de junho de 1917, no Rio de Janeiro, e faleceu em 23 de setembro de 1960, aos 43 anos, na mesma cidade. Foi casado com Cremilda Carvalho Pereira da Silva, com a qual teve três filhos: David, Carmen Lúcia e Ana Cristina. Formou-se, no curso secundário, no Colégio Batista, do Rio de Janeiro, e bacharelou-se em ciências jurídicas e sociais - Direito - doutorando-se, mais tarde, em Letras pela Faculdade Nacional de Filosofia.

Ainda muito jovem, por meio de concurso, Serafim da Silva Neto tornou-se catedrático do Liceu Nilo Pessanha de Niterói. Também foi o catedrático fundador da Pontifícia Universidade Católica (PUC) do Rio de Janeiro. Um importante concurso que prestou foi o da Universidade do Brasil para a cátedra de Filologia Românica, no qual empatou, em primeiro lugar, com outro grande filólogo, o catedrático interino Pe. Augusto Magne. Este foi nomeado e, após se aposentar, deixou a vaga de catedrático para Serafim da Silva Neto (COELHO, 1998)⁶⁹.

Reportamo-nos a tais questões para pontuar a importância de Serafim da Silva Neto e de sua prática científica, a qual, partindo do que consideramos a respeito das gerações, não é tratada de modo isolado, mas sim em relação à dada conjuntura e condições de produção, configurando-se por meio de uma rede de filiações estabelecida pelos saberes em circulação em determinado momento sócio-histórico e ideológico. Como já destacado, iremos mobilizar, no desenvolvimento analítico da tese, algumas das obras dos anos de 1950, de Serafim da Silva Neto, sendo necessário, portanto, nos debruçarmos sobre elas, trazendo uma síntese de

⁶⁹ Tais informações referentes à formação e à vida pessoal de Serafim também estão enfatizadas em nossa dissertação.

cada, bem como os recortes discursivos⁷⁰ que serão significativos para o desenvolvimento analítico:

A obra **Introdução ao Estudo da Língua Portuguesa no Brasil** (obra 1)⁷¹ foi publicada pelo Departamento de Imprensa Nacional, no Rio de Janeiro, em 1950, visando a um estudo sobre a constituição e o desenvolvimento da língua portuguesa no Brasil a partir de um ponto de vista histórico, mais precisamente da história externa. Observamos nessa publicação um interesse em destacar as peculiaridades da língua portuguesa situada no Brasil, que se referem, sobretudo, às diferentes linguagens/línguas que coexistem no território brasileiro, as quais passam a ser enfatizadas nos estudos dialetológicos que se colocam em evidência na conjuntura em questão. Isso pode ser exemplificado pelo seguinte trecho da obra: “O português do Brasil *não é um todo, um bloco uniforme*. É preciso distinguir-lhe os vários matizes, de acordo com as ocasiões, as regiões e as classes sociais. Assim temos: 1) *uso literário, culto*; 2) *uso corrente* (familiar, popular, gíria); 3) *uso regional*” (SILVA NETO, 1950, p. 9). A língua portuguesa é tratada, pois, como uma língua que é tomada em sua unidade, mas que, devido a diversos fatores, estes relacionados ao território brasileiro, é, ao mesmo tempo, considerada em sua diversidade.

Para evidenciarmos o que a obra apresenta em sua constituição, trazemos o seu índice, que nos mostra as suas partes e os assuntos de que trata: Prefácio; Introdução; A língua portuguesa no Brasil; Diferenciação e unificação do português no Brasil; As três fases da história da língua portuguesa no Brasil; Contato e interação lingüística no Brasil colonial; Panorama atual da língua portuguesa no Brasil; Do método na pesquisa dos falares brasileiros; Duas palavras sobre a língua literária.

Com relação às considerações que a obra apresenta, a passagem considerada como relevante para o nosso interesse de pesquisa é a seguinte:

⁷⁰ Nos recortes mantemos a ortografia original das obras.

⁷¹ Enfatizamos essa obra como um dos objetos de estudo de nossa dissertação.

OBRA 1: Introdução ao Estudo da Língua Portuguêsa no Brasil

RECORTE DISCURSIVO (RD1):

“Desde Saussure pelo menos, sabe-se que a língua é um sistema, rigorosamente conexo, de meios de expressão comuns a um conjunto de sêres. Esse sistema, que só existe nos indivíduos falantes, tem, entretanto, existência independente deles, porque, tal como outras instituições sociais lhes é impôsto. (3) [nota de rodapé: “(3) Vj. o *Cours de linguistique générale*, pág. 30.”]

Apesar disso, porém, cada pessoa tem seu jeito de falar a própria língua, de modo que tantas há quantos são os indivíduos (4) [nota de rodapé: “(4) Cf. Vendryes, *Le langage*, pág. 273.”]. É, em suma, a oposição: *langue* (système de moyens d’expression imposé aux individus), *parole* (exécution de la langue par l’individu)” (SILVA NETO, 1950, p. 18, grifos do autor).

Tal recorte situa-se no início da obra, no capítulo: *A língua português a no Brasil*, junto a uma discussão a respeito da língua, envolvendo questões referentes às variações linguísticas e à língua escrita, a qual é entendida a partir de seu caráter de unidade. Por mais que se destaque a questão das variações e que a língua portuguesa é falada de modo diferente, no Brasil, se comparada à maneira como se fala em Portugal, considera-se que o ‘material linguístico’ é o mesmo.

A definição de língua exposta nessa parte inicial e antecedente ao recorte é a seguinte:

Mas a verdade é que a língua, longe de ser um organismo, é um produto social, é uma atividade do espírito humano. Não é, assim, *independente da vontade do homem*. Porque o homem não é uma folha seca ao sabor dos ventos veementes de uma fatalidade desconhecida e cega (SILVA NETO, 1950, p. 14 [grifos do autor]).

Essa definição ecoa determinada memória referente à história da linguística, que repousa no desenvolvimento e nas mudanças pelas quais os estudos sobre a linguagem vinculam-se. Ou seja, aponta para a passagem da língua considerada como um organismo vivo para a concepção de língua relacionada ao social, tal como os neogramáticos a entendiam. Por meio dessa breve descrição, situando o recorte delimitado no interior da obra de que faz parte, podemos observar, desde já, a posição adotada diante do modo como se concebe a língua, a qual não é um organismo vivo, mas tomada enquanto um produto social, um sistema, concepção que, ao ser retomada, produz determinados efeitos de sentido.

Considerando o **Manual de Filologia Portuguesa** (obra 2), o mesmo foi publicado pela Livraria Acadêmica, do Rio de Janeiro, em 1952, sendo composto e impresso nas oficinas da Atlântida, em Coimbra. Nele, verifica-se um estudo que objetiva destacar um panorama do que envolve a perspectiva da filologia portuguesa que embasa tanto as produções acadêmicas quanto o ensino superior da época. Trata-se de um importante manual referente à Filologia Portuguesa e seu percurso histórico, desde o século XIX, ressaltando importantes representantes, tais como: Francisco Adolfo Coelho, Augusto Epifânio da Silva Dias, José Leite de Vasconcelos, dentre outros. A partir desses estudiosos, busca-se mostrar o desenvolvimento da Filologia Portuguesa em Portugal e a repercussão desses estudos tanto no Brasil quanto em outros lugares. Há uma ampla exposição de obras e autores que contribuíram para a constituição dos estudos em torno da língua portuguesa.

Após o enfoque histórico que configura a Filologia Portuguesa, o olhar volta-se para os estudos dialetológicos, destacando a contribuição do método da Geografia Linguística para a compreensão do estado de determinada língua, e a importância do desenvolvimento dos Atlas Linguísticos. Com a nova abordagem empreendida pela Geografia Linguística, a Filologia, que antes era puramente histórica, passa a se interessar pelos estados atuais das línguas, movimento influenciado por um importante linguista: Ferdinand de Saussure. Essa nova postura ocorre, em especial, no final do século XIX, possibilitando a configuração de um novo ramo dos estudos linguísticos: a fonologia, que se distingue da fonética. Tais estudos tiveram grande difusão após o 1º Congresso de Linguistas em Haia, em 1928, tendo repercussão, no Brasil, especialmente pelos trabalhos de Mattoso Câmara Jr.

Por fim, após todo um percurso acerca dos estudos que se realizaram e que vinham se realizando à época, aponta-se para um possível dicionário da língua portuguesa, o qual deveria levar em consideração um minucioso estudo sobre a língua. Na conclusão da obra, observamos a ênfase na necessidade de “conjuguar os métodos, fazendo-os convergir para o esclarecimento dos problemas. Há que lançar mão de todos os recursos, para poder interpretar os factos da língua” (SILVA NETO, 1952, p. 356).

A obra é composta por um índice geral, o qual traz as partes da obra e suas diversas subdivisões. As partes, conforme consta na obra, são as seguintes: EXPLICAÇÃO – VII a XIII; I – *História* – 1 a 72; Apêndice – *Estudos filológicos em Portugal* (73 a 114); *A Filologia Portuguesa fora de Portugal e do Brasil* – 115 a 175; II – *Problemas e métodos* – 177 a 354; *Conclusão* (355-358); *Post-Scriptum* (359-366); *Adenda* (367-374).

Ao adentrarmos essa obra, destacamos os seguintes fragmentos que compõem os recortes discursivos⁷² que analisamos, na **Parte IV**, referentes a essa materialidade:

⁷² Do **Manual de Filologia Portuguesa**, selecionamos dois recortes, que não estão tomados em sua íntegra, mas que se referem a fragmentos de um ponto em específico desenvolvido na obra.

OBRA 2: Manual de Filologia Portuguesa

RECORTE DISCURSIVO (RD2a):

“A Linguística é uma ciência de princípios gerais, aplicáveis a quaisquer línguas. Nessa conformidade, não julgamos aconselhável falar, por exemplo, em Linguística francesa, ou inglesa, com o fito de referirmos estudos acerca dessas línguas. A Linguística parece-nos sempre geral.

A Filologia, sim, encerra todos os estudos possíveis acerca de uma língua ou grupo de línguas: Filologia Portuguesa, Filologia Indo-Europeia...

Dizemos todos os estudos possíveis, porque, como se sabe, a Filologia, na Antiguidade, era o estudos dos textos; hoje, porém, com o desenvolvimento científico, ela abrange até os assuntos puramente sincrónicos, isto é, descrições de estados da língua.

Cumpre-nos, ainda, deixar claro que, para a resolução dos problemas filológicos, é necessária e, até, indispensável a base geral linguística. Ela é o fio conductor, a luz que nos orienta, e guia através da selva, por vezes bem emaranhada, dos factos de uma língua. Enfrentá-los sem tal preparação, será fracassar fatal e desastrosamente.

Por sua vez, porém, o linguista tem de conhecer a história de várias línguas, para poder alcançar os princípios gerais. É com orgulho que os romanistas, por exemplo, salientam a contribuição que, nestes últimos cinquenta anos, a sua ciência tem prestado à Linguística Geral.

Nas actividades filológicas, há Marta e há Maria.

Há a actividade fremente e ansiosa dos estudos de campo, daqueles que exigem longas peregrinações e estreito contacto com a vida. São os modernos estudos dialectológicos (SILVA NETO, 1952, p. IX-X).

[...]

No século XIX, como é sabido, houve exagerada preponderância dos estudos históricos, a qual chegou a ficar corporificada na célebre frase de Hermann Paul: “não há outro estudo científico da língua senão o histórico” (SILVA NETO, 1952, p. XI).

[...]

Graças, porém, à reacção de um Saussure, um Gilliéron, um Schuchardt, entraram em voga os estudos sincrónicos, isto é, sem preocupação histórica, minuciosas e rigorosas descrições dos estados da língua” (SILVA NETO, 1952, p. XI).

[...]

Pensamos, todavia, que são igualmente perniciosos os extremos. Não deve haver predominio de Marta, nem de Maria.

Pelo contrário, o ideal parece-nos ser o harmonioso entrosamento das duas tendências. Nas Faculdades de Letras os Professores irão orientando os alunos, tendo em vista as preferências de cada um.

A Gastão Paris, que era, como se sabe, medievalista, não escaparam os pendores de Gilliéron para o estudo dos falares modernos. Foi ele quem orientou, guiou e estimulou o genial criador da Geografia Linguística.

Aliás, é preciso lembrar que não é absoluta e impermeável a distinção entre sincronia e diacronia. Cada estado de língua é continuação de um anterior e, por sua vez, encerra os germens que o tornarão um novo estado linguístico.

As sincronias, portanto, são elos da diacronia e só o seu conjunto nos dará o claro panorama da evolução de uma língua” (SILVA NETO, 1952, p. XI-XII)

RECORTE DISCURSIVO (RD2b):

“Apesar dos merecimentos do sábio alemão Georg Gabelentz, e de outros, o nome que, na Linguística, encarna essa nova direcção espiritual é Ferdinand de Saussure. O mestre suíço revela, no seu *Cours de Linguistique Générale* (1916) boa formação geral sociológica: e sabemos até, por informação Doroszewski, que ele acompanhava atentamente a polémica entre Tarde e Durkheim.

Não surpreende, pois, que o pensamento saussuriano ofereça vistas originais e profunda: ele, a bem dizer, inaugura uma nova fase na Linguística Geral. Entre as suas contribuições capitais contam-se a ideia de língua como um *sistema* e a distinção entre a *língua* e a *fala*.

De facto, a língua é um *sistema* em que todas as partes podem e devem considerar-se *sincronicamente solidárias e interdependentes*. Daí a comparação com o jogo de xadrez: o valor respectivo das peças depende da sua posição no taboleiro, assim como na língua *cada termo tem o seu valor por oposição a todos os outros termos*.

Além da *língua*, que preexiste ao indivíduo e a ele se impõe, há a *fala*, isto é, a execução do material linguístico feita pela pessoa falante” (SILVA NETO, 1952, p. 302-303, grifos do autor).

Situando os recortes, o primeiro, o RD2a, integra a *Explicação*, a qual é assinada pelo próprio autor da obra em questão. Inicialmente, tem-se o destaque para o fato de que será realizado um estudo sobre alguns problemas fundamentais da Filologia Portuguesa, mas, antes de fazê-lo, ressalta-se ‘duas palavras’ sobre os conceitos de Filologia e Linguística, palavras que compõem o presente recorte. Este define cada perspectiva e enfatiza a importância de relacioná-las para o desenvolvimento de estudos mais fecundos. Além disso, a discussão que permeia o RD2a aponta para importantes questões históricas acerca dos estudos desenvolvidos a partir do início do século XX.

Já o segundo recorte, o RD2b, insere-se na segunda parte da obra: *Publicações de textos*, a qual se dedica a trazer uma série de estudos/pesquisas realizados em torno da linguagem. O recorte em questão situa-se, especialmente, quando se referencia os estudos sincrônicos, em uma parte destinada a enfatizar o fato de os estudos filológicos da época também se preocuparem com a descrição, com os estudos sincrônicos. Além disso, a discussão em torno do recorte concerne à mudança de olhar e à importância dos novos estudos, e, no sentido de situar tais estudos, destaca-se, especialmente, Saussure e sua influência sobre alguns estudiosos do século XX, como Jakobson, Troubetzkoy e Karcevski, o que lhes permitiu propor a instauração da fonologia ou fonêmica, na década de 20, do século XX.

Com relação à obra **Introdução ao Estudo da Filologia Portuguesa**⁷³ (obra 3), foi publicada, em 1956, pela Companhia Editora Nacional de São Paulo. Trata-se de um estudo filológico, propriamente dito, com um enfoque comparativo-histórico sobre as línguas românicas. Esse estudo parte do indo-europeu para chegar ao latim, que pertence ao grupo linguístico ítalo-céltico, e, assim, compreender o processo de evolução que envolve a língua portuguesa. Segundo Sílvio Elia (1956), em notas bibliográficas da RBF, vol. 2, tomo I, esta obra não pode ser considerada como uma gramática histórica, mesmo possuindo a perspectiva diacrônica como predominante. Levando em conta a época de sua publicação, tratava-se de uma obra, na visão do autor, que servia de “orientação doutrinária e metodológica” para quem viesse a se interessar em estudar a língua portuguesa no nível acadêmico.

⁷³ Essa obra também foi objeto de nossa dissertação.

Considerando seu índice, possui a seguinte divisão: PREFÁCIO; SINAIS EMPREGADOS; 1- Filologia e seu conceito. Ciências afins e auxiliares; 2- O indo-europeu. Grupo ítalo-céltico. Línguas itálicas. O latim; 3- Aperfeiçoamento literário e expansão do latim; 4- A romanização; a Lusitânia; 5- Evolução do latim; o latim vulgar; características; 6- Substratos e superestratos; 7- As línguas românicas; 8- História da língua portuguesa. Períodos; 9- A evolução fonética. O problema das “leis” fonéticas; 10- Fonética e Fonemática; 11- O acento; 12- Vocalismo histórico; 13- Consonantismo histórico; 14- Acidentes Fonéticos; 15- Formas Divergentes e Convergentes; 16- Morfologia; 17- A Estilística; 18- A expansão da Língua. O português no Brasil; 19- Aspectos do ensino de língua; ORIENTAÇÃO BIBLIOGRÁFICA.

Frente ao que está exposto na constituição dessa materialidade e do nosso interesse de pesquisa, o que destacamos como mais relevante, do ponto de vista analítico, é a consideração abaixo:

OBRA 3: Introdução ao estudo da Filologia Portuguesa
<p>RECORTE DISCURSIVO (RD3):</p> <p>“O estudo de uma determinada fase da língua, tal como se faz na gramática expositiva, por exemplo, pode comparar-se a uma fotografia. Mas, a par dessa observação <i>sincrônica</i>, podemos encarar globalmente o conjunto das fases de uma língua, traçando-lhe a história, desde a origem até a fase atual. Trata-se, neste caso, de estabelecer uma série de cadeias, ou de <i>sincronias</i>, tarefa que lembra o desenrolar de um filme.</p> <p>Esse estudo diacrônico é indispensável ao conhecimento da língua. Ele ensina-nos de tudo: tocado pela sua varinha mágica, cada vocábulo nos conta a própria história, cada forma repassa por tôdas as metamorfoses – e, aos poucos, surgem na sua constância e regularidade as normas que presidiram à evolução do latim [...]” (SILVA NETO, 1956, p. 63, grifos do autor).</p> <p>[em nota de rodapé:] “Essa diferença entre <i>sincronia</i> e <i>diacronia</i> foi estabelecida pelo lingüista genebrino FERDINAND DE SAUSSURE [...]” (SILVA NETO, 1956, p. 63, grifos do autor).</p>

Esse recorte mobilizado está situado no início do capítulo *História da língua portuguesa – Períodos* e está imbuído na discussão em torno da relação entre sincronia e diacronia, na qual se considera a língua portuguesa como a continuação de um estado anterior: o latim. O recorte delimitado destaca essa reflexão

justamente para introduzir o assunto que segue, a saber, um pequeno percurso da história da língua portuguesa.

É interesse observar que tal capítulo marca, por assim dizer, uma divisão na obra em questão. Podemos visualizar essa divisão observando o *Índice* da mesma, que marca uma estrutura dicotômica, pois, na primeira parte, verificamos uma preocupação em delimitar conceitos, métodos etc., pertencentes ao domínio da Filologia, bem como uma discussão em torno da língua, e, sobretudo, da língua latina. Já na segunda parte, observamos a ênfase na língua portuguesa, bem como a referência a estudos atuais da época, como, por exemplo, os estudos fonológicos estabelecidos, em 1928, com o grupo de Praga, citando, como principal representante desse grupo, Trubetzkoy, além de fazer referência a Mattoso Câmara Jr. e seu livro **Para o estudo da fonêmica portuguesa**, de 1952.

Ou seja, a segunda parte da obra, dedica-se a um estudo mais detalhado da língua portuguesa, utilizando-se de preceitos oriundos não só do método filológico, mas também de estudos que se fixaram, no decorrer do século XX, devido à influência e recepção do **Curso de Linguística Geral**. É nesse sentido que consideramos a pertinência do recorte delimitado, pois coloca em evidência dois métodos de estudos que, na visão do autor, colocam-se como indispensáveis para se estudar a língua.

Tendo em vista a obra **História do Latim Vulgar** (obra 4), a mesma foi publicada pela Livraria Acadêmica, Rio de Janeiro, em 1957, visando a traçar um estudo, prioritariamente, sobre o Latim Vulgar a partir de um olhar tanto da filologia latina quanto da românica. Esse olhar justifica-se pelo fato de a Filologia românica constituir sua base no que se denominou de *latim vulgar*, uma vez que as línguas românicas derivam do latim, não do latim clássico, mas da língua popular. No desenvolvimento desse estudo, observa-se a ênfase na língua falada e na língua escrita e no modo como elas se relacionam com a história do latim. Verifica-se, no decorrer da obra, uma reflexão que leva em consideração a evolução da língua tanto no que se refere ao nível da fala, tendo em vista a língua em uso, quanto ao nível da escrita, a partir dos textos literários.

Quanto ao seu índice, é composto pelas seguintes divisões: Introdução; Que é latim vulgar?; Problemas e métodos na investigação do latim “vulgar”; O latim

provincial e regional; Fontes do nosso conhecimento da língua falada; Subsídios para a constituição do latim corrente; Notas complementares.

Diante da discussão apresentada pela obra, mobilizamos os recortes abaixo:

OBRA 4: História do Latim Vulgar
<p>RECORTE DISCURSIVO (RD4a):</p> <p>“Depois de Ferdinand de Saussure não se pode negar há, na linguagem, um lado <i>social, coletivo</i>, e outro <i>psicológico, individual</i>. Ao primeiro denominou <i>língua</i> (<i>langue</i>), ao segundo <i>fala</i> (<i>parole</i>), subordinando esta àquela. (16) [nota de rodapé: “(16) Vj. O <i>Cours de linguistique générale</i>, pág. 30 e ss”]. De fato, assim deve ser, pois, na feliz definição de Bogatyrev e Jakobson, “a <i>língua</i> é um conjunto de convenções aceitas por determinada comunidade para assegurar a compreensão da fala.” (17) [...] Uma língua qualquer compõe-se de três <i>sistemas</i>: o <i>sistema fonético</i>, o <i>sistema de palavras</i> (o vocabulário) e o <i>sistema gramatical</i>. É o conjunto dêsse <i>material lingüístico</i> que assegura a compreensão da <i>parole</i>. Esta, na concepção de Saussure, é a língua em ação. Ora, compreende-se facilmente que o emprêgo do idioma varia com a classe social dos indivíduos” (SILVA NETO, 1957, p. 20-21, grifos do autor).</p>
<p>RECORTE DISCURSIVO (RD4b):</p> <p>“Além disso, é fôrça confessar que a <i>diacronia</i> é uma soma de <i>sincronias</i>. Ora, com o estudo das fases da língua, verificou-se que muitas das formas hipotéticas jamais tinham existido, porque as palavras românicas apareceram tarde, são novas formações [...]” (SILVA NETO, 1957, p. 123, grifos do autor).</p>

Situando os recortes mobilizados, observamos que o primeiro está inserido no início da obra, no capítulo intitulado *O que é latim?*, no qual se verifica uma discussão em torno da língua latina, e a contraposição entre a língua falada e a língua escrita com vistas a enfatizar em que medida ambas se diferenciam. É, pois, essa discussão que antecede o RD4a, o qual se refere, justamente, ao conceito de língua e fala proposto por Saussure, ou seja, a referência ao postulado saussuriano contribui e fundamenta a reflexão que vem sendo proposta, assim como a referência, na sequência, a outros linguistas, como: Bogatyrev e Jakobson, e, mais adiante, Meillet. Após a alusão a tais estudiosos e suas proposições, o que se verifica, no capítulo, é a reflexão sobre as diferentes formas de linguagem e a língua corrente, voltando-se sempre para a compreensão da língua latina.

Já o segundo recorte situa-se no capítulo *Fontes do nosso conhecimento da língua falada*, o qual apresenta uma discussão entre a língua latina falada e a escrita, inserindo-se, mais especificamente, junto à reflexão em torno do método utilizado “para o conhecimento da língua corrente” (SILVA NETO, 1957, p. 122), que é o estudo comparativo das línguas românicas. Tal recorte interessa-nos, visto que comparece o enfoque no método comparativo, mas se ressalta que “é fôrça confessar que a *diacronia* é uma soma de *sincronias*”, como o recorte apresenta, trazendo à tona e fazendo ressoar a memória discursiva em torno dos estudos do final do século XIX, momento em que se terá um novo olhar sobre o viés diacrônico e sincrônico. Ou seja, o recorte permite-nos refletir sobre a relação entre a sincronia e a diacronia, considerando, conforme pontua Silva Neto, que “as pesquisas devem estribar-se em razões sólidas e rigorosamente científicas” (1957, p. 123).

Por fim, destacamos a obra **Língua, Cultura e Civilização** (obra 5) que foi publicada pela Livraria Acadêmica, Rio de Janeiro, em 1960. Trata-se, sobretudo, de uma compilação de textos que já foram publicados em periódicos da época, de textos apresentados em Faculdades e congressos e, também, de alguns textos inéditos, como nos indica a *nota bibliográfica final* da obra. Esse estudo nos interessou por iniciar com um capítulo destinado a Saussure, *Ferdinand de Saussure e o seu tempo*, que foi elaborado pelo autor para ser apresentado junto à Faculdade de Filosofia de Belo Horizonte, devido às comemorações do centenário do mestre genebrino.

O restante dos capítulos trazem uma reflexão acerca da Filologia Românica, destacando o seu desenvolvimento e a (re)configuração desse campo de saber, a partir do século XX, com os estudos de Jules Gillieron, além de se enfatizar a importância da Filologia Românica para os demais campos linguísticos. Observa-se, no decorrer da obra, a preocupação em demarcar a relação entre língua, cultura e civilização, referendando estudos que apontam para questões relacionadas à maneira como uma mesma palavra é considerada nas línguas românicas, em territórios diferentes, ou ainda por pessoas com idades e situação social diferentes.

Enfatizam-se também aspectos sobre a pronúncia caipira, o regionalismo luso-brasileiro, apontamentos lexicográficos, problemas do português da América, dentre outras questões que possibilitam observar o funcionamento da língua em esferas distintas, através de um ponto de vista filológico.

O índice da obra apresenta o seguinte: Explicação; Algumas Publicações de Serafim da Silva Neto; Ferdinand de Saussure e seu Tempo; A renovação da Filologia Românica no Século XX; As Designações para “fígado” nas Línguas Românicas; Um Traço de Pronúncia Caipira; Um regionalismo Luso-Brasileiro; Notas sobre o Balouço; Pandorgas; O Crioulo de Surinam; Regionalismo, Arcaísmo e Fonética Histórica; Um Novo Incunábulo em Português; História da Preposição Até; A propósito da Vita Christi; Apontamentos Lexicográficos; Notas sobre as Onomatopéias; Problemas do Português da América; A Batata; André de Resende; A Propósito de Poetas; A propósito de um Manuscrito Medieval; Nota Bibliográfica Final.

O interesse por tal obra é em função do capítulo que a mesma apresenta sobre Saussure. Assim, procuramos trabalhar o capítulo como um todo, enquanto um capítulo que se atravessa e constitui uma obra que é predominantemente de Filologia Românica. Trata-se, portanto, de uma discursividade que se instala e se lineariza na constituição da obra, mas se configurando como uma parte separada do todo. Sua publicação, nos anos de 1960, embora esse capítulo tenha sido apresentado anteriormente, em 1957, quando das comemorações do centenário de Saussure, faz com que possamos observar a importância que a Linguística, via Saussure e o **Cours de linguistique générale**, adquire no decorrer da década de 1950 e diante dos estudos filológicos.

Considerando a discussão proposta nesse capítulo, nos deteremos nas questões que os seguintes recortes apresentam:

OBRA 5: Língua, Cultura e Civilização

RECORTE DISCURSIVO (RD5a):

“A espinha dorsal das doutrinas lingüísticas de Ferdinand de Saussure está em duas oposições fundamentais. A primeira diz respeito à dicotomia entre *lingüística sincrônica* e *lingüística diacrônica* [...]” (SILVA NETO, 1960, p. 25, grifos do autor).

“[...] Contudo, a Saussure devemos não só o aprofundamento da posição teórica como a aplicação lingüística [...]” (SILVA NETO, 1960, p. 26, grifos do autor).

“[...] É preciso levar em conta, porém, que tanto a *sincronia* como a *diacronia* são, no pensamento de Saussure, pontos de vista em que se pode colocar o investigador [...].

[...] Provocou, sempre, acesas polêmicas e vivos debates o meio primado que Saussure concede à *sincronia*, em face da *diacronia*. Contudo, ainda aqui é preciso meditar profundamente sobre os exactos conceitos do Mestre. Se concede primado ao estudo sincrônico é porque êle constitui precisamente um elo da cadeia *diacrônica*. O primado não pertence a um *estado de língua* como tal (o que seria mutilar o processo histórico) mas ao fragmento indispensável à elaboração da história da lingüística” (SILVA NETO, 1960, p. 27-28, grifos do autor).

RECORTE DISCURSIVO (RD5b):

“A famosa dicotomia *langue-parole* não é de criação original de Saussure. Já antes dêle Hermann Paul distinguira entre *Sprach-Usus* [...] é exactamente o que ensina Saussure ao dizer que as modificações da *Langue* têm sua origem na *parole*” (SILVA NETO, 1960, p. 28, grifos do autor).

“[...] Contudo vão muito mais longe as formulações de Saussure, que procurou enquadrar a realidade lingüística a dentro das Ciências do Homem. A nosso ver, é precisamente essa preocupação de acompanhar os progressos da Sociologia e da Psicologia o que distingue Ferdinand de Saussure de seus contemporâneos. No caso da oposição *langue-parole*, por exemplo, é visível a influência de dois dos mais categorizados representantes do espírito europeu nos fins do século XIX: Emílio Durkheim e Gabriel Tarde” (SILVA NETO, 1960, p. 29, grifos do autor).

“[...] Ora, Ferdinand de Saussure insistiu em duas distinções fecundas, que se ajustam perfeitamente a uma visão conciliadora entre a fôrça da *coerção social* e a *ação do indivíduo*. (4)

De uma parte êle distingue a *langue* (língua), que é o conjunto e o sistema dos sinais arbitrários em uso em momento dado numa determinada sociedade e – de outra, a *parole* (fala), que é o ato particular e concreto de um indivíduo que usa a *langue*, seja para se fazer compreender, seja para compreender” (SILVA NETO, 1960, p. 30-31, grifos do autor).

“[...] Encarados assim os fatos, Saussure não andou bem ao dar a primazia à *langue* sobre a *parole*, visto que esta, participando ao mesmo tempo da *diacronia* e da *sincronia*, contém, em essência, o germe de tôdas as transformações futuras. Isto mesmo reconhece, em estudo memorável, o mais fiel e ortodoxo dos seus discípulos, o lingüista suíço Albert Sechéhayé [...]” (SILVA NETO, 1960, p. 32, grifos do autor).

Todas as considerações ressaltadas até o presente momento, pertencentes à forma como constituímos os procedimentos analíticos e à descrição das obras do arquivo de pesquisa, são de suma importância para uma aproximação inicial ao arquivo e ao *corpus* de análise e, também, para compreender, mesmo de um modo não aprofundado, a constituição dos estudos em torno da língua portuguesa que compõem o arquivo de nossa pesquisa. Na parte seguinte, retomamos os recortes realizados, a fim de analisá-los por meio do referencial teórico mobilizado.

PARTE IV

**ENTRE O ECOAR E O RESSOAR:
o processo de produção do conhecimento
e dos efeitos de sentido**

PARTE IV

ENTRE O ECOAR E O RESSOAR: o processo de produção do conhecimento e dos efeitos de sentido

“... o outro interno em toda memória é, a meu ver, a marca do real histórico como remissão necessária ao outro exterior, quer dizer, ao real histórico como causa do fato de que nenhuma memória pode ser um frasco sem exterior” (PÊCHEUX, 1999, p. 56).

4.1 O processo de constituição do sujeito e dos sentidos e sua relação com a dicotomia *Langue vs. Parole*

Deste momento em diante, trazemos o *corpus* de análise, composto pelos recortes discursivos destacados na parte anterior, a fim de analisá-los e realizar nosso gesto de interpretação. O gesto de interpretação é, para o viés discursivo, resultante do fato de se considerar a interpretação como um ‘gesto’, um ato no nível do simbólico (ORLANDI, 2004). Para Orlandi (2004), o gesto de interpretação constitui-se em função de o espaço simbólico ser marcado pela incompletude e por estar em relação com o silêncio. A interpretação, conforme a autora, é um ‘vestígio do possível’ e o lugar onde podemos observar o funcionamento da ideologia, além de ser materializada pela história. A relação com a história é fundamental para a interpretação, uma vez que “ela sempre se dá de algum lugar da história e da sociedade e tem uma direção, que é o que chamamos de política” (ORLANDI, 2004, p. 18-19), ou seja, os gestos de interpretação permitem apreender a maneira como a materialidade discursiva é afetada pela ideologia, pela história e pelo político.

Quando pensamos a interpretação, sobretudo, em relação ao arquivo, devemos, como aponta Orlandi (2004), considerar que se refere a uma forma distinta, vinculada à divisão social do trabalho da leitura, tal como Pêcheux (1994 [1982]) desenvolveu em seu artigo intitulado *Ler o arquivo hoje* e é retomado pela autora. Pensar a leitura e, por conseguinte, a interpretação, pelo viés proposto por

Pêcheux, não é pensá-la enquanto uma simples decodificação de determinado sistema linguístico, é pensá-la enquanto produção de sentido(s). No entanto, os sentidos que emanam da leitura, segundo o ponto de vista discursivo, têm um funcionamento diferenciado, por serem produtos de uma prática histórica, social e ideológica (ORLANDI, 2004).

Com isso, entendemos que, por meio da leitura, os gestos de interpretação constituem-se e vinculam-se ao modo como trabalhamos com a “materialidade da língua na discursividade do arquivo” (ZOPPI-FONTANA, 2005). Tendo isso em vista, podemos compreender a produção de efeitos de sentido, considerando que é o modo como o pesquisador se coloca frente à materialidade em análise e ao arquivo de pesquisa que o(s) sentido(s) irá(ão) se produzir, pois o “sens n’est pas donné a priori, il se construit à chaque étape de la description. Il n’est jamais achevé dans une structure; il procède de *la matérialité de la langue et de l’archive*, il est tout à la fois contraint et ouvert” (GUILHAUMOU; MALDIDIER & ROBIN, 1994, p. 201)⁷⁴.

Desse modo, a interpretação, a partir do ponto de vista discursivo,

se construit dans la manière même dont s’agencent les arguments, les récits, les descriptions. Ainsi le sens n’est jamais posé par rapport à un extérieur non langagier; il se bâtit à travers des dispositifs d’archive où se manifeste la matérialité de la langue (GUILHAUMOU; MALDIDIER; & ROBIN, 1994, p. 195)⁷⁵.

O gesto de interpretação sobre determinada produção de conhecimento é balizado pelo dispositivo teórico mobilizado em decorrência do *corpus* de análise, o qual traz à baila possíveis sentidos inscritos no interior da materialidade discursiva em análise. No entanto, o *corpus* e arquivo de pesquisa são duplamente perpassados pelo funcionamento da ideologia, em função de serem constituídos ideologicamente e pelo fato de o gesto de interpretação também estar afetado histórica e ideologicamente, bem como condicionado por uma inquietação, que, em nosso caso, é: a maneira como certo discurso científico em torno do português do

⁷⁴ Tradução nossa: “sentido não é dado a *priori*, ele se constrói a cada etapa da descrição. Ele jamais é finalizado em uma estrutura; ele procede da *materialidade da língua e do arquivo*, ele é, toda vez, limitado e aberto”.

⁷⁵ Tradução nossa: “se constrói na maneira mesma que se agenciam os argumentos, as narrações, as descrições. Assim, o sentido jamais é colocado em relação a um exterior não linguageiro; ele se edifica através dos dispositivos do arquivo onde se manifesta a materialidade da língua”.

Brasil, dos anos de 1950, retoma e articula os saberes da Língua, tendo em vista que, à época, tais estudos estão calcados pela Filologia, domínio que predominava dentro a produção do conhecimento e institucionalmente.

É, portanto, a partir de tal inquietação e dessas considerações que percorremos algumas das obras de Serafim da Silva Neto, observando a maneira como o **Cours de linguistique générale**⁷⁶ é retomado e linearizado no fio do discurso, mais especificamente, por meio de duas dicotomias: língua vs. fala e sincronia vs. diacronia, as quais estão constantemente reiteradas no arquivo de nossa pesquisa. Entendemos que a ênfase nessas dicotomias presentes na formulação do nosso arquivo resulta do fato de que são noções fundamentais para o desenvolvimento dos estudos filológicos. Tendo isso em vista, nas análises que seguem, mobilizamos recortes discursivos que retomam e/ou ecoam tais saberes da Linguística, via postulado saussuriano, a fim de compreender a articulação e o processo de sustentação do discurso em análise junto ao domínio de memória da Linguística.

Assim, a partir dos RDs delimitados, propomos duas linhas de reflexão a que o processo discursivo está vinculado: (i) uma relação com a dicotomia língua vs. fala e (ii) uma relação com a dicotomia sincronia vs. diacronia. Tais linhas foram estabelecidas devido à citação de Saussure e das noções que estão propostas no **Cours**⁷⁷. Como nosso arquivo de pesquisa vincula-se, sobretudo, à perspectiva filológica, a presença das questões saussurianas aponta para o fato de o olhar proposto pela Linguística estar em circulação e na constituição dos estudos dos anos de 1950 que têm como objeto a língua.

O desenvolvimento analítico tem como norte, portanto, os eixos estabelecidos, mobilizando os conceitos teórico-metodológicos enfatizados nas

⁷⁶ É importante destacar que é retomado em nosso arquivo de pesquisa a 1ª edição do **Cours de linguistique générale**. No final da obra **Introdução ao Estudo da Filologia Portuguesa**, há uma parte destinada à “Orientação Bibliográfica”, onde consta a referência do **Cours** na seção destinada aos livros de Linguística Geral e Fonética, e o seguinte parecer: “fundamental; das idéias de Saussure derivam-se, em grande parte, as modernas escolas lingüísticas” (SILVA NETO, 1956, p. 214). Além de referenciar a 1ª edição do **Cours**, Serafim da Silva Neto também faz menção ao prólogo de Amado Alonso, da edição espanhola, de 1954, no livro **Língua, Cultura e Civilização**.

⁷⁷ O **Cours** é uma obra póstuma, originária da compilação das anotações de alunos que participaram de algumas das aulas realizadas por Saussure em três cursos de Linguística Geral ministrados em Genebra, sendo editada por Charles Bally, Albert Sechehaye, com a colaboração de A. Riedlinger. Para estabelecermos as ressonâncias interdiscursivas de significação, reportamo-nos à versão francesa do **Cours**, visto que, nos anos de 1950, quando da publicação das obras de nosso arquivo, ainda não se tinha a tradução em língua portuguesa.

partes anteriores. A metodologia de análise seguida contempla dois níveis: um que privilegia a base linguística e outro, o processo discursivo. Exploramos, pois, a base linguística dos recortes discursivos, descrevendo e explicitando a organização linguística de cada RD, a fim de analisar como saberes outros linearizam-se no fio do discurso. Com isso, interessa-nos compreender os sentidos produzidos através de tal atravessamento e a posição-sujeito materializada no processo discursivo. Para tanto, levamos em consideração a determinação ideológica e histórica do discurso, as quais podem ser explicitadas pela relação com as condições de produção do discurso.

Diante de tais objetivos, que são analisar tanto o modo como saberes outros estão linearizados na formulação do discurso quanto o modo como o sujeito se inscreve na constituição discursiva frente a esses saberes, entendemos que se fará necessário partir dos saberes inscritos no discurso para depois compreender a tomada de posição do sujeito. Desse modo, buscamos, nas considerações analíticas, delimitar esses dois momentos: um que é o da inscrição dos saberes e outro que é o da inscrição do sujeito.

No quadro seguinte, compilamos os RDs que fazem referência à dicotomia língua vs. fala, evidenciando (sublinhando e negritando) o que se coloca como relevante para entender a maneira pela qual o discurso outro lineariza-se na formulação discursiva. Os negritos realizados referem-se aos saberes outros que estão linearizados no fio do discurso; já os sublinhados foram realizados para ressaltar as marcas linguísticas que nos permitem observar e explicitar a inscrição do sujeito frente aos saberes linearizados:

RD1:

“Desde Saussure pelo menos, **sabe-se que a língua é um sistema, rigorosamente conexo, de meios de expressão comuns a um conjunto de sêres. Esse sistema, que só existe nos indivíduos falantes, tem, entretanto, existência independente deles, porque, tal como outras instituições sociais lhes é impôsto.** (3) [nota de rodapé: “(3) Vj. o *Cours de linguistique générale*, pág. 30.”]

Apesar disso, porém, cada pessoa tem seu jeito de falar a própria língua, de modo que tantas há quantos são os indivíduos (4) [nota de rodapé: “(4) Cf. Vendryes, *Le langage*, pág. 273.”]. É, em suma, a oposição: ***langue (système de moyens d’expression imposé aux individus), parole (exécution de la langue par l’individu)*** (1950, p. 18, itálicos do autor).

RD2b:

“Apesar dos merecimentos do sábio alemão Georg Gabelentz, e de outros, o nome que, na Linguística, encarna essa **nova direcção espiritual é Ferdinand de Saussure**. O mestre suíço revela, no seu ***Cours de Linguistique Générale*** (1916) boa formação geral sociológica: e sabemos até, por informação Doroszewski, que ele acompanhava atentamente a polémica entre Tarde e Durkheim.

Não surpreende, pois, que **o pensamento saussuriano ofereça vistas originais e profunda:** ele, a bem dizer, **inaugura uma nova fase na Linguística Geral. Entre as suas contribuições capitais contam-se a ideia da língua como um sistema e a distinção entre a língua e a fala.**

De facto, a língua é um sistema em que todas as partes podem e devem considerar-se ***sincronicamente solidárias e interdependentes***. Daí a comparação com o jogo de xadrez: **o valor respectivo das peças depende da sua posição no tabuleiro, assim como na língua cada termo tem o seu valor por oposição a todos os outros termos.**

Além da ***língua, que preexiste ao indivíduo e a ele se impõe, há a fala, isto é, a execução do material linguístico feita pela pessoa falante*** (1952, p. 302-303, itálicos do autor).

RD4a:

“Depois de Ferdinand de Saussure não se pode negar há, na linguagem, um lado ***social, coletivo, e outro psicológico, individual.***

Ao primeiro denominou ***língua (langue), ao segundo fala (parole)***, subordinando esta àquela. (16) [nota de rodapé: “(16) Vj. o *Cours de linguistique générale*, pg. 30 e ss”]

De fato, assim deve ser, pois, na feliz definição de Bogatyrev e Jakobson, “a *língua* é um conjunto de convenções aceitas por determinada comunidade para assegurar a compreensão da fala.” (17)

[...] Uma língua qualquer compõe-se de três sistemas: o sistema fonético, o sistema de palavras (o vocabulário) e o sistema gramatical. É o conjunto desse material lingüístico que assegura a compreensão da ***parole***.

Esta, na concepção de Saussure, é a ***língua em ação***. Ora, compreende-se facilmente que o emprêgo do idioma varia com a classe social dos indivíduos” (1957, p. 20-21, itálicos do autor).

RD5b:

“A famosa dicotomia ***langue-parole*** não é de criação original de Saussure. Já antes dêle Hermann Paul distinguira entre *Sprach-Usus* [...] é exactamente **o que ensina Saussure ao dizer que as modificações da *Langue* têm sua origem na *parole***” (1960, p. 28, itálicos do autor).

[...] Contudo vão muito mais longe as formulações de Saussure, que procurou enquadrar a realidade lingüística a dentro das Ciências do Homem. A nosso ver, é precisamente essa preocupação de acompanhar os progressos da Sociologia e da Psicologia o que distingue Ferdinand de Saussure de seus contemporâneos. No caso da oposição langue-parole, por exemplo, é visível a influência de dois dos mais categorizados representantes do espírito europeu nos fins do século XIX: Emílio Durkheim e Gabriel Tarde” (1960, p. 29).

[...] Ora, Ferdinand de Saussure insistiu em duas distinções fecundas, que se ajustam perfeitamente a uma visão conciliadora entre a força da ***coerção social*** e a ***ação do indivíduo***. (4)

De uma parte êle distingue a ***langue*** (língua), que é o conjunto e o sistema dos sinais arbitrários em uso em momento dado numa determinada sociedade e – de outra, a ***parole*** (fala), que é o ato particular e concreto de um indivíduo que usa a ***langue***, seja para se fazer compreender, seja para compreender” (1960, p. 30-31, itálicos do autor).

[...] Encarados assim os fatos, Saussure não andou bem ao dar a primazia à ***langue*** sobre a ***parole***, visto que esta, participando ao mesmo tempo da ***diacronia*** e da ***sincronia***, contém, em essência, o germe de todas as transformações futuras. Isto mesmo reconhece, em estudo memorável, o mais fiel e ortodoxo dos seus discípulos, o lingüista suíço Albert Sechéhaye” (1960, p. 32).

Quadro 1: Relação com a dicotomia Língua vs. Fala

Nossas análises desenvolvem-se por meio de três momentos/movimentos, relacionados ao exposto, na **Parte II**, referente à reflexão em torno da citação, da paráfrase discursiva e do discurso-transverso. Ou seja, visamos, especialmente, o seguinte movimento nas análises: partimos da citação das noções saussurianas, presentes na formulação discursiva, para refletirmos sobre a noção de paráfrase discursiva, pois, por meio da citação, entendemos ser possível explicitar como o discurso outro é retomado e as ressonâncias de significação⁷⁸ produzidas através dessa relação com um discurso situado em outras condições de produção e contexto sócio-histórico. Ainda, partimos do pressuposto de que o movimento da citação para a paráfrase discursiva possibilitará a compreensão do funcionamento do discurso-transverso, noção que indica o modo pelo qual a constituição discursiva é atravessada por discursos outros, que advêm de outros lugares e linearizam-se no fio do discursivo, conjugando-se aos saberes que determinam a posição-sujeito inscrita no processo discursivo.

Tendo em vista tais movimentos, debruçamo-nos nos RDs do primeiro eixo delimitado: Língua vs. Fala, com vistas a compreender o processo discursivo a partir da relação entre os saberes da Filologia e os saberes da Linguística, via **Cours de linguistique générale**. Deste momento em diante, destacamos cada recorte em específico, a fim de lançar nosso gesto de interpretação sobre a materialidade, considerando o dispositivo teórico mobilizado nas seções anteriores. Isso posto, iniciamos as considerações analíticas pelo RD1, o qual, como vimos, por meio de sua contextualização quando da apresentação da obra em que se situa, insere-se em uma discussão que faz ecoar uma determinada memória acerca da história da linguística desenvolvida no século XIX.

A partir do nível linguístico do RD1, o primeiro ponto a ser destacado é sobre a marca temporal inicial do recorte: ‘desde’, marca linguística que corrobora para ativar um tempo/momento que antecede o dito. No entanto, não se trata de qualquer tempo, este está especificado por um nome próprio: ‘Saussure’. Tal marcação temporal não só materializa a presença de outro tempo na organização linguística do recorte, tempo este que está delimitado na materialidade, já que se enfatiza que é

⁷⁸ No decorrer de nossas análises, referenciamos a noção “ressonâncias de significação” tal como propõe Serrani (1997); no entanto, também fazemos menção às “ressonâncias interdiscursivas de significação”. Referendamos essas duas possibilidades por entendermos que a primeira é um desdobramento da segunda, ou seja, tratar das ressonâncias de significação implica considerar o efeito do interdiscurso sobre o processo discursivo.

‘Desde Saussure’, como também traz à tona a memória referente às condições de produção do final do século XIX. Isto é, não é qualquer passado, mas um passado que remonta a uma dada conjuntura sócio-histórica e ideológica dos estudos sobre a linguagem e a um determinado sujeito: Saussure.

Pela perspectiva em que nos situamos, a presença de outra conjuntura sócio-histórica e ideológica na formulação do discurso permite compreender o modo como se constitui o horizonte de retrospectão, nos termos de Aurox (1992). Contudo, o horizonte de retrospectão que estamos entendendo não se restringe à presença da citação de Saussure, a esta marca linguística; refere-se, sobretudo, à atualização do conceito de língua do postulado saussuriano no fio do discurso: “sabe-se que a língua é um sistema, rigorosamente conexo, de meios de expressão comuns a um conjunto de seres”.

Analisar tal atualização é imprescindível, uma vez que, como destacado na seção 3.3, da **Parte III**, a concepção de língua antecedente ao RD1 repousa na retomada da língua enquanto organismo vivo, mas para refutar tal concepção em favor do caráter social da mesma, viés que será introduzido pelos neogramáticos. Esse ponto de vista, como verificamos no RD1, é reiterado pela retomada do conceito de língua saussuriano, o que faz com que possamos considerar que, ao citar o conceito de língua conforme o exposto no **Cours**, articulando-o a outras formulações e saberes, indica não só uma atualização, como também a filiação teórica e de sentidos que constitui essa determinada produção do conhecimento.

A citação de Saussure na formulação discursiva coloca em evidência uma heterogeneidade mostrada, nos termos de Authier-Revuz (1990), a qual é determinada pela linearização de já ditos na formulação discursiva, permitindo o estabelecimento de certa memória, que, por sua vez, coloca-se, especialmente, num nível histórico, indicando, conforme Orlandi (1997),

que não há nada de novo sob o sol, mas sim que não há dizer que se faça “fora” da história. Todo discurso é parte de um processo discursivo mais amplo que o toma em sua rede de significações. É assim que fazemos sentidos. Mas, ao retomá-los, produzimos um deslocamento, empurramo-os para outros lugares (ORLANDI, 1997, p. 149).

Essa atualização, atentando ao nível linguístico do RD1 novamente, vem precedida da forma verbal ‘sabe-se’, que está acompanhada por um índice de indeterminação do sujeito. Essa indeterminação do sujeito indica um efeito contraditório, pois, afinal, quem sabe? Se pensarmos somente pelo nível gramatical, não podemos responder a essa questão, é necessário recorrermos à exterioridade, às condições de produção do discurso e à FD em que a materialidade inscreve-se.

Pelo nível linguístico, consideramos que a indeterminação vincula-se ao fato de o discurso científico ter uma tendência ao efeito de objetividade⁷⁹, com vistas a anular as marcas pessoais para garantir a veracidade de suas proposições. Já pela perspectiva discursiva, ao nos reportarmos à exterioridade, essa forma verbal remete aos estudiosos da língua que detinham o reconhecimento científico à época, no caso, os filólogos.

Pêcheux (2009 [1975]) destaca que a indeterminação pode estar vinculada a um efeito de saturação, ou de não-saturação. Se considerarmos o efeito de saturação, a indeterminação aponta para uma asserção que está na ordem do geral – qualquer um sabe –, se levarmos em conta o efeito de não-saturação, em consonância à determinação sócio-histórica e ideológica do discurso em questão, não podemos mais tratar a forma verbal ‘sabe-se’ enquanto uma forma generalizada, determinando que não é qualquer um que sabe, e sim especialistas, estudiosos da linguagem.

O conceito de língua retomado vem marcado por uma definição: ‘língua é um sistema’, sendo o verbo de ligação que explicita a definição. Partindo da função gramatical do verbo de ligação, sabemos que serve para ligar o nome a seu complemento, a um predicado nominal. Do ponto de vista discursivo, podemos considerá-lo como um elemento fundamental no processo de definição, tornando-se o elo entre o nome e sua predicação, a qual o define. Ainda, é possível observar outra predicação, mas no que se refere à própria predicação: ‘rigorosamente conexo’. O termo ‘rigorosamente’ está intensificando ‘conexo’, e ambos, por sua vez, estão em relação à asserção anterior, ao predicado da definição: ‘sistema’.

Cabe enfatizar um pouco mais a respeito da definição, visto que, segundo Pfeiffer (2003), ela pode ser entendida enquanto uma prática social que possibilita

⁷⁹ A objetividade das produções científicas, em nosso entendimento, situa-se na ordem da tentativa de apagamento do sujeito, estando este camuflado para atender os critérios de cientificidade.

compreender a relação constitutiva entre sujeito e discurso. Para a autora, trata-se de uma prática que não se restringe aos limites dos sentidos, ao que está estabilizado, pois produz efeitos de sentido que se constituem por serem históricos e ideológicos. Desse modo, considerar a definição do ponto de vista discursivo é enfatizar tanto o que está estabilizado quanto o que escapa, isto é, os efeitos de sentido estabelecidos devido à determinação histórica e ideológica.

Ao levarmos em conta a definição de língua retomada, ela vincula-se a um conceito já estabilizado, da ordem da evidência para os estudiosos da linguagem. Como bem destaca Costa (2012),

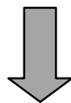
A forma da definição produz um efeito de que o sujeito é exterior ao saber, de que tal definição é neutra em relação a qualquer gesto interpretativo ou interferência histórica e ideológica e que, portanto, tal definição guarda a verdade. O efeito de verdade da definição se sustenta pela forma como é retomada, como se fosse uma expressão cristalizada associada a um sujeito identificável (COSTA, 2012, p. 96).

Contudo, ao retomá-la, instaura-se um gesto de interpretação frente ao já dito atravessado na formulação do discurso, produzindo efeitos de sentido na medida em que tal já dito irrompe em uma discursividade imersa em condições sócio-históricas e ideológicas específicas. Desse modo, não podemos considerar a definição de língua retomada do pressuposto saussuriano destituída de efeitos de sentido outros, e tomá-la como cristalizada. No momento em que está articulada a outros saberes, no caso, aos saberes filológicos, e está inscrita em outras condições de produção, há uma forma de historicização distinta que remete a outros sentidos. Assim, interessam-nos os sentidos instaurados quando tal definição ressoa e articula-se na horizontalidade discursiva.

As considerações acima dizem respeito à seguinte parte do RD1, e, ao nos reportarmos ao **Cours de linguistique générale**⁸⁰, domínio de memória que é retomado, realizamos as seguintes aproximações:

⁸⁰ Os recortes realizados do **Cours de linguistique générale** estão identificados com a seguinte sigla: CLG, enumerando-os conforme a quantidade de recortes destacados.

RD1: “Desde Saussure pelo menos, **sabe-se que a língua é um sistema, rigorosamente conexo, de meios de expressão comuns a um conjunto de sêres [...]**” (grifos nossos).



CLG1: “[...] **langue**, le plus complexe et le plus répandu **des systèmes d’expression [...]**” (SAUSSURE, 1967, p. 101, grifos nossos).

CLG2: “[...] un système de valeurs est complexe et **rigoureusement organisé** [...]” (SAUSSURE, 1967, p. 116, grifos nossos).

Entendemos que são aproximações, visto que observamos ressonâncias de significação, como propõe Serrani (1997), entre esses discursos situados em condições sócio-históricas e ideológicas distintas, ressonâncias linearizadas no fio discursivo via paráfrase discursiva. No recorte em análise, há uma retomada do postulado saussuriano, mas reorganizando-o de um modo diferente, não se tratando, portanto, de uma simples transposição da língua francesa para a língua portuguesa, produzindo efeitos de sentido que se reportam ao já dito, a um mesmo, porém linearizado de um modo diferente.

Há um modo diferenciado na retomada, pois não se observa a repetição, a íntegra dessa ‘formulação origem’, tal como propõe Courtine (2009, [1981]). Desse modo, o conceito de língua do RD1 constitui-se tendo por base um já dito, que se atravessa no fio do discurso, instaurando o efeito de sustentação junto a esse domínio de memória pertencente ao postulado saussuriano. Sustentação/articulação que não é meramente uma reprodução, uma vez que produz sentidos e permite a inscrição do sujeito no discurso, que, para nós, pode ser compreendida pela passagem de ‘rigoureusement organisé’ para ‘rigorosamente conexo’.

Ao se instalar outra predicação pela mudança de item lexical, quando da passagem de uma língua para outra, entendemos que, mesmo ressoando sentidos já dados, materializa-se o ‘outro’ no fio do discurso, questão que, para Brum-de-Paula (2008), em seu estudo acerca da tradução, é constitutivo do ato de traduzir. Embora saibamos que não está em jogo a questão da tradução, consideramos

necessária em nossas análises, já que é uma forma de paráfrase e é a versão francesa do **Cours** que é retomada em nosso *corpus*.

Além disso, Scherer (2009) aponta para o fato de que a tradução deve ser pensada em relação à interpretação e “constitui um trabalho sobre o lugar do sujeito-tradutor e sua relação com a(s) língua(s) em questão no ato de traduzir” (p. 199). A autora destaca essa relação por entender que, por meio dela, é possível “ver como ela pode permitir o seu entremeio no funcionamento do processo de constituição do sujeito e da língua na prática discursiva da tradução” (ibid., p. 199). Logo, levar em conta a questão da tradução é de extrema importância, uma vez que é pelo ‘jogo’ entre línguas que poderemos observar os efeitos de sentido resultantes da passagem de uma língua para outra em nosso *corpus* de análise, bem como a inscrição do sujeito no discurso.

Considerando a sequência do RD1, observamos que o recorte repousa na questão proposta no **Cours** referente à distinção entre língua e fala, retomando-a. Na parte destacada anteriormente, a ênfase está na língua; já na parte seguinte, é na fala, e realizamos as seguintes aproximações:

RD1: “[...] **Ésse sistema, que só existe nos indivíduos falantes, tem, entretanto, existência independente deles, porque, tal como outras instituições sociais lhes é impôsto [...]**” (grifos nossos).



CLG1: “Si nous pouvions embrasser la somme des images verbales emmagasinées chez tous les individus, nous toucherions **le lien social qui constitue la langue. C’est un trésor déposé par la pratique de la parole dans les sujets appartenant à une même communauté**, un système grammatical existant virtuellement dans chaque cerveau, ou plus exactement dans les cerveaux d’un ensemble d’individus; car **la langue n’est complète dans aucun, elle n’existe parfaitement que dans la masse**” (SAUSSURE, 1967, p. 30, grifos nossos).

CLG2: “**La langue** n’est pas une fonction du sujet parlant, elle **est le produit que l’individu enregistre passivement**; elle ne suppose jamais de préméditation, et la réflexion n’y intervient que pour l’activité de classement dont il sera question [...]” (SAUSSURE, 1967, p. 30, grifos nossos).

CLG3: “Nous venons de voir que **la langue est une institution sociale**; mais elle se distingue par plusieurs traits des autres [...]” (SAUSSURE, 1967, p. 33, grifos nossos).

CLG4: “[...] **la langue**, qui **est sociale** dans son essence **et indépendante de l’individu [...]**” (SAUSSURE, 1967, p. 37, grifos nossos).

Referendamos vários fragmentos do **Cours**, justamente, em razão de não haver uma retomada direta, e sim ressonâncias de significação compreendidas por meio da relação do dito com o interdiscurso. O que queremos salientar é que o discurso em análise, situado em condições e FD específicas, remonta a um dizer outro, fazendo-o intervir na formulação do discurso e permitindo ao já dito e seus sentidos estabilizarem-se na presente discursividade.

Observamos que é mantido o encadeamento do postulado saussuriano no fio do discurso, dando continuidade à definição posta na asserção anterior, como indica o elemento anafórico ‘esse’, mantendo uma relação inter-sequencial, nos termos de Henry (1990 [1975]), que se reforça pela oração relativa explicativa, cujo efeito é o de sustentação ao que se diz anteriormente: ‘que só existe nos indivíduos falantes’. Por meio da oração explicativa, compreendemos que não há apenas uma explicação acerca do termo antecedente, mas um efeito de sustentação repousando sobre a questão da fala, devido ao fato de serem os falantes/indivíduos, por um ato individual, que colocam a língua em funcionamento.

No entanto, há uma marca linguística que evidencia a oposição entre o que pertence ao nível da língua e o que pertence à fala: ‘entretanto’, que, quando linearizada, introduz sentidos opostos dos apresentados na asserção anterior. No caso, ‘entretanto’ está reiterando a dicotomia língua vs. fala, bem como a relação contraditória perpassada no interior do próprio conceito de língua, pois se liga à fala, contudo é, ao mesmo tempo, independente dela e dos falantes.

No restante do RD1, há o seguinte:

RD1: “[...] Apesar disso, porém, cada pessoa tem seu jeito de falar a própria língua, de modo que tantas há quantos são os indivíduos (4). É, em suma, a oposição: **langue (système de moyens d’expression imposé aux individus)**, **parole (exécution de la langue par l’individu)**” (grifos nossos).

Atentando aos elementos linguísticos que iniciam o restante do recorte: ‘Apesar disso, porém’, eles introduzem uma ideia oposta à anterior. Pelas marcas,

podemos dizer que se refere a um posicionamento frente ao dito anteriormente, o qual aponta para uma formulação que introduz uma nova asserção a respeito do que vem sendo tratado. A nova asserção referida coloca para o centro a questão da fala e do indivíduo, intensificando a ideia já posta: a de que o sistema ‘só existe nos indivíduos falantes’.

Para Saussure, a noção de sistema é proposta, justamente, para pensar os fatos internos da língua, a qual se constitui enquanto um fato social por pertencer à coletividade, por estar interiorizada nos sujeitos falantes. Desse modo, é importante ressaltar que o RD1 é constituído por diferentes formulações, as quais naturalizam sentidos que estão em ordens diferentes, produzindo um efeito de unidade entre a formulação discursiva e os discursos atravessados, no caso, o postulado saussuriano que está marcado explicitamente pela citação de Saussure.

A respeito da definição de língua como sistema, Normand (1976) destaca a importância dessa consideração para os estudos de Saussure, permitindo “définir un principe directeur de recherche qui n’a plus rien à voir avec les considérations sur la vie d’un organisme, et qui se dégage également de la réduction de la langue à ses caractères d’institution sociale”⁸¹ (p. 109). Ainda, a autora salienta que o interesse recai sobre o ponto de vista semiológico da língua, isto é, nos fatos internos do sistema linguístico.

Ao articular, junto à noção de sistema, a relação indivíduo-fala, coloca-se em funcionamento não apenas uma importante dicotomia, como também se faz ecoar as condições de produção dos estudos sobre a linguagem do final do século XIX e início do século XX. No entanto, como estamos observando, não podemos reduzir a ‘ecos’ o que está posto no RD1, refere-se a gestos de interpretação do sujeito inscrito no discurso que retoma e lineariza, em suas formulações, saberes outros, articulando-os à produção discursiva.

Entendemos que se materializam, sobretudo, dois pontos de vista, um que retoma o postulado saussuriano e outro que se filia aos saberes vinculados ao domínio da Filologia, pois traz um viés que leva em conta a evolução da língua, que possibilita as suas diferenças, decorrentes, portanto, da língua em movimento,

⁸¹ Tradução nossa: “definir um princípio orientador de pesquisa que não tem nada a ver com as considerações sobre a vida de um organismo e que se desprenda igualmente da redução da língua a seus caracteres de instituição social”.

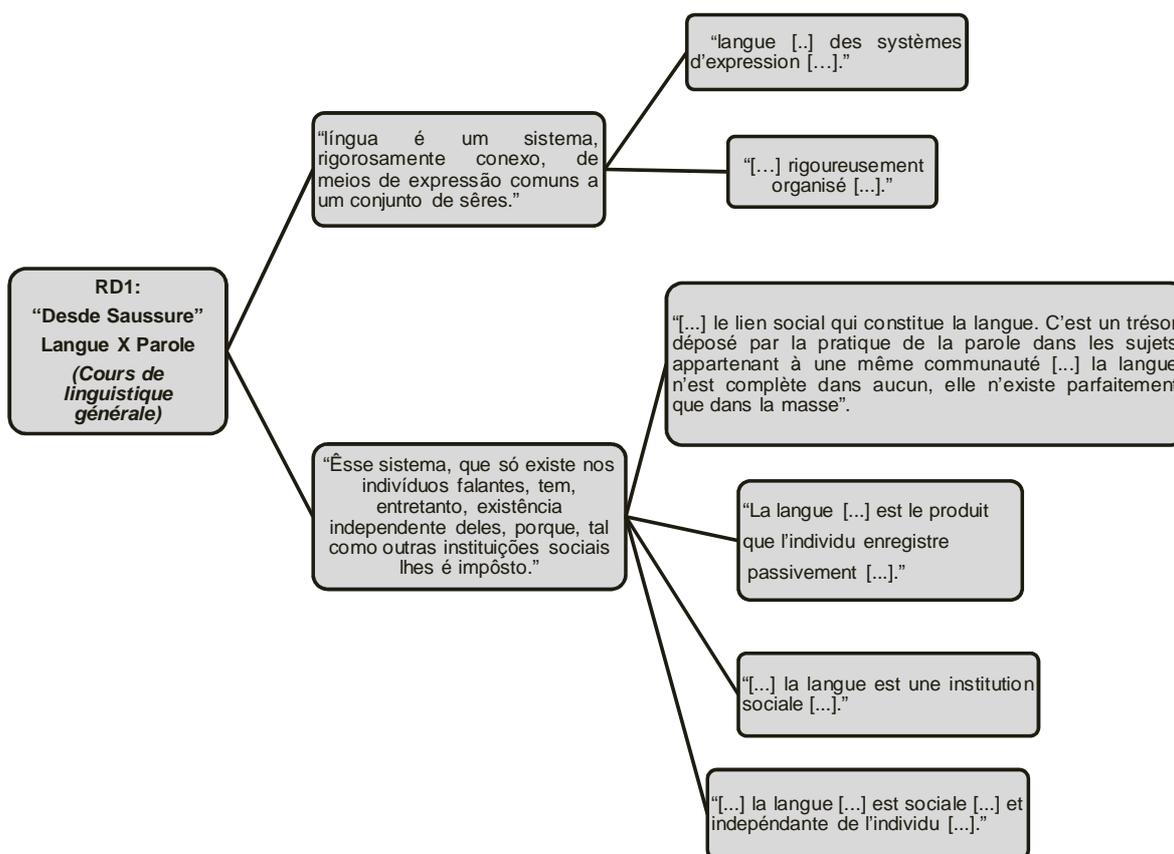
desdobrando-se conforme o indivíduo que a executa: ‘tantas [línguas] há quantos são os indivíduos’. Todavia, o interesse predominante da Filologia sempre esteve no estudo e na interpretação de textos escritos, a partir dos quais se buscava traçar a história da língua, interesse que, com o surgimento de outros estudos, como os da Geografia Linguística e da Dialetologia, modificou-se, abrangendo a perspectiva da língua em sua relação com o social e o cultural, fatores considerados determinantes para a evolução das línguas.

Pensando a ‘ação’ do filólogo especificamente no Brasil, Coelho aponta que não se restringia

ao trabalho tradicional de tratamento dos textos antigos, nem, muito menos, aos pressupostos dos estudos sobre a linguagem do século XIX. Significava ter como tarefa o tratamento total da(s) língua(s) — incluindo-se aí suas fases anteriores, sua expressão literária, suas variações contemporâneas, sobretudo as regionais — com forte apelo à sua história (COELHO, 1998, p. 24).

Desse modo, as marcas linguísticas iniciais da parte final do recorte apontam uma posição peculiar em que o sujeito se inscreve, uma vez que, mesmo funcionando como elementos que introduzem ideias opostas, não há um efeito contraditório no fio do discurso, e sim formulações advindas de lugares diferentes que estão linearizadas num mesmo espaço. Isto é, a posição peculiar é decorrente do fato de se materializar uma identificação com esses dois domínios de saberes que integram a FD dos estudos sobre a língua portuguesa dos anos de 1950. Não se refere à ruptura entre o domínio da Linguística e o domínio da Filologia, ambos estão em funcionamento na materialidade em questão, configurando-se como um acréscimo de ideias, de saberes, pois a língua, enquanto sistema, está inscrita no viés da Linguística, e a fala, em sua relação com os indivíduos, está inscrita no viés da Filologia, mais precisamente, numa ‘Filologia de campo’, tal como propõe Coelho (1998), que se interessa, sobretudo, pelo estudo dialetológico dos falares regionais.

Considerando o atravessamento de saberes observados no RD1, ele ocorre por meio de relações parafrásticas, pelas quais constatamos, portanto, as seguintes ressonâncias de significação na formulação do discurso em análise, ressonâncias que podem ser explicitadas por meio do confronto com o domínio de memória da Linguística, via **Cours**:



As relações interdiscursivas acima foram propostas com o objetivo de destacar a maneira como o RD1 constitui-se, tendo por base discursos outros que se articulam aos saberes já postos na horizontalidade discursiva, no caso, aos saberes da Filologia. Tais relações configuram-se enquanto ressonâncias interdiscursivas de significação, as quais possibilitam aproximar o processo discursivo em análise ao postulado saussuriano. Essa aproximação resulta do fato de a citação colocar em jogo, na formulação discursiva, a retomada via paráfrase discursiva, a qual, no entanto, não aponta para a repetição, mas para sentidos que ressoam e que se instauram pela reformulação do já dito linearizado no fio do discurso, produzindo, ao mesmo tempo, deslocamentos nas redes de filiações de sentidos.

Muitas das considerações ressaltadas no primeiro recorte em análise podem também ser observadas no RD2b, especificamente no que tange às suas marcas linguísticas, tal como a citação de Ferdinand de Saussure e de seu célebre livro,

Cours de linguistique générale. O recorte realizado interessa-nos uma vez que está inserido em uma discussão que retoma as condições de produção dos estudos sobre a linguagem do final do século XIX, enfatizando-se as modificações e os movimentos que perpassaram por tais estudos e, sobretudo, as ‘novas ideias’ que se estabelecem a partir de Ferdinand de Saussure. Tal discussão é introduzida pela seguinte afirmação: “É mesmo das maiores e mais justas preocupações dos estudos filológicos de nosso tempo a descrição minuciosa e completa da linguagem corrente. Ou seja, para usar uma nomenclatura hoje consagrada, preeminência dos estudos sincrônicos” (SILVA NETO, 1952, p. 301-302). A afirmação ativa ecos de sentidos que remontam a outra conjuntura, a fim de explicitar os movimentos constitutivos dos estudos filológicos, pelo fato de os mesmos visarem à história das línguas, não se voltando especificamente para o estudo do momento presente.

Com vistas a retomar o *‘air du temps’*⁸² do século XIX, tem-se a referência a Humboldt e Schleicher, importantes estudiosos da linguagem desse período, que desenvolveram estudos vinculados a uma perspectiva naturalista. O viés naturalista predominou por quase todo o século XIX, devido ao prestígio das ‘Ciências Naturais’, à época, sendo somente no final do século que os estudos tomaram outros rumos, colocando-se no centro das ‘Ciências do Homem’, apresentando importantes representantes, como: Comte, Dilthey, Durkheim, Tarde, Simmel, Tönnies, Masaryk e Sumner, segundo destaca Serafim da Silva Neto (1952), na parte antecedente ao recorte em análise.

Retomam-se tais estudiosos para marcar os movimentos pelos quais passaram os estudos em torno da língua, pois, aos poucos, o viés naturalista, que considerava a língua enquanto um organismo vivo, foi deixado de lado em prol de um ponto de vista social, considerando a língua enquanto um fato social, como já vimos pontuando. No entanto, a volta ao passado tem um objetivo específico: destacar que os estudos em torno da língua estão marcados pelo *‘air du temps’*, pelas ideias em circulação em determinada conjuntura, questão de extrema importância quando visamos à compreensão dos movimentos e das alterações de determinado domínio de saber.

Essa contextualização em torno do RD mobilizado é fundamental para analisar o seu processo discursivo, já que o mesmo parte de uma marcação

⁸² Expressão utilizada por Sériot (1999).

temporal, a qual é explicitada pela citação de Ferdinand de Saussure e do **Cours de linguistique générale**, nome e obra que marcaram significativas mudanças frente aos estudos da linguagem. Contudo, como podemos observar, embora Saussure tenha marcado uma nova posição frente às ideias da época, é determinado, ao mesmo tempo, pelo que estava em circulação, como bem apresenta o recorte: “[...] o nome que, na Linguística, encarna essa nova direção espiritual é Ferdinand de Saussure. O mestre suíço revela, no seu *Cours de Linguistique Générale* (1916) boa formação geral sociológica: e sabemos até, por informação Doroszewski, que ele acompanhava atentamente a polêmica entre Tarde e Durkheim” (sublinhados nossos).

Na parte inicial do recorte, comparece uma intensa predicação em torno de Saussure e seu postulado, com o objetivo de enfatizar a sua contribuição para a Linguística: “mestre suíço”; “boa formação geral sociológica”; “Não surpreende, pois, que o pensamento saussuriano ofereça vistas originais e profunda: ele, a bem dizer, inaugura uma nova fase na Linguística Geral”; “contribuições capitais” (sublinhados nossos). A ênfase na relevância de tal estudioso é, de certo modo, para ratificar a referência ao conceito de língua e sua distinção da fala, como está explicitada na seguinte passagem: “Entre as suas contribuições capitais contam-se a ideia de língua como um *sistema* e a distinção entre a *língua* e a *fala*”. A importância conferida a Saussure possibilita-nos entender que se lança um olhar para esse domínio de memória com vistas a destacar a reconfiguração pela qual os estudos sobre a linguagem passaram quando da publicação dessa obra: “inaugura uma nova fase na Linguística Geral”.

Cabe destacar que, antes de ter a retomada do conceito de língua, há a marca linguística “De fato”, a qual, a nosso ver, aponta para a inscrição do sujeito da ciência frente ao discurso em questão, sugerindo-nos um posicionamento de concordância ao que será dito na sequência. No caso, o que segue é o conceito de língua, vinculado à ideia de sistema, como no recorte anterior, mas sob um aspecto específico: a relação com o valor, ao contrário do RD1 que se centrou na distinção entre língua e fala.

A fim de estabelecer a relação entre dizeres situados em FD e condições sócio-históricas e ideológicas distintas, aproximamos o que está posto no RD2b com

o que encontramos no **Cours**, observando as possíveis ressonâncias de significação entre o recorte em análise e tal domínio de memória:

RD2b: “[...] a língua é um *sistema* em que todas as partes podem e devem considerar-se *sincronicamente solidárias e interdependentes*. Daí a comparação com o jogo de xadrez: o valor respectivo das peças depende da sua posição no tabuleiro, assim como na língua *cada termo tem seu valor por oposição a todos os outros termos* [...]” (grifos nossos).



CLG1: “La langue est un système dont toutes les parties peuvent et doivent être considérées dans leur solidarité synchronique” (SAUSSURE, 1967, p. 124).

CLG2: “La valeur respective des pièces dépend de leur position sur l'échiquier, de même que dans la langue chaque terme a sa valeur par son opposition avec tous les autres termes” (SAUSSURE, 1967, p. 125-126).

Ao compararmos o conceito de língua do RD2b (“a língua é um *sistema* em que todas as partes podem e devem considerar-se *sincronicamente solidárias e interdependentes*”) com o postulado saussuriano, podemos dizer que o funcionamento parafrástico ocorre pela transposição de uma língua para outra, do francês para o português. Tal retomada é, pois, uma repetição do já dito que irrompe no fio do discurso, linearizando-se de modo que o sujeito identifica-se com o discurso outro, pertencente a um domínio de saber específico, a saber: o da Linguística.

Contrapondo ambos os discursos, observamos que, embora se sobressaia a repetição, há a inserção de outro termo (“interdependentes”) no fio do discurso, uma vez que, no **Cours**, observamos a ênfase na “solidarité synchronique”, não havendo a referência na questão da interdependência. A nova predicação decorre do próprio ato de traduzir⁸³, pois partimos do pressuposto de que a “leitura não pode mais ser considerada como uma decodificação, e sim como o lugar de interpretação”

⁸³ Fazemos referência ao ato de traduzir a fim de refletir sobre a relação do sujeito do discurso com outra língua, ou seja, não tratamos da questão do sujeito-tradutor.

(SCHERER, 2009, p. 198). Com isso, as substituições/modificações, quando da passagem de uma língua para outra, são decorrentes da interpretação do sujeito no jogo estabelecido com a língua, e o “deslizamento de sentido entre elas nos leva a re-afirmar a interpretação como constitutiva da língua. A língua dá lugar à interpretação” (ibid., p. 206).

Explicitar a deriva de sentidos e de sujeitos é fundamental quando trabalhamos no entremeio de duas línguas, pois é nesse espaço que os sentidos se movem ‘desestruturando a rede de significação já instalada’ (ibid.). Desse modo, mesmo quando observamos a repetição do já dito pela transposição de uma língua para outra, entendemos que esse processo é sempre perpassado por um gesto de interpretação, que permite ao mesmo constituir-se como um outro, pois, de acordo com Scherer (2009), é um

exercício de se perder no acaso em (per)curso de (re)dizer o já dito em outra língua. É falar com palavras alheias. Ela é o próprio da ilusão faltante. Língua própria versus língua estranha. Escritura alheia entre a língua e o discurso pelo jogo da interpretação nas formulações possíveis em múltiplas versões. Estranho deslize na verdade e no erro da/na história pela interpretação nas versões possíveis de língua e de sujeito (SCHERER, 2009, p. 210).

Já a retomada da noção de valor acontece por meio da metáfora do jogo de xadrez. Levar em conta a problemática da metáfora torna-se interessante quando tratamos da produção do conhecimento, e, para tanto, embasamo-nos no que pontua Normand (1976), em seu estudo acerca da “*Métaphore et concept*”, a respeito da relevância da metáfora para a criação dos conceitos, considerando os estudos sobre a linguagem plenos de metáforas. Pêcheux (2011 [1984], p. 154) também destaca a importância das metáforas, destacando que “as teorias científicas não se desenvolveram nunca no espaço puro lógico, mas se estabelecem sempre sobre uma rede metafórica que lhes serve de apoio”.

A relação da constituição do conceito com a metáfora nos é bastante pertinente, visto que, no RD2b, é justamente a metáfora em torno da noção de valor que é retomada, linearizando o conceito de língua a partir do vínculo com o valor: “a língua é um *sistema* em que todas as partes podem e devem considerar-se *sincronicamente solidárias e interdependentes*. Daí a comparação com o jogo de

xadrez: o valor respectivo das peças depende da sua posição no tabuleiro, assim como na língua cada termo tem o seu valor por oposição a todos os outros termos (sublinhados nossos).

A linearização do postulado saussuriano, no fio do discurso, é materializada via citação e, sobretudo, pela passagem de uma língua para outra. Interessa-nos, portanto, como é retomado esse já dito na constituição do discurso, o qual se vincula ao funcionamento da paráfrase discursiva (HENRY, 1990 [1975]; SERRANI, 1997). Para compreender a paráfrase discursiva, entendida enquanto ‘matriz do sentido’ (PÊCHEUX, 1997 [1969]), devemos considerar o que está exterior ao linguístico, mais precisamente, as condições históricas e ideológicas que permitem ao já dito, pertencente a uma FD e conjuntura sócio-histórica, ressoar em outro discurso, situado em outra FD e diferentes condições. Um discurso, quando remete a outros, pertencentes a outras condições e FD, é constituído por ressonâncias de significação, como propõe Serrani (1997).

Desse modo, entendemos que se materializa uma ressonância interdiscursiva de significação que não faz apenas ressoar os sentidos entre as asserções constitutivas do postulado saussuriano e o discurso em análise, mas que repete o já dito em outras condições sócio-históricas e ideológicas, incorporando-o aos saberes da FD em que o sujeito está inscrito.

Na parte final do RD2b, enfatiza-se novamente a distinção entre língua e fala, como no RD1, porém observamos que o conceito de língua é sustentado pela oração explicativa e o de fala pelo funcionamento da glosa (isto é):

RD2b: “[...] Além da *língua*, que preexiste ao indivíduo e a ele se impõe, há a *fala*, isto é, a execução do material linguístico feita pela pessoa falante [...]” (grifos nossos).

Ambas as sustentações fazem intervir o funcionamento do interdiscurso; porém, pela explicativa, há a presença de outra sequência que ancora um termo anterior, no caso, a língua. Já a glosa, segundo Serrani (1997), indica uma

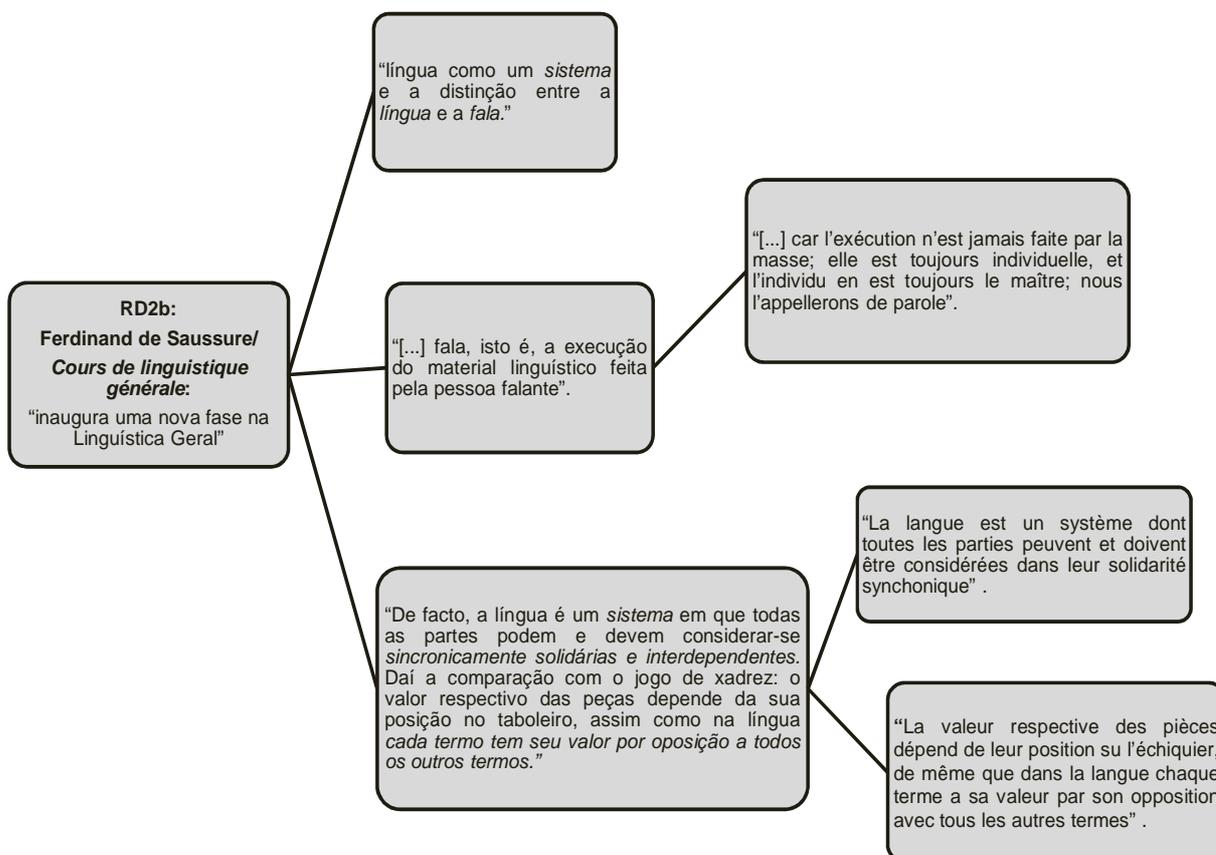
reformulação pertencente à dimensão da formulação discursiva, do que está sendo produzido e linearizado no fio do discurso. Consideramos ainda a glosa enquanto uma possibilidade de se observar a tomada de posição do sujeito⁸⁴, no caso, ‘isto é’ introduz o que se entende por ‘fala’, cujo conceito está marcado pelo viés da Linguística, visto que podemos aproximá-lo com o seguinte recorte do postulado saussuriano, pois os sentidos ressoam na formulação em questão:

CLG1: “[...] car l'**exécution** n'est jamais faite par la masse; elle **est toujours individuelle**, et l'individu en est toujours le maître; nous l'appellerons de **parole**” (SAUSSURE, 1967, p. 30, grifos nossos).

Cabe ressaltar que não é por acaso que tais considerações sobre a língua, pelo viés da Linguística, são referendadas, é devido à discussão que se tem na obra (**Manual de Filologia Portuguesa**) onde o RD2b encontra-se, que diz respeito à relação entre língua e fala. Portanto, as proposições de Saussure linearizam-se na formulação discursiva sustentando o dito e estabilizando determinados sentidos sobre esse domínio de memória.

A partir do observado no RD2b, propomos as seguintes relações interdiscursivas, objetivando enfatizar a constituição do recorte em análise. Ou seja, destacar que a constituição do discurso é decorrente de sua relação com já ditos, os quais apontam para a sua determinação histórica. No entanto, o que prevalece no funcionamento parafrástico é a repetição do já dito, apontando para o fato de haver graus distintos de ressonâncias de significação, uma vez que pode sobressair-se a reformulação do já dito, como vimos no RD1, ou predominar a repetição, como é o caso do RD2b, que apresenta a quase total transposição da língua francesa para a língua portuguesa. Tais questões podem ser visualizadas a seguir:

⁸⁴ Sobre essa questão, podemos referenciar Zandwais (2009).



Vislumbramos, por meio do RD2b, a importância do processo parafrástico na constituição da prática científica, a qual é, como vimos em Normand (1976), repleta de metáforas, as quais são fundamentais para estabelecer os conceitos, e, como considera Pêcheux (2011 [1984]), para sua constituição. Entendemos que, no processo discursivo em análise, materializa-se a repetição do já dito com vistas a destacar a importância que tal domínio de memória teve, pois, além de romper com os estudos realizados no final do século XIX, esse postulado vai determinar os estudos que seguem no decorrer do século XX, influenciando, especialmente, estudiosos, como Jakobson, Troubetzkoy e Karcevski, permitindo-lhes estabelecer os estudos fonológicos na década de 20 do século XX.

Isso posto, prosseguimos com o nosso gesto de interpretação lançando o olhar sobre o RD4, e a primeira questão a ser destacada é, também, referente à marca temporal inicial do recorte: ‘depois’. Tal marca, contudo, vem especificada; não se trata de qualquer ‘Depois’, e sim: ‘Depois de Ferdinand Saussure’,

delimitando, por meio do nome próprio, o lugar de onde partem as considerações que seguem e ativando dada memória sobre o domínio da Linguística, memória esta que se historiciza no momento em que é retomada na constituição do discurso em análise.

A memória e a historicidade que irrompem na formulação do discurso vêm reforçadas por uma tomada de posição do sujeito frente ao domínio de memória que é evocado, posição que repousa sobre um efeito ideológico de verdade: “não se pode negar”. Tal posição é reiterada no decorrer do recorte: “De fato, assim deve ser”. As marcas linguísticas ajudam-nos a compreender a inscrição do sujeito pela identificação com os saberes do domínio de memória que irrompe e ressoa na discursividade.

Além de referenciar o estudioso Ferdinand de Saussure, referência que vem carregada de uma memória em torno da constituição da Linguística enquanto ciência, comparece, na formulação do discurso, a linearização de dois de seus conceitos (língua e fala), linearização que se constitui pelo funcionamento da paráfrase discursiva por meio dos seguintes aspectos:

RD4a: “[...] Depois de Ferdinand de Saussure não se pode negar há, na linguagem, um lado **social, coletivo, e outro psicológico, individual**.

Ao primeiro denominou **língua (langue)**, ao segundo **fala (parole)**, subordinando esta àquela. (16) [nota de rodapé: “(16) [V]. *O Cours de linguistique générale*, pág. 30 e ss”] (grifos nossos).



CLG1: “[...] Le langage a un côté individuel et un côté social, et l'on ne peut concevoir l'un sans l'autre [...]” (SAUSSURE, 1967, p. 24, grifos nossos).

CLG2: “L'étude du langage comporte donc deux parties: l'une, **essentielle**, a pour objet la **langue**, qui est **sociale** dans son essence **et indépendante de l'individu**; cette étude est uniquement **psychique**; l'autre, **secondaire**, a pour objet **la partie individuelle du langage**, c'est-à-dire la **parole** y compris la phonation: elle est **psycho-physique**.

Sans doute, ces **deux objets sont étroitement liés** et se supposent l'un l'autre: **la langue est nécessaire pour que la parole soit intelligible et produise tous ses effets**; mais celle-ci est nécessaire pour que la langue s'établisse; historiquement, le fait de parole précède toujours” (SAUSSURE, 1967, p. 37, grifos nossos).

CLG3: “[...] c'est **la parole qui fait évoluer la langue**: ce sont les impressions reçues en entendant les autres qui modifient nos habitudes linguistiques. Il y a donc **interdépendance de la langue et de la parole**; celle-ci est à la fois **l'instrument et le produit de celle-ci**” (SAUSSURE, 1967, p. 37, grifos nossos).

As ressonâncias de significação consideradas anteriormente permitem aproximar a formulação em análise e o domínio de memória referente ao postulado saussuriano. A repetição do já dito não se constitui pela transposição de uma língua para outra, mas pelos ecos de sentidos de determinado dizer do domínio da Linguística. Reitera-se, portanto, a distinção entre a língua e a fala por meio da determinação histórica.

Na constituição do RD4, consideramos que há uma reformulação nessa retomada do já dito na seguinte parte do recorte: “Ao primeiro denominou *língua* (langue), ao segundo *fala* (parole), subordinando esta àquela”. O termo que entendemos estar reformulado é ‘subordinando’, pois, embora haja esta ressonância de subordinação no **Cours**, quando a língua e a fala estão em relação, o que constatamos é, sobretudo, a questão da interdependência: “interdépendance de la langue et de la parole” (CLG3).

Na parte final do RD4, para reforçar o exposto, referenciam-se outros importantes linguistas, tal como Bogatyrev e Jakobson. Por fim, centraliza-se na questão da fala, considerando que: “Esta [parole], na concepção de Saussure, é a língua em ação”. Vinculamos essa asserção ao terceiro trecho (CLG3) das aproximações anteriores: “la parole qui fait évoluer la langue”; “la langue et de la parole; celle-à est à la fois l’instrument et le produit de celle-ci”.

Se levarmos em conta que a fala também passa a ser o interesse de estudo dos filólogos, podemos dizer que, na Europa, esse interesse será consolidado, especialmente, a partir do final do século XIX, com o desenvolvimento da Geografia Linguística; já, no Brasil, o interesse pelo falar perpassa por grande parte dos estudos filológicos desenvolvidos até a primeira metade do século XX, seguindo a tradição europeia. No contexto brasileiro, os estudos acerca da língua portuguesa vão reivindicar um lugar especial à fala, considerando-a como o lugar em que o povo brasileiro marca-se, ou seja, consideram que temos, no Brasil, uma fala brasileira, que se contrapõe à escrita, que, no entender dos filólogos, é o lugar da unidade linguística entre Brasil e Portugal, sendo uma escrita da língua portuguesa.

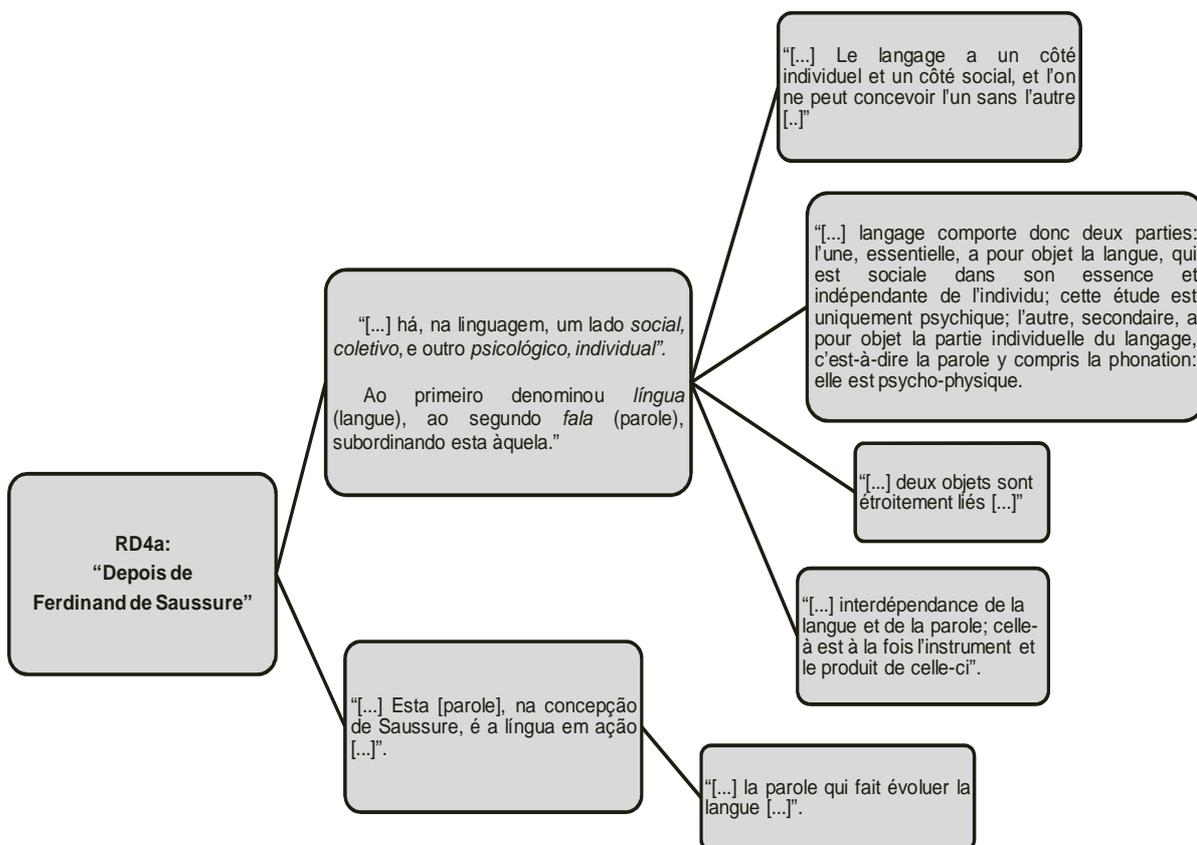
Podemos exemplificar esse lugar da língua e da fala por meio da seguinte citação retirada da obra **Introdução ao Estudo da Língua Portuguêsa no Brasil**, obra que compõe o nosso arquivo de pesquisa:

É inegável que a língua comum é a mesma [...] Em suma: o material lingüístico é tão brasileiro quanto português. Nele expressam-se todos os seres, de todas as educações. Nele vazam-se as obras escritas – desde a prosa artística até os manuais técnicos.

Aplicada, porém, aos membros da sociedade, à massa falante, essa matéria comum toma, naturalmente, feições várias (SILVA NETO, 1950, p. 17).

Esse viés que configura a língua e a fala perpassa por todas as obras do arquivo de pesquisa delimitado, indicando que é uma posição constante na constituição dos estudos sobre a língua portuguesa da época. Desse modo, enfatizar a questão da fala enquanto língua em ação, tal como apresentam os recortes, é essencial, pois o interesse dos filólogos são justamente as modificações, a evolução da língua. Entendemos que, junto à identificação aos saberes da Linguística, sobretudo, pela concepção de língua, há a identificação aos saberes da Filologia, permitindo ao sujeito inscrever-se no discurso por meio dessas duas tomadas de posição. Tais posições conjugam-se, no interior da constituição discursiva, pelo efeito de articulação de saberes, que, ao linearizar saberes de domínios diferentes, produz um efeito de homogeneidade, com vistas a neutralizar a heterogeneidade do discurso. É, justamente, esse efeito de homogeneidade que buscamos desconstruir, tendo em vista o funcionamento da noção de discurso-transverso.

A formulação do RD4 e as possíveis aproximações parafrásticas podem ser visualizadas pelas seguintes relações interdiscursivas:



Por meio dessas relações, verificamos o desdobramento do recorte em análise e visualizamos como a formulação em questão está em relação a outras. No caso, compreendemos a forma como o RD4 relaciona-se com os já ditos inscritos na constituição do discurso pela paráfrase discursiva, a qual, por sua vez, permite a linearização do domínio de memória que ressoa e a produção de determinados sentidos. Trata-se, especificamente, de uma retomada pela reformulação, não havendo uma repetição direta do já dito.

Isso nos permite dizer que o discurso outro irrompe na discursividade via paráfrase discursiva, por meio da qual ressoa determinada memória discursiva e ecoam determinados sentidos. O modo como essa retomada articula-se e lineariza-se é o nosso interesse, uma vez que, ao lançar o olhar para a constituição do processo discursivo a partir da noção de discurso-transverso, explicitamos o funcionamento do atravessamento de saberes, que, como vem sendo apresentado, materializa-se via repetição ou via reformulação do já dito.

Por fim, analisamos o último recorte, o RD5b, do primeiro eixo de nossas considerações analíticas referente ao atravessamento da dicotomia língua/fala na horizontalidade discursiva. Tal recorte, como destacamos na seção 3.3, da **Parte III**, integra o artigo *Ferdinand de Saussure e seu tempo*, dedicado justamente para retomar o que está proposto no **Cours**, atravessando a obra em que se situa (**Língua, Cultura e Civilização**), sustentando-a pelo retorno do domínio de memória em questão.

Todo o artigo referendado trata, sobretudo, de duas dicotomias centrais do postulado saussuriano: língua/fala e sincronia/diacronia. Como estamos nos centrando no eixo da língua/fala, é esta a dicotomia priorizada em nosso gesto de interpretação. No RD5b, assim como nos recortes anteriores, comparece a citação de Saussure, destacando o seu lugar de filiação no que diz respeito à distinção entre língua e fala, que é no estudioso alemão Hermann Paul, ancorando-se na distinção entre *Sprach-Usus* (língua-fala) proposta por esse autor: “A famosa dicotomia *langue-parole* não é de criação original de Saussure. Já antes dele Hermann Paul distinguira entre *Sprach-Usus* [...] é exactamente o que ensina Saussure ao dizer que as modificações da *Langue* têm sua origem na *parole*” (1960, p. 28, sublinhados nossos).

No entanto, o que verificamos, de fato, no recorte, é a ênfase, embora haja essa ancoragem em Paul, nos avanços de Saussure se comparado aos estudiosos em que se baseia, ou seja, ressalta-se o diferencial de Saussure: “Contudo *vão muito mais longe as formulações de Saussure*, que procurou enquadrar a realidade lingüística a dentro das Ciências do Homem” (sublinhados nossos). Assim como já observamos no RD2b, no RD5b, retoma-se, mesmo que brevemente, o *‘air du temps’* que afeta a produção científica de Saussure, no final do século XIX, e as filiações históricas e de sentidos que perpassam sobre sua produção, como apresenta o fragmento a seguir, no qual comparecem alguns indícios sobre a determinação histórica constitutiva da produção de conhecimento de Ferdinand de Saussure:

“A nosso ver, é precisamente essa preocupação de acompanhar os progressos da Sociologia e da Psicologia o que distingue Ferdinand de Saussure de seus contemporâneos. No caso da oposição langue-parole, por exemplo, é visível a influência de dois dos mais categorizados representantes do espírito europeu nos fins do século XIX: Emílio Durkheim e Gabriel Tarde” (1960, p. 29).

Considerando as marcas linguísticas do recorte, constatamos que várias delas indicam um posicionamento frente ao domínio de memória retomado, seja para apontar para uma posição a favor seja para reiterar o diferencial de Saussure, ou ainda para mostrar uma posição contrária: “vão muito mais longe as formulações de Saussure”, “A nosso ver, é precisamente essa preocupação de acompanhar os progressos da Sociologia e da Psicologia”, “Ferdinand de Saussure insistiu em duas distinções fecundas”, “Saussure não andou bem ao dar a primazia à langue sobre a parole” (sublinhados nossos).

Pelas marcas linguísticas destacadas, entendemos que a primeira (‘muito mais longe’) reforça a importância de Saussure e de suas considerações. Quanto à segunda (‘A nosso ver’), podemos dizer que é explicitamente a marca de um posicionamento, uma vez que há a inclusão do sujeito pelo ‘nosso’, introduzindo, especialmente, um ponto de vista. Na perspectiva discursiva, ‘a nosso ver’ sugere uma tomada de posição-sujeito frente ao discurso em questão, posição estabelecida ao se retomar as condições sócio-históricas e ideológicas que afetam a prática científica de Saussure. Esse posicionamento marca, portanto, a importância das filiações históricas e de sentidos para a produção científica.

Outro posicionamento do sujeito do discurso pode ser explicitado pela quarta marca, ‘não andou bem’, que materializa outro ponto de vista acerca do já dito. As marcas linguísticas delimitadas tornam-se um meio interessante de refletirmos sobre a importância da citação no discurso científico, conforme explicita Orlandi (1997). Para a autora, é necessário levar em conta que “o dizer é sempre heterogêneo, que ele nasce em outros dizeres e aponta para outros e é nesse percurso, que vai entre o já-dito e o futuro discursivo, que o sentido pode (ou não) ganhar novas determinações, produzir deslocamentos” (ORLANDI, 1997, p. 150-151).

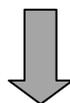
Nesse viés, Orlandi irá destacar o papel do comentário sobre aquilo que é retomado/citado, o qual não pode ser tratado como um simples comentário, e sim

como um gesto de interpretação, uma reflexão do sujeito sobre o já dito. Assim, as marcas 'a nosso ver' e 'não andou bem' podem ser consideradas enquanto marcas que apontam para um gesto de interpretação do sujeito do discurso. É relevante compreender os gestos de interpretação instaurados acerca de um discurso retomado, pois indicam, segundo Orlandi (1997), que se movimentar “no discurso científico é saber delimitar diferentes formulações, é saber demarcar-se de umas e outras para poder estabelecer sua posição, e, na discussão com outras vozes, estabelecer o âmbito da sua compreensão do fato que é objeto da reflexão” (p. 151).

Tendo isso em vista, consideramos que tais marcas linguísticas irrompem no fio do discurso devido ao fato de o sujeito estar vinculado a uma posição que se inscreve no domínio da Filologia. Compreendemos que há essa tomada de posição, visto que, por mais que haja a retomada dos saberes do domínio da Linguística, atravessando-os no fio do discurso, o que predomina na FD que baliza os estudos da língua portuguesa dos anos de 1950 são os saberes do domínio da Filologia, sendo, por isso, que se reivindica um lugar especial à fala, que é “o germe de todas as transformações futuras” (SILVA NETO, 1960, p. 32).

Considerando a relação com o postulado saussuriano, o presente recorte apresenta uma retomada do que se verifica no **Cours** a partir de um processo de citação, que visa a sustentar os conceitos de língua e fala pela mobilização da oração explicativa, a qual produz um efeito de encaixe no fio do discurso. Esse encaixe permite-nos explicitar que o já dito ressoa no discurso pelo funcionamento da paráfrase discursiva, bem como o fato de o discurso estar sustentado pelo atravessamento desse domínio de memória. Tal funcionamento pode ser explicitado ao relacionar o recorte em análise, que se situa em determinadas condições de produção e FD, com o **Cours**, que, por sua vez, situa-se em outras condições de produção e outra FD:

RD5b: “[...] De uma parte êle distingue a *langue* (língua), que é o conjunto e o sistema dos sinais arbitrário em uso em momento dado numa determinada sociedade e – de outra, a *parole* (fala), que é o ato particular e concreto de um indivíduo que usa a *langue*, seja para se fazer compreender, seja para compreender [...]” (grifos nossos).



CLG1: “[...] *située* [la langue] à la fois **dans la masse sociale et dans le temps**, personne ne peut rien y changer, et, d’autre part, **l’arbitraire des ses signes** entraîne théoriquement la liberté d’établir n’importe quel rapport entre la matière phonique et les idées” (SAUSSURE, 1967, p. 110, grifos nossos).

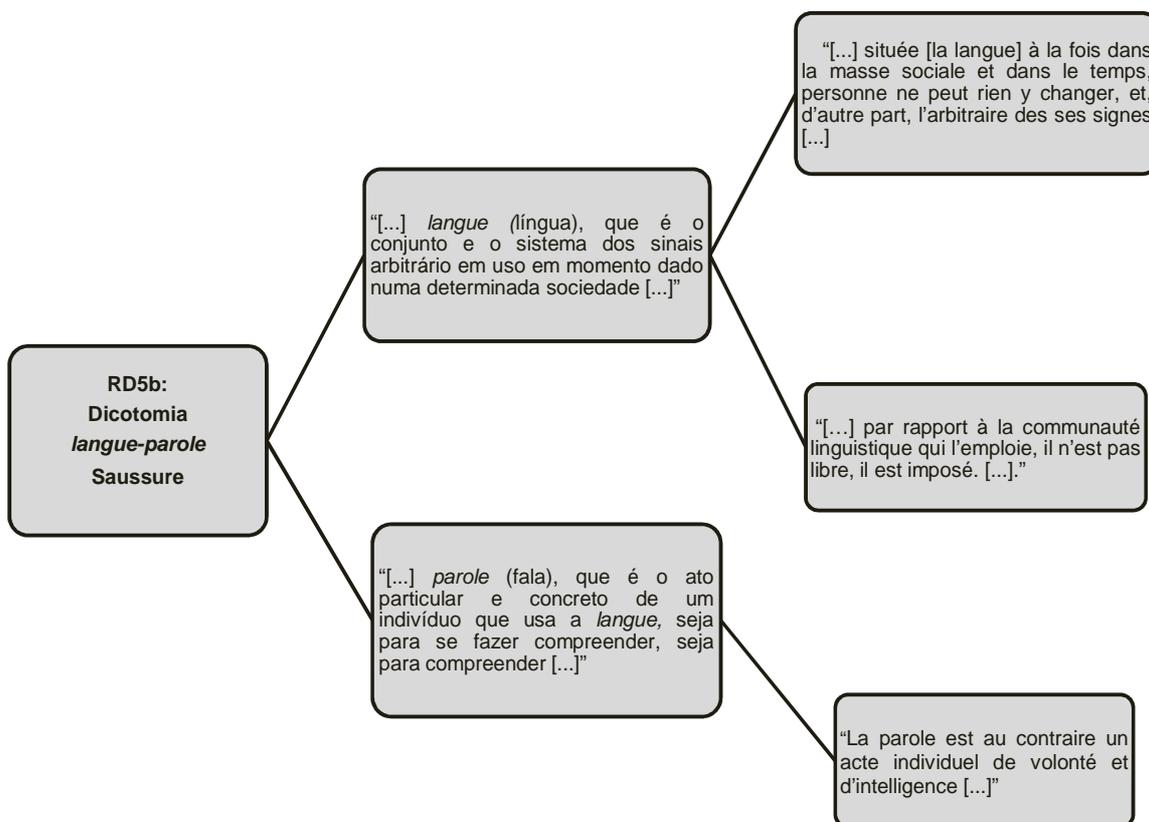
CLG2: “Si par rapport à l’idée qu’il représente, le signifiant apparaît comme librement choisi, en revanche, par rapport à **la communauté linguistique qui l’emploie**, il n’est pas libre, **il est imposé**. La masse sociale n’est point consultée, et le signifiant choisi par la langue, ne pourrait pas être remplacé par un autre” (SAUSSURE, 1967, p. 104, grifos nossos).

CLG3: “La **parole** est au contraire **un acte individuel de volonté et d’intelligence** [...]”(SAUSSURE, 1967, p. 30, grifos nossos).

Fizemos tal aproximação com o que está posto no **Cours**, para observar os ecos de sentidos no RD em análise, pois não há uma repetição da formulação, mas ressonâncias de significação vinculadas ao domínio de memória do postulado saussuriano, sendo este linearizado pelas orações explicativas, as quais sustentam os conceitos de língua e fala. Por meio desse funcionamento, instaura-se a articulação de outro discurso na presente formulação discursiva, incidindo sobre o termo anterior e permitindo compreender que o retorno de tal domínio de memória sustenta o que se entende por ‘língua’ e ‘fala’, apontando para um efeito de saturação, visto que determina, pela articulação de saberes já ditos, o termo precedente.

Desse modo, materializa-se no discurso um processo de sustentação fundamentado na relação entre duas conjunturas sócio-históricas e ideológicas. Tal relação só é possível devido ao fato de as condições de produção dos anos de 1950 permitirem ao postulado saussuriano ser introduzido junto aos estudos sobre a língua portuguesa.

O funcionamento parafrástico do recorte em análise pode ser visualizado pelas seguintes relações:



Propomos tais relações interdiscursivas com o mesmo objetivo que os demais, buscando mostrar que dada formulação remonta a outros discursos, que podem estar articulados no fio do discurso de modos diferentes, seja pela pura repetição do já dito seja pela reformulação. No caso, tal articulação ocorre via paráfrase discursiva, mas pela reformulação do já dito, que aponta para as ressonâncias de significação entre discursos situados em diferentes condições de produção e FD.

Para finalizar nossas considerações sobre o atravessamento da dicotomia língua vs. fala, via paráfrase discursiva, sobretudo, pelas ressonâncias interdiscursivas de significação, as quais permitem ao processo discursivo em análise estar sustentado ao domínio de memória da Linguística, enfatizamos a seguinte citação que destaca a importância de Saussure e do **Cours**:

Mas, seja como for, aí está o *Cours de Linguistique Générale*, fonte inesgotável de inspiração para novas idéias e novas teorias. Profundamente estudado e meditado nos centros universitários, mal compreendido às vezes, outras adequadamente interpretado, o grande livro de Ferdinand de Saussure constitui o ponto de partida da Linguística moderna (SILVA NETO, 1960, p. 36, grifos do autor).

Cabe ainda ressaltar, se considerarmos a posição que predomina na FD em questão, que o exposto torna-se relevante na medida em que o sujeito do discurso está inscrito, devido à determinação da ideologia dominante, especialmente na posição filólogo; todavia, este se filia e se inscreve nos saberes da Linguística. Ou seja, o discurso em análise está também ancorado e sustentado nos saberes de outro domínio, os quais se atravessam no fio do discurso permitindo ao sujeito constituir-se a partir desse outro lugar. Desta forma, tanto o processo discursivo em análise como o sujeito se constituem por um efeito contraditório, o qual se instaura pela horizontalização do domínio da Linguística na formulação do discurso analisado.

Entendemos que há uma determinação histórica constitutiva do processo discursivo, especialmente, fazendo referência às condições de produção que envolvem o período em que se desenvolve a ciência Linguística, apontando para o efeito de sustentação e para a inscrição do sujeito nesse domínio de memória. Para nós, ao se ancorar nos pressupostos dos estudos da linguagem do século XIX, fazendo ressoar as ideias que estavam em circulação e que nortearam as condições de produção do **Cours de linguistique générale**, é, portanto, (de)marcar o processo discursivo nessa determinação histórica, relacionando-o a outras condições, a fim de não repetir o já dito, mas de retomá-lo com vistas a uma reconfiguração dos estudos filológicos que vinham sendo realizados até a primeira metade do século XX.

4.2 O processo de constituição do sujeito e dos sentidos e sua relação com a dicotomia Sincronia vs. Diacronia

Deste momento em diante, nosso olhar se lança sobre os RDs referentes ao segundo eixo delimitado, que diz respeito à dicotomia sincronia vs. diacronia, que toca, de modo especial, os estudos filológicos da época, calcando-se, sobretudo, num viés histórico, tal como observamos nas obras pertencentes ao arquivo de nossa pesquisa. A importância dessa dicotomia está no fato de tanto o ponto de vista sincrônico quanto o ponto de vista diacrônico serem essenciais para a compreensão do fenômeno linguístico. Nas obras em análise, prevalece a conjugação dos dois pontos de vista e não o predomínio de um sobre o outro, uma vez que se parte do pressuposto de que a “língua é uma sucessão de fases, de continuidades: cada fase é resultante das anteriores” (SILVA NETO, 1950, p. 218).

A partir dessa visão acerca da língua, o que se verifica, na prática científica de Serafim da Silva Neto, é uma concepção de Filologia que “abrange, além da perspectiva histórica da língua, até os assuntos puramente sincrônicos, isto é, descrições de estudos de língua” (SILVA NETO, 1956, p. 16). Como bem destaca Coelho (1998), os filólogos, até a primeira metade do século XX, entendiam que cabia à Filologia o estudo do tratamento total da(s) língua(s), no entanto, partindo de uma abordagem histórica do objeto língua. Diante disso, observamos que há um diferencial no modo como a dicotomia sincronia vs. diacronia é considerada nas obras em estudo, o que nos instiga a projetar gestos de interpretação sobre a materialidade discursiva concernente a essa problemática.

Como sabemos, os anos de 1950 são marcados por movimentos nos estudos sobre a linguagem, visto que se trata de um momento de “entrecruzamento e transição entre a filologia e a lingüística, isto é, entre uma perspectiva histórico-evolucionista e uma perspectiva que se volta para a sincronia e a língua falada” (NUNES, 2010, p. 52). Tendo isso em vista, Nunes destaca que, quando se pensa na relação entre esses dois domínios, deve-se levar em conta, portanto, a relação entre estrutura e história-evolução.

Considerando o domínio da Linguística e da Filologia, bem como o ponto de vista de onde partem os estudos em torno da língua que cada campo disciplinar realiza, a saber: a sincronia, que visa à estrutura, e a diacronia, que, por sua vez, visa à história e evolução, iremos, na sequência, analisar os RDs que apontam para tais perspectivas, observando a forma de articulação entre os dois domínios de saberes. Ou seja, selecionamos RDs vinculados à dicotomia sincronia vs. diacronia, para compreender como essas perspectivas, ao estarem articuladas, concebem esses dois vieses possíveis de se estudar a língua.

Para tanto, analisamos os RDs do quadro seguinte, conforme o nosso interesse de análise e destacando (negritando), sobretudo, o que se refere à sincronia e à diacronia. Tais recortes foram selecionados devido à constante referência a esses conceitos que passaram a estar em evidência a partir dos estudos de Saussure:

RD2a:

“A Linguística é uma ciência de princípios gerais, aplicáveis a quaisquer línguas. Nessa conformidade, não julgamos aconselhável falar, por exemplo, em Linguística francesa, ou inglesa, com o fito de referirmos estudos acerca dessas línguas. A Linguística parece-nos sempre geral.

A Filologia, sim, encerra todos os estudos possíveis acerca de uma língua ou grupo de línguas: Filologia Portuguesa, Filologia Indo-Europeia...

Dizemos todos os estudos possíveis, porque, como se sabe, a Filologia, na Antiguidade, era o estudo dos textos; hoje, porém, **com o desenvolvimento científico, ela abrange até os assuntos puramente sincrônicos, isto é, descrições de estados da língua.**

Cumprimo-nos, ainda, deixar claro que, **para a resolução dos problemas filológicos, é necessária e, até, indispensável a base geral linguística.** Ela é o fio conductor, a luz que nos orienta, e guia através da selva, por vezes bem emaranhada, dos factos de uma língua. Enfrentá-los sem tal preparação, será fracassar fatal e desastrosamente.

Por sua vez, **porém, o linguista tem de conhecer a história de várias línguas, para poder alcançar os princípios gerais.** É com orgulho que os romanistas, por exemplo, salientam a contribuição, que nestes últimos cinquenta anos, a sua ciência tem prestado à Linguística Geral.

Nas actividades filológicas, há Marta e há Maria.

Há a actividade fremente e ansiosa dos estudos de campo, daqueles que exigem longas peregrinações e estroto contacto com a vida. São os modernos estudos dialectológicos (SILVA NETO, 1952, p. IX-X).

[...]

No século XIX, como é sabido, houve exagerada preponderância dos estudos históricos, a qual chegou a ficar corporificada na célebre frase de Hermann Paul: “não há outro estudo científico da língua senão o histórico”.

[...]

Graças, porém, à **reação de um Saussure, um Gillieron, um Schuchardt, entraram em voga os estudos sincrônicos, isto é, sem preocupação histórica, minuciosas e rigorosas descrições dos estados da língua**”.

[...]

Pensamos, todavia, que são igualmente perniciosos os extremos. Não deve haver predomínio de Marta, nem de Maria.

Pelo contrário, **o ideal parece-nos ser o harmonioso entrosamento das duas tendências.** Nas Faculdades de Letras os Professores irão orientando os alunos, tendo em vista as preferências de cada um.

A Gastão Paris, que era, como se sabe, medievalista, não escaparam os pendores de Gillieron para o estudo dos falares modernos. Foi ele quem orientou, guiou e estimulou o genial criador da Geografia Linguística.

Aliás, é preciso lembrar que **não é absoluta e impermeável a distinção entre sincronia e diacronia. Cada estado de língua é continuação de um anterior e, por sua vez, encerra os germens que o tornarão um novo estado linguístico.**

As sincronias, portanto, são elos da diacronia e só o seu conjunto nos dará o claro panorama da evolução de uma língua” (SILVA NETO, 1952, p. XI-XII).

RD3:

“[...] O estudo de uma determinada fase da língua, tal como se faz na gramática expositiva, por exemplo, pode comparar-se a uma fotografia. Mas, **a par dessa observação sincrônica, podemos encarar globalmente o conjunto das fases de uma língua, traçando-lhe a história, desde a origem até a fase atual. Trata-se, neste caso, de estabelecer uma série de cadeias, ou de sincronias, tarefa que lembra o desenrolar de um filme.**

Esse estudo diacrônico é indispensável ao conhecimento da língua. Ele ensina-nos de tudo: tocado pela sua varinha mágica, cada vocábulo nos conta a própria história, cada forma repassa por tôdas as metamorfoses – e, aos poucos, surgem na sua constância e regularidade as normas que presidiram à evolução do latim [...]” (SILVA NETO, 1956, p. 63, itálicos do autor).

[em nota de rodapé:]

“Essa diferença entre sincronia e diacronia foi estabelecida pelo linguista genebrino FERDINAND DE SAUSSURE [...]” (SILVA NETO, 1956, p. 63, grifos do autor).

RD4b:

“Além disso, é fôrça confessar que **a *diacronia* é uma soma de *sincronias***. Ora, **com o estudo das fases da língua, verificou-se que muitas das formas hipotéticas jamais tinham existido**, porque as palavras românicas apareceram tarde, são novas formações [...]” (SILVA NETO, 1957, p. 123, itálicos do autor).

RD5a:

“A espinha dorsal das doutrinas lingüísticas de Ferdinand de Saussure está em duas oposições fundamentais. A primeira diz respeito à dicotomia entre *lingüística sincrônica* e *lingüística diacrônica* [...]” (SILVA NETO, 1960, p. 25, itálicos do autor).

“[...] Contudo, a Saussure devemos não só o aprofundamento da posição teórica como a aplicação lingüística [...]” (SILVA NETO, 1960, p. 26, grifos do autor).

“[...] É preciso levar em conta, porém, que **tanto a *sincronia* como a *diacronia* são, no pensamento de Saussure, pontos de vista em que se pode colocar o investigador [...]**.

“[...] Provocou, sempre, acesas polêmicas e vivos debates o meio primado que Saussure concede à *sincronia*, em face da *diacronia*. Contudo, ainda aqui é preciso meditar profundamente sôbre os exactos conceitos do Mestre. Se concede primado ao estudo sincrônico é porque êle constitui precisamente um elo da cadeia *diacrônica*. O primado não pertence a um *estado de língua* como tal (o que seria mutilar o processo histórico) mas ao **fragmento indispensável à elaboração da história da lingüística**” (SILVA NETO, 1960, p. 27-28, itálicos do autor).

Quadro 2: Relação com a dicotomia Sincronia vs. Diacronia

Com vistas a analisar os recortes discursivos do segundo eixo, procedemos da mesma maneira como fizemos nos recortes referentes à dicotomia língua vs. fala, enfatizando a base linguística que nos dará o aporte para a compreensão do processo discursivo em análise. De modo geral, ao observarmos os recortes, podemos dizer que há uma consonância entre eles por apresentarem um escopo em comum: a relação entre a sincronia e a diacronia, ou seja, a relação entre o ponto de vista priorizado pelo domínio da Linguística e o ponto de vista priorizado pela Filologia, ao contrário do que muitos estudiosos e estudos, sobretudo até os anos de 1950, no Brasil, consideravam.

A fim de explicitar como tais conceitos apresentam-se e/ou conjugam-se na formulação discursiva, iniciamos nossas considerações analíticas enfatizando o RD2a, o qual integra a *Explicação*, isto é, o prefácio, o qual é assinado pelo próprio autor da obra em questão. Inicialmente, tem-se o destaque para o fato de que será realizado um estudo sobre alguns problemas fundamentais da Filologia Portuguesa, mas, antes de fazê-lo, destacam-se ‘duas palavras’ sobre os conceitos de Filologia e Linguística, palavras que compõem o presente recorte, definindo cada perspectiva e ressaltando a importância de relacioná-las para o desenvolvimento de estudos mais fecundos. Além disso, a discussão que permeia o recorte aponta para importantes questões históricas acerca dos estudos desenvolvidos a partir do início do século XX.

Com relação ao que está exposto no recorte, observamos a delimitação de cada domínio de estudo: o da Linguística (“A Linguística é uma ciência de princípios gerais, aplicáveis a quaisquer línguas”) e o da Filologia (“A Filologia, sim, encerra todos os estudos possíveis acerca de uma língua ou grupo de línguas [...]). Ao atentarmos a essas delimitações, visualizamos que comparecem marcas linguísticas distintas que caracterizam cada domínio. Quando se trata da Linguística, esta é definida enquanto “ciência”, pautando-se em “princípios gerais”, pois interessa a esse domínio compreender, em especial, as leis gerais que regem determinado estado de diferentes línguas, não se preocupando em traçar a evolução das mesmas. Já quando se retoma o domínio da Filologia, o mesmo não possui a mesma predicação (‘ciência’) que o domínio da Linguística, o que se tem é o destaque do que interessa à Filologia (‘todos os estudos possíveis acerca de uma língua ou grupo de línguas’).

Tais delimitações do que cabe a ambos os domínios não nos permitem apenas observar que diz respeito a abordagens distintas, mas também compreender que, ao se reportar ao domínio da Linguística, irrompe uma determinada memória que ressoa na formulação do discurso. Esta memória irrompe na medida em que a consideração: a ‘Linguística é uma ciência’, vem carregada de sentidos que se voltam a sua sistematização no início do século XX.

Após estabelecer o que cabe a cada domínio, visa-se a uma possível articulação entre eles: “com o desenvolvimento científico, ela [Filologia] abrange até os assuntos puramente sincrónicos, isto é, descrições de estados da língua” (grifos nossos). Entendemos que se refere a uma articulação, uma vez que se determina que é a partir do ‘desenvolvimento científico’, e, como pontuamos acima, a cientificidade é atribuída à Linguística, que a Filologia pode abranger ‘assuntos sincrónicos’, abordagem pela qual a Linguística realiza seus estudos. Ou seja, no recorte em análise, coloca-se o ponto de vista sincrónico também como interesse da Filologia, o qual está sustentado no domínio de memória da Linguística, pois seu interesse recai sobre as “descrições de estados da língua”. Tal sustentação é introduzida no fio do discurso pelo funcionamento da glosa (‘isto é’), que remete a uma reformulação com vistas a sustentar a asserção anterior.

Assim, podemos dizer que, na parte inicial do recorte, ressoa um já dito, pertencente ao campo da Linguística, fazendo ecoar determinada conjuntura sócio-histórica e ideológica e colocando em questão a contradição entre os conceitos de sincronia e diacronia, e, por conseguinte, entre a Filologia e a Linguística, domínios que passam a estar articulados na materialidade em questão. Essa articulação permite-nos considerar que o sujeito do discurso inscreve-se nesse domínio de memória ativado por permitir um efeito de sustentação à formulação do discurso. O que destacamos faz parte do seguinte fragmento do RD2a:

RD2a: “[...] **A Linguística é uma ciência de princípios gerais, aplicáveis a quaisquer línguas.** Nessa conformidade, não julgamos aconselhável falar, por exemplo, em Linguística francesa, ou inglesa, com o fito de referirmos estudos acerca dessas línguas. **A Linguística parece-nos sempre geral.** **A Filologia, sim, encerra todos os estudos possíveis acerca de uma língua ou grupo de línguas:** Filologia Portuguesa, Filologia Indo-Europeia...
[...] **com o desenvolvimento científico, ela [Filologia] abrange até os assuntos puramente sincrónicos, isto é, descrições de estados da língua [...]**” (SILVA NETO, 1952, p. IX-X, grifos nossos).

A visão acerca dos estudos filológicos que o recorte apresenta é decorrente de se considerar a Filologia como um domínio capaz de dar conta de todos os estudos em torno da(s) língua(s), e, para tanto, era preciso considerar a contribuição da Linguística, pois

para a resolução dos problemas filológicos, é necessária e, até, indispensável a base geral linguística. Ela é o fio conductor, a luz que nos orienta, e guia através da selva, por vezes bem emaranhada, dos factos de uma língua. Enfrentá-los sem tal preparação, será fracassar fatal e desastrosamente (SILVA NETO, 1952, p. X).

Assim como a Filologia deve apoiar-se na Linguística para uma compreensão dos fatos da(s) língua(s), na obra em que o recorte situa-se, observamos que essa relação não é unilateral, visto que a relação inversa também deve ser considerada. Isto é, o modo como se compreende os estudos da Linguística é igualmente vinculado à Filologia, levando em conta que “o linguista tem de conhecer a história de várias línguas, para poder alcançar os princípios gerais. É com orgulho que os romanistas, por exemplo, salientam a contribuição, que nestes últimos cinquenta anos, a sua ciência tem prestado à Linguística Geral” (ibid.).

Além disso, o RD2a faz referência aos “modernos estudos dialectológicos”, os quais se intensificaram nos anos de 1950, tendo como importante representante o próprio Serafim da Silva Neto. A referência aos estudos dialetológicos torna-se relevante na medida em que os mesmos vinculam-se a um ponto de vista sincrônico, filiando-se aos estudos da Geografia Linguística, tal como propôs Jules Gillieron. No entanto, esse domínio, no Brasil, esteve ligado, nos anos de 1940 e 1950, sobretudo, à Filologia, pelo fato desta se preocupar com

determinada fase da língua ou com o conjunto de todas as suas fases — ‘traçando-lhe a história, desde o início até a fase atual’, ou seja, tanto com a sincronia quanto com a diacronia — não haveria sentido em um conflito: a Dialectologia e, principalmente, a sua tendência metodológica denominada Geografia Linguística, encaixavam-se com perfeição no que era previsto como estudo legitimamente filológico (COELHO, 1998, p. 119).

O recorte é bastante significativo, pois, além de destacar a diferenciação entre a Filologia e a Linguística, que se refere, em especial, ao objeto e à orientação,

destaca-se a importância que um exerce sobre o outro. Como bem ressalta Coelho (1998, p. 25), à época, ser filólogo “não significava estar restrito ao trabalho tradicional de tratamento dos textos antigos, nem, muito menos, aos pressupostos dos estudos sobre a linguagem do século XIX”.

A oposição com relação aos estudos do século XIX decorre do fato de predominarem, primeiramente, as pesquisas históricas comparadas, tendo como principais representantes Bopp e Schleicher. Tais estudos adotavam um ponto de vista organicista da linguagem, considerando-a segundo suas próprias leis internas de evolução. Após, com os neogramáticos, tendo como importante representante Hermann Paul⁸⁵, esse ponto de vista biológico em torno da língua é refutado em favor de um ponto de vista positivista, a partir do qual se buscava comparar as línguas entre si e com vistas à evolução. Logo, o objetivo não estava mais em determinar uma origem da língua, mas sim em descrever os estados das línguas para compreender o passado, a história das mesmas.

Tal visão metodológica dos neogramáticos, considerando que a descrição das línguas necessita de uma fase estática para uma melhor compreensão do seu passado, constitui, segundo Chiss & Puech (1997, p. 38), uma ruptura com o ponto de vista pancrônico (ponto de vista que é refutado por Saussure) dos estudos organicistas. Diante disso, passa-se a entender as mudanças linguísticas vinculadas à língua falada e não mais aos textos escritos como fazia a filologia comparativa, ou seja, as mudanças resultam dos indivíduos que fazem uso da língua. É devido à predominância da questão histórica, seja para destacar uma língua mãe, seja para destacar a evolução das línguas, que Serafim da Silva Neto ressalta que, no século XIX, “houve exagerada preponderância dos estudos históricos, a qual chegou a ficar corporificada na célebre frase de Hermann Paul: ‘não há outro estudo científico da língua senão o histórico’” (SILVA NETO, 1952, p. XI).

Na sequência do recorte, observamos a citação de três autores importantes no que tange aos estudos sobre a linguagem: Saussure, Gillieron e Schuchardt. Retomam-se esses estudiosos pelo fato deles terem proposto abordagens distintas para o estudo da língua:

⁸⁵ Como sabemos, Saussure possui uma forte influência de Hermann Paul para o estabelecimento da dicotomia Língua vs. Fala.

RD2a: “[...] Graças, porém, à reação de um Saussure, um Gillieron, um Schuchardt, entraram em voga os estudos sincrônicos, isto é, sem preocupação histórica, minuciosas e rigorosas descrições dos estados da língua [...]” (SILVA NETO, 1952, p. XI, grifos nossos).

O primeiro, como sabemos, sistematizou os estudos da linguagem de modo a configurar o caráter científico da Linguística. Dentre as sistematizações, Saussure prioriza o conceito de sincronia, estabelecendo uma nova abordagem pela qual a língua deveria ser estudada, rompendo com a tradição historicista que orientava os estudos realizados na época. O segundo, Gillieron, filiado aos estudos de Gaston Paris, propôs um método inovador, à época, por trazer um viés diferenciado para os estudos da língua, interessando-se pela língua viva por meio de dados provenientes de pesquisas de campo, ao contrário dos comparatistas, que realizavam seus estudos com base na língua escrita. É esse estudioso que introduziu o método da Geografia Linguística (cf. Ilari, 1997). O terceiro, o alemão H. Schuchardt, pode ser citado como o grande nome da Alemanha, romanista e linguista geral, decifrador incansável dos domínios novos e inventor de ideias gerais. Schuchardt, professor de uma Universidade distante de Autriche (Áustria), à Graz, devido ao seu isolamento, exerceu uma forte influência, sobretudo, fora da Alemanha (MEILLET, 1951). Do mesmo modo que os outros, adotou uma postura diferenciada nos estudos realizados, opondo-se à comparação das leis fonéticas com leis naturais. Atribui-se a esse estudioso a instauração do conceito de dialeto, que ainda hoje é utilizado pela Linguística moderna⁸⁶.

Observando o fragmento do recorte destacado anteriormente, comparece, para introduzir uma nova asserção, novamente, a glosa ('isto é'), cujo funcionamento reforça o que se entende por estudos sincrônicos, fazendo intervir, na horizontalidade do discurso, saberes postos em outra instância, pertencentes a outra conjuntura. Consideramos isso, visto que ressoam os dizeres e sentidos vinculados a esses estudiosos retomados e que são importantes para a consolidação da

⁸⁶ In: *Breve histórico da Geografia Lingüística*, de Alfredo Maceira Rodríguez. Disponível em: <<http://www.filologia.org.br/revista/artigo/4%2810%2942-53.html>>. Acesso em: ago. 2012.

perspectiva sincrônica nos estudos da linguagem (‘sem preocupação histórica, minuciosas e rigorosas descrições dos estados da língua’).

Ainda, atentamos à marca linguística introdutória do fragmento acima, antecedendo a citação dos estudiosos já mencionados: ‘graças’. Esta nos sugere uma concordância com a ‘reação’ que se tem com a proposta instaurada pelos estudiosos em questão. Podemos dizer que há uma tomada de posição frente à abordagem sincrônica, mais precisamente, uma posição de identificação do sujeito, uma vez que o mesmo está determinado por essa FD, reduplicando, nos termos de Indursky (2008), os saberes da Linguística junto aos saberes da Filologia.

Se nos reportarmos ao postulado saussuriano, observamos a preocupação em precisar o que cabe ao ponto de vista sincrônico e ao diacrônico. Ou seja, propõe-se uma separação entre essas abordagens, tal como visualizamos no trecho abaixo, do **Cours**, que permite aproximar, pelas ressonâncias de significação, o recorte em análise ao discurso saussuriano:

CLG: “[...] Les termes d'*évolution* et de *linguistique évolutive* sont plus précis, et nous les emploierons souvent; par opposition on peut parler de la **science des états de langue ou linguistique statique**.

Mais pour mieux marquer cette opposition et ce croisement de **deux ordres de phénomènes relatifs au mêmes objet**, nous préférons parler de **linguistique synchronique** et de **linguistique diachronique**. Est **synchronique tout ce qui se rapporte à l'aspect statique de notre science, diachronique tout ce qui a trait aux évolutions**. De même **synchronie et diachronie** désigneront respectivement **un état de langue et une phase d'évolution**”.

(SAUSSURE, 1967, p. 117, negritos nossos).

No restante do recorte, há o comparecimento de um olhar que não visa a pontuar a distinção entre a sincronia e a diacronia, mas, sim, ressaltar o fato de que, por mais que tal distinção ‘não é absoluta e impermeável’, ambas as abordagens podem estar articuladas, visto que ‘cada estado de língua é continuação de um anterior’, e o ‘conjunto’ de tais estados possibilitam o modo de ‘evolução de uma língua’:

RD2a: “[...] Aliás, é preciso lembrar **que não é absoluta e impermeável a distinção entre sincronia e diacronia. Cada estado de língua é continuação de um anterior e, por sua vez, encerra os germes que o tornarão um novo estado linguístico.**

As sincronias, portanto, são elos da diacronia e só o seu conjunto nos dará o claro panorama da evolução de uma língua [...]” (SILVA NETO, 1952, p. XI-XII, grifos nossos).

Nessa parte final do recorte, temos a articulação desses pontos de vista, não privilegiando um em detrimento de outro. A respeito disso, referendamos a seguinte consideração de Serafim da Silva Neto: “Em nossa época é tempo de sobrepujarmos esta querela entre os adeptos da *sincronia* e os ferrenhos defensores da *diacronia*” (1952, p. 356, grifos do autor). A afirmação é significativa por permitir explicitar a determinação histórica que ressoa na discursividade, bem como os embates existentes entre os estudiosos vinculados à perspectiva sincrônica e os vinculados à perspectiva diacrônica. Também, pelo modo como estão denominados os estudiosos de cada perspectiva, compreendemos a abordagem que prevalece na conjuntura dos anos de 1940 e 1950, uma vez que são os ‘adeptos da sincronia’ e os ‘ferrenhos defensores da diacronia’. Pelas marcas linguísticas, entendemos que, à época, os filólogos, que se dedicavam aos estudos diacrônicos, adotavam uma postura de aversão, por assim dizer, à abordagem sincrônica, não a considerando em seus estudos.

Podemos dizer que não há uma identificação plena à determinação dos saberes que predominam (os filológicos) na FD dos estudos da língua portuguesa dos anos de 1950. O que se tem é uma articulação de saberes: ‘As sincronias, portanto, são elos da diacronia’, encadeando, na formulação do discurso, ambos os conceitos, cujo ideal, para Serafim da Silva Neto, era “o harmonioso entrosamento das duas tendências. Nas Faculdades de Letras os Professores irão orientando os alunos, tendo em vista as preferências de cada um” (ibid., p. XI-XII).

Por meio desse recorte, observamos a importância da Linguística para os estudos filológicos; no entanto, tal relação não é unânime nos anos de 1950, pois havia uma forte resistência dos filólogos frente ao domínio da Linguística. Considerando a produção científica de Serafim da Silva Neto, a articulação desses domínios de saber trata-se de algo bastante particular, não havendo uma

preocupação em priorizar o viés sincrônico em detrimento do diacrônico, mas uma preocupação com o estudo da(s) língua(s) por meio de ambos os vieses. Isto é, como bem destaca Silva Neto (1952, p. XI), quando tomamos como objeto a língua, ‘não deve haver predomínio de Marta, nem de Maria’.

A mesma relação pode ser entendida no RD3, recorte que aponta para o fato de que, para se compreender a história da língua portuguesa, devem-se estudar as fases da língua, comparando cada uma delas com uma fotografia, já que se trata de certo estado estático da língua: “O estudo de uma determinada fase da língua, tal como se faz na gramática expositiva, por exemplo, pode comparar-se a uma fotografia”. É interessante nos determos nessa comparação, visto que esta relação está explicitada no **Cours**, como observamos na passagem seguinte: “En effet, pour pouvoir fixer l’histoire d’une langue dans tous ses détails en suivant le cours du temps, il faudrait posséder une infinité de photographies de la langue, prises de moment en moment” (SAUSSURE, 1967, p. 291-292, sublinhados nossos).

Ainda, há outra comparação no recorte em análise, aproximando a relação entre sincronia e diacronia com o ‘desenrolar de um filme’. Tais comparações nos apontam para duas questões: a primeira, vinculada à fotografia, indica-nos o momento estático da língua, ou seja, sincrônico; a segunda, vinculada ao filme, coloca em jogo o movimento, a passagem de um momento para o outro, de uma sincronia para outra. No entanto, ambas as relações permitem-nos dizer que não está em jogo uma simples relação entre as duas abordagens, ambas são dependentes uma da outra para uma melhor compreensão da língua.

Aproximamos, ainda, a relação entre sincronia e diacronia presente no recorte à comparação que se verifica no **Cours**, na qual também se destaca a interdependência de tais pontos de vista, embora tomados como autônomos pelo domínio de saber da Linguística:

RD3: “[...] O estudo de uma determinada fase da língua, tal como se faz na gramática expositiva, por exemplo, pode comparar-se a uma fotografia. Mas, **a par dessa observação sincrônica, podemos encarar globalmente o conjunto das fases de uma língua, traçando-lhe a história, desde a origem até a fase atual. Trata-se, neste caso, de estabelecer uma série de cadeias, ou de sincronias, tarefa que lembra o desenrolar de um filme [...]**”.(SILVA NETO, 1956, p. 63, grifos nossos).



CLG: “[...] Pour montrer à la fois l'autonomie et l'interdépendance du synchronique et du diachronique, on peut **comparer le premier à la projection d'un corps sur un plan**. En effet **toute projection dépend directement du corps projeté**, et pourtant elle en diffère, c'est une chose à part. Sans cela il n'y aurait pas toute une science des projections; il suffirait de considérer les corps eux-mêmes. **En linguistique, même relation entre la réalité historique et un état de langue, qui en est comme la projection à un moment donné**. Ce n'est pas en étudiant les corps, c'est-à-dire les événements diachroniques qu'on connaît les états synchroniques, pas plus qu'on n'a une notion des projections géométriques pour avoir étudié, même de très près, les diverses espèces de corps [...]” (SAUSSURE, 1967, p. 124-125, grifos nossos).

Tal aproximação é possível porque a oposição entre a diacronia e a sincronia foi explicitada por Saussure, como está reiterado na nota de rodapé do recorte: “Essa diferença entre sincronia e diacronia foi estabelecida pelo lingüista genebrino FERDINAND DE SAUSSURE [...]” (sublinhados nossos). As considerações do postulado saussuriano não apontam para uma repetição do já dito, uma vez que o dito faz ressoar já ditos inscritos na verticalidade discursiva, os quais passam a intervir na horizontalidade do discurso por uma reformulação do domínio de memória que é retomado.

Consideramos, por meio do recorte, que a compreensão de determinado estado da língua é decorrente dos estados anteriores, isto é, estuda-se determinada fase da língua, porém a mesma vincula-se a fases precedentes, que fazem parte da história de dada língua. É interessante observar, no RD3, que, mesmo conferindo certa importância ao viés sincrônico, na sequência do recorte, enfatiza-se a importância do viés diacrônico:

RD3: “[...] Esse **estudo diacrônico é indispensável ao conhecimento da língua**. Ele ensina-nos de tudo: tocado pela sua varinha mágica, cada vocábulo nos conta a própria história, cada forma repassa por tôdas as metamorfoses – e, aos poucos, surgem na sua constância e regularidade as normas que presidiram à evolução do latim [...]” (SILVA NETO, 1956, p. 63, grifos nossos).

Se levarmos em conta a perspectiva predominante dos estudos sobre a língua portuguesa, a ênfase de que o estudo diacrônico é ‘indispensável’ e de que, por meio dele, pode-se compreender tudo, reforça o pressuposto de serem os saberes filológicos que determinam a tomada de posição do sujeito, posição essa que deve, na materialidade em análise, estar articulada aos saberes da Linguística. Trata-se, portanto, de uma posição contraditória do sujeito e podemos relacioná-la à seguinte afirmação de Serafim da Silva Neto: “O bom método filológico é tudo. Só abroquelados na moderna ciência lingüística é que os estudiosos podem marchar em terra firme e fecunda” (1956, p. 210, sublinhados nossos).

A partir do RD3 e dessa aparente contradição do sujeito do discurso, entendemos que há uma forte determinação histórica na constituição discursiva, a qual remonta, justamente, ao conflito, no final do século XIX, entre a perspectiva diacrônica e a perspectiva sincrônica. O que queremos ressaltar é o fato de a materialidade em questão estar constituída por esse horizonte de retrospectção, e, por essa problemática que considerava um ponto de vista em detrimento de outro, e, ao mesmo tempo, a necessidade da articulação de ambos os métodos.

No recorte seguinte, RD4b, é reiterada a importância de se trazer, para o interior dos estudos diacrônicos, o viés sincrônico, além de destacar as contribuições deste para os estudos em torno da história e evolução da língua:

RD4b: “[...] Além disso, é fôrça confessar que **a diacronia é uma soma de sincronias**. Ora, **com o estudo das fases da língua, verificou-se que muitas das formas hipotéticas jamais tinham existido**, porque as palavras românicas apareceram tarde, são novas formações [...]” (SILVA NETO, 1957, p. 123, itálicos do autor).

Esse recorte indica uma argumentação a favor da perspectiva sincrônica, visto que, na primeira asserção, há uma definição: ‘a diacronia é uma soma de sincronias’, e, na segunda, há a justificativa de se definir a diacronia de tal modo: ‘com o estudo das fases da língua, verificou-se que muitas das formas hipotéticas jamais tinham existido’. Entendemos, desse modo, que a segunda asserção sustenta a primeira na medida em que se destaca a importância de conjugar tais perspectivas, não se tratando de uma conjugação desprovida de fundamentação.

Se considerarmos a preocupação existente na época com relação aos estudos dialetológicos, bem como a presença das questões dialetais nas obras que pertencem ao arquivo de nosso estudo, podemos dizer que a articulação entre o ponto de vista diacrônico e o sincrônico vincula-se a tais pesquisas, porque, para se compreender determinado estado da língua de dado grupo social situado num território específico, fazem-se necessários os dois olhares, tanto o sincrônico como o diacrônico. O olhar sincrônico permite compreender o estado atual da língua, que, por sua vez, é decorrente dos anteriores, ou seja, fruto de uma evolução/história da língua; já o olhar diacrônico constitui-se a partir do conjunto dos estados da língua, os quais possibilitam, portanto, analisar e compreender a evolução da mesma.

Por fim, enfatizamos o RD5a, que faz parte do artigo *Ferdinand de Saussure e o seu tempo*, da obra **Língua, Cultura e Civilização**. Tal recorte aponta para a relevância da dicotomia sincronia e diacronia proposta no postulado saussuriano, considerando-a como pertencente à ‘espinha dorsal das doutrinas linguísticas de Ferdinand de Saussure’:

RD5a: “[...] A espinha dorsal das doutrinas lingüísticas de Ferdinand de Saussure está em duas oposições fundamentais. A primeira diz respeito à dicotomia entre *lingüística sincrônica* e *lingüística diacrônica* [...] (SILVA NETO, 1960, p. 25, itálicos do autor).

[...] Contudo, a Saussure devemos não só o aprofundamento da posição teórica como a aplicação lingüística. [...] (SILVA NETO, 1960, p. 26).

[...] É preciso levar em conta, porém, que **tanto a sincronia como a diacronia são, no pensamento de Saussure, pontos de vista em que se pode colocar o investigador [...]**” (SILVA NETO, 1960, p. 27-28, itálicos do autor).

Chiss & Puech (1997) destacam que, no **Cours**, essa dicotomia é fundamental, pois o estabelecimento do objeto da ciência Linguística é perpassado pela oposição entre a diacronia e a sincronia, priorizando o viés metodológico e, principalmente, teórico do ponto de vista sincrônico como um sistema articulado de conceitos. Tal leitura sobre os conceitos de diacronia e sincronia pode ser observada no RD, onde se destaca que não se referem apenas a uma questão teórica, mas também metodológica: “Contudo, a Saussure devemos não só o aprofundamento da posição teórica como a aplicação linguística” (SILVA NETO, 1960, p. 26).

Pensando nos conceitos de sincronia e de diacronia, Chiss & Puech (1997) chamam a atenção para a problemática em torno da noção de ‘História’ em Saussure, a qual não se restringe à dicotomia entre sincronia e diacronia. Para eles, a distinção refere-se a uma operação epistemológica constitutiva da Linguística, que fornece um determinado princípio metodológico. Conforme os autores, deve-se considerar que a descrição das línguas necessita de uma fase estática, a qual é imprescindível para compreender o passado. Ou seja, como bem apresenta o recorte: “tanto a *sincronia* como a *diacronia* são, no pensamento de Saussure, pontos de vista em que se pode colocar o investigador (SILVA NETO, 1960, p. 27-28, itálicos do autor).

A relação entre esses conceitos faz ressoar, como já destacado em outros recortes, os estudos sobre a linguagem do final do século XIX, mais especificamente, a partir do momento em que o ponto de vista sincrônico é privilegiado, sobretudo, quando Saussure propõe a distinção entre sincronia e diacronia, instaurando uma modificação frente aos estudos realizados da época. Cabe destacar que, ao se privilegiar a sincronia em face da diacronia, acaba-se considerando a história como uma sucessão de sincronias, e o método comparativo passa a ser utilizado tanto para comparar dois estados de uma mesma língua como para comparar diferentes línguas (COLOMBAT; FOURNIER & PUECH, 2010).

Colombat, Fournier & Puech destacam que, com essa dicotomia, a maneira como se concebem as mudanças linguísticas é afetada, reinterpretando a relação histórica enquanto uma relação de dois elementos singulares. Essa reinterpretação, para os autores, seria uma “*réduction à l’atomisme*’ contre la *systematicité*

synchronique” e a diacronia “ne saurait être qu’une succession de synchronies, lieu véritable de la systématique des langues”⁸⁷ (2010, p. 193).

Para Saussure, cada ponto de vista é entendido como uma possível forma de se estudar a língua, não trazendo a relação entre esses pontos de vista, por enfatizar que não se pode adotar a sincronia e a diacronia ao mesmo tempo. Diante dessa separação, como sabemos, Saussure privilegia a sincronia, no entanto, no RD5a, não há somente a retomada desse primado, mas também um olhar diferenciado sobre como se pode compreender a dicotomia e o porquê de se priorizar a sincronia:

RD5a: “[...] Provocou, sempre, acesas polêmicas e vivos debates o meio primado que Saussure concede à *sincronia*, em face da diacronia. Contudo, ainda aqui é preciso meditar profundamente sobre os exactos conceitos do Mestre. Se concede primado ao estudo sincrônico é porque ele constitui precisamente um elo da cadeia *diacrônica*. O primado não pertence a um *estado de língua* como tal (o que seria mutilar o processo histórico) mas ao *fragmento indispensável à elaboração da história da lingüística* [...]” (SILVA NETO, 1960, p. 27-28, itálicos do autor).

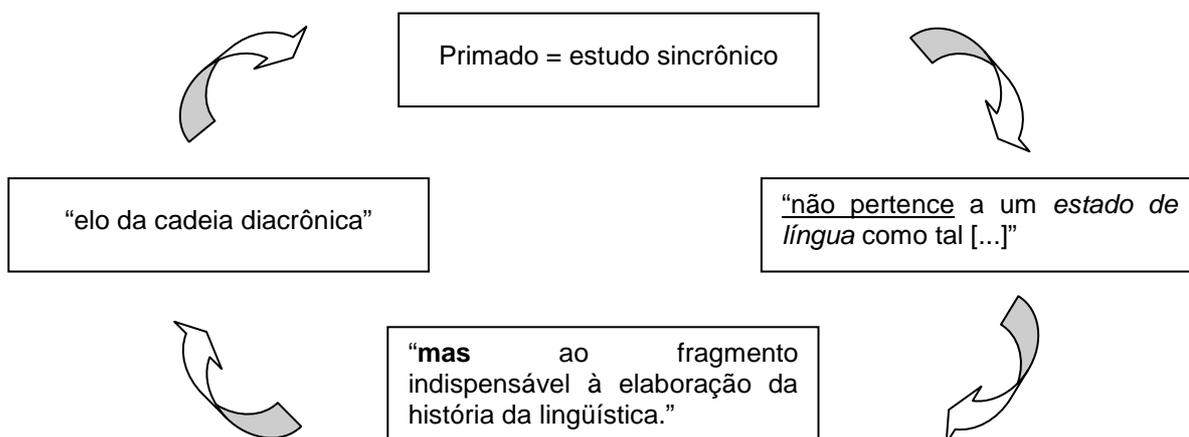
No fragmento acima, observamos o comparecimento do postulado saussuriano trazendo a conjugação entre a sincronia e a diacronia, sendo aquele o ‘elo da cadeia’ deste. Desse modo, na formulação do discurso, ressoa o domínio de memória vinculado à Linguística, e, no momento em que o já dito irrompe no fio do discurso, instauram-se determinados sentidos que apontam para uma nova direção. Esses sentidos decorrem, em especial, da reformulação do já dito e do funcionamento, na materialidade em análise, dos saberes filológicos, os quais se conjugam aos da Linguística produzindo determinados sentidos.

A reformulação que estamos entendendo é o fato de haver um deslocamento em torno da questão central do ponto de vista sincrônico, que é a ênfase no estado atual de determinada língua, para se priorizar a questão do viés histórico. Tal deslocamento pode ser compreendido pelo funcionamento do ‘mas’: “não pertence a

⁸⁷ Tradução nossa: “redução ao atomismo contra a sistematicidade sincrônica” e a diacronia “seria somente uma sucessão de sincronias, lugar verdadeiro da sistematicidade das línguas”.

um *estado de língua* como tal [...] mas ao fragmento indispensável à elaboração da história da lingüística”, marca linguística que sugere uma ideia oposta, indicando que a abordagem sincrônica não deve ser vinculada ao estudo de certo estado da língua isolado, mas deve ser pensada na sua relação histórica, na relação com outros estados da língua.

Para materializar a reformulação que estamos considerando, propomos o seguinte esquema, cuja marca linguística central é o ‘mas’, que traz uma ideia oposta, ou seja, outro ponto de vista acerca do que se considera como sincrônico no postulado saussuriano:



O esquema acima foi elaborado visto que não se verifica uma retomada, uma paráfrase discursiva do postulado saussuriano, os conceitos de sincronia e diacronia passam a ser concebidos de uma maneira específica, estando articulados e não em oposição, como se observa no **Cours**: “*synchronie* et *diachronie* désigneront respectivement un **état de langue** et **une phase d’évolution**” (SAUSSURE, 1967, p. 117, negritos nossos).

A reformulação, por nós considerada, consiste, pois, no fato de não se tratar de uma retomada, via paráfrase discursiva do postulado saussuriano, uma vez que o conceito de sincronia é referenciado, sobretudo, para destacar a sua contribuição para o nível histórico, para se compreender a evolução da língua. Podemos dizer

que, ao se retomar tal dicotomia, visa-se a não priorizar a distinção entre os dois conceitos, como observamos no **Cours**:

Mais pour mieux marquer cette **opposition et ce croisement de deux ordres de phénomènes relatifs au même objet**, nous préférons parler de linguistique *synchronique* et de linguistique *diachronique*. Est **synchronique** tout ce qui se rapporte à l'**aspect statique de notre science**, **diachronique tout ce qui a trait aux évolutions**. De même *synchronie* et *diachronie* désigneront respectivement un **état de langue** et **une phase d'évolution**" (SAUSSURE, 1967, p. 117, negritos nossos).

Ou seja, materializa-se a retomada do postulado saussuriano, a partir de sua citação; todavia, os sentidos instaurados vinculam-se, em especial, às condições de produção e à FD em que o processo discursivo está inscrito. Em outras palavras, observamos que o recorte sobre a dicotomia sincronia vs. diacronia traz um gesto de interpretação sobre o postulado saussuriano, o qual está determinado histórica e ideologicamente, determinação perpassada pelo olhar do filólogo, sendo, por isso, a ênfase na questão histórica e na evolução da língua, cuja posição e domínio de saber predominavam até os anos de 1950.

Além disso, podemos relacionar a concepção da dicotomia sincronia vs. diacronia com o fato de o recorte em questão (RD5a) inserir-se em uma obra datada de 1960, momento em que já circulavam os estudos em torno dos manuscritos de Saussure, iniciando novas leituras e interpretações acerca do **Cours**. Tal questão é relevante, uma vez que, no capítulo mobilizado, enfatiza-se a referência à publicação dos manuscritos, o que nos possibilita compreender que não apenas se visa a reproduzir e fazer circular o postulado saussuriano, nos estudos filológicos brasileiros da década de 50 do século XX, mas visa-se a trazer um olhar diferenciado sobre suas dicotomias, olhar este resultante do processo discursivo ser sócio-histórico e ideológico.

Desse modo, ao nos determos nos recortes selecionados, compreendemos que os estudos em torno da língua portuguesa dos anos de 1950 não se voltam unicamente para a perspectiva filológica, pois se inscrevem também em outras perspectivas que circulam na época, como é o caso da Linguística. No entanto, é preciso considerar que não estão quaisquer saberes da Linguística em circulação, como vimos em nosso arquivo de pesquisa; há uma determinação histórica

específica constitutiva dos estudos filológicos analisados, a saber: uma determinação que remonta aos estudos do final do século XIX e do início do século XX.

Tendo em vista nosso gesto de interpretação, o atravessamento do domínio de memória da Linguística nos recortes referentes à dicotomia sincronia vs. diacronia possui um funcionamento diferenciado do observado nos recortes referentes à dicotomia língua vs. fala, qual seja: não podemos estabelecer as relações interdiscursivas a partir da citação marcada de Saussure e de seu postulado, contrastando, por meio do processo parafrástico, duas formulações discursivas; o que prevalece, nesse segundo eixo, são ressonâncias de significação que ecoam os sentidos e os saberes do domínio de memória da Linguística, no fio discursivo. Esse funcionamento, segundo Indursky (2013, p. 101), “permite perceber que o pré construído, representado pela formulação-origem, ressoa de forma transversa no discurso do sujeito”.

Esses ecos, no entanto, só se produzem em função da existência de uma ‘formulação origem’, que, em nosso caso, é o **Cours**, porém, entendido enquanto um discurso fundador, a partir do qual podemos estabelecer as relações de sentidos entre um discurso e outro. Nas análises do segundo eixo, entendemos que essa relação constitui-se, especialmente, pela reformulação, pois não há repetição tal e qual do que está posto no **Cours**, apontando para o fato de que

o sentido da formulação-origem apenas faz “eco” na nova formulação. Ele aí ressoa, mesmo que esteja ausente porque, embora seu sentido seja antagônico ao da formulação origem, ele carrega consigo traços discursivos que fazem ressoar na nova formulação o espaço de memória a que está indelevelmente associado (INDURSKY, 2013 p. 101).

Diante disso, entendemos que o processo discursivo constitui-se, sobretudo, por um funcionamento transversal do postulado saussuriano, o qual está encadeado na formulação discursiva por um processo de relações de sentidos. Pela inscrição do domínio de memória da Linguística em nosso *corpus* de análise, consideramos que o mesmo é constituído por um horizonte de retrospectiva estabelecido pela relação entre conjunturas sócio-histórica e ideológica distintas. A partir disso, compreendemos a historicização dos saberes aí atravessados, explicitando a

determinação histórica que afeta o discurso em análise. Essa historicização é essencial para a produção dos sentidos, uma vez que o “sentido é história e o sujeito se faz (se significa) na historicidade em que está inscrito” (ORLANDI, 2005a, p. 44).

Podemos dizer que, pela relação com o postulado saussuriano, constituem-se, na formulação discursiva, sentidos que apontam para o fato de que “eles não retornam apenas, eles se transformam, eles deslocam seu lugar na rede de filiações históricas, eles se projetam em novos sentidos” (ORLANDI, 2004, p. 72). Assim, não há identificação plena nem ruptura no modo de identificação do sujeito nos RDs em análise. O que se pode compreender é a produção de novos sentidos a partir da identificação do sujeito com dois domínios de saber, ou seja, há tanto um olhar filológico quanto linguístico em nosso *corpus* de análise, olhar que pode ser observado pela linearização de saberes outros na horizontalidade discursiva, os quais se articulam de tal modo que permitem o processo de sustentação junto a esses saberes. Esse processo só pode ser observado pelo funcionamento do discurso-transverso, noção que permite explicitar como um discurso se atravessa em outro, constituindo-o e produzindo sentidos.

Para finalizar nosso gesto de interpretação, retomamos o que Serafim da Silva Neto explicita na *Explicação* de sua obra **Manual de Filologia Portuguesa**, que permite observar a importância que o autor confere à articulação entre a Linguística e a Filologia: “o ideal parece-nos ser o harmonioso entrosamento das duas tendências. Nas faculdades de Letras os Professores irão orientando os alunos, tendo em vista as preferências de cada um” (SILVA NETO, 1952, p. XI-XII). É, portanto, esse ideal que está presente em nosso arquivo de pesquisa com vistas a uma análise total da(s) língua(s), isto é, o interesse não está em demarcar um ponto de vista único para se estudar a(s) língua(s), mas em demarcar a contribuição de diferentes domínios de saber para a compreensão dos fatos linguísticos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

“O passado não deve ser um modelo cristalizado e hirto, mas um modelo em perpétuo movimento, constantemente vivificado e enriquecido”

(SILVA NETO, 1956, p. 12).

Iniciamos nossas considerações finais com a citação acima por ser bastante representativa e sintetizar, de certa forma, o que objetivamos explicitar em nossos procedimentos analíticos. Na pesquisa proposta, poderíamos ter enfatizado a relação com outro domínio de memória, no entanto, centramo-nos no domínio da Linguística, por meio do **Cours de linguistique générale**, devido ao caráter fundador que essa obra possui. Embora tenhamos delimitado a relação com o **Cours**, tornou-se necessário referenciar outros domínios e estudiosos, por fazerem parte do *‘air du temps’* da sua constituição. Isso nos permitiu compreender a importância do olhar retrospectivo quando de uma pesquisa voltada para a prática científica, pois a determinação histórica é fundamental para explicitarmos os sentidos inscritos no processo discursivo.

Ao longo de nossas reflexões, ressaltamos também o domínio da Geografia Linguística, cujos saberes constituem-se no final do século XIX e no decorrer do século XX. A Geografia Linguística, a partir dos pressupostos de Gilliéron, é destacada em função da sua contribuição para os estudos dialetológicos do Brasil. No entanto, como destaca Mattoso (1976 [1968]), esse domínio era considerado pelos romanistas europeus enquanto uma disciplina diacrônica, já, no Brasil e na América Latina, era “essencialmente uma investigação sincrônica” (p. 57). Diante disso, entendemos que esse deslocamento de interesse é, para os estudos em torno da história e evolução do português do Brasil, fundamental para refletirmos sobre o movimento existente entre as perspectivas sincrônica e diacrônica nos estudos da e sobre a língua, uma vez que o viés sincrônico configura o domínio da Linguística e o diacrônico o domínio da Filologia.

Compreender a determinação histórica da produção do conhecimento, por meio dos saberes que ressoam e/ou são retomados no interior da discursividade, permite-nos explicitar os saberes em circulação na conjuntura sócio-histórica e ideológica que envolve as condições de produção do discurso. Tendo em vista nosso arquivo de pesquisa, o mesmo diz respeito a uma prática científica situada nos anos de 1950, momento em que as pesquisas eram 'regidas' prioritariamente pelos filólogos. Ou seja, a comunidade científica que regulava o que podia e devia ser dito, ou não, no meio acadêmico, era de base filológica e colocava-se em oposição, sobretudo, ao campo disciplinar da Linguística, acarretando em embates teóricos e jogos de forças, pois entendiam que a Linguística não podia/devia estar vinculada aos estudos filológicos.

Levar em consideração esse contexto e essas 'relações de forças' são fundamentais diante do objetivo da presente tese, que se centrou na compreensão da articulação entre os saberes da Filologia e os da Linguística, a partir do modo como os saberes do domínio de memória da Linguística estão atravessados e linearizados, por meio da citação do **Cours**, constituindo a discursividade que mobilizamos como objeto de nossa pesquisa. No desenvolvimento analítico realizado, para analisar a articulação entre o dito e outros saberes na horizontalidade discursiva, partimos, portanto, da citação para entender o funcionamento da paráfrase discursiva e do discurso-transverso no fio do discurso, os quais se constituem devido ao efeito do pré-construído. Este está na base do processo de constituição do dizer/discurso por conferir seu objeto, tomado enquanto pré-existência e exterioridade, ao pensamento, vinculando-o ao que já está posto, ao que está preestabelecido e que pode vir a ser articulado e linearizado no intradiscurso (cf. Pêcheux, 2009 [1975]).

Em nossa reflexão, os saberes da Linguística irrompem no discurso em análise tendo como base o que está posto no **Cours**, cujo pré-construído representa, para nós, um discurso/texto fundador que estabelece o domínio de memória desse campo de saber, possibilitando-nos observar que o dito está determinado histórico e ideologicamente por meio de sua relação com o que é exterior. Porém, nos interessou entender a maneira como esse domínio de memória está articulado, isto é, linearizado na horizontalidade discursiva, considerando que

os estudos sobre a língua portuguesa, dos anos de 1950, do Brasil, estavam marcados/afetados, especialmente, pela Filologia.

Nesse sentido, o processo discursivo, ao estar vinculado ao que é exterior e anterior ao dito, permite a constituição do sujeito, pois são os lugares já dados na exterioridade que interpelam o indivíduo em sujeito na instância discursiva e possibilitam a produção de sentidos na discursividade. Pelas considerações analíticas, compreendemos que o nosso *corpus* de análise inscreve-se em construções já dadas, que estão na ordem da exterioridade, do pré-construído, fazendo com que saberes outros articulem-se na dimensão intradiscursiva pelo efeito discursivo do encaixe sintático (PÊCHEUX, 2009 [1975]).

Retomar dado domínio de memória através de determinados saberes, como, por exemplo, as dicotomias língua vs. fala e diacronia vs. sincronia, é, de certa forma, considerar tais saberes como naturalizados, a fim de cristalizar seus sentidos, tomando-os como evidentes na conjuntura sócio-histórica dos anos de 1950. Tal naturalização, nos recortes, decorre do funcionamento da paráfrase discursiva via repetição/reformulação e/ou ressonâncias de significação, bem como pelo funcionamento das orações relativas explicativas, como Henry (1990 [1975]) propôs. Desse modo, é o pré-construído que fornece ao sujeito a possibilidade de inscrever e de atualizar o postulado saussuriano pelo funcionamento parafrástico, porém o modo como ocorre tal retorno só é possível de ser compreendido pela articulação, ou seja, pelo processo de sustentação, o qual se configura pelos saberes outros linearizados no intradiscorso, produzindo o que Pêcheux (2009 [1975]) considera como o funcionamento do interdiscursivo sobre si mesmo.

A citação de Saussure, enquanto um encaixe sintático, indica para o que ‘todo mundo sabe’, que está no nível do pré-construído. Já quando analisamos como esse pré-construído está constituindo a formulação discursiva, visualizamos outro funcionamento, por não se tratar de um mero encaixe, mas sim de uma articulação de saberes situados em condições sócio-históricas e ideológicas distintas. Pela articulação, o que se coloca em questão é o modo ‘como todo mundo sabe’ (cf. Pêcheux, 2009 [1975]), remetendo a uma dada tomada de posição do sujeito.

A articulação configura, pois, o retorno do saber no pensamento, apontando para os saberes que sustentam a tomada de posição-sujeito. Ainda, é a articulação de saberes que instaura, em nosso *corpus* de análise, o funcionamento do discurso-

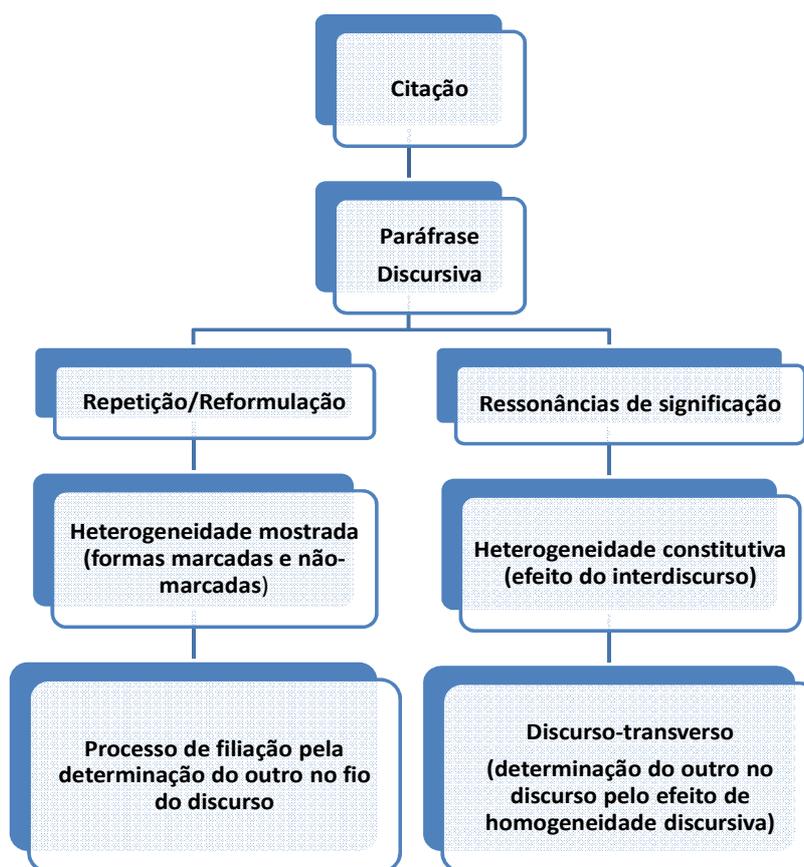
transverso, que incide no discurso na medida em que encadeia saberes situados em outra conjuntura sócio-histórica e ideológica na horizontalidade discursiva, atravessando-a e articulando o domínio de memória retomado junto aos saberes que predominam na FD em que o discurso está inscrito.

Logo, enquanto o pré-construído diz respeito ao encaixe sintático, a articulação vincula-se à 'versão do encaixe sintático' (RASIA, 2008). A articulação dos saberes da Linguística permite-nos explicitar e refletir sobre o processo de sustentação instaurado na discursividade, produzindo sentidos e determinando a forma de inscrição do sujeito no discurso, a saber: através da relação com os saberes da Linguística e da Filologia.

Tendo em vista essas considerações, cabe retomar o movimento teórico-metodológico instaurado em nossas análises. Esse movimento constituiu-se por considerarmos como essenciais as seguintes noções: citação, paráfrase discursiva e discurso-transverso. Cada uma delas tem suas peculiaridades e, ao longo dos procedimentos analíticos, tivemos como objetivo destacá-las e mostrar como cada noção contribui para compreender o atravessamento do outro na formulação discursiva.

A citação, enquanto um processo sócio-histórico, permitiu-nos explicitar a heterogeneidade mostrada do discurso via formas marcadas ou não-marcadas da citação, tal como propõe Authier-Revuz. Por meio dessa heterogeneidade mostrada, pudemos mobilizar e compreender o funcionamento da paráfrase discursiva, por meio da qual estabelecemos a relação entre duas conjunturas e FDs diferentes. Isto é, enfatizamos como um discurso é constituído por outro, seja pela repetição, reformulação ou ressonâncias de significação. Estas últimas indicam os ecos de sentidos estabelecidos via interdiscurso, pois fazem ressoar o discurso outro, que remonta à determinada conjuntura sócio-histórica e ideológica, como se ele estivesse diluído no fio do discurso, permitindo-nos, a partir disso, chegar à compreensão do funcionamento do discurso-transverso no processo discursivo.

Esse movimento teórico-metodológico pode ser explicitado pelo seguinte percurso:



A retomada do postulado saussuriano está, portanto, vinculada, como explicitado por meio de nossas análises, às ressonâncias de significação e/ou à repetição/reformulação do discurso outro. Tendo em vista os dois eixos analíticos, observamos que o funcionamento parafrástico, via repetição/reformulação, recai, em especial, nos RDs do primeiro eixo de reflexão proposto, os quais possuem como referência o objeto da Linguística: o conceito de língua, a partir da dicotomia língua vs. fala, retomando os saberes do domínio de memória da Linguística por meio do encaixe sintático, que articula o que está posto no **Cours** junto ao processo discursivo analisado.

Esse encaixe, para nós, é representado, sobretudo, pela citação de Saussure que está explícita em todos os RDs referentes à dicotomia língua vs. fala, tratando-se, pois, de uma heterogeneidade mostrada, a qual é determinada por formas marcadas da citação. No entanto, embora tenha a presença marcada da citação, nas análises do primeiro eixo, materializa-se a retomada de saberes outros pela

repetição ou pela reformulação do já dito, instaurando um processo de filiação pela determinação do outro no fio discursivo.

Já no segundo eixo de reflexão, o atravessamento do domínio de memória da Linguística, nos recortes referentes à dicotomia sincronia vs. diacronia, ocorre, especialmente, através de ressonâncias de significação que apontam para ecos de sentidos vinculados aos saberes saussurianos. Porém, embora se reconheça que é com o postulado saussuriano que se instaura a oposição entre a sincronia e a diacronia, o que prevalece é uma postura diferenciada, colocando essas noções em relação por serem imprescindíveis ao estudo da língua. Por meio de nosso gesto de interpretação, entendemos que o processo discursivo dos RDs, do segundo eixo de análise, constitui-se por meio de formas não-marcadas da citação, configurando o efeito do discurso-transverso ao discurso, por não repetir tal qual o já dito, são ecos instaurados que se reportam a um discurso/texto fundador (INDURSKY, 2013).

Assim, consideramos que as formas marcadas e não-marcadas da citação apontam para a (re)produção de sentidos, pois é o lugar que se verifica o deslocamento, o lugar da interpretação. Em nosso entendimento, as formas não-marcadas da citação produzem, no fio do discurso, um efeito de homogeneidade, que nos conduz à compreensão da heterogeneidade constitutiva, a qual se configura pelo apagamento da determinação do discurso outro, efeito este que se buscou desconstruir pelo funcionamento do discurso-transverso. Nos recortes sobre a dicotomia sincronia vs. diacronia, há uma diluição, por assim dizer, das marcas da heterogeneidade, prevalecendo a reformulação do discurso outro e, mais especificamente, as ressonâncias de significação. Ou seja, entendemos que se inscreve uma heterogeneidade constitutiva no interior do discurso que pode ser explicitada pelo discurso-transverso.

As formas marcadas e não-marcadas estão relacionadas na pesquisa proposta com o que propõe Orlandi (2007) na sua reflexão sobre a citação e a não-citação, porém, não relacionamos a não-citação como uma questão de plágio, tal como a autora propõe. Cabe ressaltar que esse funcionamento da não-citação não se restringe somente à retomada do **Cours**, pois observamos citações de outros autores e obras que também se vinculam a não-citação e à transposição de uma língua para outra, como verificamos a seguir:

“Uma língua não dá a luz a uma outra; nenhum lingüista será capaz de fixar o momento do parto. Como já dissemos, é impossível marcar o momento em que o latim acaba e as línguas românicas começam.”
(SILVA NETO, **Introdução ao Estudo da Filologia Portuguesa**, 1956, p. 62)



“Une langue ne donne pas naissance à une autre; nul linguiste ne saurait fixer l’heure où la naissance se serait produite.”
(VENDRYES, **Le langage**, 1968, p. 323).

A não-citação possui, para nós, um funcionamento próprio da produção do conhecimento se levarmos em conta a época que envolve as condições de produção de nosso arquivo. A retomada dos saberes do **Cours**, por vezes pela simples transposição de uma língua para outra, configura-se como algo próprio da época, momento em que os estudiosos da linguagem trabalhavam com as versões das obras na língua em que foram publicadas pela primeira vez, colocando-se como necessário a circulação desses estudos entre as pesquisas linguísticas que vinham sendo produzidas no contexto brasileiro.

Por meio de nosso estudo, podemos considerar, portanto, que a retomada do postulado saussuriano pelo funcionamento da paráfrase discursiva, seja pela transposição de uma língua para outra ou não, possibilita-nos entender como a formulação discursiva se constitui pela ordem do repetível, indicando o fato de trabalharmos com a ‘variança’. O princípio da variança, de acordo com Orlandi (2005a), indica que embora “o sujeito repita o mesmo, já é outro texto, outra formulação, mesmo que não mude a posição do sujeito em relação à ideologia” (p. 65). Logo, a variança permite-nos entender que “todo texto tem pontos de deriva possíveis, deslizamentos que indicam diferentes possibilidades de formulação” (p. 65).

Para Orlandi (2005a), ‘a variança é a condição da formulação’, e a formulação “é um gesto que se con-firma (con-figura, con-forma) no meio da variação: o sentido sempre poderia ser outro. Mas não é. Se não fosse a variança não haveria

necessidade da formulação. E esta é mais uma particularidade da relação entre constituição/formulação, memória/atualidade” (p. 84).

Desse modo, entendemos que é por meio da variação que se estabelecem as múltiplas versões de um mesmo (e)terno texto, tal como propõe Scherer (2009). Podemos dizer que em nosso arquivo comparece, pois, quando se retoma o **Cours** um efeito que ressoa o que está na ordem do repetível, porém estabelecendo uma versão a partir da atualização de determinada memória na constituição do discurso analisado. Trata-se de uma repetição que, todavia, não produz os mesmos sentidos, pelo fato de que, ao se atualizar um discurso outro em determinado processo discursivo, essa repetição ou retomada está investida de um gesto de interpretação e vinculado a outras formulações e condições de produção.

Considerar a questão da versão na pesquisa proposta é relevante na medida em que, por meio de nossas análises, verificamos a inscrição de um discurso *de* no processo discursivo analisado; no entanto, essa ‘formulação origem’, quando atualizada na discursividade produz efeitos de sentido outros, produzindo um discurso *sobre* a Linguística que está vinculado ao domínio filológico. Compreendemos, portanto, que há uma movência dos sentidos nessa passagem, por assim dizer, de um discurso *de* para um discurso *sobre*, a qual é, para nós, resultante do modo como o sujeito do discurso identifica-se com os domínios de saber que circulam em determinada conjuntura e é fundamental para explicitarmos a maneira como um pré-construído constitui e é materializado em outro discurso, possibilitando-nos a compressão do modo como certos saberes sustentam e se atravessam na discursividade através do efeito do discurso-transverso.

Assim, o efeito de um discurso que se atravessa em outro é decorrente de um efeito de memória, segundo Courtine (2009 [1975]), que atualiza uma ‘formulação origem’ no fio discursivo. Esse efeito diz respeito ao fato de que todo processo discursivo está em relação a uma memória, atualidade e antecipação (cf. *ibid.*). Segundo destaca Orlandi (2005a, p. 66), “o sujeito se ‘ancora’, se ‘engata’, em um e não outro discurso, em um e não outro sentido”. Como observamos, há um recorte dos saberes postos no **Cours** que ressoam na discursividade analisada, não é o todo que é linearizado, e esse recorte produz ecos de sentidos que remetem à conjuntura do final do séc. XIX e início do séc. XX.

A partir disso, podemos explicitar como o processo discursivo constitui-se, sobretudo, pelo funcionamento do atravessamento do postulado saussuriano, o qual está encadeado na formulação discursiva por um processo de relações de sentidos. Pela inscrição do domínio de memória da Linguística em nosso *corpus* de análise, consideramos que o mesmo é constituído por um horizonte de retrospectão estabelecido pela relação entre conjunturas sócio-histórica e ideológica distintas. Desse modo, compreendemos a historicização dos saberes aí atravessados, explicitando a determinação histórica que afeta o discurso em análise.

Segundo nosso gesto de interpretação, é a historicidade do dizer e dos sentidos inscritos no processo discursivo que permitem o funcionamento da paráfrase discursiva e do discurso-transverso, apontando para a heterogeneidade do discurso. A heterogeneidade é decorrente da “relação de um processo discursivo com o ‘interdiscurso’, isto é, o conjunto dos outros processos que intervêm nele para constituí-lo (fornecendo-lhes seus ‘pré-construídos’) e para orientá-lo (desempenhando, em relação a ele, o papel de *discurso transverso* [...])” (PÊCHEUX, 1997 [1969], p. 230, grifos do autor).

Como bem destaca Orlandi,

“o interdiscurso é a memória do dizer, o saber discursivo, a filiação de sentidos. Há coisas que fazem sentido e há as que não fazem. O cientista está submetido à memória de seu saber. O que tem de ser atingido é justamente essa relação com o interdiscurso, com a memória para significar outra coisa. Transformar-se, desenvolver-se. Transferir: produzir novas versões, efeitos metafóricos, deslizamentos de sentidos, que permitam o avanço científico. Que permitam outras leituras dos fatos de discurso. Não se trata, como dissemos, de polissemia, mas de “outros” sentidos. Deslocamentos na memória, trabalho no espaço da interpretação, mesmo no discurso científico” (ORLANDI, 2004, p. 139-140).

Por meio da reflexão empreendida, o interdiscurso é, portanto, fundamental para compreender a heterogeneidade constitutiva, bem como a memória que é atualizada e irrompe da discursividade. O interdiscurso, como sabemos, está vinculado aos esquecimentos nº 1 e nº 2 propostos por Pêcheux (2009 [1975]). O esquecimento é fundamental tanto para a estabilização de sentidos quanto para a instalação de novos, ou seja, é porque esquecemos que “os sentidos podem ser outros. O retorno do mesmo em condições e relações distintas com a memória,

desloca, produz o que chamamos de ‘efeitos metafóricos’, transferências, derivas, deslizamentos de sentidos” (ORLANDI, 2003, p. 15).

Desse modo, o retorno do já dito, em nosso *corpus* analítico, articula-se na horizontalidade discursiva de tal modo que instaura a repetição/reformulação e/ou ressonâncias interdiscursivas de significação. Isso se relaciona ao fato de que, segundo Courtine & Marandin (1981, p. 27), “les discours se répètent: ‘synchroniquement’ au fil de leur déroulement et ‘diachroniquement’ au fil du temps: les mêmes formulations, les mêmes figures reviennent, réapparaissent”⁸⁸, devido à determinação histórica e filiação de sentidos constitutivas de todo processo discurso.

Logo, por meio da irrupção do domínio de memória da Linguística, o nosso arquivo de pesquisa pode ser tratado enquanto um discurso que coloca em circulação saberes *sobre* a Linguística, sustentando-se na memória histórica que ressoa pelo discurso *de*, no caso o **Cours**, que determina, portanto, a filiação de sentidos do dizer e a constituição do sujeito. Nossas reflexões levam-nos a considerar que a produção científica de Serafim da Silva Neto é determinada por condições de produção de ‘transitoriedade’, possibilitando a inscrição do sujeito no discurso através desse lugar transitório, ou seja, permite a tomada de posição junto aos saberes da Filologia e aos da Linguística. A partir do arquivo de pesquisa proposto, entendemos que a produção do conhecimento analisada é constituída por esse lugar transitório e heterogêneo, conduzindo-nos a entender, de certo modo, a passagem da Filologia à Linguística no Brasil.

⁸⁸ Tradução nossa: “os discursos se repetem: ‘sincronicamente’ no fio de seu desenvolvimento e ‘diacronicamente’ no fio do tempo: as mesmas formulações, as mesmas figuras voltam, reaparecem”.

Referências bibliográficas

ALTMAN, C. Memória da lingüística na lingüística brasileira. In: **Revista da ANPOLL**, nº2, p.173-189, 1996.

_____. **A pesquisa lingüística no Brasil (1968-1988)**. 2. ed. São Paulo: Ed. Humanitas, 2004a.

_____. Filologia e Lingüística: outra vez. In: **Filologia e lingüística portuguesa**. São Paulo: Humanitas, nº 6, p. 161-198, 2004b.

AUTHIER-REVUZ, J. Heterogeneidade(s) enunciativa(s). In: ORLANDI, E. GERALDI, J. V. (orgs.). **Cadernos de Estudos Lingüísticos**. Campinas, nº 19, jul/dez, p. 25-42, 1990.

AUROUX, S. **A revolução tecnológica da gramatização**. Trad. Eni P. Orlandi. Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 1992.

_____. Les modes d'historicisation. In: CHEVILLARD, J.-L. (org.) **Histoire Épistémologie Langage**. SHESL (Paris), 2006. p. 105-116.

_____. **A questão da origem das línguas, seguido de A historicidade das ciências**. Trad. Mariângela Peccioli Gali Joanilho. Campinas, SP: Editora RG, 2008.

BECK, M. **Aurora Mexicana**: Processos de resistência-revolta-revolução em lutas populares da América Latina: O exemplo do discurso Zapatista. 2010. 196 f. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2010.

BLIKSTEIN, I. Breve história de uma Linguística do mundo da vida. In: PETRI, V. (Org.). **Fragmentum: Entrevista com Izidoro Blikstein**. n. 27. Out./ Dez. Santa Maria: PPGL Editores, 2010.

BRUM-DE-PAULA, M. R. **O outro no (in)traduzível**. Santa Maria: UFSM, PPGL-Editores, 2008.

COLOMBAT, B.; FOURNIER, J-M.; PUECH, C. **Histoire des idées sur le langage et les langues**. Paris, Klincksieck, 2010.

CHISS, J-L.; PUECH, C. F. de Saussure et la constitution d'un domaine de mémoire pour la linguistique contemporaine. In: **Langages**, 28e année, nº114, p. 41-53, 1994.

_____. La linguistique structurale, du discours de fondation à l'émergence disciplinaire. In: **Langages**, 29e année, nº120, p. 106-126, 1995.

_____. **Fondations de la linguistique**. Études d'histoire et d'épistémologie. 2. ed. Duculot s.a., 1997.

_____. **Le langage et ses disciplines** (XIX-XX siècles). Paris, Bruxelles: De Boeck & Larcier s.a, 1999.

COELHO, O. F. **Serafim da Silva Neto (1917-1960) e a Filologia Brasileira**. Um Ensaio Historiográfico sobre o Papel da Liderança na Articulação de um Paradigma em Ciência da Linguagem. 1998. 184f. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Letras). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo: São Paulo, 1998.

COMPAGNON, A. **O trabalho da citação**. Trad. Cleonice P. B. Mourão. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.

COSERIU, E. General perspectives. In: **Current trends in linguistics**, vol.4, p.5-62, Mouton, Haia [1968]. Trad. brasileira: Perspectivas Gerais. In: NARO, A. J. (org.). **Tendências Atuais da Lingüística e da Filologia no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Francisco Alves, 1976. p. 11- 40.

COSTA, M. I. S. **A definição atribuída à designação “sintagma”: deslocamento e efeitos de sentido**. 2012. 106f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2012.

COURTINE, J-J; MARANDIN, J-M. Quel objet pour l’analyse du discours? In: CONEIN, B. et al. **Matérialités Discursives**. Lille: Press universitaires de Lille, 1981.

COURTINE, J-J. El concepto de formación discursiva [1981]. In: BARONAS, R. L. (org.). **Análise do Discurso**: apontamentos para uma história da noção-conceito de formação discursiva. São Carlos: Pedro & João Editores, 2007. p. 119-141.

_____. **Análise de discurso político**: o discurso comunista endereçado aos cristãos. Trad. Cristina de Campos Velho Birck et al. São Carlos: EdUFScar, 2009 [1981].

ELIA, S. **Ensaio de filologia e lingüística**. 2. ed. Rio de Janeiro: Grifos, 1975.

_____. Notas Bibliográficas. In: **Revista Brasileira de Filologia**, vol. 2, Tomo I, junho, p. 133-135, 1956.

_____. Recensões críticas. In: **Revista Brasileira de Filologia**, vol. 4, Tomo I-II, p. 239-241, 1958.

FOUCAULT, M. F. **A arqueologia do saber**. 7. ed. Brasileira. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. RJ: Forense Universitária, 2010 [1969].

FIORIN, J. L. A criação dos cursos de Letras no Brasil e as primeiras orientações da pesquisa lingüística universitária. In: **Revista Línguas e Letras** (on line). Disponível em: <www.unioeste.br/saber>. Paraná, Vol. 7, nº 12, 1º sem, p.11-25, 2006.

GUILHAUMOU, J.; MALDIDIER, D; R. ROBIN. Efeitos do arquivo. A análise do discurso no lado da história. In: ORLANDI, E. (org.) [et al.]. **Gestos de Leitura**: da história no discurso. 3. ed. Campinas, SP: editora da Unicamp, 1994. p. 163-187.

GUIMARÃES, E. **História da Semântica: Sujeito, Sentido e Gramática no Brasil**. São Paulo, Campinas: Pontes, 2004.

_____. Sémantique et grammaire. Une histoire des études linguistiques au Brésil. In: BALDINI, J. S. ; DIAZ, L. F.; GUIMARÃES, E. [et al.]. **Un Dialogue Atlantique**. Produção des Sciences du Langage au Brésil. Lyon: ENS Éditions, 2007, vol. I, p. 11-35.

_____. Linguagem e Conhecimento: Produção e Circulação da Ciência. In: **Revista Rua** (on line). Campinas, Número 15, Vol. 2, Nov., p. 5-14, 2009.

HAROCHE, C. **Fazer dizer, querer dizer**. SP: editora Hucitec. Trad. Eni Orlandi, 1992.

HENRY, P. **A ferramenta imperfeita: língua, sujeito e discurso**. Trad. Maria Fausta P. de Castro. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1992.

_____. Construções relativas e articulações discursivas [1975]. Trad. João V. GERALDI e Celena Margarida Cruz. In: ORLANDI, E. GERALDI, J. V. (orgs.). **Cadernos de Estudos Lingüísticos**. Campinas, nº 19, jul/dez, p. 43-64, 1990.

ILARI, R. **Lingüística românica**. São Paulo: Editora ática, 1997.

INDURSKY, F. **Do desdobramento à fragmentação do sujeito em Análise do Discurso**. CD-ROM. Síntese 2, Porto Alegre, ANPOLL/UFGRS, 2002.

_____. Lula lá: estrutura e acontecimento. **Revista Organon**. UFRGS, Instituto de Letras. Porto Alegre, vol 17, nº 35, p. 101-121, 2003.

_____. Unicidade, desdobramento, fragmentação: a trajetória da noção de sujeito em análise do Discurso. In: **Práticas discursivas e identitárias**. Sujeito e língua. MITTMANN, Solange, GRIGOLETTO, Evandra e CAZARIN, Ercília Ana. Porto Alegre: Nova Prova Editora, 2008. p. 9-33.

_____. O trabalho discursivo do sujeito entre o memorável e a deriva. In: ZOPPI-FONTANA, M. G. (org.). **Signo y Señá**, nº 24, p. 91-104, 2013.

LAGAZZI-RODRIGUES, S. A língua portuguesa no processo de institucionalização da lingüística. In: ORLANDI, E.; GUIMARÃES, E. (orgs.). **Institucionalização dos estudos da linguagem: a disciplinarização das idéias lingüísticas**. Campinas, Pontes, 2002. p.13-22.

_____. O político na Lingüística: Processos de representação, legitimação e institucionalização. In: ORLANDI, E.; GUIMARÃES, E. (orgs.). **Política Lingüística no Brasil**. Campinas, SP: Pontes, 2007. p. 11-18.

MATTOSO CÂMARA, J. Brazilian linguistics. In: **Current trends in linguistics**, vol.4, p. 229-247. Mouton, Haia [1968]. Trad. brasileira: A Lingüística Brasileira. In: NARO,

A. J. (org.). **Tendências Atuais da Lingüística e da Filologia no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Francisco Alves, 1976. p. 45-64.

MATTOS e SILVA, R. V. **Ensaio para uma sócio-história do português brasileiro**. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

MARIANI, B.; MEDEIROS, V. Que sentidos de língua nacional para uma nação marcada pelo enunciado “cinquenta anos em cinco”? In: _____ (org.). **Idéias Lingüísticas: formulação e circulação no período JK**. Campinas, Editora RG, 2010. p. 9-18.

MEDEIROS, V. **Dizer a si através do outro** (do heterogêneo no identitário brasileiro), 2003. 276 f. Tese (Doutorado em Letras) - Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2003.

MEILLET, A. **Linguistique historique et linguistique générale**. Paris, 1951 [1918].

NORMAND, C. **Métaphore et concept**. Editions Complexes, Bruxelles, 1976.

NUNES, J. H. Leitura de arquivo: historicidade e compreensão. In: INDURSKY, F.; FERREIRA, M. C. (orgs.). **Análise do discurso no Brasil: mapeando conceitos, confrontando limites**. São Carlos, SP: Claraluz, 2007. p. 373-380.

_____. Uma articulação da análise de discurso com a história das ideias Lingüísticas. In: **Revista Letras: Língua, Sujeito e História**, nº 37, v. 18, n.2, jul./dez., p.107-124, 2008.

_____. Dicionário, ciência e desenvolvimento nos tempos JK. In: MARIANI, B.; MEDEIROS, V. (orgs.). **Idéias Lingüísticas: formulação e circulação no período JK**. Campinas, Editora RG, 2010. p. 43-70.

ORLANDI, E. Segmentar ou recortar. In: **Série Estudos**. Nº 10. Faculdades Integradas de Uberaba (lingüística: Questões e Controvérsias), 1984. p. 9-26.

_____. **Terra à vista!**: discurso do confronto: velho e novo mundo. Campinas, Editora da Unicamp, 1990.

_____. **Discurso fundador**: a formação do país e a construção da identidade nacional. São Paulo: Campinas, Editora Pontes, 1993.

_____. Exterioridade e Ideologia. In: KANAVILLIL R. (org.). **Cadernos de Estudos Lingüísticos**. Campinas, nº 30, jan/jun, p. 27-33, 1996.

_____. **As formas do silêncio**: no movimento dos sentidos. 4. ed. Campinas, Editora da UNICAMP, 1997.

_____. **Análise do discurso**: Princípios e procedimentos. 3. ed. Campinas, Editora Pontes, 2001a.

_____. **História das Idéias Lingüísticas**: construção do saber metalingüístico e constituição da língua nacional. Campinas: Pontes, 2001b.

_____. **Língua e conhecimento lingüístico**: para uma história das idéias no Brasil. São Paulo, Editora Cortez, 2002.

_____. Ler a cidade: o arquivo e a memória. In: _____ (org.). **Para uma enciclopédia da cidade**. Campinas, SP: Pontes, 2003. p. 7-20.

_____. **Interpretação**: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. 4. ed. Campinas, Editora Pontes, 2004.

_____. **Discurso e Texto**: formulação e circulação de sentidos. 2. ed. Campinas, Editora Pontes, 2005a.

_____. A Análise de Discurso em suas diferentes tradições intelectuais: o Brasil. In: INDURSKY, F.; FERREIRA, M. C. L. (orgs.). **Michel Pêcheux e a análise do discurso**: uma relação de nunca acabar. São Carlos: Claraluz, 2005b. p. 75-88.

_____; LAGAZZI-RODRIGUES, S. (orgs.). **Introdução às Ciências da Linguagem**: Discurso e Textualidade. Campinas, SP: Pontes Editores, 2006.

_____. Formas de individuação do sujeito feminino e sociedade contemporânea: O caso da delinqüência. In: ORLANDI, E. (org.). **A fabricação e políticas urbanas**: A fabricação do consenso. Campina, editora RG, 2010. p. 11-42.

_____. **Discurso em Análise**: sujeito, sentido, ideologia. Campinas, SP: Pontes Editores, 2012.

PAVEAU, M. **Les prédiscours**. Sens, mémoire, cognition. Paris, Presses Sorbonne Nouvelle, 2006.

PÊCHEUX, M.; FUCHS, C. A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas [1969]. In: GADET, F.; HAK, T. (orgs.). **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. 3. ed. brasileira. Trad. Bethania Mariani et al.. Campinas, Editora da Unicamp, 1997. cap. IV, p. 163- 252.

_____. Papel da memória. In: ACHARD, Pierre. **Papel da memória**. Trad. José Horta Nunes. Campinas, Editora Pontes, 1999. p. 49-57.

_____. **O discurso**: estrutura ou acontecimento. Trad. Eni Orlandi, Campinas, SP: Pontes Editores, 2006.

_____. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. 4. ed. brasileira. Trad. Eni Orlandi et al., SP: Campinas, Editora da Unicamp, 2009 [1975].

_____. Ler o arquivo hoje [1982]. In: ORLANDI, E. (org.) [et al.]. **Gestos de Leitura**: da história no discurso. 3. ed. SP: Campinas, Editora da Unica, 1994. p. 55-66.

_____. Metáfora e interdiscurso [1984]. In: ORLANDI, E. (org.). **Análise de Discurso**: Michel Pêcheux. Campinas, SP: Pontes Editores, 2011. p. 151-161.

_____; LÉON, J. Análise Sintática e Paráfrase Discursiva [1982]. In: ORLANDI, E. (org.). **Análise de Discurso**: Michel Pêcheux. Campinas, SP: Pontes Editores, 2011. p. 163-173.

PENHA, J. A. P. **Filólogos brasileiros**. SP, Franca: Editora Ribeirão, 2002.

PETRI, V. Por um acesso fecundo ao arquivo. In: **Revista Letras: Corpus: Análise de Dados e Cultura Acadêmica**, nº 21, jul./dez., p. 121-125, 2000.

_____. **Imaginário sobre o gaúcho no discurso literário**: da representação do mito em Contos Gauchescos, de João Simões Lopes Neto, à desmitificação em Porteira Fechada, de Ciro Martins. 2004. 332 f. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

PFEIFER, C.C. Definir (,) um percurso. In: ORLANDI, E. (org.). **Para uma enciclopédia da cidade**. Campinas, SP: Pontes, 2003. p. 105-120.

PUECH, C. Pour une histoire de la linguistique dans l'histoire de la linguistique. In: CHEVILLARD, J.-L. (org.) **Histoire Épistémologie Langage**. SHESL (Paris), 2006. p. 09-24.

RASIA, G. A Ordem do religioso no discurso gramatical. In: **Revista Letras: Língua, Sujeito e História**, nº 37, v. 18, n.2, jul./dez., p. 51-80, 2008.

RODRÍGUEZ, A. M. **Breve histórico da Geografia Lingüística**. Disponível em: <<http://www.filologia.org.br/revista/artigo/4%2810%2942-53.html>>. Acesso em: 30 ago. 2012.

ROMÃO, L. M. S.; FERREIRA, M. C.; DELA-SILVA, S. D. Arquivo. In: MARIANI, B.; MEDEIROS, V.; DELA-SILVA, S. (orgs.). **Discurso, arquivo e...** Rio de Janeiro: 7Letras, 2011. p. 11-21.

ROUDINESCO, R. **L'analyse, l'archive**. Bibliothèque nationale de France, 2001.

SANTOS, B. S. **Introdução a uma ciência pós-moderna**. Rio de Janeiro: Graal, 1989.

SAUSSURE, F. de. **Cours de Linguistique générale**. Edição crítica preparada por Túlio de Mauro. Editions Payot & Rivages, 1967.

SÉRIOT, P. **Structure et totalité**. Paris: Universitaires de France, 1999.

SCHERER, A. E.; BRUM-DE-PAULA, M. Memória e história das idéias: o ensino do Francês no RS do fim do século XIX ao início do século XX. In: ORLANDI, E.; GUIMARÃES, E. (orgs.). **Institucionalização dos estudos da linguagem: a disciplinarização das idéias lingüísticas**. Campinas, Pontes, 2002. p. 121-138.

SCHERER, A. E. Lingüística no sul: estudos das idéias e organização da memória. In: GUIMARÃES, E.; BRUM DE PAULA, M. (orgs.). **Sentido e memória**. Campinas, Editora Pontes, p. 9-26, 2005.

_____. Dos domínios e das fronteiras: o lugar fora do lugar em outro e mesmo lugar. In: SARGENTINI, V.; GREGOLIN, M. do R. (org.) **Análise do Discurso: heranças, métodos e objetos**. São Carlos: Clara Luz, 2008. p.131-141.

_____; PETRI, V. Discours ou discourse: invention, configuration, transmission et disciplinarisation au Brésil. In: **Revista Letras: Língua, Sujeito e História**, nº 37, v. 18, n.2, jul./dez., p. 9-18, 2008.

SCHERER, A. E. Tradução/interpretação: versões de um mesmo e (e)terno texto. In: **Cadernos de Tradução**. vol. 2, n. 24 (2009). Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/traducao/article/view/2175-7968.2009v2n24p195/0>>. Acesso em: jul. 2013.

SCHNEIDERS, C. M. **Atravessamento de saberes nos estudos sobre a linguagem no/do Brasil dos anos 50**, 2011. 115f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2011.

SERRANI, S. M. **A linguagem na pesquisa sociocultural: um estudo da repetição na discursividade**. 2. ed. Campinas. SP: Editora da Unicamp, 1997.

SILVA NETO, S. da. **Diálogos de São Gregório**. Coimbra, edição crítica, 1950.

_____. **Textos Medievais Portugêses e seus Problemas**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura Casa Rui Barbosa, 1956.

_____. **Ensaio de Filologia Portuguesa**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1956.

_____. **Guia para Estudos Dialecológicos**. 2. ed. Belém, 1957.

_____. **Bíblia Medieval Portuguesa**. Rio de Janeiro, 1957.

_____. **História da Língua Portuguesa**. 2. ed. Rio de Janeiro, 1970.

_____. **A Língua Portuguesa no Brasil**. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1960.

UCHÔA, C. E. F. **Os estudos e a carreira de Mattoso Câmara**. Disponível em: <<http://www.filologia.org.br/revista/38sup/01.html>>. Acesso em: out. 2013.

VENTURINI, M. C. **Imaginário urbano: espaço de rememoração/comemoração**. Passo Fundo, ED. UPF, 2009.

ZANDWAIS, A. O ensino formal em um espaço informal de interlocução. In: **Cadernos de Estudos Lingüísticos**. Campinas, nº 51(1), jan/jun, p. 121-132, 2009.

_____. A forma-sujeito do discurso e suas modalidades de subjetivação: um contraponto entre saberes e práticas. In: INDURSKY, F.; FERREIRA, M. C. (orgs.). **Michel Pêcheux e a análise do discurso**: uma relação de nunca acabar. São Carlos, SP: Claraluz, 2007. p. 143-156.

_____. A heterogeneidade do conceito de paráfrase. In: **Ensaio** – Estudos da linguagem. Porto Alegre, Ed. Sagra Luzzatto, nº10, 1996. p. 11-18.

ZOPPI-FONTANA, M. Arquivo jurídico e exterioridade. A construção do *corpus* discursivo e sua descrição/interpretação. In: GUIMARÃES, E.; BRUM-DE-PAULA, M. (orgs.). **Sentido e memória**. Campinas: Pontes Editores, 2005, p. 93-116.

Arquivo de pesquisa

SILVA NETO, S. da. **Introdução ao estudo da Língua Portuguesa no Brasil**. Departamento da Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1950, 1ª edição.

_____. **Manual de Filologia Portuguesa**. Livraria Acadêmica, Rio de Janeiro, 1952, 1ª edição.

_____. **Introdução ao estudo da Filologia Portuguesa**. São Paulo: Ed. S/A, 1956, 1ª edição.

_____. **História do Latim Vulgar**. Livraria Acadêmica, Rio de Janeiro, 1957, 1ª edição.

_____. **Língua, cultura e civilização**. Livraria Acadêmica, Rio de Janeiro, 1960, 1ª edição.

ANEXOS

RD1:

18

Desde Saussure pelo menos, sabe-se que a língua é um sistema, rigorosamente conexo, de meios de expressão comuns a um conjunto de seres. Esse sistema, que só existe nos indivíduos falantes, tem, entretanto, existência independente deles, porque, tal como outras instituições sociais lhes é impôsto. (3)

Apesar disso, porém, cada pessoa tem o seu jeito de falar a própria língua, de modo que tantas há quantos são os indivíduos (4). É, em suma, a oposição: *langue* (système de moyens d'expression imposé aux individus), *parole* (exécution de la langue par l'individu).

8 — Importa considerar que, por vários fatores de que falaremos mais tarde, a língua falada corrente oferece diferenças segundo as classes sociais.

Tal fato não pode surpreender aos estudiosos, uma vez que a língua corrente é, como se sabe, variável segundo as pessoas, as circunstâncias, os tempos e os lugares.

O português falado em Lisboa difere do falado no Pôrto, e assim por diante. Na mesma capital a língua corrente oferece diferenças segundo as classes sociais.

9 — Se assim é na língua *falada*, importa acentuar que na língua *escrita* os fatos são muito diferentes. Esta, graças

(3) Vj. o *Cours de linguistique générale*, pág. 30.

(4) Cf. Vendryes, *Le langage*, pág. 273. Daí, talvez, estes dizeres de Pidal: "Pero la pronunciación culta nunca es enteramente uniforme, ni aun dentro de un reducido país. Hay siempre discrepancias admisibles, que no suenan a ignorancia y tosquedad". (apud *Biblos*, IX, 1933, pág. 18).

RD2a:

ix

o balanço crítico da Filologia Portuguesa. Possa ele dar a impressão do que já se tem feito e do muito que ainda há por fazer!

Compreendemos que, em obra de tal magnitude, empreendida quase que pela primeira vez, há muitas lacunas, imprecisões e deficiências. Por isso mesmo ela deve ser completada com os seguintes livros que, à excepção do primeiro, foram publicados posteriormente à redacção do nosso: M. de Paiva Boléo, *Introdução ao estudo da Filologia Portuguesa*, 1946; *Os estudos de Linguística Românica na Europa e na América desde 1939 a 1948* (suplemento bibliográfico da *Revista Portuguesa de Filologia*, organizado pelo seu Director, M. de P. Boléo); G. Rohlfs, *Romanische Philologie*, 1, 1950; G. Manuppella, *Os estudos de Filologia Portuguesa de 1930 a 1949; Subsídios bibliográficos*, 1950; A. Kuhn, *Romanische Philologie*, I—*Die romanischen Sprachen*, 1951.

Pena foi que não pudesse eu aproveitá-los devidamente. Como pena foi não ter podido enriquecer a parte dialectológica com os riquíssimos materiais de Sever Pop, *La dialectologie. Aperçu historique et méthodes d'enquêtes linguistiques*. I—*Dialectologie Romane*, 1950.

Antes de expormos alguns dos problemas fundamentais da Filologia Portuguesa, parece-nos indispensável dizer duas palavras acerca dos conceitos de Filologia e Linguística.

A Linguística é uma ciência de princípios gerais, aplicáveis a quaisquer línguas. Nessa conformidade, não julgamos

x

aconselhável falar, por exemplo, em Linguística francesa, ou inglesa, com o fito de referirmos estudos acerca dessas línguas. A Linguística parece-nos sempre geral.

A Filologia, sim, encerra todos os estudos possíveis acerca de uma língua ou grupo de línguas: Filologia Portuguesa, Filologia Indo-Europeia...

Dizemos todos os estudos possíveis, porque, como se sabe, a Filologia, na Antiguidade, era o estudo dos textos; hoje, porém, com o desenvolvimento científico, ela abrange até os assuntos puramente sincrónicos, isto é, descrições de estados da língua.

Cumpre-nos, ainda, deixar claro que, para a resolução dos problemas filológicos, é necessária e, até, indispensável a base geral linguística. Ela é o fio conductor, a luz que nos orienta, e guia através da selva, por vezes bem emaranhada, dos factos de uma língua. Enfrentá-los sem tal preparação, será fracassar fatal e desastrosamente.

Por sua vez, porém, o linguista tem de conhecer a história de várias línguas, para poder alcançar os princípios gerais. É com orgulho que os romanistas, por exemplo, salientam a contribuição que, nestes últimos cinquenta anos, a sua ciência tem prestado à Linguística Geral.

Nas actividades filológicas, há Marta e há Maria.

Há a actividade fremente e ansiosa dos estudos de campo, daqueles que exigem longas peregrinações e estreito contacto com a vida. São os modernos estudos dialectológicos.

Há, por outro lado, a meditação sossegada dos trabalhos de gabinete, em que o estudioso concentra o pensamento e a análise num antigo texto da língua, ou nas várias fases evolutivas dela.

No século XIX, como é sabido, houve exagerada preponderância dos estudos históricos, a qual chegou a ficar corporificada na célebre frase de Hermann Paul: «não há outro estudo científico da língua senão o histórico».

A esse propósito, Mussafia conta um facto edificante. Mandara ao quadro um examinando para escrever, em francês, a frase *O Imperador chamou Roland*. O jovem prontamente redigira: — *Li emperere at apelet Rollant*.

— Muito bem! Mas escreva, agora, em francês moderno.

— Ah, senhor professor, o francês moderno nós ainda não aprendemos...

Graças, porém, à reacção de um Saussure, um Gillieron, um Schuchardt, entraram em voga os estudos sincrónicos, isto é, sem preocupação histórica, minuciosas e rigorosas descrições dos estados da língua.

Em sua erudita síntese de história dos estudos linguísticos e filológicos, Jorgu Jordan caracteriza, como tendência moderna, o estudo da língua viva, dos falares actuais.

Pensamos, todavia, que são igualmente perniciosos os extremos. Não deve haver predominio de Marta, nem de Maria.

Pelo contrário, o ideal parece-nos ser o harmonioso entrosamento das duas tendências. Nas Faculdades de Letras os

Professores irão orientando os alunos, tendo em vista as preferências de cada um.

A Gastão Paris, que era, como se sabe, medievalista, não escaparam os pendores de Gilliéron para o estudo dos falares modernos. Foi ele quem orientou, guiou e estimulou o genial criador da Geografia Linguística.

Aliás, é preciso lembrar que não é absoluta e impermeável a distinção entre sincronia e diacronia. Cada estado de língua é continuação de um anterior e, por sua vez, encerra os germens que o tornarão um novo estado linguístico.

As sincronias, portanto, são elos da diacronia e só o seu conjunto nos dará o claro panorama da evolução de uma língua.

Estamos, pois, de acordo com o que diz Walther von Wartburg, em obra recente (1944): «La future science du langage doit chercher à atteindre un stade qui unisse les deux méthodes dans une communauté organique et fasse ressortir avec toute la netteté voulue l'interdépendance du système et du mouvement». (*Problèmes et méthodes de la Linguistique*, pág. 123).

Ainda nos parece de flagrante actualidade esta sugestão de Schuchardt:

«Nada contribuiria mais para o progresso dos estudos linguísticos, do que empreender a análise do corte vertical e do corte horizontal da língua.

RD2b:

302

nomenclatura hoje consagrada, a preeminência dos estudos sincrónicos.

É que a Filologia começou por estudar quase exclusivamente a história das línguas e só depois de um século de pesquisas se voltou para o presente.

É verdade que já desde 1836, quando Wilhelm von Humboldt publicou *Ueber die Verschiedenheit des menschlichen Sprachbaues*, se podia vislumbrar uma orientação geral, livre das travas do historicismo.

Só muito mais tarde, porém, puderam frutificar as ideias de Humboldt. É que por quase todo o século XIX o prestígio das Ciências Naturais avassalava o pensamento teórico.

Schleicher, que tivera formação de naturalista (estudara botânica) afirmava, confiantemente, que as línguas eram organismos vivos, que nasciam e morriam. Levado pelos magníficos feitos dos paleontólogos, que reconstituía animais pre-históricos, o mestre alemão, julgava possível refazer a língua dos primitivos Árias. E assim escreveu uma fábula: *avis akvasaska!*

Não surpreende, portanto, que os filólogos que floresceram de 1870 a 1880 pretendessem estabelecer *leis fonéticas* tão rigorosas quanto as de química e as de física.

Aos poucos, porém, se foi alçando o edifício das Ciências do Homem: e graças a um Comte, a um Dilthey, a um Durkheim, a um Tarde, a um Simmel, a um Tönnies, a um Masaryk e a um Sumner, se desenvolveu um vasto campo de conhecimentos que investigam o Espírito e a Sociedade.

Apesar dos merecimentos do sábio alemão Georg Gabelentz, e de outros, o nome que, na Linguística, encarna essa nova direcção espiritual é Ferdinand de Saussure. O mestre suíço revela, no seu *Cours de Linguistique Générale* (1916) boa formação geral sociológica: e sabemos até, por informação Doroszewski, que ele acompanhava atentamente a polémica entre Tarde e Durkheim.

Não surpreende, pois, que o pensamento saussuriano ofereça vistas originais e profundas: ele, a bem dizer, inaugura uma nova fase na Linguística Geral. Entre as suas contribuições capitais contam-se a ideia da língua como um *sistema* e a distinção entre a *língua* e a *fala*.

De facto, a língua é um *sistema* em que todas as partes podem e devem considerar-se *sincronicamente solidárias e interdependentes*. Daí a comparação com o jogo de xadrez: o valor respectivo das peças depende da sua posição no tabuleiro, assim como na língua *cada termo tem o seu valor por oposição a todos os outros termos*.

Além da *língua*, que preexiste ao indivíduo e a ele se impõe, há a *fala*, isto é, a execução do material linguístico feita pela pessoa falante.

Essa visão dos factos abriu caminho para que um grupo de linguístas (Karcevski, Jakobson e Trubetzkoi) criasse novo ramo dos estudos linguísticos: a *fonologia* ou *fonémica*, distinto da fonética.

A *fonética*, de acordo com eles, é uma disciplina auxiliar da linguística, que trata dos fenómenos fónicos da linguagem, abstraídas a suas funções na *língua*.

A *fonologia*, pelo contrário, é a parte da linguística que trata dos fenómenos fónicos sob o prisma das suas funções na língua. E daí surge a sub-divisão:

1) a *fonologia da palavra*, que pesquisa as «diferenças fónicas que, numa dada língua, são capazes de diferenciar as significações de palavras separadas».

2) a *fonologia sintáctica*, que estuda as «diferenças fónicas que, numa dada língua, são capazes de delimitar a palavra num grupo de palavras, ou diferenciar a significação de frases inteiras».

RD3:

8 – História da língua portuguesa. Períodos.

O estudo de uma determinada fase da língua, tal como se faz na gramática expositiva, por exemplo, pode comparar-se a uma fotografia. Mas, a par dessa observação *sincrónica*, podemos encarar globalmente o conjunto das fases de uma língua, traçando-lhe a história, desde a origem até a fase atual. Trata-se, neste caso, de estabelecer uma série de cadeias, ou de *sincronias*, tarefa que lembra o desenrolar de um filme.

Esse estudo diacrônico é indispensável ao conhecimento da língua. Ele ensina-nos de tudo: tocado pela sua varinha mágica, cada vocábulo nos conta a própria história, cada forma repassa por todas as metamorfoses — e, aos poucos, surgem na sua constância e regularidade as normas que presidiram à evolução do latim.

Nem todas as palavras da nossa língua continuam, através de elos intermediários, as formas latinas. Ao lado desses elementos hereditários, que constituem a mais antiga camada,⁴ existem os empréstimos e as novas formações.

Empréstimos são vocábulos tomados a quaisquer línguas, inclusive o latim. Distinguem-se dos hereditários por se terem incorporado em várias épocas, já prontos, sem evolução progressiva.

(1) Essa diferença entre *sincronia* e *diacronia* foi estabelecida pelo linguista genebrino FERDINAND DE SAUSSURE: "Il est certain que toutes les sciences auraient intérêt à marquer plus scrupuleusement les axes sur lesquels sont situées les choses dont elles s'occupent; il faudrait partout distinguer... 1.^o) l'axe des simultanéités (AB)), concernant les rapports entre choses coexistentes, d'où toute intervention du temps est exclue, et 2.^o) l'axe des successivités (CD), sur lequel on ne peut jamais considérer qu'une chose à la fois, mais où sont situées toutes les choses du premier axe avec leurs changements.

"Mais pour mieux marquer cette opposition et ce croisement de deux ordres de phénomènes relatifs au même objet, nous préférons parler de linguistique *synchronique* et de linguistique *diachronique*. Est *synchrone* tout ce qui se rapporte à l'aspect statique de notre science, *diachronique* tout ce qui a trait aux évolutions. De même *synchronie* et *diachronie* désigneront respectivement un état de langue et une phase d'évolution". (Cf. o *Cours de Linguistique Générale*, 1916, págs. 118-120).

Devemos guardar-nos, contudo, de considerar duas lingüísticas independentes e irreduzíveis; o que há, na realidade, é o ponto de vista *sincrónico* e o ponto de vista *diacrónico*. A realidade é, porém, *pancrónica*.

RD4a:

o divino escultor das Filípicas é um artista, um *estilista* mil vêzes superior ao insulso narrador das guerras inglórias.

10 — Para o conhecimento, pois, do latim vivo, impõe-se-nos árdua tarefa: perquirir na língua estilizada dos textos o que corresponde à linguagem de todos os dias, separando a contribuição lingüística individual.

É o convite de Marouzeau: “Tâchons de découvrir, derrière la façade du latin d’apparat, l’édifice du vrai latin”. (13)

A realização desse programa é, porém, difficilima. Como razoadamente diz Skutsch, “o latim opõe à tentativa de ver refletida nos textos a verdadeira língua falada dificuldades especiais, em muitos casos verdadeiramente invencíveis.

Talvez nenhuma outra língua fôsse, no emprêgo escrito, tão estilizada”. (14)

Por tal motivo não se pode negar razão a Kretschmer, quando salienta que a gramática histórica de uma língua fundamentalmente literária, como a dos Romanos, reduz-se quase à história do *estilo*. (15)

E como o *estilo* é o uso individual da língua, para lembrar Vossler, procuremos desvendar os vários matizes do idioma dos Romanos.

*

* *

11 — Depois de Ferdinand de Saussure não se pode negar que há, na linguagem, um lado *social, coletivo*, e outro *psicológico, individual*.

(13) Cf. *Le latin*, 1927, pág. 219.

(14) Cf. a obra precitada, pág. 535.

(15) Cf. a cit. em Marouzeau, *Traité de Stylistique*, 1935, pág. XVII.

Ao primeiro denominou *língua* (*langue*), ao segundo *fala* (*parole*), subordinando esta àquela. (16)

De fato, assim deve ser, pois, na feliz definição de Bogatyrev e Jakobson, “a *língua* é um conjunto de convenções aceitas por determinada comunidade para assegurar a compreensão da fala.” (17)

Esse conjunto de convenções irradia-se por vasto território, suplantando os dialetos preexistentes ou fundindo-se com eles. Torna-se o que se chama uma *língua comum*.

O russo, por exemplo, nada mais é senão o dialeto de Moscou aceito como instrumento de comunicação em toda a Rússia. (18)

O latim representa, na essência, o dialeto de Roma imposto às mais distantes regiões.

Uma língua qualquer compõe-se de três sistemas: o sistema fonético, o sistema de palavras (o vocabulário) e o sistema gramatical. É o conjunto desse material linguístico que assegura a compreensão da *parole*.

Esta, na concepção de Saussure, é a língua em ação. Ora, compreende-se facilmente que o emprêgo do idioma varia com a classe social dos indivíduos.

Dá haver, dentro da mesma comunidade, vários tons e graus de linguagem.

(16) Vj. o *Cours de linguistique générale*, pág. 30 e s.s.

(17) Cf. a coleção de estudos *Natalicium Schrijnen*, Nimegen-Utrecht, 1929, pág. 901.

(18) Vj. Porzezinski, *Einleitung in die Sprachwissenschaft*, página 192.

RD4b:

muitas e muitas vêzes revelam expressões, torneios e palavras da fala viva e real.

Além disso, é fôrça confessar que a *diacronia* é uma soma de *sincronias*. Ora, com o estudo das *fases* da língua, verificou-se que muitas das formas hipotéticas jamais tinham existido, porque as palavras românicas apareceram tarde, são novas formações. Daí a imperiosa necessidade de um *dicionário histórico* onde se registrem, na medida do possível, as datas em que os vocábulos aparecem na língua.

As pesquisas devem estribar-se em razões sólidas e rigorosamente científicas. Como algures diz Schuchardt, não devemos delinear contornos de montanhas, nem debuxar nuvens, sem a prévia certeza de que, realmente, estejamos diante de uma nuvem ou de uma montanha.

Exemplifiquemos: as formas românicas, o fr. *travailler*, o esp. *trabajar*, o ptg. *trabalhar*, o it. *travagliare*, postulam, em latim vulgar, **trīpaliare*, formado de *tripalium*, instrumento de tortura. (37)

O ptg. *semelhar*, o esp. *semejar*, o it. *simigliare*, o galego *somellar*, o friulês *semeyá*, logudorês *simidzare*, e outras formas românicas, não podem continuar o lat. *similare*. Por isso, Diez, o grande fundador da Filologia neolatina, estatuiu **similiare*, o qual a tódas as formas convém. (38)

(37) Esse étimo, confirmado por Paulo Meyer na *Romania*, n. 17 pág. 421 e ss., é hoje por todos aceito: vj. Leite de Vasconcelos, *Lições*, pág. 430; Grandgent, *Latin Vulgar*, pág. 32; Nunes, *Gram. histór.*, 1930, pág. 60; Hatzfeld, Darmesteter e Thomas, *Dict. Général*, s. v.; Meyer-Luecke, *R. E. W.* 3.^a ed., n. 8.911.

(38) Vj. a *Gramática das línguas românicas*, I, 4.^a ed., pág. 175. Cf. mais: Schuchardt, *Vokalismus*, II, 241; Huber, *Altportugiesisches Elementarbuch*, 1933, pág. 69 e *R. E. W.*, 3.^a ed. n. 7.926.

RD5a:

gramáticos. Já observou Amado Alonso (1) que, como conjunto e estilo mental, as antinomias de Saussure procedem de Hegel, através do conhecido néo-gramático francês Victor Henry.

No entanto, como seria falso considerá-lo pura e simplesmente um teórico dos néo-gramáticos! A êsse respeito nada é mais eloqüente do que a comparação entre Saussure e o verdadeiro porta-voz daquela escola, que é, como se sabe, Hermann Paul, o celebrado autor do livro notável que é ainda hoje os *Prinzipien der Sprachgeschichte*.

A espinha dorsal das doutrinas lingüísticas de Ferdinand de Saussure está em duas oposições fundamentais. A primeira diz respeito à dicotomia entre *lingüística sincrônica* e *lingüística diacrônica*. São as seguintes as suas palavras:

“Il est certain que toutes les sciences auraient intérêt à marquer plus scrupuleusement les axes sur les quels sont situées les choses dont elles s'occupent; il faudrait partout distinguer... 1) *Axe des simultanéités* (A B), concernant le rapport entre choses co-existantes, d'où toute intervention du temps est exclue, et 2) *Axe des successivités* (C D), sur lequel on ne peut jamais considérer qu'une chose à la fois, mais où sont situées toutes les choses du premier axe avec leurs changements”.

“Mais pour mieux marquer cette opposition et ce croisement de deux ordres de phénomènes relatifs au

1) Vj. o magnífico Prólogo à tradução espanhola do *Cours de Linguistique Générale* (*Curso de Lingüística General*, 1954, página 10).

même objet, nous préférons parler de *linguistique synchronique* et de *linguistique diachronique*. Est synchronique tout ce qui se rapporte à l'aspect statique de notre science, diachronique tout ce qui a trait aux évolutions. De même synchronie et diachronie désigneront respectivement un état de langue et une phase d'évolution." (cf. *Cours de Linguistique Générale*, páginas 118-120).

"La *linguistique synchronique* s'occupera des rapports logiques et psychologiques reliant des termes coexistants et formant système, tels qu'ils sont aperçus par la même conscience collective.

"La *linguistique diachronique* étudiera au contraire les rapports reliant les termes successifs non aperçus par la même conscience collective, et qui se substituent les uns aux autres sans former système entre eux." (*Cours*, pág. 144).

A distinção entre *lingüística estática* e *lingüística histórica* estava na base mesma dos estudos néo-gramáticos (Brugmann, Osthoff, Sievers, Meyer-Lübke) embora essa dualidade somente em 1885 tivesse sido elaborada em conceitos científicos pelo filósofo tcheco Masaryk no seu aplaudido livro *Versuch einer konkreten Logik*. Contudo, a Saussure devemos não só o aprofundamento da posição teórica como a aplicação lingüística.

Nos últimos anos essa dicotomia (criticada desde logo por Hugo Schuchardt) voltou a ser muito contestada, principalmente pelo notável e operoso romanista suíço W. von Wartburg, que não vê oposição fundamental entre *sincronia* e *diacronia*. Era, como já dissemos, a opi-

nião de Schuchardt, quando em 1917 resenhou o *Cours de Linguistique Générale*. Escreveu êle:

“Não há incongruência entre a sincronia e a diacronia, pois só o movimento é real, mas só o repouso é visível... O primeiro semelha um filme e o segundo parece-se a um instante fotográfico.” (*Brevier*, pág. 330).

Também os membros do Círculo Lingüístico de Praga se mostraram contrários à admissão rígida de um contraste entre a *sincronia* e a *diacronia*:

“La description synchronique ne peut pas non plus exclure absolument la notion d'évolution, car même dans un secteur envisagé synchroniquement existe la conscience du stade en voie de disparition, du stade présent, et du stade em formation; les éléments stylistiques senti comme archaïsmes, en second lieu la distinction de formes productives sont des faits de diachronie, que l'on ne saurait éliminer de la linguistique synchronique.” (*Travaux*, I, pág. 8).

E' preciso levar em conta, porém, que tanto a *sincronia* como a *diacronia* são, no pensamento de Saussure, pontos de vista em que se pode colocar o investigador. São palavras suas:

“Que dans l'étude d'une langue l'observation se porte d'un côté ou de l'autre, il faut à tout prix situer chaque fait dans sa sphere et ne pas confondre les méthodes.” (*Cours*, 1916, pág. 144).

Provocou, sempre, acesas polêmicas e vivos debates o meio primado que Saussure concede à *sincronia*, em face

da diacronia. Contudo, ainda aqui é preciso meditar profundamente sôbre os exactos conceitos do Mestre. Se concede primado ao estudo sincrônico é porque êle constitui precisamente um elo da cadeia *diacrônica*. O primado não pertence a um *estado de língua* como tal (o que seria mutilar o processo histórico) mas ao fragmento indispensável à elaboração da história lingüística.

Aliás, aqui é fôrça lembrar outro notável Mestre suíço, o grande criador da Geografia Lingüística, Jules Gilliéron que, com o seu *Atlas Linguistique de France* (1902-1910) patenteou claramente a interdependência da sincronia e da diacronia.

Os Atlas, mostrando-nos formas modernas e formas muito conservadoras, usadas nos falares periféricos, apresentam-nos uma visão lingüística ao mesmo tempo *sincrônica* e *diacrônica*: *pã-crônica* em suma. Uma carta é, a êsse respeito, como vários relógios a bater, ao mesmo tempo, horas diferentes.

A famosa dicotomia *langue-parole* não é criação original de Saussure. Já antes dêle Hermann Paul distinguira entre *Sprach-Usus*, que vem a ser a *langue*, do mestre genebrino, e a *individuelle Sprechfähigkeit*, ou seja a *parole*. Vai além o injustamente esquecido autor dos *Prinzipien der Sprachgeschichte* (Princípios da história da linguagem) e frisa que as mudanças no *Usus* tem a sua origem na actividade falante dos indivíduos: é exactamente o que ensina Saussure ao dizer que as modificações da *Langue* têm a sua origem na *parole*.

RD5b:

da diacronia. Contudo, ainda aqui é preciso meditar profundamente sôbre os exactos conceitos do Mestre. Se concede primado ao estudo sincrônico é porque êle constitui precisamente um elo da cadeia *diacrônica*. O primado não pertence a um *estado de língua* como tal (o que seria mutilar o processo histórico) mas ao fragmento indispensável à elaboração da história lingüística.

Aliás, aqui é fôrça lembrar outro notável Mestre suíço, o grande criador da Geografia Lingüística, Jules Gilliéron que, com o seu *Atlas Linguistique de France* (1902-1910) patenteou claramente a interdependência da sincronia e da diacronia.

Os Atlas, mostrando-nos formas modernas e formas muito conservadoras, usadas nos falares periféricos, apresentam-nos uma visão lingüística ao mesmo tempo *sincrônica* e *diacrônica*: *pã-crônica* em suma. Uma carta é, a êsse respeito, como vários relógios a bater, ao mesmo tempo, horas diferentes.

A famosa dicotomia *langue-parole* não é criação original de Saussure. Já antes dêle Hermann Paul distinguira entre *Sprach-Usus*, que vem a ser a *langue*, do mestre genebrino, e a *individuelle Sprechfähigkeit*, ou seja a *parole*. Vai além o injustamente esquecido autor dos *Prinzipien der Sprachgeschichte* (Princípios da história da linguagem) e frisa que as mudanças no *Usus* tem a sua origem na actividade falante dos indivíduos: é exactamente o que ensina Saussure ao dizer que as modificações da *Langue* têm a sua origem na *parole*.

Outro notável lingüista anterior a Saussure, o alemão Georg von der Gabelentz, no seu livro, ainda tão rico de sugestões e de fatos, *Die Sprachwissenschaft, ihre Aufgaben, Methoden und bisherigen Ergebnisse*, Leipzig, 1891 e 1901, distinguira entre a *Rede* "linguagem como fenómeno individual" e a *Sprache* "totalidade dos meios de expressão".

Contudo vão muito mais longe as formulações de Saussure, que procurou enquadrar a realidade lingüística a dentro das Ciências do Homem. A nosso ver, é precisamente essa preocupação de acompanhar os progressos da Sociologia e da Psicologia o que distingue Ferdinand de Saussure de seus contemporâneos. No caso da oposição *langue-parole*, por exemplo, é visível a influência de dois dos mais categorizados representantes do espírito europeu nos fins do século XIX: Emílio Durkheim e Gabriel Tarde.

Êsses dois luminosos espíritos empolgaram a vida intelectual do seu tempo, mantendo longa e acesa polémica. Durkheim, adepto do realismo social, partia da sociedade para o indivíduo, dando preeminência àquela, que exerceria a *coerção social*.⁽²⁾ Tarde, ao contrário, partia do indivíduo para a sociedade, frisando que esta é constituída pelos indivíduos, cujas relações recíprocas tecem

2) Acêrca das doutrinas durkheimianas citaremos, entre muitos outros, Charles Elmer Gehlke, *Émile Durkheim's Contributions to Sociological Theory*, Nova Iorque, 1915.

entre todos uma teia que é pròpriamente o que chamamos sociedade. (3).

Para Durkheim a sociedade é, pois, uma *coisa*, é algo que tem existência real, independente dos indivíduos; para Tarde, ao contrário, não há entidade social distinta da soma de indivíduos que a compõem. Ora, Ferdinand de Saussure insistiu em duas distinções fecundas, que se ajustam perfeitamente a uma visão conciliadora entre a força da *coerção social* e a *ação do indivíduo*. (4)

De uma parte êle distingue a *langue* (língua), que é o conjunto e o sistema dos sinais arbitrários em uso em momento dado numa determinada sociedade e — de outra,

3) Acêrca do pensamento do autor de *Les Lois de L'imitation* (1890) e de *La Logique Sociale* (1895) pode ler-se A. Matagrín, *La Psychologie Sociale de Gabriel Tarde*, Paris 1910.

4) A influência da polémica Durkheim-Tarde no espírito de Ferdinand de Saussure parece evidente a quem lê e medita sôbre os textos. Além disto, Louis Caille, discípulo do Mestre, contou a Doroszewski (cf. *Journal de Psychologie*, 1933, págs. 82-91; *Reports for the 8th International Congress of Linguists*, Oslo, 1957, vol. II, pág. 251 n° 3) que Saussure acompanhara aquela discussão com o mais vivo interêsse. Antoine Meillet julgava, contudo, que o pensamento do mestre genebrino se desenvolvera independentemente de quaisquer influências; cf. as *Actes du Deuxième Congrès International de Linguistes*, reunido em Genebra, em 1931.

Ainda a propósito das possíveis influências do pensamento de Tarde em Saussure, lembra Robert Godel que é possível aproximar a definição de "valor lingüístico" das formas de troca descritas pelo sociólogo francês no seu livro *Psychologie économique* (Alcan, Paris, 1902) I, págs., 285-6, 289. Cf. *Les sources manuscrites du Cours de Linguistique Générale*, 1957, pág. 282.

a *parole* (fala), que é o ato particular e concreto de um indivíduo que usa a *langue*, seja para se fazer compreender, seja para compreender.

Examinando mais profundamente este conceito de *langue* e de *parole*, Saussure acrescenta que:

"tout ce qui est diachronique dans la langue ne l'est que par la parole. C'est dans la parole que se trouve le germe de tous les changements: chacun d'eux est lancé d'abord par un certain nombre d'individus avant d'entrer dans l'usage (isto é, na língua) L'allemand moderne dit: ich war, wir waren, tandis que l'ancien allemand, jusqu'au XVI^e siècle, conjugait: ich was, wir waren (l'anglais dit encore: I was, we were). Comment s'est effectué cette substitution de war a was? Quelques personnes, influencées par waren, ont créé war par analogie; c'était un fait de parole; cette forme, souvent répétée, et acceptée par la communauté, est devenue un fait de langue. Mais toutes les innovations de la parole n'ont pas le même succès, et tant qu'elles demeurent individuelles, il n'y a pas à en tenir compte, puisque nous étudions la langue; elles ne rentrent dans notre champ d'observation qu'au moment où la collectivité les a accueillies."

Páginas adiante, o mestre de Genebra insiste na mesma idéia e ainda lhe precisa mais o sentido:

"Rien n'entre dans la langue sans avoir été essayé dans la parole, et tous les phénomènes évolutifs ont leur racine dans la sphère de l'individu. Ce principe, ..., s'applique tout particulièrement aux innovations analogiques. Avant que honor devienne un concurrent susceptible de remplacer honos, il a fallu

qu'un premier sujet l'improvise, que d'autres l'imitent et le répètent, jusqu'à ce qu'il s'impose à l'usage." (*Cours*, 1916, pág. 237).

Assim, é claro que, na história de qualquer inovação há que distinguir sempre dois momentos distintos:

- a) aquêle em que ela surge nos indivíduos;
- b) aquêle em que ela se torna um fato de língua.

A inovação só chega a ser câmbio quando é adotada pela consciência lingüística da coletividade, isto é, quando se torna um fato de língua.

Encarados assim os fatos, Saussure não andou bem ao dar a primazia à *langue* sobre a *parole*, visto que esta, participando ao mesmo tempo da *diacronia* e da *sincronia*, contém, em essência, o germe de tôdas as transformações futuras. Isto mesmo reconhece, em estudo memorável, o mais fiel e ortodoxo dos seus discípulos, o lingüista suíço Albert Sechéhaye.

Como a *diacronia* não se aplica à *parole*, mas somente à *langue*, das distinções saussurianas podemos depreender três disciplinas: lingüística sincrônica, lingüística diacrônica e lingüística da *parole*. Esta última tem por objecto o fenómeno que, obviamente, serve de intermediário entre o fato sincrônico e o fato diacrônico.

"En effet, — diz Sechéhaye — chaque fois qu'une personne parle pour se faire entendre ou interprète ce qu'elle a entendu, il ya place pour une novation possible, si minime soit elle. Celui qui parle peu s'écarter plus ou moins de l'usage admis, celui qui interprète peut avoir l'intuition d'un moyen d'expression